

# PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

# WESTWING

# WEST B3 LISTING

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

Companhia de Capital Autorizada  
CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50  
NIRE: 35.3.0056296-8

Avenida Queiroz Filho, nº 1.700  
Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24  
CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, São Paulo, SP  
66.199.124 Ações

**Valor da Oferta: R\$799.685.417,92**

Código ISIN: "BRWESTACNOR3"  
Código de negociação das Ações na B3: WEST3

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A Westwing Comércio Varejista S.A., ("Companhia"), Oikos Fundos de Investimento em Participações Multistratégia ("FIP Oikos"), Tatix Comércio e Participações Ltda. ("Tatix") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados nas seções "Identificação dos Acionistas Vendedores" e "Quantidade, montante e recursos líquidos" nas páginas 48 e 51, respectivamente, deste Prospecto Preliminar ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas"), e, em conjunto com o FIP Oikos, ("Acionistas Vendedores"), em conjunto com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") ou "Coordenador Líder", a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP" ou "Agente Estabilizador"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi") e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "Coordenadores da Oferta", estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações").

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de, inicialmente, 33.099.562 novas Ações a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 33.099.562 Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária"), sendo que Ações da Oferta Secundária, serão denominadas "Ações da Oferta Base", a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("Código ANBIMA"), e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de listagem do Novo Mercado e negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Novo Mercado") e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual U.S. Capital, LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Citigroup Global Markets Inc (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"); (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do U.S. Securities Act de 1933 dos Estados Unidos, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados non-U.S. persons, nos termos do Regulamento S, no âmbito do Securities Act, tais como investidores não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, nos termos do Securities Act e dos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro da Oferta a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 13.239.824 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, ou seja, em até 9.929.868 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") e será como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscrições/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Interior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding") e será como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscrições/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) <sup>(1)</sup>	Comissões (R\$) <sup>(2)(4)</sup>	Recursos Líquidos (R\$) <sup>(2)(3)(4)</sup>
Preço por Ação.....	12,08	0,60	11,48
Oferta Primária <sup>(4)</sup> .....	399.842.708,96	19.992.135,45	379.850.573,51
Oferta Secundária <sup>(4)</sup> .....	399.842.708,96	19.992.135,45	379.850.573,51
<b>Total da Oferta.....</b>	<b>799.685.417,92</b>	<b>39.984.270,90</b>	<b>759.701.147,02</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto Preliminar.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido por cada um na Oferta Secundária, veja página 51 deste Prospecto Preliminar.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e a admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu estatuto social ("Estatuto Social"), de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado") e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 27 de novembro de 2020, cuja ata encontra-se em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), bem como foi publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") em 01 de dezembro de 2020. O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no "O Estado de S. Paulo" e no DOESP na primeira edição de cada um dos veículos subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início. Adicionalmente, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2021, cuja ata se encontra em fase de registro perante a JUCESP, promoveram novamente à reforma do Estatuto Social da Companhia, de forma a atender às exigências formuladas pela CVM, por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP de 04 de janeiro de 2021, e pela B3, por meio do Ofício nº 7/2021-SLS, de 05 de janeiro de 2021.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Oikos, bem como seus termos e condições, foram aprovados em reunião do Comitê Gestor e de Investimentos realizada em 26 de novembro de 2020, em conformidade com seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Oikos quanto à fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de 27 de janeiro de 2021, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

**"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."**

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 03 de dezembro de 2020.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

**OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 101, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO PRELIMINAR E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 383, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES</b> .....	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA</b> .....	<b>5</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO</b> .....	<b>6</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b> .....	<b>8</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b> .....	<b>23</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA</b> .....	<b>25</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA</b> .....	<b>45</b>
Composição do capital social.....	45
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores .....	47
Identificação dos Acionistas Vendedores .....	48
Características Gerais da Oferta.....	49
Descrição da Oferta .....	49
Aprovações societárias .....	50
Preço por Ação.....	50
Ações em Circulação ( <i>Free Float</i> ) após a Oferta .....	51
Quantidade, montante e recursos líquidos .....	51
Custos de Distribuição .....	53
Instituições Participantes da Oferta .....	53
Público Alvo.....	53
Cronograma Estimado da Oferta .....	54
Procedimento da Oferta .....	55
Oferta Não Institucional.....	57
Oferta a Clientes .....	60
Oferta de Varejo .....	62
Oferta Institucional .....	66
Prazos da Oferta .....	68
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	68
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta .....	69
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	71
Estabilização dos Preços das Ações .....	72
Violações das Normas de Conduta.....	72
Direitos, vantagens e restrições das Ações.....	73
Negociação das Ações na B3.....	73
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de <i>Lock-up</i> ).....	74
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações .....	74
Formador de Mercado.....	74
Inadequação da Oferta .....	75
Condições a que a Oferta esteja submetida.....	75
Informações adicionais .....	75
Instituições Consorciadas .....	76
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta .....	77
Instituições Consorciadas .....	77
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA</b> .....	<b>80</b>
Coordenador Líder .....	80
XP.....	81
J.P. Morgan .....	83
Citi .....	84

<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>87</b>
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA.....	87
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder .....	87
Relacionamento entre a Companhia e a XP.....	88
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan.....	89
Relacionamento entre a Companhia e o Citi .....	90
<b>RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA .....</b>	<b>91</b>
Relacionamento entre o FIP Oikos e o Coordenador Líder.....	91
Relacionamento entre a Tatix e o Coordenador Líder.....	91
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder .....	92
Relacionamento entre o FIP Oikos e a XP .....	93
Relacionamento entre a Tatix e a XP .....	94
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a XP .....	95
Relacionamento entre o FIP Oikos e o J.P Morgan.....	95
Relacionamento entre a Tatix e o J.P. Morgan.....	96
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o J.P. Morgan .....	97
Relacionamento entre o FIP Oikos e o Citi.....	98
Relacionamento entre a Tatix e o Citi.....	98
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Citi.....	99
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....</b>	<b>101</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>109</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>111</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA.....</b>	<b>123</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA.....</b>	<b>141</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL .....</b>	<b>167</b>
<b>ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA .....</b>	<b>191</b>
<b>MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>197</b>
<b>ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTOS DO OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>203</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 209</b>	<b>209</b>
<b>DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR OIKOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>215</b>
<b>DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR TATIX, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>219</b>
<b>DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>223</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>229</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 .....</b>	<b>235</b>

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017.....</b>	<b>293</b>
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 .....</b>	<b>359</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto Preliminar, “Companhia”, “Westwing” ou “nós” se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Westwing Comércio Varejista S.A., suas controladas, subsidiárias e filiais na data deste Prospecto Preliminar. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto Preliminar, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 25 deste Prospecto.

<b>Acionistas Vendedores</b>	Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia, Tatix Comércio e Participações Ltda., e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
<b>Acionistas Vendedores Pessoas Físicas</b>	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo e Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira.
<b>Administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Agente Estabilizador ou XP</b>	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Assembleia Geral</b>	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
<b>Auditores Independentes</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
<b>B3</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
<b>Citi</b>	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/ME</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
<b>CPF/ME</b>	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente.

<b>Código Civil</b>	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
<b>Companhia ou Westwing</b>	Westwing Comércio Varejista S.A.
<b>Conselho de Administração</b>	O conselho de administração da Companhia.
<b>Conselho Fiscal</b>	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto Preliminar não havia sido instalado.
<b>Coordenador Líder ou BTG Pactual</b>	Banco BTG Pactual S.A.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>Diretoria Estatutária</b>	A diretoria estatutária da Companhia.
<b>DOESP</b>	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>EBITDA</b>	O EBITDA ( <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> ) ou LAJIDA (“ <b>Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações</b> ”) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, que consiste no prejuízo do exercício ou do período ajustado pelo imposto de renda e contribuição social, pelo resultado financeiro líquido e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ( <i>International Financial Reporting Standards – IFRS</i> ), emitidas pelo <i>International Accounting Standard Board</i> (IASB), e não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como base para a distribuição de dividendos, como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do exercício/período ou como indicador de desempenho operacional, nem como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.
<b>Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>Estatuto Social</b>	O estatuto social da Companhia.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto Preliminar.
<b>Governo Federal</b>	Governo Federal do Brasil.



<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i> (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – <i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
<b>Instituição Escriuradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 505</b>	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 527</b>	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 539</b>	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
<b>IPO</b>	Oferta pública inicial de distribuição de ações.
<b>JUCESP</b>	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
<b>J.P. Morgan</b>	Banco J.P. Morgan S.A.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Capitais</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
<b>Ofício-Circular CVM/SRE</b>	Ofício-Circular nº 01/2020/CVM/SRE, divulgado em 05 de março de 2020.
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
<b>Real, real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial corrente no Brasil.
<b>Regra 144A</b>	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act de 1933</i> , conforme alterada, dos Estados Unidos.
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento do Novo Mercado, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no segmento Novo Mercado da B3.

<b>Regulamento S</b>	<i>Regulation S do Securities Act de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.</i>
<b>SEC</b>	<i>Securities and Exchange Commission, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.</i>
<b>Securities Act</b>	<i>U.S. Securities Act de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.</i>
<b>XP</b>	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35.3.0056296-8.
<b>Registro na CVM</b>	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 03 de dezembro de 2020.
<b>Sede</b>	Localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3588-2000 e o seu endereço eletrônico é <a href="mailto:ri@westwing.com.br">ri@westwing.com.br</a>
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Audidores Independentes</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “WEST3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
<b>Jornais nos Quais Divulga Informações</b>	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no “O Estado de S. Paulo”.
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
<b>Website</b>	<a href="http://ri.westwing.com.br">ri.westwing.com.br</a> . As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto Preliminar e não estão a ele incorporadas por referência.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar contém considerações sobre estimativas e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos para futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 20 e 101, respectivamente, deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia a partir das páginas 383, 462 e 522, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não são indicativas ou constituem garantias de resultados futuros.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- capacidade da Companhia de obter financiamento para seus projetos e planos de expansão;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas, bem como a identificação de novas localidades para novas unidades;
- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da, pandemia de COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- análise posterior da administração e/ou de nossos Auditores Independentes de nossos resultados operacionais e posição financeira com relação às demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ou a meses específicos desse trimestre e apresentadas no item 10.9 do Formulário de Referência e a finalização das demonstrações financeiras trimestrais completas e auditadas por um auditor independente referente a este período;
- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego e confiança do consumidor;
- inflação, deflação, bem como flutuações das taxas de juros;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória, acompanhando as mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;
- capacidade da Companhia de manter as operações das suas lojas nos locais onde atualmente opera;

- natureza competitiva do varejo brasileiro nos setores em que atuamos;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muitos dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto, nas páginas 20 e 101, respectivamente, deste Prospecto Preliminar, bem como na seção “4. Fatores de Risco” e “5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos” do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 383 e 441, respectivamente, deste Prospecto Preliminar.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

**O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR A PARTIR DA PÁGINA 359, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.**

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro” e “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” deste Prospecto, nas seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4. Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, bem como nas nossas demonstrações e informações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do artigo 40, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução CVM 400. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “Westwing”, “nós”, “nossos” e “nossa Companhia” referem-se à Westwing Comércio Varejista S.A. e suas controladas.

### Visão Geral

Mais do que uma plataforma de e-commerce, a Westwing tem como sua missão inspirar as pessoas a descobrirem mais beleza no seu viver. Buscamos realizar essa missão através do nosso modelo de negócios de *shoppable magazine*, que proporciona experiência de compra que acreditamos ser única, agradável e divertida no varejo online, como também serve de inspiração e referência de decoração e estilo para os nossos clientes.

Somos uma marca com aproximadamente 9 milhões de usuários cadastrados, que visitam nossas plataformas e redes sociais em busca de oportunidades de compras de produtos concentrados em ambiente focado em oferecer variedade e curadoria que têm como objetivo proporcionar qualidade na experiência de compra e nos produtos oferecidos. No terceiro trimestre de 2020, tivemos uma média de aproximadamente 728 mil visitantes únicos mensais (“*Monthly Unique Users*”) em nossas plataformas, que incluem tanto o *website* quanto o aplicativo, sendo que 87% dos nossos clientes são mulheres. Em setembro de 2020, contávamos com mais de 1 milhão de seguidores em nosso perfil do Instagram (sendo a marca mais ativa e com maior quantidade de conteúdo, atingindo aproximadamente 38,7 milhões de impressões<sup>1</sup>), 27,3 milhões de consumidores<sup>2</sup>, quase 2 milhões de fãs na nossa página do Facebook<sup>3</sup> e mais de 11 milhões de acessos ao nosso perfil no Pinterest<sup>4</sup>.

Hoje já somos referência no segmento de Casa e Decoração e temos ampliado a nossa atuação, focando cada vez mais em *lifestyle*, incluindo categorias como moda, cosméticos, ingredientes premium, produtos infantis, etc., que representaram aproximadamente 13% do nosso *Gross Merchandise Value* (GMV) no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (contra aproximadamente 3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017).

### Breve Histórico

A Westwing Brasil foi fundada em 2011 como subsidiária de uma multinacional alemã de mesmo nome que, além do Brasil, estabeleceu operações em vários países da Europa e Ásia. Após um período de rápida expansão de 2012 até 2016 (em que crescemos, em termos de GMV, em média 34% a.a.), passamos a contar com menos investimentos dos nossos antigos controladores, que decidiram focar seus recursos no mercado europeu. Essa retração de investimentos, principalmente nas áreas de tecnologia da informação e *marketing*, resultou em uma desaceleração do nosso crescimento até o ano de 2018, quando nos tornamos totalmente independentes do grupo alemão, após um *management buyout* patrocinado pelo Axxon Group. Desde então temos investido fortemente no nosso crescimento. Os primeiros resultados desses investimentos começaram a aparecer já no segundo semestre de 2019 (no período de agosto a dezembro de 2019, o GMV do ecossistema Westwing<sup>5</sup> cresceu aproximadamente 17% em relação ao mesmo período do ano anterior) e aceleraram em 2020 (crescimento ano a ano de aproximadamente 23% no 1º trimestre, aproximadamente 104% no 2º trimestre e aproximadamente 129% no 3º trimestre).

Enquanto o varejo físico conta com uma grande parcela de suas vendas baseadas em “descoberta e inspiração (impulso)”, empresas tradicionais de e-commerce estão primordialmente focadas em compras por necessidade e busca (“need and search”). Nosso modelo visa a replicar digitalmente a experiência prazerosa do “*window shopping*”, tal como proporcionado pelos *shoppings centers* e lojas especializadas, nas quais o consumidor observa as vitrines e mercadorias por lazer e não necessariamente com a intenção de compra.

Estamos posicionados no atraente mercado de *lifestyle* e que acreditamos estar se movendo rapidamente para o universo digital. Nosso ecossistema consiste primordialmente em três modelos de venda:

- **Westwing Club:** Sem a tradicional “barra de busca”, o Westwing Club funciona como um catálogo vivo, acessado pelos clientes através de um *website* e aplicativo que desenvolvemos internamente, e que se renova todos os dias com campanhas de curta-duração (com média de 4 a 5 dias). Através dessas campanhas diárias, com sortimento amplo e inédito (no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 contava com aproximadamente 14 mil produtos em média por semana, dos quais cerca de 40% eram inéditos), que passam 100% pela curadoria dos nossos *designers*, proporcionamos aos nossos clientes uma dose de inspiração diária, que instiga um sentimento de encantamento e oportunidade, resultando em um nível de engajamento<sup>6</sup> altíssimo.

<sup>1</sup> Impressões representam quantas vezes o conteúdo foi visto por ano

<sup>2</sup> De acordo com o Iconosquare & Influency.me

<sup>3</sup> Segunda maior na categoria varejistas de casa e decoração quando comparado com a base das principais marcas desse segmento no Brasil - Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna e Leroy

<sup>4</sup> Maior perfil de casa e decoração em número de visualizações e seguidores únicos por mês de acordo com o Pinterest

<sup>5</sup> GMV dos canais Westwing Club, WestwingNow e Galerias. Não inclui vendas através de marketplaces de parceiros com a nossa 2ª marca chamada Mezzanine (essas vendas representaram menos de 4% do GMV total da companhia em 2019)

<sup>6</sup> Definimos o termo de engajamento como sendo a frequência de acesso na nossa plataforma e o tempo gasto na mesma por semana



Figura 1 – Experiência de mídia social com foco em descoberta e inspiração  
Fonte: Companhia

- **WestwingNow:** Inauguramos o WestwingNow, que consiste em site e aplicativos complementares ao Westwing Club, em março de 2020, com o objetivo de proporcionar aos nossos clientes uma “experiência de compra Westwing” também quando estão buscando artigos específicos e motivados por uma necessidade imediata. Seu funcionamento é parecido com o de um *e-commerce* tradicional, com “barra de busca”, mas o catálogo de produtos é apresentado de forma ambientada, gerando o que acreditamos ser uma experiência de navegação agradável e diferenciada. Este novo canal tem se mostrado muito eficiente para o desenvolvimento de *cross-selling*, monetizando clientes ativos e não ativos que entraram no ecossistema Westwing através do Westwing Club, mas que estão buscando fazer compras mais racionais, proporcionando um aumento na frequência de compra e “*share of wallet*”.
- **Galerias:** Além dos nossos canais digitais, contamos com uma Galeria de 350 m2 localizada na Vila Madalena, na cidade de São Paulo. A nossa Galeria possui três funções-chave: (i) potencializar vendas através de produtos em estoque e com estratégia de vendas utilizando a estante virtual dos canais do Westwing Club e do WestwingNow<sup>8</sup>, (ii) aumentar a exposição da marca Westwing elevando a nossa eficiência de *marketing*, e (iii) aprofundar o relacionamento com os nossos clientes na cidade de São Paulo, nosso maior mercado. Além da nossa Galeria, na segunda metade de 2020 foram lançados 2 quiosques temporários nos shoppings Pátio Higienópolis e Morumbi, fortalecendo nosso *brand awareness*.



**Marketplace atua como um canal de vendas tático com o valor de opcionalidade**

Figura 2 – Ecossistema com fortes sinergias explorando todo seu potencial  
Fonte: Companhia

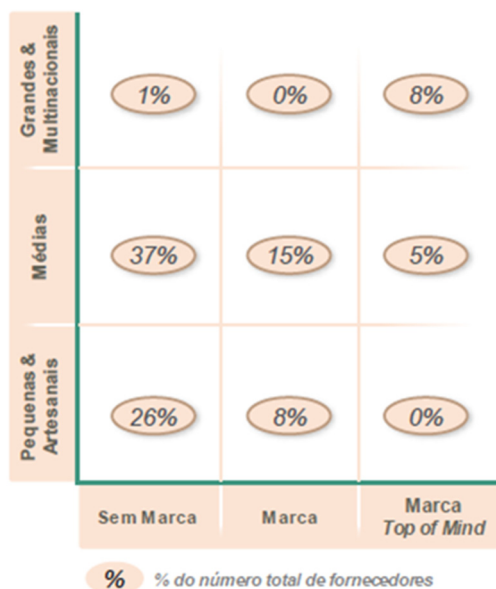
Nosso ecossistema é sustentado pelos nossos clientes e fornecedores, possuindo um forte efeito de rede<sup>9</sup>. Em 30 de setembro de 2020, tínhamos uma base de aproximadamente 9 milhões de usuários cadastrados, mais de 728 mil visitantes únicos mensais (“*Monthly Unique Users*”) e 266 mil clientes ativos (clientes que efetuaram compras pelo menos uma vez nos últimos doze meses). Essa base de clientes está em constante contato conosco através das newsletters diárias, com altos níveis de engajamento e recorrência. Em média, nossos clientes ativos visitam a nossa plataforma (sites + apps) aproximadamente 4 vezes por semana e passam aproximadamente 40 minutos logados por semana. Esse alto engajamento se traduz em uma alta frequência de compra, de aproximadamente 1 pedido a cada três meses (quatro compras por ano, em média), sendo que 84% dos pedidos são realizados por clientes recorrentes (clientes que compraram em nossas plataformas pelo menos duas vezes).

<sup>7</sup> Representatividade das compras feitas por consumidores na Westwing vis-a-vis suas compras totais no varejo  
<sup>8</sup> Conceito de estante virtual consiste na venda de produtos dentro da loja através dos nossos canais de sortimento *online* com entrega dos produtos direto para a casa dos clientes  
<sup>9</sup> Quanto mais fornecedores e mais clientes são adicionados ao ecossistema mais valor é criado para todas as partes

Este alto nível de engajamento em comparação a outras empresas de e-commerce ocorre devido ao que chamamos de "freshness", que consiste na sensação que os nossos clientes têm ao vivenciarem sempre uma nova experiência Westwing a cada acesso. Acreditamos que essa sensação é sustentada pelo nosso modelo de campanhas, que apresenta cerca de 14 mil SKUs ("Stock Keeping Unit"<sup>10</sup>) semanalmente aos clientes, e pela qualidade do nosso conteúdo. Esses SKUs fazem parte da nossa base de mais de 1 milhão de SKUs cadastrados, e são representados por mais de 3 mil fornecedores – de grandes multinacionais a pequenos artesãos, cadastrados em nosso ecossistema. Esses produtos são apresentados de forma ambientada, através de um conteúdo editorial e vídeos que em grande parte são produzidos em nossos três estúdios próprios, localizados nas cidades de São Paulo e Jundiá. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, realizamos aproximadamente 14 mil inserções de conteúdo em nossas plataformas, incluindo 136 vídeos.

Destaca-se abaixo a diversa base de fornecedores de alta qualidade da Companhia:

#### Diversa base de fornecedores de alta qualidade<sup>(1)</sup>...



Nota: <sup>(1)</sup> 3T20 excluindo importações.

Além da venda de produtos desenvolvidos por terceiros, também contamos com coleções exclusivas desenvolvidas pelo nosso time interno de design (*private label*) e produzidas em caráter exclusivo por nossos parceiros comerciais. Acreditamos que esses produtos agregam à nossa diferenciação, contribuem para o aumento no volume de vendas, fidelidade e rentabilidade (aproximadamente 10,6 p.p. a mais de margem de contribuição em relação a produtos de terceiros, representando a média do período de janeiro de 2017 até 30 de setembro de 2020). O *private label* tem ganhado muita relevância no nosso ecossistema, passando de 16 mil SKUs em 31 de dezembro de 2017 e 8,8% do GMV do Westwing Club no exercício social de 2017 para 22 mil SKUs em 30 de setembro de 2020 e 14,6% do GMV do Westwing Club no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Nossas coleções de *private label* desempenham um papel ainda mais importante no WestwingNow, onde, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representaram 36,4% do GMV.

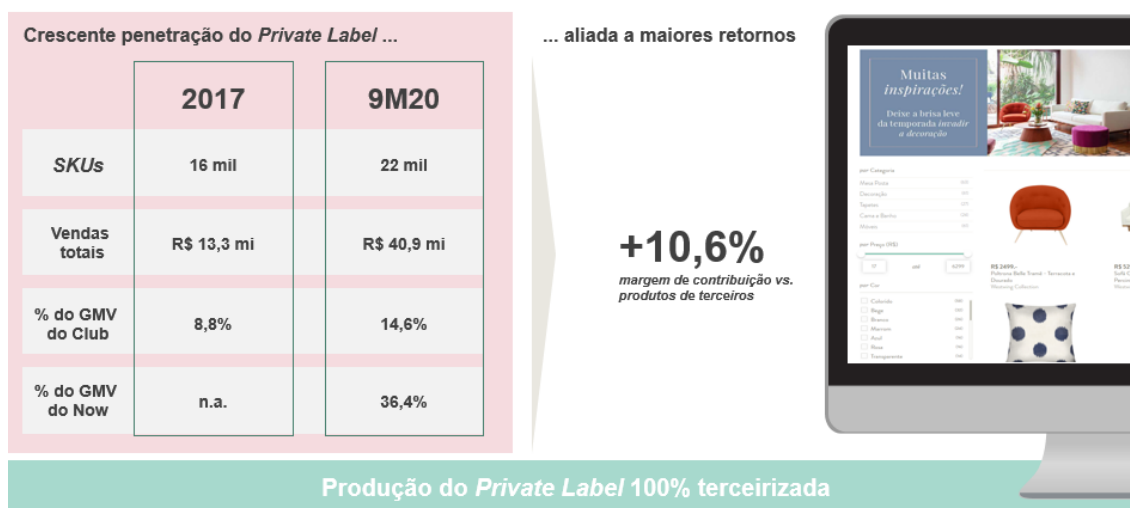


Figura 3 – *Private Label*: significativa alavancagem de valor adicional no ecossistema  
Fonte: Companhia

<sup>10</sup> Unidade de Manutenção de Estoque, termo logístico utilizado para controle de produtos no estoque



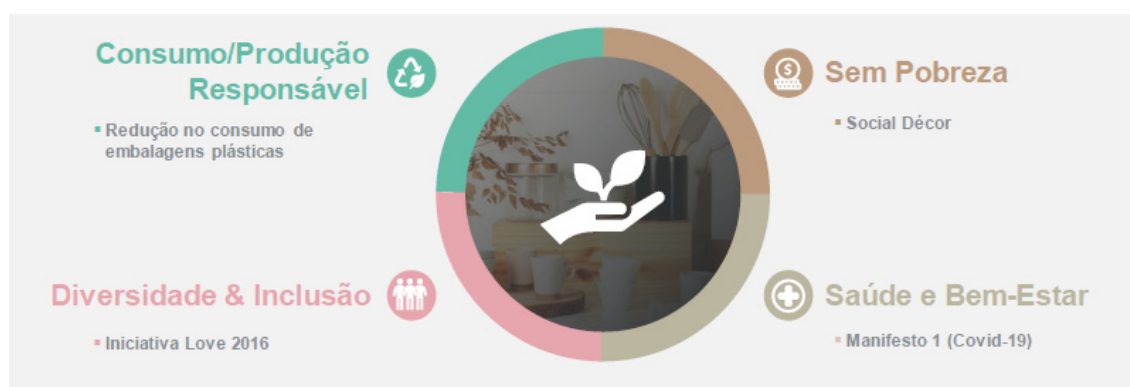
Desta forma, a Companhia implementa campanhas de vendas de curta duração, baseada em três ingredientes principais: curadoria, frescor e qualidade na apresentação editorial, que se retroalimentam. A título ilustrativo, no período de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2020, a Companhia divulgou uma média de 58 campanhas por semana (com duração individual de 4 a 5 dias), contando com a curadoria metódica dos times de Estilo e Comercial, compreendendo uma variedade de cerca de 14.000 itens (dos quais aproximadamente 40% foram inéditos) e 20 mood pictures produzidos em seus estúdios fotográficos próprios.

### Responsabilidade socioambiental (ESG)

Possuímos uma agenda de ESG estruturada, com foco em (i) Responsabilidade no Consumo e Produção, (ii) Diversidade e Inclusão, (iii) Combate à Pobreza e (iv) Saúde e Bem-Estar.

Entre as diversas iniciativas nessas quatro frentes, vale destacar a redução no consumo de plástico nas nossas embalagens: em 2016 iniciamos um projeto para desenvolver novas técnicas de embalagem e encontrar materiais alternativos ao plástico bolha, ao *air pad* (bolsa de ar) e à fita plástica, que eram os principais materiais plásticos presentes em nossas embalagens naquela época. Como resultado desse projeto, após 4 anos conseguimos reduzir de forma significativa o uso desses materiais na nossa operação, substituindo por outros à base de papel e celulose. Essa inovação gerou 76% de redução no nosso consumo de plástico, o que significa uma redução anual de mais de 122,7 toneladas desse material.

Em decorrência desse modelo de negócios, estratégias e iniciativas, a Companhia recebeu, em 2019, o prêmio de *Best Home & Living Store in Brazil*, pela *Global Innovation Award*. Adicionalmente, a Companhia foi uma das cinco finalistas da categoria *market place / loja de departamento* do Prêmio E-Commerce Brasil 2020, premiação concedida pela Academia E-Commerce Brasil em eleição realizada em fases inteiramente técnicas, com indicações de 250 membros da academia. Vale destacar que a Companhia compartilhou o protagonismo na final da premiação ao lado de outras quatro companhias abertas: Mercado Livre, Amazon, Magazine Luiza e Lojas Americanas.



### Informações Operacionais e Financeiras Selecionadas

Os resultados nos últimos anos mostram forte tração em termos de crescimento e rentabilidade. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, alcançamos R\$270 milhões de GMV vs. R\$139 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 95%. Em termos de receita líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, alcançamos R\$168 milhões vs. R\$93 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 80%.

Apresentamos um forte e sustentável crescimento nos últimos três exercícios sociais, mesmo diante das desafiadoras condições macroeconômicas enfrentadas recentemente pelo Brasil. A tabela abaixo apresenta informações financeiras e operacionais selecionadas da Companhia nos períodos indicados:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<b>Informações operacionais e financeiras</b>					
GMV ('000 BRL) <sup>11</sup>	270.354	138.633	185.506	170.025	154.499
Clientes únicos <sup>12</sup>	240.340	123.660	158.461	143.149	129.989
Receita líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Lucro bruto	78.429	42.109	60.217	52.575	49.765
EBITDA	10.360	2.810	4.762	7.940	7.617
Lucro líquido	17.058	(1.018)	(1.474)	2.832	2.382
Margem Bruta (%)	46,7%	45,2%	46,0%	44,2%	43,5%
EBITDA / Receita líquida (%)	6,2%	3,0%	3,6%	6,7%	6,7%
Margem Líquida (%)	10,2% <sup>13</sup>	(1,1%)	(1,1%)	2,4%	2,1%

Figura 4: GMV do Westwing Club por cohort  
Fonte: Companhia

<sup>11</sup> GMV (*Gross Merchandise Value* ou Volume Bruto de Mercadoria) é o volume total de mercadorias transacionado nas plataformas

<sup>12</sup> Clientes que fizeram pelo menos uma compra no exercício. Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via MarketPlace (Mezzanine) ou via PDV (Ponte de Venda – PDV) na nossa loja física (Galeria Westwing)

<sup>13</sup> Lucro líquido refletindo impacto positivo de imposto de renda e contribuição social diferido em junho

Na imagem abaixo a Companhia apresenta alguns de seus resultados:



	Jul/20 a Set/20	Abr/20 a Jun/20	Jan/20 a Mar/20	Out/19 a Dez/19
<b>EBITDA</b>	7.540	3.010	(190)	1.952
<b>Margem EBITDA</b>	9,2%	5,7%	(0,6)%	5,2%

<b>Cálculo do EBITDA</b>	Jul/20 a Set/20	Abr/20 a Jun/20	Jan/20 a Mar/20	Out/19 a Dez/19
(R\$ mil, exceto %)				
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício</b>	<b>3.667</b>	<b>15.831</b>	<b>(2.553)</b>	<b>(456)</b>
(+) Resultado financeiro líquido	1.562	1.886	1.195	808
(+) Depreciação e amortização	1.021	796	934	700
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	1.290	(15.503)	234	900
<b>EBITDA</b>	<b>7.540</b>	<b>3.010</b>	<b>(190)</b>	<b>1.952</b>
Receita operacional líquida	81.940	52.874	33.052	37.746
<b>Margem EBITDA</b>	<b>9,2%</b>	<b>5,7%</b>	<b>(0,6)%</b>	<b>5,2%</b>

## Pontos Fortes

### Atuação em um Mercado Grande e Com Alto Potencial de Crescimento

De acordo com Euromonitor International Limited, o mercado de *e-commerce* de *Home & Garden* no Brasil tem um tamanho de R\$8,9 bilhões<sup>14</sup> em receita, enquanto o mercado total de *Home & Garden* apresenta um tamanho de R\$107 bilhões em receita. Já o nosso mercado total potencial de *lifestyle*<sup>15</sup> conta com um tamanho de R\$422 bilhões em receita.

Adicionalmente, o mercado de *e-commerce* no Brasil cresce de maneira acelerada. Importante ressaltar que mesmo com forte crescimento do setor de *e-commerce* no Brasil nos últimos anos, o segmento focado em *Home & Garden* ainda apresenta uma baixa penetração sobre vendas de varejo de 8,3% em 2019, principalmente quando comparado com outros países (como Estados Unidos com 11,0%, em 2018). Tais métricas ilustram o potencial de expansão e crescimento ainda mais significativo desse setor no Brasil para os próximos anos.

Consequentemente, como um importante player nativo digital nesse setor, acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiarmos desse crescimento de mercado.

### Descoberta e Inspiração como Forte Diferencial Alavancando Diferentes Formatos e Propostas (Conveniência e Phygital)

Ao contrário da maioria dos varejos *e-commerce*, focados em necessidade e busca ("need and search"), temos como estratégia primária o foco na descoberta e inspiração (principalmente via Westwing Club) como principal diferencial do nosso modelo de negócio. Isso nos traz um alto engajamento de clientes, que se traduz em uma grande eficiência de *marketing*. Essa estratégia é então alavancada com outros dois formatos complementares que endereçam outros momentos de compras: conveniência/necessidade e *phygital* (o encontro entre o físico e o digital na experiência de compras).

- **Descoberta e Inspiração:** O formato Westwing Club conta com campanhas de duração de 4 a 5 dias, sortimento amplo, que passam 100% pela nossa curadoria, apresentando métricas de nível de engajamento extremamente altas.
- **Conveniência/Necessidade:** O WestwingNow é um modelo novo, baseado na compra por necessidade e procura. Esse modelo busca a rentabilização de compradores ativos e não ativos capturados através do Westwing Club em momentos que estes estejam focados em compras mais racionais e planejadas.
- **Phygital:** Experiência por meio de compras na Galeria, que tem o propósito não só de potencializar as nossas vendas no mundo físico, mas principalmente de oferecer aos nossos clientes a oportunidade de entrar em contato com a nossa marca e tangibilizar a experiência Westwing, visando também aumentar a percepção e reconhecimento da nossa marca. Acreditamos que esse aumento de percepção e reconhecimento da marca tem um efeito positivo na eficiência das nossas estratégias de *marketing* para aquisição de novos usuários. Além disso, as galerias geram vendas digitais adicionais através dos canais de WestwingNow e Westwing Club.

Em todos esses canais, oferecemos aos nossos clientes produtos desenvolvidos por terceiros e coleções exclusivas, desenvolvidas pelo nosso time de design (*private label*). Através do *private label* acreditamos que somos capazes de atrair maior fidelidade e rentabilidade, uma vez que esse modelo possui margem maior de contribuição quando comparado com produtos de terceiros.

### Plataforma Digital com Alto Engajamento e Recorrência

Por oferecermos uma experiência de compra que acreditamos ser única no Brasil, desde a descoberta dos produtos por nossos clientes até a entrega calcada em uma ampla variedade de produtos e conteúdo, nosso ecossistema permite gerar alto engajamento, recorrência e fidelidade, conforme detalhado abaixo:

- **Engajamento:** Em setembro de 2020, nossos compradores acessavam nossas plataformas (site e/ou aplicativo), em média, 4 vezes por semana. Além disso, em média, esses compradores passam cerca de 40 minutos navegando nossas plataformas, o que reflete um nível de engajamento sem precedentes para o *e-commerce*, similar ao engajamento em redes sociais. O grupo de *heavy users* de nossa base de compradores, com 35 mil clientes em 30 setembro de 2020, tem um nível de engajamento ainda maior – acessando nossas plataformas em média 18 vezes por semana, e passando um total de 125 minutos por semana em nosso ecossistema.

<sup>14</sup> Receita bruta. Dados de 2019

<sup>15</sup> Inclui vestuário e calçado, produtos de beleza e cuidados pessoais, produtos de luxo, produtos de casa e jardim

- **Fidelidade e Recorrência ("Loyalty and Engagement"):** 84% das compras realizadas nas nossas plataformas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram realizadas por compradores recorrentes, ou seja, compradores que já fizeram 2 compras ou mais na nossa plataforma.

Possuímos um modelo de receita que acreditamos apresentar comportamento similar ao de empresas de *Software as a Service* (SaaS), dado o alto nível de recorrência de compras dos nossos usuários. Conforme observado na figura abaixo do GMV dos 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 do Westwing Club, aproximadamente 87% vieram de safras de clientes ("cohorts") adquiridas (cadastradas) no período anterior a 2020, enquanto os 13% vieram de *cohorts* adquiridas durante o período de 2020.

Esse modelo permite que nossos investimentos em *marketing* possam ser altamente direcionados à conquista de novos clientes, sem necessidade de altos volumes de investimentos para manter a monetização dos *cohorts* já adquiridos. Esse tipo de dinâmica é o que permite as empresas de SaaS crescer rapidamente quando aceleram o investimento em *marketing*.

#### GMV Bruto do Westwing Club por cohort (ano de cadastro)

R\$ milhões

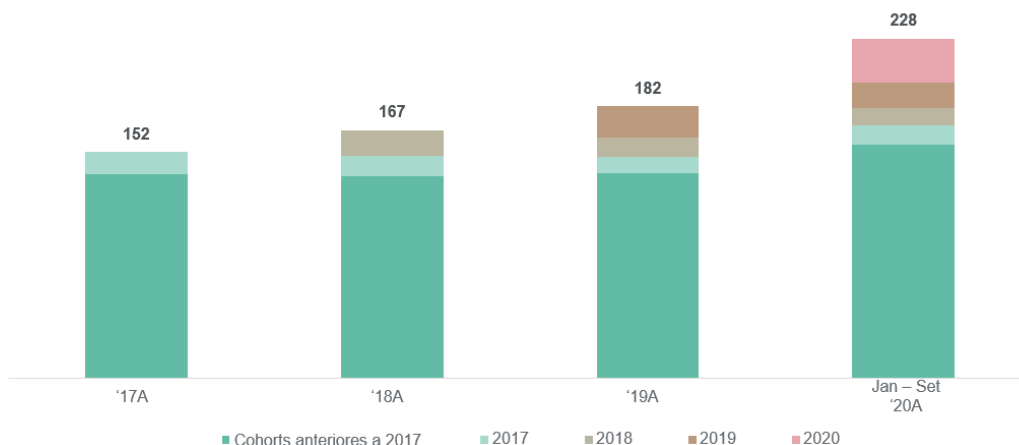


Figura 4: GMV do Westwing Club por cohort  
Fonte: Companhia

#### Nossa tecnologia é 100% proprietária<sup>16</sup>

Para conectar nossos clientes e fornecedores, construímos uma plataforma única, com tecnologia 100% proprietária desenvolvida pelo nosso time de tecnologia, que hoje conta com mais de 70 profissionais. Nossa equipe está organizada em *squads* multidisciplinares e incorpora elementos de *Scrum* e *design thinking* que trazem criatividade e eficiência ao nosso processo de desenvolvimento. Possuímos uma abordagem "mobile first", suportada por um aplicativo de celular inovador, construído com lógica similar a de redes sociais, com o princípio de *browse* (navegação) e *discover* (descoberta), potencializando o engajamento e fidelidade dos nossos consumidores. Em média 73% dos acessos à nossa plataforma são realizados por algum dispositivo móvel e 67% das nossas vendas são realizadas via dispositivos móveis, percentual bastante superior à média de e-commerces tradicionais.

A arquitetura dos nossos sistemas foi desenhada para ter alta performance e proporcionar uma experiência de navegação fluida e agradável para os nossos consumidores, utilizando tecnologias avançadas de *Cloud Computing* (computação em nuvem), com sistemas de escalonamento de servidores e monitoramento que fornecem a capacidade de processamento necessária para que nossos sistemas suportem altos picos de tráfego em nossos aplicativos e sites sem afetar a experiência do usuário.

#### Forte capacidade de prospecção e desenvolvimento de fornecedores

Além de já possuímos mais de 3 mil fornecedores e 1 milhão de SKUs cadastrados em nossa plataforma, temos uma forte capacidade de prospecção e desenvolvimento de novos fornecedores. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, adicionamos 346 fornecedores e mais de 137 mil SKUs novos à nossa base. Temos um forte relacionamento com os nossos fornecedores, além das parcerias comerciais, que geram vendas significativas, também proporcionamos a eles um meio fortíssimo de divulgação e construção de marca. Essa capacidade de prospecção e desenvolvimento de fornecedores tem se aplicado não só à categoria de Casa & Decoração mas também a *lifestyle*.

#### Ecossistema de logística tailor-made

Nós contamos com um centro de distribuição de alta tecnologia e operação própria, com duas plantas que totalizam 15.567,5 metros quadrados que operou mais de 3 milhões de produtos nos últimos 12 meses (base setembro 2020) (a partir de 2021 teremos um novo CD que elevará nossa área total para 28.000 metros quadrados e que já está contratado). Possuímos altos padrões de controles internos, um time qualificado e especializado em design de embalagens, bem como um sistema proprietário de *warehouse management system* (WMS), desenvolvido pela nossa equipe de tecnologia, sob medida para as nossas operações.

Nossa cadeia de fornecimentos é versátil e foi desenhada de forma a otimizar o nosso modelo de negócio, permitindo a oferta diária de uma grande variedade de novos produtos, com baixa necessidade de capital e baixo risco de estoque. Trabalhamos com quatro diferentes formatos logísticos<sup>17</sup>: *Cross-Docking*, *Drop-Shipping*, Estoque Próprio e *Ship-from-Store*.

<sup>16</sup> Os sistemas principais do nosso negócio, tais como os aplicativos de celular (*frontend e backend*), o site (*frontend e backend*), o sistema de catálogos de produtos, o sistema de gestão de campanhas, o sistema de cadastro de fornecedores, o WMS (sistema de gestão do armazém e controle de estoque), e o Portal do Fornecedor, entre outros, foram desenvolvidos pela nossa equipe de tecnologia

<sup>17</sup> Conforme detalhado na seção 7.3 do FRE



Na logística de entrega dos produtos aos clientes (*last-mile*), desenvolvemos uma malha própria buscando gerar melhor nível de serviço aos clientes, além de redução de custo e de tempo de entrega. Essa malha, chamada de Westlog, é composta por veículos próprios e de parceiros, e realiza entregas na região da grande São Paulo. Em outubro de 2020, iniciamos a operação de um *hub* urbano, que é um centro de processamento de entregas localizado na Zona Oeste de São Paulo para otimizar a distribuição dos pedidos pela Westlog e aumentar a capacidade da nossa malha logística. Após a inauguração deste *hub*, a Westlog passou a ser responsável por 86% (base novembro 2020) das entregas da Grande São Paulo (que representa cerca de 30% do nosso volume total de entregas) e passa a ter capacidade para atender até 90% de toda a demanda de pedidos da região.

#### Métricas Atrativas de Retorno

Acreditamos que possuímos métricas de retorno altamente atrativas em decorrência da nossa estratégia de *marketing* assertiva, focada no *marketing* direcionado, que tem gerado fortes resultados. Se compararmos o retorno dos usuários na plataforma ("CLV") ao custo de aquisição de novos usuários ("CAC"), somos capazes de alcançar o *break-even* em um mês, de superar em até 3,0x o CAC em 12 meses e até 7,0x em 24 meses. É possível observar esse retorno no gráfico abaixo, onde mostramos os *cohorts* de cadastro dos formatos Westwing Club e WestwingNow para os períodos de 2017 – Set'2020.

#### Análise de CLV / CAC

"X" vezes, com base na análise de *cohorts* 2017-20

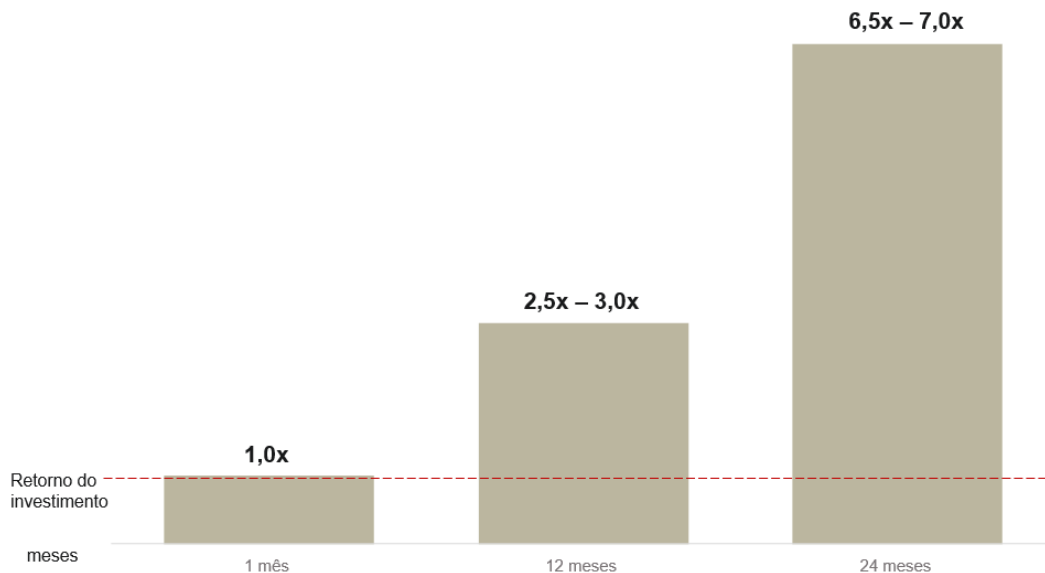


Figura 5: Análise de CLV / CAC  
Fonte: Companhia

Esse retorno está baseado na nossa capacidade de atrair *cohorts* cada vez mais atrativos, e nossa capacidade de continuar rentabilizando os *cohorts* de maneira recorrente. Conforme observado no gráfico abaixo, a cada semestre conseguimos trazer *cohorts* maiores e também conseguimos gerar um nível de engajamento e recorrência de compras igual ou superior aos *cohorts* anteriores.

### GMV acumulado por cohort de cadastro (R\$ mi)

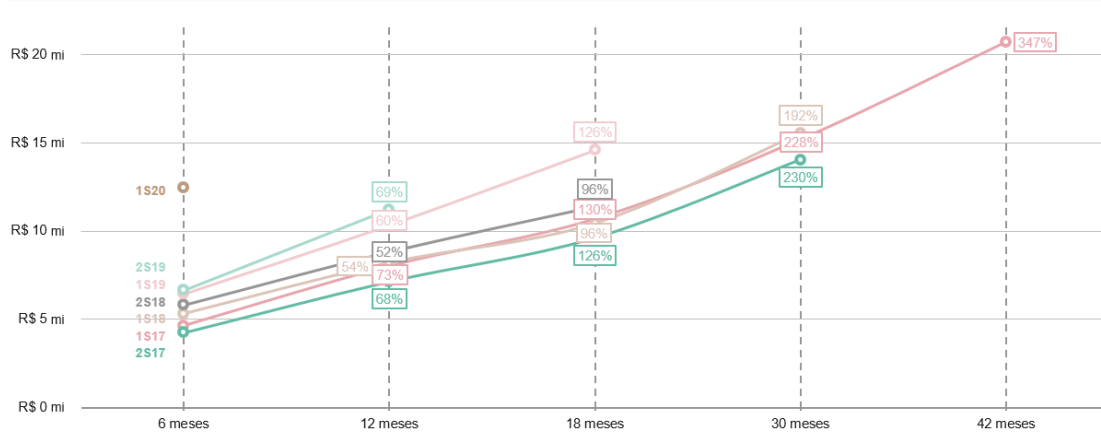


Figura 6: Crescimento do GMV por cohort  
Fonte: Companhia

Além disso conseguimos gerar eficiência em nossa estratégia de *marketing* ao ser uma das primeiras empresas brasileiras a investir em *marketing* de conteúdo (produção e disseminação de conteúdo em redes sociais e outros canais), geração de engajamento orgânico em redes sociais e parcerias (*collabs*) com influenciadores digitais e celebridades, como Deborah Secco, Giovanna Antonelli, Bela Gil, Claude Troisgros, Helena Rizzo, entre outras. É comum que empresas de e-commerce tradicional dependam fortemente de alto volume de investimentos em *marketing* de performance (principalmente em plataformas como o Google) de forma a manter e aumentar suas receitas. Nossa estratégia de *marketing* reduz a necessidade de grande volume de investimento em *marketing* de performance.

Na comparação entre 2016 e os nove primeiros meses de 2020 passamos de um número total de aproximadamente 14 milhões de impressões em redes sociais para mais de 991 milhões (um incremento de quase 71 vezes). Em termos de alcance (soma das visualizações únicas de cada conteúdo postado), o crescimento passou de aproximadamente 5 milhões em 2016, para aproximadamente 638 milhões, nos primeiros nove meses de 2020<sup>18</sup>.



Figura 7: Forte presença na mídia social e estratégias de collab promovem o conhecimento da marca para clientes existentes e em potencial

Fonte: Companhia, Pinterest, Instagram: Iconosquare & Influency.me quantidade de posts nos últimos 30 dias considerando Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna, Casa Riachuelo e Leroy; Facebook: comparado a base das principais marcas (Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna e Leroy);

### Time Multidisciplinar Qualificado com Cultura Direcionada a Resultados

Nosso corpo executivo é composto por profissionais qualificados, com ampla experiência em comércio eletrônico, desenvolvimento de marca, tecnologia e logística. Trata-se de um time multidisciplinar, orientado a execução, com competências diversas e objetivos alinhados. Além disso, os interesses dos nossos administradores estão altamente alinhados com os de nossos acionistas, uma vez que nossos principais executivos são beneficiários de planos de ações (*stock-option*). Para mais informações sobre o nosso plano de ações, vide item 13 do Formulário de Referência.

<sup>18</sup> Dados consolidados de Instagram + Facebook + Pinterest. Dados do Pinterest para os períodos de junho a dezembro de 2019. Impressões representam quantas vezes o conteúdo foi visto no período e alcance é medido em soma do total de visualizações únicas de cada conteúdo postado no período

Nossa cultura tem foco no cliente, buscando inovação ágil, trabalho colaborativo e cuidado com as pessoas e com nossos *stakeholders*. Como consequência dessa cultura, nós fomos anunciados como vencedores (1ª posição) do Ranking Geral de Cultura Ética do Setor de Varejo e Atacado, segundo pesquisa publicada em setembro de 2020 pela Virtuous Company, que incluía 1.871 organizações brasileiras<sup>19</sup>.

Posição no Setor	Empresa
1	Westwing
2	Reserva
3	Privalia
4	Fnac
5	Magazine Luiza

Figura 8: Top 5 colocadas no Ranking Geral de Cultura Ética do Setor de Varejo e Atacado (2º Relatório do Ranking Virtuous Company Consultoria e Educação Executiva de Cultura Ética® 2020)  
Fonte: Relatório Virtuous Company

### Pilares Tecnológicos, Processos de Qualidade e Cultura Organizacional

A Companhia conta com Sistema de Gerenciamento de Armazenagem (WMS) de desenvolvimento próprio, garantindo maior afinidade com seu modelo de negócios e dando suporte à tomadas de decisão fundadas nas informações, veiculadas em tempo real por meio de dashboards. Suas funcionalidades garantem configuração responsiva, capaz de manipular itens de maiores dimensões e peso e, ao mesmo tempo, com flexibilidade de ajuste da sua capacidade e adaptação a diferentes layouts de unidades de armazenagem.

Como pontos-chave, destacam-se os processos consolidados de planejamento de vendas e operações (S&OP process), que contam com Comitê de Ferramenta de Qualidade 5S (conjunto de ferramentas utilizadas por uma companhia para promover a qualidade) e time específico de design de embalagens.

Todas as ferramentas e processos são manipulados e mantidos por um time de alta performance, com forte engajamento na cultura organizacional de inovação e do "Faça Você Mesmo", e com baixo índice de turnover (em média 3,4 anos de permanência dos profissionais).

### Estratégias de Crescimento

Os elementos-chave da nossa estratégia de crescimento são descritos abaixo:

#### Aumento de investimento em marketing

Como temos um LTV/CAC muito elevado, vemos uma grande oportunidade de potencializar o crescimento através de um maior investimento em *marketing*. Vemos potencial para aumentar o investimento em *marketing* de conteúdo, marca, *collabs*, além de *marketing* de performance.

O investimento em *marketing* contribui para o nosso contínuo desenvolvimento da estratégia de negócios, uma vez que é através desses investimentos que fortaleceremos nossa marca, mantendo indicadores financeiros atrativos e aumentando o número de cadastros, clientes e compras em nossa plataforma. Além disso, pretendemos aumentar nossos investimentos em *marketing* de forma a expandir nosso portfólio de produtos, bem como para atingir mercados adjacentes, e aumentar nossa presença nas mídias sociais.

#### Maior investimento em tecnologia e logística proprietárias

Buscamos aumentar nosso investimento em tecnologia para continuar nossa jornada de inovação, baseada em *machine learning* e personalização, e melhorar a oferta de campanhas e produtos que oferecemos aos nossos usuários. Nossa jornada começou com um maior investimento em *analytics*, hoje passa por um aumento da infraestrutura e início das personalizações e visando oferecer uma oferta personalizada (de campanhas e produtos) totalmente automatizada, utilizando a estratégia de estante virtual.



Figura 9: Nossa oferta: jornada de personalização baseada em analytics e machine learning

Notas: <sup>1</sup>Ferramenta de automação de engajamento; <sup>2</sup>Perda de clientes ativos

Fonte: Companhia

<sup>19</sup> Através de um extenso trabalho que analisou de maneira pioneira cerca de 377 mil avaliações de colaboradores de 1.871 organizações brasileiras publicadas no site Glassdoor ao longo dos últimos 5 anos

Também buscamos investir em melhorias contínuas da nossa plataforma para suportar o crescimento futuro do negócio. Como consequência dessa expansão em investimentos tecnológicos, buscamos também aumentar nossa equipe de tecnologia.

Em relação a logística, vamos investir principalmente: (i) na expansão para um novo centro de distribuição e na modernização da nossa operação, ganhando assim eficiência e capacidade, (ii) criação de novos hubs urbanos da Westlog em outras cidades e (iii) expansão da frota própria de veículos da Westlog. Acreditamos que todos esses investimentos serão traduzidos em melhor nível de serviço para os nossos clientes, menor tempo de entrega e custo mais baixo. Sobre a redução do tempo de entrega, temos algumas iniciativas mapeadas (descritas na imagem abaixo) que acreditamos ter o potencial de reduzir o tempo de entrega do Westwing Club em aproximadamente 50% e do WestwingNow em aproximadamente 60%.

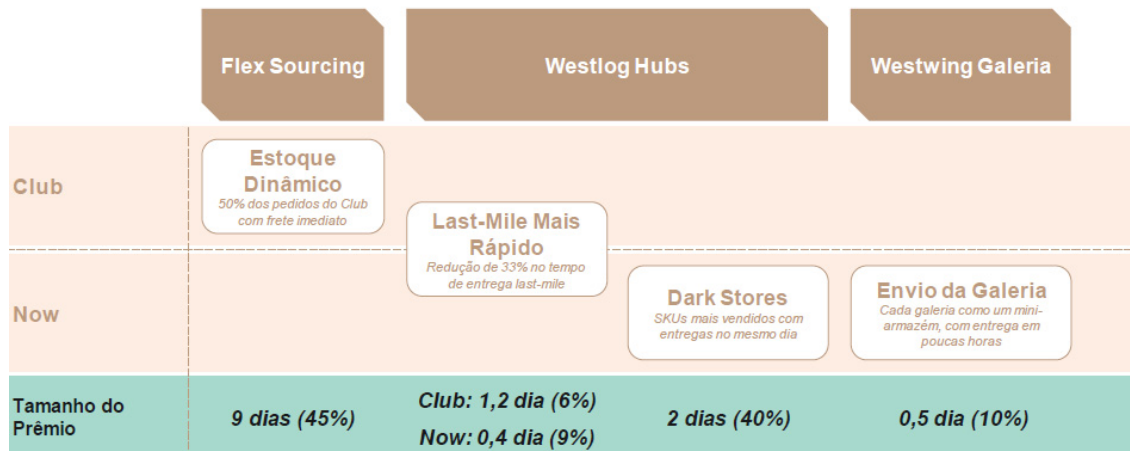


Figura 10: Inovações para reduzir o tempo de entrega

Notas: <sup>1</sup>Redução no tempo de entrega *last-mile*: premissas utilizadas para estimar o potencial de redução de tempo de entrega; <sup>2</sup>*Dark Stores*: Local exclusivo para o armazenamento, separação e envio de produtos comercializados online  
Fonte: Companhia

#### Expansão de categorias dentro do universo de lifestyle

Ao longo dos últimos anos ampliamos o sortimento de produtos principalmente na categoria de casa e decoração, mas também fomos capazes de ampliar nossa oferta de produtos em categorias adjacentes, como produtos de beleza, moda, ingredientes premium, entre outros. Essa estratégia foi acompanhada de um aumento de conversão média<sup>20</sup> na plataforma, uma vez que a existência de mais categorias na oferta contribui para o aumento de ocasiões e oportunidades de compra. Em 2017, pouco mais de 3% do GMV do Westwing Club vinha de categorias fora de casa e decoração e a conversão média nessa plataforma foi de 1,7%. Ao longo dos anos, a parcela do GMV referente a essas categorias foi crescendo, chegando a mais de 13% nos primeiros 9 meses de 2020, período no qual a conversão do Westwing Club alcançou 2,8%.



Figura 11: Expansão para outras categorias  
Fonte: Companhia

Nesse sentido, pretendemos continuar expandindo nosso portfólio de produtos ofertados, e nossa atuação nas categorias de *lifestyle*, buscando cada vez mais engajamento, recorrência e rentabilidade.

<sup>20</sup> Número de compras diárias dividida por quantidade de acessos únicos diários

## Expansão do WestwingNow e das nossas Galerias

Temos como uma das nossas principais alavancas de crescimento a contínua expansão do WestwingNow e das nossas Galerias, alavancando as sinergias com o modelo de inspiração e descoberta do Westwing Club. A expansão do WestwingNow visa endereçar compras mais racionais e baseadas em necessidades, enquanto a expansão das Galerias visa a fortalecer a experiência dos clientes com a nossa marca trazendo benefícios para o nosso reconhecimento de marca e a eficiência do nosso *marketing*. Além disso, as Galerias potencializam a nossa omnicanalidade uma vez que permitem expandir nossas estratégias<sup>21</sup> de *ship from store*, *pick up in store* e *return in store*.

O formato WestwingNow, apesar de ter pouco mais de dez meses de existência, apresentou forte crescimento, ganhando cada vez mais tração, como é possível observar no gráfico abaixo. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o formato WestwingNow contribuiu 26 p.p. para o crescimento da companhia em termos de GMV. Adicionalmente, o WestwingNow aumentou o nível de faturamento da Galeria, dado que muitas compras realizadas na Galeria são direcionadas para a estante virtual do WestwingNow.

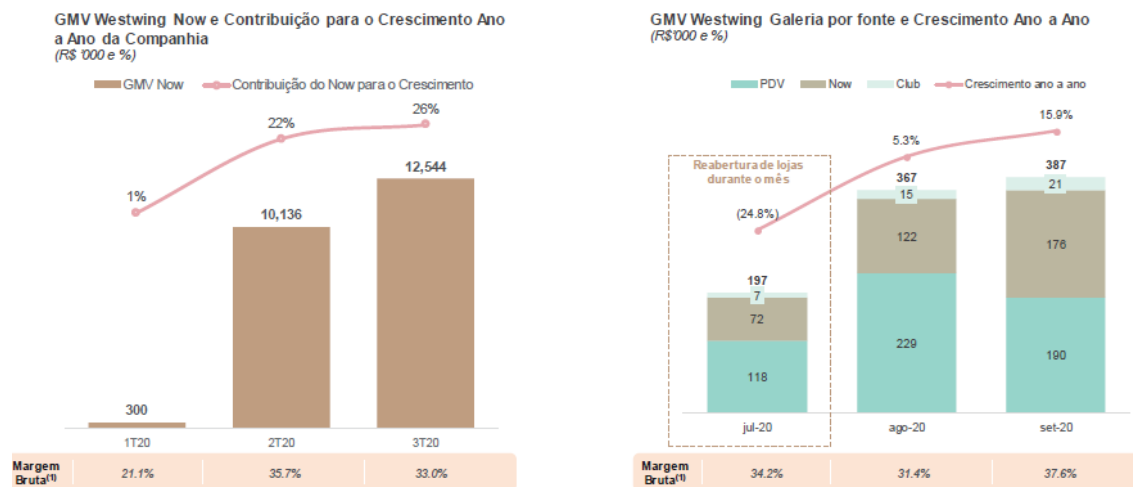


Figura 12: Expansão do formato WestwingNow

Nota: 1O GMV do WestwingNow considera o total gerado na plataforma WestwingNow (site + app), incluindo também a parcela que é vendida na Galeria  
Fonte: Companhia

Existe grande sinergia entre os formatos, sendo que mais de 90% da receita bruta gerada pelo formato WestwingNow provém de clientes originalmente cadastrados no formato Westwing Club. Essa sinergia na aquisição de clientes é um grande diferencial para o WestwingNow em relação a outros negócios de comércio eletrônico, que para adquirir clientes têm que desembolsar quantias significativas em investimentos de *marketing*.

A sinergia entre o WestwingNow e a Galeria também é notória. Ao longo dos primeiros meses de funcionamento concomitante desses dois formatos, as vendas de estante virtual do WestwingNow dentro da Galeria cresceram substancialmente, chegando a aproximadamente 45% do GMV da Galeria em setembro de 2020.

Ambos formatos apresentam maior margem bruta<sup>22</sup> que o Westwing Club (margem bruta de aproximadamente 25%) por contarem com maior representatividade de produtos *private label* mas, por outro lado, requerem um pouco mais de investimento em estoque. Acreditamos que não só geramos maior crescimento, mas também maior rentabilidade à medida que expandimos esses dois formatos.

### Expandir o investimento em *private label* (marca própria)

Os principais objetivos estratégicos da expansão em *private label* são: (i) fidelização de clientes através de um portfólio amplo, diferenciado e de qualidade, (ii) maior rentabilidade dado que esses produtos possuem maior margem, (iii) ferramenta de construção de posicionamento da marca da Westwing e (iv) maiores vendas (itens *best sellers*, com os produtos de marca própria representando maior volume de venda dentre os nossos produtos).

O nosso acervo de produtos de *private label* é bastante assertivo. Esses produtos são produzidos e comercializados apenas após uma extensa análise de dados dos nossos consumidores, que extraímos diariamente da nossa plataforma, e após entendermos ao certo qual a demanda e o que exatamente está faltando para os nossos clientes, de forma a mitigar riscos de concentração de estoque.

Os nossos produtos *private label* estão entre os preferidos de nossos clientes, fato que foi observado através de uma pesquisa realizada em março de 2020 que demonstrou que, dentre os 32 produtos mais curtidos e comentados no nosso Instagram, 21 eram produtos *private label* (apesar da maioria dos produtos ofertados e divulgados não serem da linha *private label*).

Acreditamos que a combinação do nosso modelo diferenciado de negócios com seus diferentes (e complementares) formatos com a nossa estratégia de *private label* fortalece ainda mais a nossa posição competitiva dentro dos mercados que atuamos.

### Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os nossos pontos fracos, obstáculos e ameaças são contemplados nos fatores de risco, conforme descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

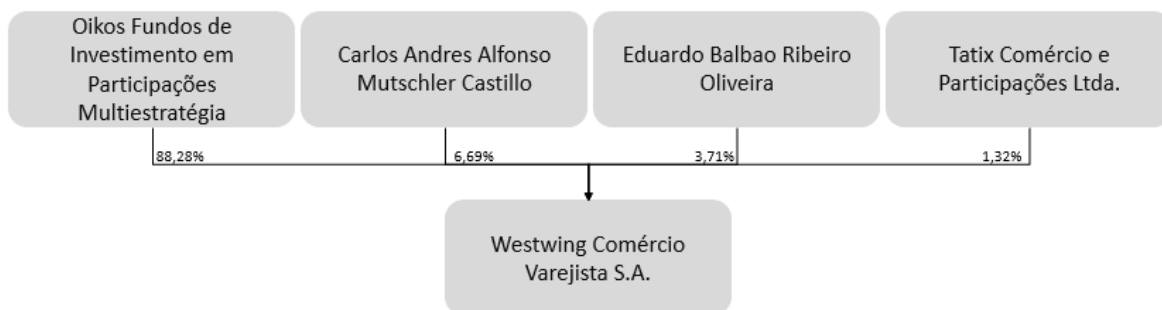
<sup>21</sup> Ship from store detalhado na seção 7.3 do FRE, pick up in store significa a possibilidade de coletar produtos comprados *online* na loja física, return in store significa a possibilidade de devolver produtos comprados *online* na loja física

<sup>22</sup> Para efeito de comparação a margem bruta do Club no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de 24,7%, contra 34,3% do Now e 35,1% da Galeria, para o mesmo período. A margem bruta é calculada como lucro bruto dividido pela receita líquida e considera custos de pagamento, embalagem, frete e de logística

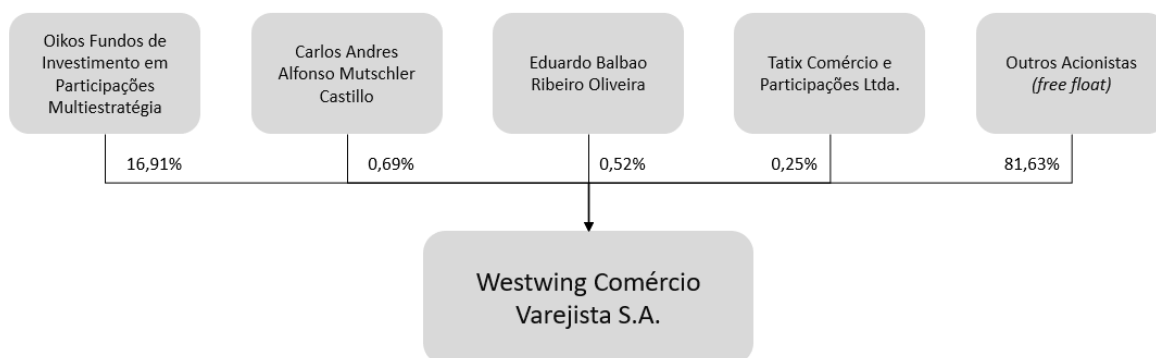


## Estrutura Societária

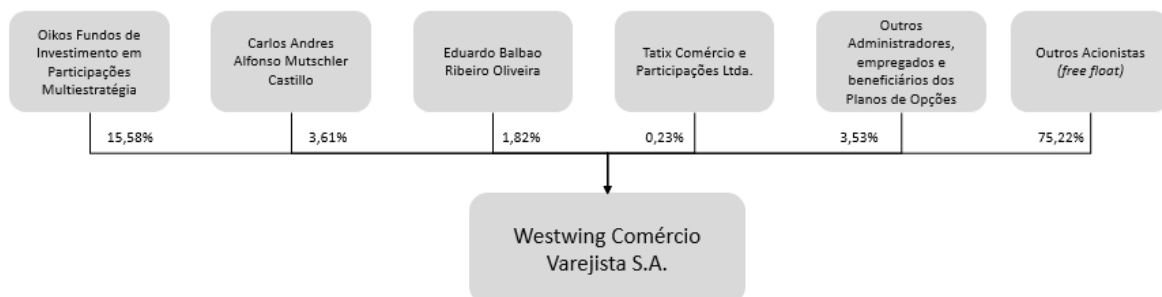
Na data deste Prospecto Preliminar, a Companhia possui a seguinte estrutura acionária:



Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, das Ações Suplementares e das Ações Adicionais, a estrutura acionária da Companhia ficará da seguinte forma:



Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta, considerando a Oferta Base, as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, e o exercício de todas as opções outorgadas e não exercidas, bem como as opções passíveis de outorga no âmbito dos Planos de Opções, a estrutura acionária da Companhia ficará da seguinte forma:



Após a realização da Oferta o FIP Oikos passará a deter menos que 50% mais uma ação da Companhia, o que pode vir a ser interpretado como uma alteração no controle da Companhia. Neste caso, não podemos garantir que a influência que vinha sendo exercida por ele na Companhia (como por exemplo, governança corporativa, gestão de recursos humanos, administração, acesso ao capital e recursos, etc.) será mantida, o que poderá nos tornar suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle. Para maiores informações acerca das eventuais consequências decorrentes da inexistência de acionista que seja titular de mais de 50% do capital da Companhia, vide item "4.1 Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, especialmente o fator de risco "**Após a conclusão da Oferta Pública Inicial de Ações de Emissão da Companhia, a Companhia não possuirá um acionista controlador que detenha mais de 50% do seu capital social, de modo que a Companhia estará suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos.**"

Para maiores informações acerca da composição acionária da Companhia, vide Capítulo "Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores" na página 47 deste Prospecto Preliminar.

## Eventos Recentes

### Exercício de Opções de Compra de Ações

Em 15 de janeiro de 2021, dois executivos titulares de opções vestidas no âmbito do Primeiro Plano de Opções da Companhia, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência e na seção "Diluição" na página 113 deste Prospecto, exerceram tais opções aumentando sua participação no quadro acionário da Companhia.

Em consequência, o Conselho de Administração aprovou, na mesma data, a emissão de novas ações ordinárias da Companhia, conforme descrito no item "Composição do Capital Social" na página 45 deste Prospecto Preliminar.

Desta forma, na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$ 40.272.259,15, totalmente subscrito e parcialmente integralizado (com saldo pendente de integralização na conta do capital social no valor de R\$ 48.001,25, que serão integralizados até 26 de janeiro de 2021), representado por 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para mais informações, vide item "Composição do Capital Social" na página 45 deste Prospecto Preliminar.

Considerando que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as ações emitidas referidas acima não sejam totalmente integralizadas até o dia 26 de janeiro de 2021, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para mais informações, vide item "Distribuição Parcial" na página 31 deste Prospecto Preliminar e veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta e/ou caso as ações pendentes de integralização não seja integralizadas", na página 109 deste Prospecto Preliminar.

#### **Outorga de Opções de Compra de Ações**

Em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de 1.141.901 opções de compra de ações ao Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, Diretor Presidente da Companhia, e 519.046 opções de compra de ações ao Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira 519.046, Diretor Vice-Presidente de Operações e Diretor de Relações com Investidores, no âmbito do Terceiro Plano de Opções. Os demais termos e condições para o *vesting* e exercício das opções, as metas a serem cumpridas, os preços de outorga, eventuais restrições à transferência, etc., são de competência exclusiva do Conselho de Administração, nos termos do Terceiro Plano de Opções, e serão deliberados oportunamente.

#### **Efeitos da pandemia do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Essa declaração desencadeou severas medidas por parte das autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de estabelecimentos de comércio em geral e locais de trabalho.

Logo no início da pandemia, e por um curto período, experimentamos desafios de liquidez em nossa operação de antecipação de recebíveis. Rapidamente conseguimos expandir as alternativas de financiamento junto a um universo maior de adquirentes e opções de crédito bancário.

Ao longo dos meses da pandemia fomos capazes de crescer substancialmente nossa base de clientes ativos, através de projetos internos (ex: lançamento do WestwingNow e maior investimento em *marketing*) e efeitos da pandemia. Essa base de clientes ativos se familiarizou ainda mais com a nossa plataforma, gerando benefícios de recorrência que irão, em nossa visão, contribuir também para a geração de receita futura do negócio.

Também como resultado da pandemia do COVID-19, fomos capazes de proporcionar maior flexibilidade para os nossos empregados através do *home office*, e notamos um aumento em nossa produtividade, percebido através da capacidade do time de executar diferentes projetos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, inclusive, resolvemos que, em um cenário pós pandemia iremos manter políticas flexíveis sobre *home office*. Devido à alta recorrência de políticas de *home office*, há uma maior suscetibilidade de ataques cibernéticos.

A situação de pandemia se mostrou muito desafiadora para vários fornecedores do setor de Casa & Decoração, gerando grandes desafios de abastecimento para diversos *players*. No nosso caso, temos uma vantagem em nossa diversidade de fornecedores – devido à grande base de fornecedores (que conta com mais de 3.000 fornecedores cadastrados na plataforma), tivemos um impacto menor, dado que não possuímos dependência de nenhum fornecedor específico e podemos contar com fornecedores alternativos que conseguem oferecer diferentes produtos em nossos canais.

#### **Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia**

##### ***Os titulares das ações da Companhia podem não receber dividendos.***

De acordo como disposto no Estatuto Social, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados (tal como ocorrido nos últimos três exercícios sociais – conforme detalhado no item 10.1, alínea (h) deste Formulário de Referência) ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, a Companhia não pagará quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia.

##### ***As operações da Companhia dependem da reputação de sua marca, podendo o dano à imagem e reputação destes produzir efeito adverso nos resultados da Companhia.***

O sucesso da Companhia depende, entre outros fatores, de sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação da marca "Westwing". Manter uma marca forte é essencial para o setor de *home & living on-line*. Eventos que prejudiquem de modo relevante a marca da Companhia podem causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

A marca da Companhia desempenha um papel relevante na manutenção do seu crescimento e de sua posição competitiva. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de sua marca. Para manter sua marca bem posicionada nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de: (i) combinar produtos atrativos à preços atrativos; (ii) apresentar e divulgar os produtos como parte de uma experiência de compras conveniente; (iii) atividades de promoção da marca; (iv) manter sua reputação; (v) reter clientes; (vi) aumentar a satisfação dos clientes; (vii) manter bom relacionamento com fornecedores; (viii) gerenciar seus canais de venda e a tecnologia disponível; e (ix) manter e melhorar sua eficiência, confiança e qualidade.

Além disso, a marca da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgastes e desvalorização caso surjam quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, atendimento esperado, qualidade dos produtos, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem de lucro, causando efeito adverso relevante nos resultados financeiros e na imagem da Companhia.

Em 8 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu o direito de uso da marca Westwing em todo o território da América Latina, por prazo indeterminado e sem condições de rescisão. A Companhia firmou contrato de não concorrência com a Westwing Alemanha, o qual proíbe a Companhia de utilizar a marca em todo território Europeu, e, desta forma, a Companhia não poderá expandir seus negócios para o território Europeu.

Westwing Group AG é uma entidade legal separada da Companhia e opera de forma totalmente independente. No entanto, qualquer publicidade negativa ou comentários sobre o Westwing Group AG e/ou outras empresas controladas ou relacionadas ao Westwing Group AG em todo o mundo, sobre as quais não temos controle, podem ter um efeito adverso sobre a marca Westwing usada no Brasil. Além disso, qualquer evento social, político ou econômico negativo relacionado à Europa, em particular à Alemanha, com efeitos no Brasil também pode ter um efeito adverso no valor da marca.

A Companhia utiliza mídias sociais para a promoção de sua marca e esforços de marketing. Qualquer publicidade negativa pode ser acelerada ou exacerbada por meio de mídias sociais, em razão de sua ampla acessibilidade e repercussão imediata. Qualquer publicidade negativa, mesmo que factualmente incorreta ou baseada em incidentes isolados, pode prejudicar a reputação da Companhia, diminuir o valor de suas marcas, e abalar a confiança e credibilidade da Companhia, bem como sua capacidade de atrair novos clientes ou reter clientes existentes. Dado caráter instantâneo das comunicações por mídias sociais, a Companhia pode não ser capaz de reagir à publicidade negativa de modo tempestivo. Qualquer dano à imagem e reputação da Companhia poderão resultar na redução do volume das vendas e/ou da receita, impactando negativamente os seus resultados operacionais e financeiros.

Caso os consumidores e clientes da Companhia percebam ou experimentem uma redução na qualidade dos produtos, ou, por qualquer motivo, acreditem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, o valor de suas marcas pode ser impactado, o que pode afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros.

***Problemas nos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, podem impactar adversamente as operações da Companhia.***

As operações da Companhia dependem, em grande parte, do seu sistema de informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes e, principalmente, na realização de vendas e estratégia de *marketing*. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, ou ainda, resultar em eventual perda de confidencialidade ou integridade das informações lá armazenadas. A possibilidade de ocorrência de tais problemas é exacerbada durante a atual pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os empregados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, inclusive através de interrupções na realização de vendas eletrônicas, que configuram a principal atividade da Companhia, as operações da Companhia e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, suas operações podem ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

O sucesso e habilidade da Companhia de oferecer produtos e serviços online e de alta qualidade dependem da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de tecnologia da informação e nos sistemas de computação da Companhia que impeça a operação efetiva ou a integração a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência, podem causar a indisponibilidade da plataforma da Companhia, afetar a efetivação de pedidos de compras e vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à performance da Companhia. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance da Companhia, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de back-up para determinados aspectos das operações da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Fatores que podem ocorrer e prejudicar significativamente as operações da Companhia, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também podem causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, situações de litígio e responsabilização. Atualmente, a Companhia não possui seguros de interrupção de negócios contratados para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, os resultados de operações da Companhia podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

***Falhas no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus clientes, inclusive dados pessoais, e de sua rede podem prejudicar sua reputação e marca e afetar substancialmente os negócios se os resultados das operações da Companhia.***

Eventual falha da Companhia em impedir violações de segurança, na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a reputação e a marca da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia. A possibilidade de ocorrência de uma falha é exacerbada durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os empregados da Companhia, que aumenta o risco de ataques cibernéticos. Cabe destacar que a Companhia não possui apólice de seguro que cubra ataques cibernéticos.

A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizado nas transações efetuadas em seu website. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia utiliza para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, a Companhia está suscetível a usos impróprios ou ilegais, incluindo nos meios de pagamento aceitos pela Companhia, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, a Companhia armazena dados que contém detalhadas informações demográficas e de compras e/ou vendas de cada um de seus clientes em seu banco de dados, hospedado em sua intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento da segurança da Companhia pode prejudicar sua reputação e marca e expor a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente os seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança da Companhia poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita às leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, clientes ou empregados, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que podem aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para o exercício de suas atividades, a Companhia também pode incorrer em perdas financeiras devido a impactos decorrentes de dificuldades técnicas em suas operações. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo, crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir nas operações da Companhia. Qualquer ocorrência dessa natureza pode resultar em um efeito material adverso sobre os negócios e causar danos à reputação e marca da Companhia, e em seus resultados operacionais e financeiros.

Qualquer falha de segurança ou no sistema da Companhia que acarretem a perda de dados de clientes ativos ou clientes não cadastrados, pode acarretar responsabilidade para a Companhia e conseqüentemente em processos judiciais, podendo resultar em perdas financeiras e prejuízos à imagem e reputação da Companhia.

Falhas de segurança que acarretem na perda de dados e informações podem, ainda, além de impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (o Marco Civil da Internet, "MCI"). Ainda, eventuais falhas em armazenar dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia pode dificultar ou impedir a defesa de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

***O crescimento da Companhia está sujeito a riscos e desafios e a Companhia pode não ser capaz de gerenciar seu crescimento de maneira eficaz.***

A estratégia da Companhia é expandir seus negócios on-line no setor de home & living e adentrar novos mercados geográficos. Em caso de crescimento significativo, a plataforma atual da Companhia pode tornar-se insuficiente para seus negócios. O crescimento contínuo da Companhia pode requerer mais fornecedores, expansão e melhoria de sua plataforma, sistemas, infraestrutura, logística, distribuição, atendimento ao consumidor, processos financeiros, contábeis e de *compliance*, controles internos e relatórios financeiros. A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna. Caso a Companhia não tenha sucesso em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, ela pode ser obrigada a desacelerar seu crescimento ou estar sujeita a interrupções temporárias, o que pode impactar suas operações e sua posição no mercado. A expansão das operações da Companhia aumenta a complexidade dos seus negócios e cria uma pressão significativa na administração e nos colaboradores-chave da Companhia. O quadro atual de administradores e colaboradores da Companhia pode não ser suficiente para lidar com o aumento da quantidade de trabalho ou ser insuficiente para a expansão das operações da Companhia. A incapacidade da Companhia em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, pode afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Adicionalmente, uma de nossas estratégias de crescimento envolve a expansão da plataforma para novas categorias como: moda, cosméticos, produtos infantis, entre outros. Tal estratégia gera demandas adicionais sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho da nossa plataforma e de nosso negócio como um todo.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento dependem de determinados fatores, que envolvem nossa competência e capacidade de aproveitar as novas ocasiões de consumo com a inclusão de novas categorias de produtos, fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para nossa base de clientes e aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da multicanalidade alinhada com competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques. Caso não possamos implementar nossas estratégias podemos afetar adversamente nossos negócios.

## IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto Preliminar, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

### Companhia e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

---

#### **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Avenida Queiroz Filho, nº 1.700  
Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24  
CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, São Paulo, SP  
At.: Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira  
Tel.: +55 (11) 3588-2000  
<https://ri.westwing.com.br>

### Outros Acionistas Vendedores

---

#### **Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia**

Representado na forma de seu regulamento por  
sua gestora, Fornax Assessoria Ltda.  
At.: Sr. Nicolas Arthur Jacques Wollak e Sr. Rodrigo Barbosa Natacci  
Tel.: +55 (21) 3235-0770

#### **Tatix Comércio e Participações Ltda.**

At. Sr. Luis Fernando Simão Miller e Giordano Magalhães Afonso  
Tel.: +55 (11) 4800-5075 / (21) 2524-7910

### Coordenadores da Oferta

---

#### **Coordenador Líder**

##### **Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar  
CEP 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. Fabio Nazari  
Tel.: +55 (11) 3383-2000  
Fax: + 55 (11) 3383-2001  
<https://www.btgpactual.com>

##### **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul,  
30º andar  
CEP 04551-065, São Paulo, SP  
At.: Sr. Vitor Saraiva  
Tel.: +55 (11) 4871-4277  
<https://www.xpi.com.br>

##### **Banco J.P. Morgan S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte),  
10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e  
15º andares  
CEP 04538-905, São Paulo, SP  
At.: Sr. Marcelo Porto  
Tel.: +55 (11) 4950-3700  
[www.jpmmorgan.com.br/country/br/pt/jpmmorgan](http://www.jpmmorgan.com.br/country/br/pt/jpmmorgan)

##### **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar  
CEP 01311-920, São Paulo, SP  
At.: Sr. Marcelo Millen  
Tel.: +55 (11) 4009-2011  
<https://corporateportal.brazil.citibank.com/>

**Consultores Legais  
Locais da Companhia**

---

**Lefosse Advogados**  
Rua Tabapuã, 1227 14º andar  
CEP 04533-014, São Paulo, SP  
At.: Sr. Ricardo Prado e Mauricio Paschoal  
Tel.: +55 (11) 3024-6100  
<https://lefosse.com/>

**Consultores Legais  
Externos da Companhia**

---

**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 7º andar  
CEP 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. Filipe B. Areno  
Tel.: +55 (11) 3708-1848  
Fax: +55 (11) 3708-1845  
[www.skadden.com](http://www.skadden.com)

**Consultores Legais Locais dos  
Coordenadores da Oferta**

---

**Lobo de Rizzo Advogados**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 12º andar  
CEP 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Caio Cossermelli  
Tel.: +55 (11) 3702-7120  
[www.ldr.com.br](http://www.ldr.com.br)

**Consultores Legais Externos dos  
Coordenadores da Oferta**

---

**Hogan Lovells US LLP**  
390 Madison Avenue  
Nova York, NY, 10017, Estados Unidos  
At.: Sra. Isabel Costa Carvalho / Sr. Sina Hekmat  
Tel.: +55 (11) 3074-3610  
[www.hoganlovells.com](http://www.hoganlovells.com)

**Audidores Independentes da Companhia**

---

**Ernst & Young Auditores Independentes S/S**

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.909  
Torre Norte, 6º ao 10º andar  
CEP 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Sr. Wilson Moraes  
Tel.: +55 (11) 2573-3000  
[www.ey.com/pt\\_br](http://www.ey.com/pt_br)

**Declaração de Veracidade das Informações**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 209.

## SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto Preliminar, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 101, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção “4. Fatores de Risco” do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto Preliminar, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

<b>Ações</b>	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
<b>Ações Adicionais</b>	Montante de até 13.239.824 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações da Oferta Base, alienadas pelos Acionistas Vendedores na proporção indicada na página 52 deste Prospecto Preliminar, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.
<b>Ações da Oferta Base</b>	66.199.124 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
<b>Ações da Oferta Não Institucional</b>	O montante de, no mínimo, 12%, e, no máximo, 20% do total das Ações destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem seus respectivos Pedidos de Reserva no âmbito da Oferta Não Institucional.
<b>Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)</b>	Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, 60,5% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social” na página 45 deste Prospecto Preliminar.

<b>Ações Suplementares</b>	Montante de até 9.929.868 ações ordinárias de emissão da Companhia correspondentes a até 15% da quantidade de Ações da Oferta Base, a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 52 deste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
<b>Agente Estabilizador ou XP</b>	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	BTG Pactual U.S. Capital, LLC, XP Investments US, LLC, J.P. Morgan Securities LLC e o Citigroup Global Markets Inc, considerados em conjunto.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado após a distribuição das Ações, em até seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.



**Anúncio de Retificação**

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto Preliminar.

**Aprovações Societárias**

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 27 de novembro de 2020, cuja ata encontra-se em fase de registro perante a JUCESP, bem como foi publicada no “O Estado de S. Paulo” e no DOESP em 01 de dezembro de 2020. Adicionalmente, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2021, cuja ata se encontra em fase de registro perante a JUCESP, promoveram novamente à reforma do Estatuto Social da Companhia, de forma a atender às exigências formuladas pela CVM, por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP de 04 de janeiro de 2021, e pela B3, por meio do Ofício nº 7/2021-SLS, de 05 de janeiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal “O Estado de S. Paulo” e no DOESP na primeira edição de cada um dos veículos subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Oikos, bem como seus termos e condições, foram aprovados em reunião do Comitê Gestor e de Investimentos realizada em 26 de novembro de 2020, em conformidade com seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Oikos quanto à fixação Preço por Ação.

Não será necessária qualquer aprovação em relação à Tatix e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

**Atividade de Estabilização**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início. Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

**Aviso ao Mercado**

Aviso divulgado em 19 de janeiro de 2021, a ser novamente divulgado em 27 de janeiro de 2021, com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto Preliminar.

**Capital Social**

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$40.224.257,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 71.577.114 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 15 de janeiro de 2021, houve emissão de novas ações ordinárias em decorrência do exercício de opções totalmente vestidas, no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Desta forma, na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$ 40.272.259,15, totalmente subscrito e parcialmente integralizado (com saldo pendente de integralização na conta do capital social no valor de R\$ 48.001,25, que serão integralizados até 26 de janeiro de 2021), representado por 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para maiores informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário da Companhia na página 19 deste Prospecto Preliminar e item “Composição do Capital Social” na página 45 deste Prospecto Preliminar.

<b>Clientes</b>	Pessoas físicas que sejam clientes da Companhia cadastrados em seu banco de dados, com CPF válido, que tenham adquirido algum produto nos últimos 12 meses e identificados na primeira data de divulgação do Aviso ao Mercado podendo se comprometer, ou não, ao <i>Lock up</i> da Oferta a Clientes e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes.
<b>Contrato de Colocação</b>	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Westwing Comércio Varejista S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
<b>Contrato de Colocação Internacional</b>	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
<b>Contrato de Empréstimo</b>	Contrato de Empréstimo Diferenciado de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., a ser celebrado entre o FIP Oikos, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a B3, na condição de interveniente anuente.
<b>Contrato de Estabilização</b>	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
<b>Contrato de Prestação de Serviços</b>	Contrato de prestação de serviços a ser celebrado, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
<b>Coordenador Líder ou BTG Pactual</b>	Banco BTG Pactual S.A.

<b>Coordenadores da Oferta</b>	O Coordenador Líder, a XP, o J.P. Morgan e o Citi, considerados em conjunto.
<b>Corretora</b>	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Cronograma Estimado da Oferta</b>	Veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta” na página 54 deste Prospecto Preliminar.
<b>Data de Liquidação</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações da Oferta Base (considerando eventuais Ações Adicionais) que deverá ser realizada dentro do prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações da Oferta Base aos respectivos investidores.
<b>Data de Liquidação das Ações Suplementares</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até dois dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
<b>Destinação dos Recursos</b>	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Suplementares) serão destinados para: (i) expansão de mercado endereçável; (ii) marketing; (iii) tecnologia; e (iv) marca própria; (v) logística.  Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, inclusive o resultante das Ações Adicionais e do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
<b>Direitos, Vantagens e Restrições das Ações</b>	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 123 deste Prospecto Preliminar e na seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

### **Distribuição Parcial**

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, e/ou caso as ações emitidas pela Companhia em 15 de janeiro de 2021 em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao Primeiro Plano de Opções, conforme descritas no item “Eventos Recentes” do Sumário da Companhia na página 19 deste Prospecto, não sejam totalmente integralizadas até o dia 26 de janeiro de 2021, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta e/ou caso as ações pendentes de integralização não seja integralizadas”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

### **Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**

Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia”, na página 105 deste Prospecto Preliminar.

### **Faixa Indicativa**

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.

## **Fatores de Risco**

**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 101 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**

## **Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações da Oferta Base que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

<b>Inadequação da Oferta</b>	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência que tratam sobre “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 101 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência.
<b>Instituições Consorciadas</b>	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
<b>Instrumentos de <i>Lock-up</i></b>	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos administradores da Companhia e pelos Acionistas Vendedores.
<b>Investidores de Varejo</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais, nos termos da regulamentação da CVM, podendo se comprometer, ou não, ao <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

<b>Investidores do Segmento Private</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, podendo se comprometer, ou não, ao <i>Lock-up</i> da Oferta do Segmento Private e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private.
<b>Investidores Estrangeiros</b>	Os: (i) investidores institucionais qualificados ( <i>qualified institutional buyers</i> ), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> ; e (ii) investidores que sejam considerados <i>non-U.S. persons</i> , nos termos do Regulamento S, no âmbito do <i>Securities Act</i> , tais como investidores não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
<b>Investidores Institucionais</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em todos os casos, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539, bem como os Investidores Estrangeiros.
<b>Investidores Não Institucionais</b>	Os Clientes, os Investidores de Varejo e os Investidores do Segmento Private, considerados em conjunto.
<b>Lock-up da Oferta a Clientes</b>	Período de 70 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, no qual os Clientes que optarem expressamente por ele em seus respectivos Pedidos de Reserva não poderão dispor das Ações que adquirirem.



<b>Lock-up da Oferta de Varejo</b>	Período de 45 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, no qual os Investidores de Varejo que optarem expressamente por ele em seus respectivos Pedidos de Reserva não poderão dispor das Ações que adquirirem.
<b>Lock-up da Oferta do Segmento Private</b>	Período de 70 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, no qual os Investidores do Segmento Private que optarem expressamente por ele em seus respectivos Pedidos de Reserva não poderão dispor das Ações que adquirirem.
<b>Negociação na B3</b>	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código “WEST3”.
<b>Oferta</b>	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>Oferta a Clientes</b>	Oferta a Clientes com Alocação Prioritária e Oferta a Clientes sem Alocação Prioritária, quando considerados em conjunto.
<b>Oferta a Clientes com Alocação Prioritária</b>	O montante de no mínimo, 0,5% e, no máximo, 7% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Clientes sem Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Clientes sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Clientes que tenham aceitado o <i>Lock-up</i> da Oferta a Clientes e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes (“ <b>Clientes com Alocação Prioritária</b> ”).
<b>Oferta a Clientes sem Alocação Prioritária</b>	O montante de no mínimo, 0,5% e, no máximo, 3% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Clientes com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Clientes com Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado à colocação pública para Clientes que não tenham aceitado o <i>Lock-up</i> da Oferta a Clientes (“ <b>Clientes sem Alocação Prioritária</b> ”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes.
<b>Oferta de Varejo</b>	Oferta a Investidores de Varejo com Alocação Prioritária e Oferta a Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, quando considerados em conjunto.

**Oferta de Varejo com  
Alocação Prioritária**

O montante de no mínimo, 7% e, no máximo, 10% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo que tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta de Varejo e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo (“**Investidores de Varejo com Alocação Prioritária**”).

**Oferta de Varejo sem  
Alocação Prioritária**

O montante de no mínimo, 3% e, no máximo, 10% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores de Varejo com Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo que não tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta de Varejo (“**Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária**”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

**Oferta do Segmento Private**

Oferta do Segmento Private com Alocação Prioritária e Oferta do Segmento Private sem Alocação Prioritária, consideradas em conjunto.

**Oferta do Segmento Private  
com Alocação Prioritária**

Até o montante de, no mínimo 0,7% e, no máximo, 7% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores Segmento Private sem Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda e a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, serão destinadas, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores do Segmento Private que tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private (“**Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária**”).

<b>Oferta do Segmento Private sem Alocação Prioritária</b>	Até o montante de, no mínimo 0,3% e, no máximo, 3% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária), desde que haja demanda e a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores do Segmento Private que não tenham aceitado o <i>Lock-up</i> da Oferta do Segmento Private (“ <b>Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária</b> ”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private.
<b>Oferta Institucional</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
<b>Oferta Não Institucional</b>	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Não Institucionais.
<b>Oferta Primária</b>	A distribuição pública primária de, inicialmente, 33.099.562 Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
<b>Oferta Secundária</b>	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 33.099.562 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

<b>Offering Memoranda</b>	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
<b>Opção de Ações</b>	Qualquer opção, <i>warrant</i> ou direito de compra, subscrição ou aquisição de quaisquer ações de emissão da Companhia no âmbito dos Planos e Opções em vigor na presente data.
<b>Opção de Ações Suplementares</b>	Opção outorgada no Contrato de Colocação pelos Acionistas Vendedores, conforme proporção indicada neste Prospecto Preliminar ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações da Oferta Base, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.
<b>Pedido de Reserva</b>	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
<b>Período de Colocação</b>	Prazo de até três dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 10 de fevereiro de 2021 e se encerrará em 12 de fevereiro de 2021, para efetuar a colocação das Ações.
<b>Período de Reserva de Investidores Não Institucionais</b>	Período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 08 de fevereiro de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
<b>Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas</b>	Período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 29 de janeiro de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 29 de janeiro de 2021, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

## **Pessoas Vinculadas**

Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

## **Prazo de Distribuição**

Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

## **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

## **Procedimento de *Bookbuilding***

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais no Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 104 deste Prospecto Preliminar. **Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto Preliminar, nas páginas 101 e 20 deste Prospecto Preliminar, bem como os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

<b>Prospecto Definitivo</b>	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.
<b>Prospecto ou Prospecto Preliminar</b>	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A., incluindo o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.
<b>Prospectos</b>	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
<b>Público Alvo da Oferta</b>	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
<b>Rateio Clientes com Alocação Prioritária</b>	Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Clientes com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Clientes com Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Clientes com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
<b>Rateio Clientes sem Alocação Prioritária</b>	Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Clientes sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Clientes sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Clientes sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
<b>Rateio da Oferta a Clientes</b>	Rateio Clientes com Alocação Prioritária e Rateio Clientes sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.

<b>Rateio Investidores de Varejo com Alocação Prioritária</b>	Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária até o limite de 20%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
<b>Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária</b>	Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária até o limite de 20%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
<b>Rateio da Oferta a Investidores de Varejo</b>	Rateio Investidores de Varejo com Alocação Prioritária e Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.
<b>Rateio do Segmento Private</b>	Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária e Rateio Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, considerandos em conjunto.
<b>Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária</b>	Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária e as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas para os Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.



**Rateio Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária**

Caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária e as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas para os Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

**Registro da Oferta**

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 03 de dezembro de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 75 deste Prospecto Preliminar.

**Resolução de Conflitos**

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste estatuto social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

<b>Restrição à Venda de Ações (Lock-up)</b>	Durante o período que se inicia na data de assinatura dos Instrumentos de <i>Lock-up</i> e termina 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, a Companhia, os administradores da Companhia e os Acionistas Vendedores, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de <i>Lock-up</i> , estarão obrigados a, direta ou indiretamente, não adotar ou divulgar publicamente a sua intenção de adotar, qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> : (i) oferecer, vender, contratar a venda, penhorar ou de outra forma dispor, direta ou indiretamente, de qualquer Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> , ou quaisquer outros valores mobiliários, conversíveis ou permutáveis ou exercíveis por Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> ; ou (ii) celebrar qualquer contrato de derivativo (incluindo <i>swap</i> ou <i>hedge</i> ) ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> , independentemente se tais operações descritas acima tenham que ser liquidadas pela entrega de Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> ou outros valores mobiliários, em dinheiro ou de outra forma, ou divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer oferta, venda, penhora ou disposição, ou celebrar qualquer transação, contrato de derivativo (incluindo <i>swap</i> ou <i>hedge</i> ) ou outro acordo; adicionalmente, se comprometem a não exigir ou exercer qualquer direito referente ao registro de quaisquer Valores Mobiliários de <i>Lock-up</i> . Quaisquer valores mobiliários da Companhia adquiridos no mercado aberto não estarão sujeitos às restrições dos Instrumentos de <i>Lock-up</i> .
<b>Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Clientes</b>	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00, aplicáveis aos Clientes.
<b>Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo</b>	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00, aplicáveis aos Investidores de Varejo.
<b>Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private</b>	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R\$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00, aplicáveis aos Investidores do Segmento Private.
<b>Valores Mobiliários de Lock-up</b>	Qualquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou exercíveis por, qualquer ação ordinária de emissão da Companhia que estejam sujeitos ao <i>Lock-up</i> .
<b>Valor Total da Oferta Base</b>	R\$799.685.417,92, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$40.224.257,90, totalmente subscrito e integralizado, representado por 71.577.114 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, houve o exercício de opções totalmente vestidas por alguns executivos da Companhia no âmbito do Primeiro Plano de Opções descrito no item 13.4 do Formulário de Referência. Em decorrência do exercício de tais opções, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 4.800.125 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado.

Todas as novas ações foram subscritas na mesma data, 15 de janeiro de 2021, e serão integralizadas até 26 de janeiro de 2021, no valor total de R\$5.232.136,25 – correspondente ao preço unitário de R\$1,09 por ação ordinária, conforme estabelecido no respectivo Primeiro Plano de Opções, celebrado com os respectivos Administradores. Dos valores correspondentes à integralização: (i) R\$48.001,25 serão destinados à conta do capital social da Companhia; e (ii) R\$5.184.135,00 serão destinados à conta de reserva de capital, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Desta forma, na data deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$40.272.259,15, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, na forma acima descrita, dividido em 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Considerando que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as ações emitidas referidas acima não sejam totalmente integralizadas até o dia 26 de janeiro de 2021, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para mais informações, vide item “Distribuição Parcial” na página 31 deste Prospecto Preliminar e veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta e/ou caso as ações pendentes de integralização não seja integralizadas”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão após a conclusão da Oferta.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup>
Ações ordinárias.....	76.377.239	R\$40.272.259,15	109.476.801	R\$440.114.968,11
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>R\$40.272.259,15</b>	<b>109.476.801</b>	<b>R\$440.114.968,11</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08 que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 66,2 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 60,5% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup>
Ações ordinárias.....	76.377.239	R\$40.272.259,15	109.476.801	R\$440.114.968,11
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>R\$40.272.259,15</b>	<b>109.476.801</b>	<b>R\$440.114.968,11</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08 que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, 76,1 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 69,5% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup>
Ações ordinárias.....	76.377.239	R\$40.272.259,15	109.476.801	R\$440.114.968,11
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>R\$40.272.259,15</b>	<b>109.476.801</b>	<b>R\$440.114.968,11</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08 que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 79,4 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 72,6% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup>
Ações ordinárias.....	76.377.239	R\$40.272.259,15	109.476.801	R\$440.114.968,11
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>R\$40.272.259,15</b>	<b>109.476.801</b>	<b>R\$440.114.968,11</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08 que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 88,4 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 81,6% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

## Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros Administração, na data deste Prospecto Preliminar e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
FIP Oikos.....	67.429.221	88,3%	39.665.286	36,2%
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	5.107.016	6,7%	1.868.347	1,7%
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.835.344	3,7%	1.155.262	1,1%
Tatix.....	1.005.658	1,3%	588.782	0,5%
Outros.....	0	0,0%	66.199.124	60,5%
Ações em Tesouraria .....	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>109.476.801</b>	<b>100,00%</b>

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 626 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
FIP Oikos.....	67.429.221	88,3%	29.881.339	27,29%
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	5.107.016	6,7%	1.868.347	1,71%
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.835.344	3,7%	1.155.262	1,06%
Tatix.....	1.005.658	1,3%	442.861	0,40%
Outros.....	0	0,0%	76.128.992	69,54%
Ações em Tesouraria .....	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>109.476.801</b>	<b>100,00%</b>

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 626 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
FIP Oikos.....	67.429.221	88,3%	28.297.160	25,85%
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	5.107.016	6,7%	753.950	0,69%
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.835.344	3,7%	564.711	0,52%
Tatix.....	1.005.658	1,3%	422.032	0,39%
Outros.....	0	0,0%	79.438.948	72,56%
Ações em Tesouraria .....	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>109.476.801</b>	<b>100,00%</b>

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 626 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
FIP Oikos.....	67.429.221	88,3%	18.513.213	16,91%
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	5.107.016	6,7%	753.950	0,69%
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.835.344	3,7%	564.711	0,52%
Tatix.....	1.005.658	1,3%	276.111	0,25%
Outros.....	0	0,0%	89.368.816	81,63%
Ações em Tesouraria .....	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>109.476.801</b>	<b>100,00%</b>

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção “15. Controle”, no Formulário de Referência, na página 626 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta, considerando a Oferta Base, as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, e o exercício de todas as opções outorgadas e não exercidas, bem como as opções passíveis de outorga no âmbito dos Planos de Opções, a estrutura acionária da Companhia ficará da seguinte forma:

Acionistas	Estrutura Pré-Oferta		Pós Oferta Base, Ações Adicionais, Ações Suplementares e Stock Options (outorgadas e passíveis de outorga)	
	ONs	%	ONs	%
FIP Oikos.....	67.429.221,0	88,28%	18.513.213,0	15,58%
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	5.107.016,0	6,69%	4.289.688,0	3,61%
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.835.344,0	3,71%	2.160.984,0	1,82%
Tatix Comércio e Participações Ltda.....	1.005.658,0	1,32%	276.111,0	0,23%
Outros Administradores, empregados e beneficiários dos Planos de Opções .....	-	0,00%	4.194.993,0	3,53%
Free Float .....	-	-	89.368.816,0	75,22%
<b>Total .....</b>	<b>76.377.239</b>	<b>100,00%</b>	<b>118.803.805</b>	<b>100,00%</b>

Para mais informações sobre os Planos de Opções, ver a seção “Diluição” na página 113 deste Prospecto Preliminar e o item “13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” do Formulário de Referência.

#### Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

**Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução CVM 578, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 29.315.285/0001-31, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **Fornax Assessoria Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Bairro Glória, na Ladeira de Nossa Senhora, nº 311, CEP 22211-100, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.517.977/0001-22, instituição autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.977, de 17 de outubro de 2011.

**Tatix Comércio e Participações LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Helio Ossamu Daikura, nº 1.445, módulo 12, bairro Jardim Vista Alegre, na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 19.112.842/0001-63, neste ato representada nos termos de seu contrato social.

**Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo**, alemão, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº W564316-x (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/ME nº 216.335.908-52, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Realengo, nº 235, apto. 11, CEP 05451-030.

**Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 44.941.023 SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 306.120.028-29, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Francisco Malta Cardoso, nº 250, casa 23, CEP 04640-110.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, na página 626 deste Prospecto Preliminar.

## **Características Gerais da Oferta**

### **Descrição da Oferta**

A Oferta consistirá: (i) na distribuição primária de 33.099.562 novas Ações; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente, 33.099.562 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro da Oferta a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta no Brasil, nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 13.239.824 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% de Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 9.929.868 ações ordinárias de emissão da Companhia, a serem alienadas do FIP Oikos e da Tatix, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, conforme o caso, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

### **Aprovações societárias**

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão e admissão ao Novo Mercado, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 27 de novembro de 2020, cuja ata encontra-se em fase de registro perante a JUCESP, bem como foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “O Estado de S. Paulo” no dia 01 de dezembro de 2020. Adicionalmente, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2021, cuja ata se encontra em fase de registro perante a JUCESP, promoveram novamente à reforma do Estatuto Social da Companhia, de forma a atender às exigências formuladas pela CVM, por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP de 04 de janeiro de 2021, e pela B3, por meio do Ofício nº 7/2021-SLS, de 05 de janeiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no “O Estado de S. Paulo” e no DOESP na primeira edição de cada um dos veículos subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo FIP Oikos, bem como seus termos e condições, foram aprovados em reunião do Comitê Gestor e de Investimentos realizada em 26 de novembro de 2020, em conformidade com o seu Regulamento. Além disso, não será necessária qualquer aprovação societária do FIP Oikos quanto à fixação do Preço por Ação.

Não será necessária qualquer aprovação em relação à Tatix e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

### **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, o qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.



O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações, a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

### Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Antes da realização da Oferta, não há ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e as Ações Suplementares, 60,5% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social”, na página 45 deste Prospecto Preliminar.

### Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação <sup>(1)</sup> (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(2)(3)</sup> (R\$)
Companhia .....	33.099.562	12,08	399.842.708,96	29.461.743,40	370.380.965,56
FIP Oikos .....	27.763.935	12,08	335.388.334,80	18.560.505,52	316.827.829,28
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	3.238.669	12,08	39.123.121,52	2.165.086,97	36.958.034,55
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	1.680.082	12,08	20.295.390,56	1.123.153,88	19.172.236,68
Tatix .....	416.876	12,08	5.035.862,08	278.686,34	4.757.175,74
<b>Total .....</b>	<b>66.199.124,00</b>	<b>12,08</b>	<b>799.685.417,92</b>	<b>51.589.176,11</b>	<b>748.096.241,81</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

<sup>(2)</sup> Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

<sup>(3)</sup> Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

<b>Ofertante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço por Ação<sup>(1)</sup></b>	<b>Montante</b>	<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(2)(3)</sup></b>
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Companhia .....	33.099.562	12,08	399.842.708,96	29.570.992,82	370.271.716,14
FIP Oikos.....	48.916.008	12,08	590.905.376,64	32.700.906,29	558.204.470,35
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo .....	4.353.066	12,08	52.585.037,28	2.910.074,01	49.674.963,27
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.270.633	12,08	27.429.246,64	1.517.943,92	25.911.302,72
Tatix.....	729.547	12,08	8.812.927,76	487.710,45	8.325.217,31
<b>Total.....</b>	<b>89.368.816,00</b>	<b>12,08</b>	<b>1.079.575.297,28</b>	<b>67.187.627,48</b>	<b>1.012.387.669,80</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

<b>Ofertante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço por Ação<sup>(1)</sup></b>	<b>Montante</b>	<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(2)(3)</sup></b>
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Companhia .....	33.099.562	12,08	399.842.708,96	29.508.564,58	370.344.144,38
FIP Oikos.....	37.547.882	12,08	453.578.414,56	25.101.185,09	428.477.229,47
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo.....	3.238.669	12,08	39.123.121,52	2.165.086,97	36.958.034,55
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	1.680.082	12,08	20.295.390,56	1.123.153,88	19.172.236,68
Tatix.....	562.797	12,08	6.798.587,76	376.236,18	6.422.351,85
<b>Total.....</b>	<b>76.128.992</b>	<b>12,08</b>	<b>919.638.223,36</b>	<b>58.274.226,70</b>	<b>861.363.996,66</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

<b>Ofertante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço por Ação<sup>(1)</sup></b>	<b>Montante</b>	<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Recursos Líquidos<sup>(2)(3)</sup></b>
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Companhia .....	33.099.562	12,08	399.842.708,96	29.524.171,64	370.318.537,32
FIP Oikos.....	39.132.061	12,08	472.715.296,88	26.160.226,72	446.555.070,16
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo.....	4.353.066	12,08	52.585.037,28	2.910.074,01	49.674.963,27
Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira .....	2.270.633	12,08	27.429.246,64	1.517.943,92	25.911.302,72
Tatix.....	583.626	12,08	7.050.202,08	390.160,60	6.660.041,48
<b>Total.....</b>	<b>79.438.948</b>	<b>12,08</b>	<b>959.622.491,84</b>	<b>60.502.577,89</b>	<b>899.119.914,95</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

## Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

<b>Custos</b>	<b>Valor<sup>(1)</sup></b> <i>(R\$)</i>	<b>% em Relação</b> <b>ao Valor Total</b> <b>da Oferta<sup>(8)</sup></b>	<b>Valor por</b> <b>Ação</b>	<b>% em Relação</b> <b>ao Preço</b> <b>por Ação<sup>(1)</sup></b>
<b>Comissões da Oferta</b> .....	<b>39.984.270,90</b>	<b>5,00%</b>	<b>0,60</b>	<b>5,00%</b>
Comissão de Coordenação <sup>(2)</sup> .....	4.798.112,51	0,60%	0,07	0,60%
Comissão de Colocação <sup>(3)</sup> .....	14.394.337,52	1,80%	0,22	1,80%
Comissão de Garantia Firme <sup>(4)</sup> .....	4.798.112,51	0,60%	0,07	0,60%
Remuneração de Incentivo <sup>(5)</sup> .....	15.993.708,36	2,00%	0,24	2,00%
<b>Despesas da Oferta<sup>(9)</sup></b> .....	<b>11.604.905,21</b>	<b>1,45%</b>	<b>0,18</b>	<b>1,45%</b>
Impostos, Taxas e Outras Retenções .....	4.270.594,51	0,53%	0,06	0,53%
Taxa de Registro na CVM .....	634.628,72	0,08%	0,01	0,08%
Taxa de Registro da B3 .....	412.930,67	0,05%	0,01	0,05%
Taxa de Registro na ANBIMA .....	32.251,31	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Advogados e Consultores <sup>(6)</sup> .....	3.384.500,00	0,42%	0,05	0,42%
Despesas com Auditores .....	2.370.000,00	0,30%	0,04	0,30%
Outras despesas da Oferta <sup>(7)(8)</sup> .....	500.000,00	0,06%	0,01	0,06%
<b>Total de Comissões e Despesas</b> .....	<b>51.589.176,11</b>	<b>6,45%</b>	<b>0,78</b>	<b>6,45%</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) A Comissão de Coordenação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de 20% da remuneração base, que corresponde ao percentual de 0,60% aplicado sobre o produto resultante da multiplicação: (i) da quantidade total de Ações; e (ii) pelo Preço por Ação ("Remuneração Base").

(3) A Comissão de Colocação, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de 60% da Remuneração Base.

(4) A Comissão de Garantia Firme, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de 20% da Remuneração Base.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, é composta de 1% do produto da colocação da Oferta (que consiste: (i) na soma do produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações pelo Preço por Ação; somada (b) ao produto resultante da multiplicação da quantidade total de Ações Suplementares efetivamente colocadas pelo Preço por Ação). A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (roadshow).

(8) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.

(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

## Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações.

## Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

## Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta pela CVM:

#	Eventos	Data <sup>(1)</sup>
1.	Realização de AGE aprovando a Oferta	27/11/2020
2.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	03/12/2020
3.	Disponibilização deste Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	19/01/2021
4.	Início das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> <sup>(2)</sup>	20/01/2021
5.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Início do Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas	27/01/2021
6.	Encerramento do Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas	29/01/2021
7.	Encerramento do Período de Reserva de Investidores Não Institucionais	08/02/2021
8.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores ( <i>roadshow</i> ) Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Realização de RCA aprovando o Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	09/02/2021
9.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	10/02/2021
10.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado	11/02/2021
11.	Data de Liquidação	12/02/2021
12.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	15/03/2021
13.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	17/03/2021
14.	Encerramento do Período de <i>Lock-up</i> da Oferta de Varejo	29/03/2021
15.	Encerramento do Período de <i>Lock-up</i> da Oferta a Clientes Encerramento do Período de <i>Lock-up</i> da Oferta do Segmento Private	22/04/2021
16.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	10/08/2021

<sup>(1)</sup> Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma de distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

<sup>(2)</sup> A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações virtuais aos investidores (*roadshow*), no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre “Procedimento de Distribuição na Oferta”, “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Inadequação da Oferta” nas páginas 55, 69, 69 e 75 deste Prospecto Preliminar.

## Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e da Instrução CVM 400, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais, que incluem Clientes, Investidores de Varejo e Investimentos do Segmento Private, observadas as prioridades de alocação abaixo; e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência expressa da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539 (conforme definido abaixo); (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

- (i) pessoas físicas que sejam clientes da Companhia cadastrados em seu banco de dados, com CPF válido, que tenham adquirido algum produto nos últimos 12 meses e identificados na primeira data de divulgação do Aviso ao Mercado ("**Clientes**") podendo se comprometer, ou não, a não dispor das Ações que adquirirem por um período de 70 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início ("**Lock-up da Oferta a Clientes**") que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Clientes**");
- (ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados investidores qualificados e/ou Investidores Institucionais, nos termos da regulamentação da CVM ("**Investidores de Varejo**"), podendo se comprometer, ou não, a não dispor das Ações que adquirirem por um período de 45 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início ("**Lock-up da Oferta de Varejo**"), que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$1.000.000,00 ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo**");

- (iii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (“**Investidores do Segmento Private**” e, em conjunto com os Clientes e os Investidores de Varejo, os “**Investidores Não Institucionais**”), podendo se comprometer, ou não, a não dispor das Ações que adquirirem por um período de 70 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início (“**Lock-up da Oferta do Segmento Private**”), que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento superior a R\$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R\$10.000.000,00 (“**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private**”); e
- (iv) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento, assim como os Investidores Estrangeiros (“**Investidores Institucionais**”).

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta ou por pessoas a eles vinculadas, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, e/ou caso as ações emitidas pela Companhia em 15 de janeiro de 2021 em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao Primeiro Plano de Opções, conforme descritas no item “Eventos Recentes” do Sumário da Companhia na página 19 deste Prospecto Preliminar, não sejam totalmente integralizadas até o dia 26 de janeiro de 2021, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta e/ou caso as ações pendentes de integralização não seja integralizadas”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

#### **Oferta Não Institucional**

No contexto da Oferta Não Institucional, considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 12%, e, no máximo, 20% do total das Ações (“**Ações da Oferta Não Institucional**”) será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem seus respectivos Pedidos de Reserva, observada a seguinte prioridade na alocação:

- I. **Oferta a Clientes:** O montante de, no mínimo, 1% e, no máximo, 10% do total das Ações, desde que haja demanda, será destinado a Clientes que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes, sendo que:
  - (i) o montante de no mínimo, 0,5% e, no máximo, 7% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Clientes sem Alocação Prioritária (conforme definidos abaixo), observados os critérios do Rateio Clientes sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Clientes que tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta a Clientes e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes (“**Clientes com Alocação Prioritária**”);

- (ii) o montante de no mínimo, 0,5% e, no máximo, 3% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Clientes com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Clientes com Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado à colocação pública para Clientes que não tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta a Clientes (“**Clientes sem Alocação Prioritária**”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes (sendo os itens (i) e (ii) em conjunto, “**Oferta a Clientes**”);
- II. **Oferta de Varejo**: o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações, desde que haja demanda, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que:
- (i) o montante de no mínimo, 7% e, no máximo, 10% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo que tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta de Varejo e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo (“**Investidores de Varejo com Alocação Prioritária**”);
  - (ii) o montante de no mínimo, 3% e, no máximo, 10% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores de Varejo com Alocação Prioritária), desde que haja demanda, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo que não tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta de Varejo (“**Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária**”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo (sendo os itens (i) e (ii) em conjunto, “**Oferta de Varejo**”); e
- III. **Oferta do Segmento Private**: após o atendimento das alocações indicadas nos itens (I) e (II) acima, se houver Ações da Oferta Não Institucional remanescentes, até o montante de, no mínimo 1% e, no máximo, 10% do total das Ações, desde que haja demanda e a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, serão destinadas, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, sendo que:



- (i) até o montante de, no mínimo 0,7% e, no máximo, 7% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária), desde que haja demanda e a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, serão destinadas, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores do Segmento Private que tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private (“**Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária**”); e
- (ii) até o montante de, no mínimo 0,3% e, no máximo, 3% do total das Ações (sendo que o limite máximo só será atingido em caso de ausência de demanda de Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, observados os critérios do Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária), desde que haja demanda e a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores do Segmento Private que não tenham aceitado o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private (“**Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária**”) e que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, e observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private (sendo os itens (i) e (ii) em conjunto, “**Oferta do Segmento Private**”).

**Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à alocação prioritária a Clientes, a Investidores de Varejo e Investidores do Segmento Private e à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, especialmente as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto Preliminar, bem como o item “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.**

**Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

**Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, ver “Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta” na página 69 deste Prospecto Preliminar.**

## Oferta a Clientes

A Oferta a Clientes será realizada exclusivamente junto a Clientes que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 08 de fevereiro de 2021, inclusive (“**Período de Reserva de Investidores Não Institucionais**”), ou, no caso de Clientes que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 29 de janeiro de 2021, inclusive (“**Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas**”), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Clientes de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e) e (g), observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) Os Clientes interessados em participar da Oferta Não Institucional deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta a Clientes;
- (b) **o Cliente que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;**
- (c) cada Cliente poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Cliente opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estabelecido pelo Cliente, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) os Clientes que tenham interesse em participar diretamente da Oferta a Clientes deverão indicar no Pedido de Reserva se estão ou não de acordo com o *Lock-up* da Oferta a Clientes;
- (e) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida e o respectivo valor do investimento dos Clientes serão informados a cada Cliente pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nos itens (h) e (i) abaixo;
- (f) cada Cliente deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no Pedido de Reserva acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:00 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Cliente e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado. Em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Cliente;

- (g) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (f) acima, a cada Cliente, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista neste Prospecto Preliminar, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e 11 abaixo e a possibilidade de rateio prevista nos itens (h) e (i) abaixo;
- (h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Clientes com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Clientes com Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Clientes com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Clientes com Alocação Prioritária**”);
- (i) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Clientes sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Clientes sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Clientes com Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Clientes sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Clientes sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Clientes sem Alocação Prioritária**” e, em conjunto com o Rateio Clientes sem Alocação Prioritária, “**Rateio da Oferta a Clientes**”);
- (j) caso haja Rateio da Oferta a Clientes, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (k) as Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva realizados por Clientes titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Cliente.

Os Clientes que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta a Clientes e adquirirem Ações no âmbito da Oferta a Clientes, não poderão, pelo prazo de 70 (setenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, cada Cliente que optar pelo *Lock-up* da Oferta a Clientes, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de *Lock-up* da Oferta a Clientes.

**Os Clientes que adquirirem Ações no âmbito da Oferta a Clientes e que optarem pelo *Lock-up* da Oferta a Clientes, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizarão seu respectivo agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de *Lock-up* da Oferta a Clientes.**

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Clientes que optarem pelo *Lock-up* da Oferta a Clientes por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de restrição a ele aplicável, e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta a Clientes que optaram pelo *Lock-up* da Oferta a Clientes serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private, Os Investidores de Varejo e os Clientes que se comprometerem a observar o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, o *Lock-up* da Oferta de Varejo e o *Lock-up* da Oferta a Clientes, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, deste Prospecto Preliminar.**

### **Oferta de Varejo**

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 08 de fevereiro de 2021, inclusive (“**Período de Reserva de Investidores Não Institucionais**”), ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre 27 de janeiro de 2021, inclusive, e 29 de janeiro de 2021, inclusive (“**Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas**”), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (g), observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo;
- (b) **o Investidor de Varejo que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;**
- (c) cada Investidor de Varejo poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de sua eficácia, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação por ele estabelecido, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo deverão indicar no Pedido de Reserva se estão ou não de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo;
- (e) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nos itens (h) e (i) abaixo;

- (f) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:00 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado. Em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;
- (g) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (f) acima, a cada Investidor de Varejo, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista neste Prospecto Preliminar, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e a possibilidade de rateio prevista no item (h) e (i) abaixo;
- (h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária até o limite de 20%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Investidores de Varejo com Alocação Prioritária**”);
- (i) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo com Alocação Prioritária até o limite de 20%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva, proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária**” e, em conjunto com o Rateio Investidores de Varejo sem Alocação Prioritária, “**Rateio da Oferta a Investidores de Varejo**”);
- (j) caso haja Rateio da Oferta a Investidores de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (k) As Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Os Investidores de Varejo que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo, não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, cada Investidor de Varejo que optar pelo *Lock-up* da Oferta de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de *Lock-up* da Oferta de Varejo.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo que optarem pelo *Lock-up* da Oferta de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private, Os Investidores de Varejo e os Clientes que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta do Segmento Private, o Lock-up da Oferta de Varejo e o Lock-up da Oferta a Clientes, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, deste Prospecto Preliminar.**

#### **Oferta do Segmento Private**

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, conforme descritos acima, as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas à colocação junto a Investidores do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais, ou, no caso de Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private. **Caso não haja Ações da Oferta Não Institucional remanescentes após a alocação da Oferta a Clientes e da Oferta de Varejo, não haverá alocação aos Investidores da Oferta do Segmento Private.**

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores do Segmento Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (d), (e) e (g), observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) os Investidores do Segmento Private interessados em participar da Oferta Não Institucional deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais ou o Período de Reserva de Investidores Não Institucionais Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private;
- (b) **o Investidor do Segmento Private que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;**

- (c) cada Investidor do Segmento Private poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de sua eficácia, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor do Segmento Private opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação por ele estabelecido, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- (d) o Investidor da Oferta do Segmento Private que tenha interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private, deverá indicar no Pedido de Reserva se está ou não de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private;
- (e) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados;
- (f) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores do Segmento Private serão informados a cada Investidor do Segmento Private pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nos itens (i) e (j) abaixo;
- (g) cada Investidor do Segmento Private deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:00 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor do Segmento Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado. Em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor do Segmento Private;
- (h) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (g) acima, a cada Investidor do Segmento Private, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista neste Prospecto Preliminar, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), (d), (e) e (g) acima e a possibilidade de rateio prevista nos itens (i) e (j) abaixo;
- (i) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária e as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas para os Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (**“Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária”**);

- (j) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária: (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária e as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas para os Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária até o limite de 10%, conforme discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas aos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Investidores do Segmento Private sem Alocação Prioritária**” e, em conjunto com o Rateio Investidores do Segmento Private com Alocação Prioritária, “**Rateio do Segmento Private**”);
- (k) caso haja Rateio do Segmento Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;
- (l) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Os Investidores do Segmento Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private, não poderão, pelo prazo de 70 (setenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, cada Investidor da Oferta do Segmento Private que optar pelo *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.

**Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores do Segmento Private que optarem pelo *Lock-up* da Oferta do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private, Os Investidores de Varejo e os Clientes que se comprometerem a observar o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, o *Lock-up* da Oferta de Varejo e o *Lock-up* da Oferta a Clientes, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 68 deste Prospecto Preliminar.**

### **Oferta Institucional**

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.



Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos descritos acima, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e de eventual contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do total de Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*”, na página 68 deste Prospecto Preliminar.**

#### **Prazos da Oferta**

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 10 de fevereiro de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 10 de agosto de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até dois dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

#### **Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional**

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção “Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 71 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores e Acionistas Vendedores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 77 deste Prospecto Preliminar.

#### **Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta**

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta serão imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção “Informações Adicionais” a partir da página 75 deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta enviada pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

**Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.**

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) rescisão do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

## Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

<b>Coordenador da Oferta</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Coordenador Líder .....	23.169.693	35,00%
XP .....	19.859.737	30,00%
J.P. Morgan .....	16.549.781	25,00%
Citi .....	6.619.912	10,00%
<b>Total .....</b>	<b>66.199.123</b>	<b>100,00%</b>

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/adquirir as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta e de companhia aberta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado este Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional.

Caso as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

## **Estabilização dos Preços das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 75 deste Prospecto Preliminar.

## **Violações das Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva de ações que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva de ações cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

### **Direitos, vantagens e restrições das Ações**

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;
- (c) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início;
- (d) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no referido capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;
- (f) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado a(os) acionista(s) controlador(es) (*tag along*);
- (h) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública para aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou seu(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e
- (i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência.

### **Negociação das Ações na B3**

A Companhia e a B3 celebraram o Contrato de Participação no Novo Mercado, aderindo ao Novo Mercado, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão negociadas no segmento Novo Mercado da B3, sob o código "WEST3".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, sobretudo nos itens "5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos", "12. Assembleia geral e administração", "13. Remuneração dos Administradores", "16. Transações com partes relacionadas", "20. Política de negociação de valores mobiliários" e "21. Política de divulgação de informações". Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

**Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, sobretudo nos itens "3. Informações Financeiras Seleccionadas", "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.**

#### **Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)**

A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

**A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" na página 103 deste Prospecto Preliminar.**

#### **Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Itaú Corretora de Valores S.A.

#### **Formador de Mercado**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.



## Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

## Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

## Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia”, a partir das páginas 101 e 20, respectivamente, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

**OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” DESTE PROSPECTO, O ITEM “4. FATORES DE RISCO” E O ITEM “10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA MELHOR COMPREENSÃO DOS FATORES DE RISCO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES ANTES DA TOMADA DE QUALQUER DECISÃO DE INVESTIMENTO.**

## Companhia

### **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Avenida Queiroz Filho, nº 1.700

Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24

CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, São Paulo, SP

At.: Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo e Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira

Tel.: +55 (11) 3588-2000

<https://ri.westwing.com.br> (neste *website*, clicar em “Prospecto”).

## Coordenadores da Oferta

### **Banco BTG Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar

CEP 04538-133, São Paulo, SP

At.: Sr. Fabio Nazari

Tel.: +55 (11) 3383-2000

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website* acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A.”, escolher o link “Prospecto Preliminar”).

### **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar

CEP 04551-065, São Paulo, SP

At.: Sr. Vitor Saraiva

Tel.: +55 (11) 4871-4277

[www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br) (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A.” e, então, clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Banco J.P. Morgan S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares

CEP 04538-905, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Porto

Tel.: +55 (11) 4950-3700

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/westwing> (neste *website* clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar

CEP 01311-920, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Millen

Tel.: +55 (11) 4009-2011

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Westwing Comércio Varejista S.A.” e, a seguir, clicar em “2021”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”).

## Instituições Consorciadas

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

- (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primária”, clicar no item “Ações”, depois, na tabela “Oferta Inicial (IPO)”, clicar em “Volume em R\$” e, então, acessar o link referente à “Westwing Comércio Varejista S.A.”, e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e
- (ii) B3, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/) – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, depois clicar em “Empresas”, depois clicar em “Westwing Comércio Varejista S.A.” e posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

## **Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta**

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

### **Companhia**

#### **Westwing Comércio Varejista S.A.**

<https://ri.westwing.com.br> (neste *website*, clicar em “Comunicados ao Mercado”).

### **Coordenadores da Oferta**

#### **Banco BTG Pactual S.A.**

<https://www.btgpactual.com/investment-bank> (neste *website*, acessar “Mercado de Capitais – Download”, depois clicar em “2020” e, a seguir, logo abaixo de “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Westwing Comércio Varejista S.A.”, clicar no título do documento correspondente).

#### **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

<https://www.xpi.com.br> (neste *website*, clicar em “Investimentos”, depois clicar em “Oferta Pública”, em seguida clicar em “Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A.” e, então, clicar no título do documento correspondente).

#### **Banco J.P. Morgan S.A.**

<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/westwing> (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

#### **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Westwing Comércio Varejista S.A.” e, a seguir, clicar em “2021”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, clicar em “Prospecto Preliminar”).

### **Instituições Consorciadas**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) – neste *website* acessar em “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Secundárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Secundárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o link referente ao “Westwing Comércio Varejista S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível); e (ii) **B3**, situada na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/) – neste *website* acessar “Empresas”, depois clicar em “Westwing Comércio Varejista S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Preliminar”).

Este Prospecto Preliminar não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

**Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.**

**LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES” A PARTIR DA PÁGINA 20 DESTES PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.**

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 03 de dezembro de 2020.

**O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

**Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.**

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o “*Brazil’s Equity House of the Year*”, segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes “*World’s Best Equity House*” (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de “*Equity House of the Year*” (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “*Best Equity House Latin America*” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de “*Best Investment Bank*” (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “*#1 Equity Research Team Latin America*” em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do *re-IPO* da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *IPO* da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cognia Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do *IPO* da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

## **XP**

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R\$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R\$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” ([www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br)), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” ([www.rico.com.vc](http://www.rico.com.vc)) e “Clear” ([www.clear.com.br](http://www.clear.com.br)).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R\$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

### **Atividade de Mercado de Capitais da XP**

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, M&A, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R\$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R\$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R\$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R\$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US\$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R\$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R\$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R\$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R\$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R\$637 milhões; IPO da C&A no valor de R\$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R\$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R\$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R\$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R\$1.837 milhões.



Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R\$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R\$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R\$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R\$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R\$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R\$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R\$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R\$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R\$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R\$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R\$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R\$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R\$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R\$1.027 milhões; Re-IPO da JSL no valor de R\$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R\$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R\$6.910 milhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R\$4.080 milhões; IPO da Enjoei no valor de R\$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R\$584 milhões, IPO da Aura Minerals no valor de R\$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R\$982 milhões; e IPO da 3R Petroleum no valor de R\$600 milhões; e IPO da Rede Dor São Luiz no valor de R\$10,1 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

### **J.P. Morgan**

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de Investment Banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *Private Banking*; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *Private Banking*; a área de Equities oferece produtos de equities em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de *trade*, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio “Best M&A House in Latin America” e, em 2009, o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House”, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Equity House in Latin America” pela Euromoney e “Best Investment Bank in Latin America” pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Investment Bank in Latin America” e, em 2017, “Bond House of Year in Latin America” pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro (“Latin America Equity Issue” em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão (“IPO of the Year” em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova (“*Follow-on of the Year*” em 2017, segundo a Latin Finance), Nemark, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US\$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Bank of the Year” (2008, 2017 e 2018), “Equity House of the Year” (2008, 2009 e 2016), “Americas Equity House of the Year” (2016), “Bond House of the Year” (2008, 2019), “Derivatives House of the Year” (2008), “Loan House of the Year” (2012 e 2017), “Securitization House of the Year” (2008 e 2010), “Leveraged Loan House of the Year” (2008), “Leveraged Finance House of the Year” (2008), “High-Yield Bond House of the Year” (2012), “Financial Bond House of the Year” (2009), “Latin America Bond House of the Year” (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio “Best Investment Bank” da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como “Best Equity Bank” em 2018 e 2019.

## **Citi**

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R\$120.2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R\$2.2 bilhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R\$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R\$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R\$1.2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R\$9.8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R\$2.4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R\$3.2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R\$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R\$143.8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R\$11.5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R\$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R\$5.5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R\$2.6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R\$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R\$2.0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1.2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R\$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$5.0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R\$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2.7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1.2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$5.1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$3.0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1.4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R\$1.1 bilhões (abril de 2019), (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2.7 bilhões (abril de 2019), (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R\$3.7 bilhões (junho de 2019), (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R\$2.5 bilhões (julho de 2019), (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$7.4 bilhões (julho de 2019), (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$9.6 bilhões (julho de 2019), (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R\$2.7 bilhões (outubro de 2019), (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R\$1.8 bilhões (outubro de 2019), (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R\$9.3 bilhões (dezembro de 2019), (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$5.0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1.8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R\$22.0 bilhões (fevereiro de 2020), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R\$4.4 bilhões (julho de 2020), (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R\$8.2 bilhões (agosto de 2020) (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R\$6.4 bilhões (agosto de 2020), (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R\$3.4 bilhões (setembro de 2020), (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R\$2.2 bilhões (setembro de 2020) e (vii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R\$5.6 bilhões (outubro de 2020).

## RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

### RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

#### Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*) O Coordenador Líder ou sociedade de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre a Companhia e a XP**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relacionamento comercial relevante com o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Na data deste Prospecto Preliminar, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedade de seu grupo econômico, não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com os quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Citi como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.



## RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

### Relacionamento entre o FIP Oikos e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Oikos não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Oikos poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Oikos ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Oikos declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Oikos declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Oikos e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

### Relacionamento entre a Tatix e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Tatix não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Tatix poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Tatix. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Tatix como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Tatix ao Coordenador Líder ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Tatix declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Tatix declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Tatix e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder**

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem o seguinte relacionamento com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas:

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas iniciaram negociações com o Coordenador Líder para a realização de um operação de crédito, cujos termos serão oportunamente negociados entre as partes e que poderão contemplar a emissão de Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco BTG Pactual S.A., assim como poderá contemplar garantias relacionadas a direitos decorrentes do plano de opção de compra de ações da Companhia em vigor e/ou relacionadas a determinadas ações ordinárias de emissão da Companhia e detidas pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre o FIP Oikos e a XP**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Oikos não possui qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Oikos poderá, no futuro, contratar a XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Oikos à XP ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Oikos declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Oikos declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Oikos e a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre a Tatix e a XP**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Tatix não possui qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Tatix poderá, no futuro, contratar a XP e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Tatix à XP ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Tatix declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Tatix declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Tatix e a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a XP**

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades do seu grupo econômico para a prestação de serviços ou a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas à XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre o FIP Oikos e o J.P Morgan**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Oikos não possui qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Oikos poderá, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Oikos ao J.P. Morgan ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Oikos declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Oikos declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Oikos e ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre a Tatix e o J.P. Morgan**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Tatix não possui qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Tatix poderá, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Tatix ao J.P. Morgan ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Tatix declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Tatix declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Tatix e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o J.P. Morgan**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas não mantêm relacionamento societário ou comercial relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **Relacionamento entre o FIP Oikos e o Citi**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, o FIP Oikos não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O FIP Oikos poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de nossa emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelo FIP Oikos ao Citi ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

O FIP Oikos declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o FIP Oikos declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o FIP Oikos e ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

## **Relacionamento entre a Tatix e o Citi**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, a Tatix não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.



A Tatix poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades do seu conglomerado econômico para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de sua emissão com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (inclusive *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de nossa emissão como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das nossas ações ordinárias, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Tatix ao Citi ou a sociedades do seu conglomerado econômico no contexto da Oferta.

A Tatix declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Tatix declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Tatix e o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Citi**

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas não mantêm relacionamento societário ou comercial relevante com o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Citi ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Citi como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

*O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 20 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 383 deste Prospecto Preliminar, e as demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar.*

*As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou “afetará a Companhia adversamente” ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

*Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, contido na página 383 deste Prospecto Preliminar.*

***Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (“COVID-19”), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.***

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lock down ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***As ações de emissão da Companhia nunca foram negociadas em bolsa de valores e, portanto, um mercado ativo e líquido poderá não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das ações de emissão da Companhia pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

Antes da Oferta, as ações de emissão da Companhia não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para as ações de emissão da Companhia pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Em 31 de março de 2020, a capitalização bursátil de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$3,1 trilhões e a média de negociações diárias era de, aproximadamente, R\$36 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 33,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020, enquanto que a New York Stock Exchange, nos Estados Unidos, teve uma capitalização bursátil de aproximadamente US\$16,8 trilhões em 31 de março de 2020, com média do volume diário de negociação de aproximadamente US\$251 bilhões durante o período de três meses terminado em 31 de março de 2020.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão” na página 101 deste Prospecto.

***Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A esse respeito, vide, ainda, seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão” na página 101 deste Prospecto.

***A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometeram, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de Lock-up, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a, entre outros, não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores, pela Companhia e pelos Administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

***A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.***

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 45 deste Prospecto.

***A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, inclusive novas ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.***

A Companhia pode vir a captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários, inclusive ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos pode resultar em impacto adverso no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

***A ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.***

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

***Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta e/ou caso as ações pendentes de integralização não seja integralizadas.***

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, e/ou caso as ações emitidas pela Companhia em 15 de janeiro de 2021 em decorrência do exercício de opções de compra de ações referentes ao Primeiro Plano de Opções, conforme descritas no item “Eventos Recentes” do Sumário da Companhia na página 19 deste Prospecto Preliminar, não sejam totalmente integralizadas até o dia 26 de janeiro de 2021, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 69 deste Prospecto Preliminar.

***Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.***

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de 69,95%, considerando a emissão de Ações no âmbito da Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções no âmbito dos Planos de Opções. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 111 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

***A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.



***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o conseqüente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção “Violações de Norma de Conduta” na página 72 deste Prospecto Preliminar.

***Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que estes detenham ações de emissão da Companhia, inclusive no âmbito dos Planos de Opções.***

Os Administradores são beneficiários dos Planos de Opções, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de os Administradores deterem ações e opções de compra de ações de emissão da Companhia, e o fato de tais Planos de Opções não possuírem cláusulas restritivas à venda (*lock-up*), pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre os Planos de Opções, ver a seção “Diluição” na página 111 deste Prospecto Preliminar e o item “13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária” do Formulário de Referência.

***A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.***

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

***Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu bloco de controle, cujos interesses poderão divergir dos seus demais acionistas.***

Imediatamente após a conclusão da abertura de capital da Companhia, esta continuará sendo controlada por seu atual bloco de controle, que continuará a deter a maioria do seu capital social, por meio de um acordo de acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, controlar a sua administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas. O bloco de controle da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de seus resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação das ações da Companhia.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta e aos Agentes de Colocação Internacional e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente R\$370,3 milhões, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: (i) expansão de mercado endereçável; (ii) marketing; (iii) tecnologia; e (iv) marca própria; (v) logística.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, que representou 49,51% da Oferta:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido <sup>(1)(2)</sup> (em R\$ mil)
Expansão de Mercado Endereçável.....	29%	107.410,48
Marketing.....	26%	96.299,05
Tecnologia.....	24%	88.891,43
Marca Própria.....	13%	48.149,53
Logística.....	8%	29.630,48
<b>Total.....</b>	<b>100%</b>	<b>370.380,97</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$12,06, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação será determinado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos da Companhia e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de Ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta em, aproximadamente, R\$31.242 mil.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 111 deste Prospecto Preliminar.

Os recursos provenientes da tranche secundária da Oferta serão destinado exclusivamente aos Acionistas Vendedores.

## CAPITALIZAÇÃO

As informações constantes da coluna “Efetivo” foram extraídas das Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e indicam (i) a posição naquela data; (ii) os valores ajustados para refletir os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2020 e que tiveram impacto na capitalização da Companhia. Para mais informações ver “Sumário – Eventos Subsequentes” na página 19 deste Prospecto e (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta, estimados em aproximadamente R\$370,3 milhões, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, após a dedução das comissões e despesas estimadas.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar, e com as seções “3. *Informações Financeiras Seleccionadas*” e “10. *Comentários dos Diretores*” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

Em milhares de Reais (R\$)	Em 30 de Setembro de 2020		
	Efetivo	Ajustado por Eventos Recentes <sup>(1)</sup>	Ajustado pós Oferta <sup>(1)(2)(3)</sup>
Empréstimos e financiamentos circulante.....	7.894	7.894	7.894
Empréstimos e financiamentos não circulante.....	5.095	5.095	5.095
<b>Dívida Bruta .....</b>	<b>12.989</b>	<b>12.989</b>	<b>12.989</b>
<b>Arrendamento .....</b>	<b>1.757</b>	<b>1.757</b>	<b>1.757</b>
<b>Total do patrimônio líquido .....</b>	<b>8.918</b>	<b>14.150</b>	<b>384.531</b>
<b>Capitalização Total<sup>(4)</sup> .....</b>	<b>23.664</b>	<b>28.896</b>	<b>399.277</b>

(1) Ajustado para refletir os eventos subsequentes ocorridos após 30 de setembro de 2020 e que tiveram impacto na capitalização da Companhia. Para mais informações ver “Sumário – Eventos Subsequentes” na página 19 deste Prospecto.

(2) Ajustado para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, calculado com base no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,50 e R\$13,66, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação será determinado pelo Procedimento de *Bookbuilding* e poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(3) Sem considerar a alocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

(4) A capitalização total corresponde ao resultado da soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos com o patrimônio líquido.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R\$399.277. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, aprovou, no âmbito do Primeiro Plano de Opções, a emissão de 4.800.125 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, para fazer frente a obrigações de entrega de opções de compra de ações exercidas, na mesma data, pelos membros da Diretoria Executiva Srs. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo e Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira, descrito no item 13.4 do Formulário de Referência.

Todas as ações foram subscritas na mesma data, e serão integralizadas até 26 de janeiro de 2021, sendo que parte dos recursos da integralização será destinado à conta de capital, e parte será destinada à conta de reserva de capital, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Desta forma, na data de apresentação deste Prospecto Preliminar, o capital social da Companhia é de R\$ 40.272.259,15, dividido em 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para maiores informações, vide item “Eventos Recentes” do Sumário da Companhia na página 19 deste Prospecto Preliminar e item “Composição do Capital Social” na página 45 deste Prospecto Preliminar.

Exceto pelo disposto acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

## DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$8.918 mil e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R\$0,12. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Em razão da emissão de 4.800.125 ações ordinárias aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de janeiro de 2021, no âmbito do Primeiro Plano de Opções, conforme descrito no capítulo de Capitalização, na página 111 deste Prospecto Preliminar, na data da divulgação deste Prospecto Preliminar, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia é de R\$14.150.136 e o valor patrimonial contábil por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R\$0,19. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão na data de divulgação deste Prospecto Preliminar.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, pelo Preço por Ação, e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R\$384.531.102, representando um valor de R\$3,51 por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R\$3,33 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R\$8,57 para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores no contexto da Oferta e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto Preliminar.

Para informações detalhadas acerca das comissões da Oferta e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

	<u>Após a Oferta Base</u>
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	12,08
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de Setembro de 2020 ajustado para refletir os Eventos Recentes .....	0,19
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de Setembro de 2020 ajustado para refletir os eventos recentes e a Oferta (Oferta Base).....	3,51
Aumento do valor patrimonial contábil por ação dos atuais acionistas.....	3,33
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores <sup>(2)</sup> .....	8,57
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta <sup>(3)</sup> .....	70,92%

<sup>(1)</sup> Considerando a subscrição das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, com base no Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia na data deste Prospecto Preliminar.

<sup>(3)</sup> O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 40 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$12,08, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento (redução), após a conclusão da Oferta: (i) de R\$31.242 mil no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R\$0,71 por ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido na data deste Prospecto Preliminar e considerando os impactos da realização da Oferta, incluindo-se as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Patrimônio Líquido em 30 de setembro de 2020 Ajustado para Refletir os Eventos Recentes .....	14.150.136
Número total de ações ordinárias de emissão da Companhia na data deste Prospecto Preliminar .....	76.377.239
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar .....	0,19
Número de Ações após a Oferta (Oferta Base + Ações Adicionais e Ações Suplementares) .....	109.476.801
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar e ajustado para refletir Eventos Recentes e a Oferta (Oferta Base + Ações Adicionais e Ações Suplementares) .....	384.800.621
	<b>Após a Oferta Base + Ações Adicionais + Ações Suplementares</b>
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	12,08
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir os Eventos Recentes .....	0,19
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar e ajustado para refletir a Oferta (Oferta Base + Ações Adicionais e Ações Suplementares) .....	3,51
Aumento do valor patrimonial contábil por ação dos atuais acionistas .....	3,33
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores <sup>(2)</sup> .....	8,57
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta <sup>(3)</sup> .....	70,90%

<sup>(1)</sup> Ponto médio da Faixa Indicativa.

<sup>(2)</sup> Representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar, ajustado para refletir a Oferta (Oferta Base + Ações Adicionais e Ações Suplementares).

<sup>(3)</sup> Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo (b) Preço por Ação.

## Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações

### Primeiro Plano de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em razão da sucessão pela Companhia, de todos os direitos e obrigações de sua incorporada, a Kedar Empreendimentos e Participações S.A., o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Primeiro Plano de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão a administradores e executivos da Companhia e das demais sociedades do grupo econômico da Companhia.



O Primeiro Plano de Opções tem como objetivo permitir que os adquirentes das opções tenham a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia, tornando-se acionistas ou aumentando participação, com vistas a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia, permitindo, a determinados membros da administração e executivos da Companhia, adquirir ações, incentivando, assim, a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses desses administradores e executivos com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter administradores e executivos de alto nível, com vistas ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de adquirirem ações da Companhia e buscando um comprometimento de longo prazo de tais administradores com os objetivos da Companhia; e (iii) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes ao negócio.

O Primeiro Plano de Opções prevê o limite global de 8.271.190 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Primeiro Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia. O Primeiro Plano de Opções engloba apenas ações ordinárias.

Em 15 de janeiro de 2021 foram exercidas opções de compra de 4.800.125 ações no âmbito do Primeiro Plano de Opções.

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários dos Planos de Opções e determinará os termos e condições para outorga das opções, as metas a serem cumpridas, a quantidade de opções que cada beneficiário pode adquirir, a quantidade de ações que comporão o lote outorgado, os preços e datas de outorga, dentre outras.

As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite, ficando novamente disponíveis para futura outorga.

### **Segundo Plano de Opções**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Opções de Compra de Ações (“**Segundo Plano de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a administradores, executivos e empregados da Companhia.

O Segundo Plano de Opções tem como objetivo remunerar os beneficiários que forem escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia por serviços prestados à Companhia, bem como: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia, permitindo, a tais beneficiários, que sejam remunerados como ações da Companhia, incentivando, assim, a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter administradores, executivos e empregados de alto nível, com vista ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de serem remunerados com ações da Companhia e buscando um comprometimento de longo prazo de tais beneficiários com os objetivos da Companhia; e (iii) compartilhar com tais beneficiários a criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

O Segundo Plano de Opções prevê o limite global de 2.395.634 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Segundo Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia. O Segundo Plano de Opções engloba ações ordinárias (caso a Companhia tenha Ações Listadas na B3 até a data da entrega das ações subscritas ou adquiridas pelos beneficiários mediante o exercício das respectivas opções) e ações preferenciais (caso a Companhia não tenha Ações Listadas na B3 até a data de entrega das ações subscritas ou adquiridas mediante o exercício das opções).

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários dos Planos de Opções e determinará os termos e condições para outorga das opções, as metas a serem cumpridas, a quantidade de opções que cada beneficiário pode adquirir, a quantidade de ações que comporão o lote outorgado, os preços e datas de outorga, dentre outras.

As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite, ficando novamente disponíveis para futura outorga.

### **Terceiro Plano de Opções**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações (“**Terceiro Plano de Opções**” e, em conjunto com o Primeiro Plano de Opções e o Segundo Plano de Opções, “**Planos de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a Diretores e empregados da Companhia ou de outras sociedades direta ou indiretamente sob o seu controle. O Terceiro Plano de Opções está condicionado à realização da Oferta, e a outorga de opções está condicionada à divulgação do Anúncio de Encerramento.

O Terceiro Plano tem por objetivo permitir que os beneficiários que forem escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo respectivo comitê de gestão, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, permitindo, aos beneficiários, que sejam remuneradas com ações da Companhia, incentivando, assim, a integração das mesmas à Companhia e o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas os beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

As opções outorgadas nos termos do Terceiro Plano de Opções poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações que não exceda 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia na data de divulgação do anúncio de encerramento, em bases totalmente diluídas considerando todas as opções outorgadas e ainda não exercidas no âmbito dos demais planos de opções aprovados pela Companhia. O Terceiro Plano de Opções engloba ações ordinárias.

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários dos Planos de Opções e determinará os termos e condições para outorga das opções, as metas a serem cumpridas, a quantidade de opções que cada beneficiário pode adquirir, a quantidade de ações que comporão o lote outorgado, os preços e datas de outorga, dentre outras.

Em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de 1.141.901 opções de compra de ações ao Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, Diretor Presidente da Companhia, e 519.046 opções de compra de ações ao Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira 519.046, Diretor Vice-Presidente de Operações e Diretor de Relações com Investidores, no âmbito do Terceiro Plano de Opções. Os demais termos e condições sobre a referida outorga serão deliberados oportunamente pelo Conselho de Administração.

As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite, ficando novamente disponíveis para futura outorga.

Para mais informações sobre os Planos de Opções, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia na data deste Prospecto Preliminar, considerando: (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares); e (ii) o exercício de todas as opções outorgadas que, na data deste Prospecto, ainda não foram exercidas, incluindo ainda a quantidade máxima de opções passíveis de outorga, no âmbito dos Planos de Opções, sendo certo que até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, não haverá outorgas no âmbito do Terceiro Plano de Opções e sendo certo, ainda, que uma vez que não há valor aprovado para o exercício das opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano de Opções, foi adotado o valor médio da faixa indicativa, para fins do exercício da diluição abaixo.

	<b>Após a Oferta Base + Opções</b>
	(R\$)
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	12,08
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar <sup>(2)</sup> .....	0,19
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar considerando todos os Planos de Opções <sup>(2)(3)</sup> .....	0,29
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Preliminar considerando todos os Planos de Opções e a Oferta <sup>(1)(2)(3)</sup> .....	3,63
Aumento do valor patrimonial contábil por ação dos atuais acionistas considerando todos os eventos acima .....	3,45
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores considerando todos os eventos acima <sup>(4)</sup> .....	8,45
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta <sup>(5)</sup> .....	69,95%

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considera o número total das ações de emissão da Companhia, excluindo ações em tesouraria, na data deste Prospecto Preliminar.

(3) Considera o preço ponderado de exercício de R\$5,02.

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R\$12,08 a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

### Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

<b>Data</b>	<b>Natureza da operação</b>	<b>Tipo de Ação</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>Valor Pago por Ação</b>
				(R\$)	(R\$)
20/01/2016	Aumento de capital	Ordinária	2.001.250	2.001.250	1,00
30/09/2020	Incorporação de sociedade controladora	Ordinária	405.114	N/A	1,00
15/01/2021	Exercício de opção de compra de ações	Ordinária	4.800.125	5.232.136,25	1,09

Além dos aumentos de capital acima, não houve outras aquisições de ações de emissão da Companhia por administradores, controladores ou detentores de opções nos últimos cinco anos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXOS**

---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA**

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTOS DO OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR OIKOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR TATIX, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



# WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

*Companhia de capital autorizado*

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

## Estatuto Social

### Capítulo I. Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

**Artigo 1º.** A **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.** (“**Companhia**”) é uma sociedade por ações de capital autorizado que se rege pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo 1º.** Com a admissão da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

**Parágrafo 2º.** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º.** A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios administrativos ou de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social (i) o comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral, (ii) os serviços de montagem relacionados à atividade acima, (iii) o comércio varejista de alimentos e bebidas, (iv) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, (v) o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, (vi) o comércio varejista de eletrodomésticos, (vii) o comércio varejista de eletroeletrônicos, (viii) o comércio varejista de livros e revistas, (ix) o comércio varejista de cama, mesa e banho, (x) o comércio varejista de artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes, persianas e outros, (xi) a importação, a exportação e o comércio varejista de produtos de uso doméstico e pessoal, artigos para decoração e outros, (xii) a intermediação, a representação, o agenciamento, a corretagem de serviços e de negócios em geral, inclusive o agenciamento de publicidades e de propagandas, (xiii) o comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, (xiv) o comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, (xv) o comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas, (xvi) o comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, (xvii) o comércio de produtos em lojas de variedade na internet, (xviii) as atividades de design de interiores, (xiv) a realização de serviços de arquitetura, (xv) as atividades de produção e edição de vídeos para divulgação na internet, (xvi) as atividades de representação comercial, (xvii) o comércio varejista de calçados em geral, e (xviii) administração de cartões de crédito.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## Capítulo II. Capital Social

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.224.257,90 (quarenta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), dividido em 71.577.114 (setenta e um milhões, quinhentas e setenta e sete mil e cento e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

**Parágrafo 2º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 3º.** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo 4º.** Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, em até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

**Parágrafo 2º.** Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 3º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

**Parágrafo 4º.** A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

**Artigo 7º.** Nas hipótese em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em

avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º.** As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

**Parágrafo 1º.** Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

### **Capítulo III. Assembleia Geral**

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

**Parágrafo 3º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo 4º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 5º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas por membro do Conselho de Administração a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

**Parágrafo 7º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como

administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo 8º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

**Parágrafo 9º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

**Parágrafo 10º.** O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

**Parágrafo 11º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 10º.** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) alterar este Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (ix) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## **Capítulo IV. Órgãos da Administração**

### **Seção I – Disposições Comuns**

**Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo 4º.** A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo ao Conselho de Administração a alocação e distribuição individual da remuneração entre os administradores.

**Parágrafo 5º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras que venham posteriormente se aprovadas, o Código de Ética e Conduta da Companhia, à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, à Política de Negociação de Valores Mobiliários, à Política de Gerenciamento de Riscos e à Política de Transação com Partes Relacionadas.

**Parágrafo 6º.** Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que: (i) participarem da reunião por conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do administrador e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (ii) manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

## **Seção II. Conselho de Administração**

**Artigo 12.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, os quais deverão sê-lo expressamente caracterizados com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo 1º.**

**Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo 3º.** Para fins de eleição de conselheiro independente, serão observados e considerados os termos e critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º.** O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral da Companhia ou, em sua omissão, pela maioria de votos de seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

**Parágrafo 5º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados deverá cessar no prazo de 1 (um) ano.

**Parágrafo 6º.** Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo 7º.** É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

**Parágrafo 8º.** É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

**Artigo 13.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião no caso de ausência do Presidente, e tal substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

**Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

**Parágrafo 2º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 8º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

**Parágrafo 3º.** As reuniões do Conselho de Administração ocorridas na forma do item (ii) do Parágrafo Segundo acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente ou seu substituto.

**Parágrafo 4º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração que estiverem presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo 5º.** Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

**Parágrafo 6º.** É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

**Artigo 14.** Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 16, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

**Artigo 15.** O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 16.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;
- (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- (iv) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, quando for o caso;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;
- (vi) aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- (vii) deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;

- (viii) a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (ix) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (x) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;
- (xi) administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;
- (xii) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos;
- (xiii) deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;
- (xiv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- (xv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xvi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;



- (xvii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xx) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xviii) a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xx) a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;
- (xxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; e
- (xxiii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo 1º.** Quando submetidas para aprovação do Conselho de Administração, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas, as operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os Conselheiros Independentes.

**Parágrafo 2º.** Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 16, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º.** O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo 16 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme aplicável.

## **Seção II. Diretoria**

**Artigo 17.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observado o disposto neste Estatuto.

**Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) substituir o Presidente em suas atribuições, nos casos de impedimento, ausência temporária ou vacância; (ii) acompanhar o Diretor Presidente na direção geral dos negócios da Companhia; (iii) gerir as atividades de operações e logística da Companhia; (iv) gerir as atividades de tecnologia da Companhia; e (v) gerir as atividades de recursos humanos da Companhia.

**Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

**Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado

em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

**Parágrafo 5º.** O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

**Parágrafo 6º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor, aplicando-se o disposto no artigo 11, parágrafo 3º, acima em caso de vacância.

**Parágrafo 7º.** Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

**Artigo 18.** Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 17 deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (i) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII deste Estatuto Social;
- (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;
- (iii) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- (iv) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;
- (v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- (vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 19 abaixo; e
- (viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 19.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por:

- (i) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto;
- (ii) 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou
- (iii) 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses:

- (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina;
- (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e
- (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

**Parágrafo 2º.** Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicium*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

**Artigo 20.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

**Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão realizadas na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

**Parágrafo 2º.** As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião e ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do evento, por carta ou e-mail, todos com comprovação de recebimento.

**Parágrafo 3º.** As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

**Parágrafo 4º.** As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

**Artigo 21.** A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 22.** Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

**Artigo 23.** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

**Artigo 24.** Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da

Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros.

## **Capítulo V. Conselho Fiscal**

**Artigo 25.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei.

**Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

**Parágrafo 5º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, devendo ainda a Companhia reembolsá-los pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

**Parágrafo 6º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

**Parágrafo 7º.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado ou tiver interesse conflitante com a Companhia.

## **Capítulo VI. Acordo de Acionistas**

**Artigo 26.** A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

## **Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Lucros**

**Artigo 27.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

**Parágrafo Único.** A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

**Artigo 28.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais. Do saldo remanescente, (a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% (setenta e cinco por cento) poderão

ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

**Artigo 29.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 30.** A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 31.** A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

## **Capítulo VIII. Dissolução, Liquidação e Transformação**

**Artigo 32.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

**Artigo 33.** A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral.

## **Capítulo IX. Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado**

**Artigo 34.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

**Artigo 35.** Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder a preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do artigo 4º, §4º da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Único** - O laudo de avaliação mencionado no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e

independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

**Parágrafo 1º.** Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de

### **Capítulo X. Solução de Conflitos**

**Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste estatuto social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

### **Capítulo XI. Disposições Gerais**

**Artigo 37.** Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 38.** A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

**Artigo 39.** As disposições contidas no artigo 8, artigo 17, §4º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM, e o artigo 1º §1º a §3º, o artigo 5º, §3º, o artigo 12, §1º a §4º e §6º, artigo 16 (xxi) e §1º, artigo 25, §7º e Capítulos IX e X, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 27 DE  
NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020**

- 1 **Data, hora e local:** No dia 27 de novembro de 2020, às 10:00, na sede social da Westwing Comércio Varejista S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A, sala 407, Bairro Vila Hamburguesa, CEP: 05319-000.
- 2 **Presenças:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.
- 3 **Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).
- 4 **Mesa:** Presidente: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo; Secretário: Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira.

**Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** alterar as regras de composição do Conselho de Administração da Companhia e eleger seus membros; **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”); **(iii)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); **(iv)** a realização de oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”), a ser registrada junto à CVM (“**Oferta**”); **(v)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria “A” e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta; **(vi)** aumentar o limite do capital autorizado da Companhia; **(vii)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às novas regras do Novo Mercado; e **(viii)** alterar o tipo de ações de emissão da Companhia que podem ser emitidas em virtude do exercício das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção de

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998342  
Signing Time: 11/21/2021 | 05:48:29 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A5FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 30612002929  
CPF: 30612002929  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 13:59:33 PST  
ICP-Brasil  
E0REDA77EE88487C8B72838416C33110

Compra de Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada 30 de setembro de 2020 (“**Plano de Opção**”).

5 **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionista da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram:

- (i) alterar as regras de composição do Conselho de Administração da Companhia, de forma que o mesmo passará a ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 12 (doze) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, alterando assim o estatuto social da Companhia, nos termos do Anexo I à presente ata.
- (ii) ratificar a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: (a) **Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sambaíba, 176, apto. 502, Leblon, CEP 22450-140, portador da cédula de identidade nº 13.401.564-3, expedida pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº107.033.777-36; (b) **Fábio Martins Maranhão**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Paulo Cesar de Andrade, 200, apto. 101, Laranjeiras, CEP 22221-090, portador da cédula de identidade nº 09.295.042-7, expedida pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 035.357.417-18; e (c) **Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues**, brasileiro, divorciado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Canal, 2255, bloco 3, apto. 201, Barra da Tijuca, CEP 22620-120, portador da cédula de identidade nº 07.357.421-2, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob nº 968.484.057-87.
- (iii) eleger os seguintes membros para o Conselho de Administração: (a) **Renata Malta Canto Porto**, brasileira, casada, publicitária, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Guimarães Valadão, 115, CEP 05671-010, portadora da cédula de identidade RG nº 25.951588-7, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob nº 281.928.238-57; e (b) **Daniel Percim Funis**, brasileiro, divorciado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Claro, 251, apto 8, Bela Vista, CEP 01332-010, portador da cédula de identidade RG nº 18.591.064-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 252. 096.468-58;

Os Conselheiros ora eleitos foram imediatamente empossados em seus cargos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signed Time: 11/01/2021 | 05:48:39 PST  
CPB  
Brasil  
3029E129A8A8B5A9FF918452D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202829  
CPF: 3081202829  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:37 PST  
CPB  
ECHEDA77EED8667C9B72438418C03118

peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

Os acionistas aprovaram, ainda, a designação da Sra. Renata Malta Canto Porto e do Sr. Daniel Percim Funis como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

- (iv) a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado;
- (v) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América. A critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com a distribuição secundária de ações de emissão da Companhia;
- (vi) a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos itens (ii) e (iii) acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta pela Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e o *offering memoranda*, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta;
- (vii) o aumento do limite do capital social autorizado da Companhia, de até 10.666.824 (dez milhões, seiscentas e sessenta e seis mil, oitocentas e vinte e quatro) para até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias, de forma que a respectiva disposição do Estatuto Social da Companhia que trata do capital social autorizado da Companhia passa a vigor com a seguinte redação:

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 05:48:43 PST  
CP  
3029E129A8A8B5A8FF918452D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202829  
CPF: 3081202829  
Data/Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:41 PST  
CP  
E0C8DA77EED8667C9B72438418C03118

*“Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, em até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias.”*

Os acionistas esclarecem a disposição estatutária que trata do capital social da Companhia até a presente data é o Parágrafo 4º do Artigo 5º, sendo que com as alterações promovidas ao Estatuto Social, nos termos de deliberação a seguir, a disposição passará a estar contida no Artigo 6º;

- (viii) em decorrência das deliberações acima e visando a atender às novas regras do Regulamento do Novo Mercado, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I** desta ata;
- (ix) alterar o tipo de ações que podem ser emitidas em virtude do exercício das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção, que passará de ações preferenciais para ações ordinárias;
- (x) em decorrência da deliberação do item (viii) acima, excluir a Cláusula 4.1.1, e alterar a Cláusula 4.1 do Plano de Opção, que passará a vigor com a seguinte redação:

*“4.1. As ações de emissão da Companhia sujeitas a este Plano serão ações ordinárias, podendo ser emitidas pela Companhia e inscritas pelos Beneficiários nos termos previstos neste Plano.”*

- (xi) aprovar a alteração do Plano de Opção, conforme itens (viii) e (ix) acima, na forma da versão alterada do Plano de Opção que, autenticada pela mesa, fica arquivada na sede da Companhia;
- (xii) ratificar todos os termos e condições previsto no Plano de Opção que não tenham sido expressamente alterados por meio desta ata, os quais permanecem inalterados e em pleno vigor e efeito; e
- (xiii) consignar que, como consequência da deliberação tomada nos itens (viii) e (ix) acima, foi aprovada a celebração de aditamento aos contratos de outorga de ações entre a Companhia e os beneficiários selecionados, nos termos do Plano de Opção.

6 **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

7 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

8 **Assinaturas:** Mesa: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo (Presidente) e Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira (Secretário). Acionistas: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo;

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 13/01/2021 | 09:48:49 PST  
ICP  
Brasil  
3029E129A84A8B5A5FF91845D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 50612002929  
CPF: 50612002929  
DataHora de Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:45 PST  
ICP  
Brasil  
EC9ECAF7EE8A467C187283B416C53110

Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira; OIKOS Fundo de Investimento em Participações  
Multiestratégia e Tatix Comércio e Participações Ltda.

*(confere com a ata original lavrada em livro próprio)*

São Paulo, 27 de novembro de 2020.

Mesa:

DecoSigned by:  
C L L  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21833...  
CPF: 2103290892  
Signing Time: 18/11/2021 | 06:48:18 PST  
ICP  
CP

**Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo**

Presidente

DecoSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 50612002929  
CPF: 40812002929  
Data/Hora da Assinatura: 18/11/2021 | 13:50:23 PST  
ICP  
CP

**Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira**

Secretário

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2020**

**Estatuto Social**

DocuSigned by:  
/s/   
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633994852  
Signed Time: 11/01/2021 | 09:48:16 PST  
  
3029E129A8A865A8FF919A52D143B3

DocuSigned by:  
/s/   
Assinado por: EDIARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:50 PST  
  
E0HEDA77EB8687C9B7243B418C03118



## WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

Companhia de capital autorizado  
CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50  
NIRE 35.3.0056296-8

### Estatuto Social

#### Capítulo I. Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

**Artigo 1º.** A WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado que se rege pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo 1º.** Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

**Parágrafo 2º.** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º.** A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios administrativos ou de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social (i) o comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral, (ii) os serviços de montagem relacionados à atividade acima, (iii) o comércio varejista de alimentos e bebidas, (iv) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, (v) o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, (vi) o comércio varejista de eletrodomésticos, (vii) o comércio varejista de eletroeletrônicos, (viii) o comércio varejista de livros e revistas, (ix) o comércio varejista de cama, mesa e banho, (x) o comércio varejista de artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes, persianas e outros, (xi) a importação, a exportação e o comércio varejista de produtos de uso doméstico e pessoal, artigos para decoração e outros, (xii) a intermediação, a representação, o agenciamento, a corretagem de serviços e de negócios em geral, inclusive o agenciamento de publicidades e de propagandas, (xiii) o comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, (xiv) o comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, (xv) o comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas, (xvi) o comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, (xvii) o comércio de produtos em lojas de variedade na internet, (xviii) as atividades de design de interiores, (xiv) a realização de serviços de arquitetura, (xv) as atividades de produção e edição de vídeos para divulgação na internet, (xvi) as atividades de representação comercial, (xvii) o comércio varejista de calçados em geral, e (xviii) administração de cartões de crédito.

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998342  
Signing Time: 13/01/2021 | 09:48:59 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918452B143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data/Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:54 PST  
ICP-Brasil  
E0C8DA77EED8667C9B72438418C03118

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## Capítulo II. Capital Social

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.224.257,90 (quarenta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), dividido em 71.577.114 (setenta e um milhões, quinhentas e setenta e sete mil e cento e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

**Parágrafo 2º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 3º.** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo 4º.** Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, em até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

**Parágrafo 2º.** Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 3º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

**Parágrafo 4º.** A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
CPF: 21633998852  
Signed Time: 13/01/2021 | 09:47:59 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918452D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA/3081202929  
Signed By: EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA/3081202929  
CPF: 3081202929  
Data Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 13:58:58 PST  
ICP-Brasil  
E0C8E477EED8667C9B72438418C03118

**Artigo 7º.** Nas hipótese me que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º.** As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

**Parágrafo 1º.** Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

### Capítulo III. Assembleia Geral

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

**Parágrafo 3º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo 4º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 5º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas por membro do Conselho de Administração a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signed Time: 13/01/2021 | 05:47:39 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A865A9FF918A52B143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 30812002829  
CPF: 30812002829  
Data/Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:02 PST  
ICP-Brasil  
ECREDA77E8B667C8B72838A18C05118

presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

**Parágrafo 7º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo 8º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

**Parágrafo 9º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

**Parágrafo 10º.** O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

**Parágrafo 11º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 10º.** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) alterar este Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia; e
- (x) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

DocuSigned by:  
#A  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 11/01/2021 | 09:47:14 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:06 PST  
ICP-Brasil  
ECHEDA77EED8667C9B72438418C03118

## Capítulo IV. Órgãos da Administração

### Seção I – Disposições Comuns

**Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º.** A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo ao Conselho de Administração a alocação e distribuição individual da remuneração entre os administradores.

**Parágrafo 5º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras que venham posteriormente se aprovadas, o Código de Ética e Conduta da Companhia, à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, à Política de Negociação de Valores Mobiliários, à Política de Gerenciamento de Riscos e à Política de Transação com Partes Relacionadas.

**Parágrafo 6º.** Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que: (i) participarem da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do administrador e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (ii) manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

### Seção II. Conselho de Administração

**Artigo 12.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, os quais deverão sê-lo expressamente caracterizados com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado na ata da Assembleia Geral que os eleger,

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 09:47:19 PST  
ICP-Brasil  
3029E1238A8A8B5A8FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:10 PST  
ICP-Brasil  
ECHEDA77EE8B667C9B72438418C03118

sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo 3º.** Para fins de eleição de conselheiro independente conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, é considerado conselheiro independente aquele que: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

**Parágrafo 4º.** Não obstante o disposto no parágrafo 3º acima, as situações descritas abaixo deverão ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do conselheiro independente em razão da características, magnitude e extensão do relacionamento de tal conselheiro independente com a Companhia: (i) se possui afinidade até segundo grau com acionista controlador, administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) se o conselheiro foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) se tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (iv) se ocupa cargo que tenha poder decisório na condução das atividades em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia, com o acionista controlador ou com sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; ou (iii) se recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa ao cargo de membro do Conselho de Administração ou membro de comitês da Companhia, do acionista controlador da Companhia, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital e benefícios advindos de planos de previdência complementar estão excluídos desta restrição).

**Parágrafo 5º.** O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

**Parágrafo 6º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados deverá cessar no prazo de 1 (um) ano.

**Parágrafo 7º.** Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo 8º.** É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 11/01/2021 | 05:47:23 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF91845D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBACI RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061202829  
CPF: 3061202829  
Data Hora de Assinatura: 16/01/2021 | 14:00:18 PST  
ICP-Brasil  
E0HEDA77E0B667C9B72838416C03110

para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

**Parágrafo 9º.** É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

**Artigo 13.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião no caso de ausência do Presidente, e tal substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

**Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

**Parágrafo 2º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 8º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

**Parágrafo 3º.** As reuniões do Conselho de Administração ocorridas na forma do item (ii) do Parágrafo Segundo acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente ou seu substituto.

**Parágrafo 4º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração que estiverem presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo 5º.** Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

**Parágrafo 6º.** É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998342  
Signed Time: 11/01/2021 | 09:47:39 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
CPF: 30610102819  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:14 PST  
ICP-Brasil  
E0C8DA77EED8467C9B7243B418C03118

membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

**Artigo 14.** Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 16, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

**Artigo 15.** O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 16.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;
- (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor e suas atribuições, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- (iv) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, quando for o caso;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;
- (vi) aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- (vii) deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;
- (viii) a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (ix) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (x) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO-21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO-21633...  
CPF: 21633998852  
Signed Time: 17/01/2021 | 09:47:36 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918452D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA-30612002820  
Signed By: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA-30612002820  
CPF: 30612002820  
Signed Time: 18/01/2021 | 14:00:22 PST  
ICP-Brasil  
E0C8DA77E0B667C9B72938418C0118



do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;

- (xi) administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;
- (xii) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos;
- (xiii) deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;
- (xiv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- (xv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xvi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- (xvii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xx) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xviii) a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 09:47:49 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A6A865A9FF918452B143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3261200293...  
CPF: 30912092939  
Data Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:26 PST  
ICP-Brasil  
E0E0DA77E0B46F1C8B7243B418C0311E

conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;

- (xix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xx) a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;
- (xxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas;
- (xxiii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo 1º.** Quando submetidas para aprovação do Conselho de Administração, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas, as operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os Conselheiros Independentes.

**Parágrafo 2º.** Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 16, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

**Parágrafo 3º.** O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo 16 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme aplicável.

## Seção II. Diretoria

**Artigo 17.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, todos eleitos pelo

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 09:47:45 PST  
ICP  
Brasil  
3029E1238A4A865A8FF918452B143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 50612002929  
CPF: 40612002929  
DataHora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:31 PST  
ICP  
Brasil  
608E4A7EED8A87C8B72838A86C33110

Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observado o disposto neste Estatuto.

**Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

**Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

**Parágrafo 4º.** O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

**Parágrafo 5º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor, aplicando-se o disposto no artigo 11, parágrafo 3º, acima em caso de vacância.

**Parágrafo 6º.** Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998852  
Signed Time: 17/01/2021 | 05:47:19 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF91845D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:55 PST  
ICP-Brasil  
E0C8DA77EED8667C9B72438418C03118

**Artigo 18.** Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 17 deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (ii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII deste Estatuto Social;
- (iii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;
- (iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- (v) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;
- (vi) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (vii) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 19 abaixo; e
- (ix) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 19.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por:

- (i) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto;
- (ii) 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou
- (iii) 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses:

- (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina;

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 13/01/2021 | 09:47:34 PST  
ICP-Brasil  
3029E1238A8A865A8FF918452614383

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO SALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA/30612002029  
CPF: 30612002029  
DataHora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:39 PST  
ICP-Brasil  
E0ED0A77EED8487C0B72838a18C03110

- (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e
- (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

**Parágrafo 2º.** Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judicium*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

**Artigo 20.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

**Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão realizadas na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

**Parágrafo 2º.** As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião e ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do evento, por carta ou e-mail, todos com comprovação de recebimento.

**Parágrafo 3º.** As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

**Parágrafo 4º.** As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

**Artigo 21.** A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 22.** Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

**Artigo 23.** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

**Artigo 24.** Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

## Capítulo V. Conselho Fiscal

**Artigo 25.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei.

DocuSigned by:  
/A/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998342  
Signed Time: 11/01/2021 | 05:47:39 PST  
ICP-Brasil  
3029E128A8A8B5A8FF918452D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:44 PST  
ICP-Brasil  
ECHEDA77EED8687C9B72438418C03118

**Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

**Parágrafo 5º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, devendo ainda a Companhia reembolsá-los pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

**Parágrafo 6º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

**Parágrafo 7º.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado ou tiver interesse conflitante com a Companhia.

## Capítulo VI. Acordo de Acionistas

**Artigo 26.** A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

## Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Lucros

**Artigo 27.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

**Parágrafo Único.** A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

**Artigo 28.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais. Do saldo remanescente, (a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% (setenta e cinco por cento) poderão ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 09:48:05 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A485A5FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA/3081202929  
CPF: 3081202929  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:49 PST  
ICP-Brasil  
ECHEDA77EED8667C9B72438418C03118

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

**Artigo 29.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 30.** A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 31.** A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

### Capítulo VIII. Dissolução, Liquidação e Transformação

**Artigo 32.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

**Artigo 33.** A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral.

### Capítulo IX. Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

**Artigo 34.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

**Artigo 35.** A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

**Artigo 36.** A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e observados os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM referentes à ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, incluindo os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto no artigo 37 deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO-21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO-21633...  
CPF: 21633998852  
Signing Time: 17/01/2021 | 09:48:12 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A4A8B5A5FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA-50613002829  
CPF: 50613002829  
Data/Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 14:08:03 PST  
ICP-Brasil  
E-CREDA7FEED8647C8B72338418C05110

deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações

**Parágrafo 1º.** Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 2º.** O ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

**Parágrafo 3º.** Independentemente da previsão contida no caput deste artigo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

**Artigo 37.** Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder a preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do artigo 4º, §4º da Lei das Sociedades por Ações, , respeitadas as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Único** - O laudo de avaliação mencionado no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

**Parágrafo 1º.** Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de

**Artigo 38.** Na hipótese de operação de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão) pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

**Parágrafo Único** - Caso a operação de reorganização societária envolva sociedade resultante que não pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa estrutura.

**Artigo 39.** A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no artigo 36 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o caput do artigo 35 deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

DocuSigned by:  
/s/ CARLOS ANDRES ALFORNO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORNO MUTSCHLER CASTILLO/21633...  
CPF: 21633998842  
Signed Time: 11/01/2021 | 09:48:21 PST  
ICP-Brasil  
3029E129A8A8B5A8FF918A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por EDUARDO BALBOA RIBEIRO DE OLIVEIRA/3081202929  
CPF: 3081202929  
Data Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 14:00:57 PST  
ICP-Brasil  
E0C8DA77EED8667C9B72438418C03118



## Capítulo X. Solução de Conflitos

**Artigo 40.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste estatuto social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

## Capítulo XI. Disposições Gerais

**Artigo 41.** Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 42.** A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

**Artigo 43.** As disposições contidas no artigo 8, artigo 17, §4º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM, e o artigo 1º §1º a §3º, o artigo 5º, §3º, o artigo 12, §1º a §4º e §6º, artigo 16 (xxi) e §1º, artigo 25, §7º e Capítulos IX e X, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\* \* \*

DocuSigned by:  
/M/  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFORSO MUTSCHLER CASTILLO 21633...  
CPF: 21633998352  
Signed Time: 17/01/2021 | 09:48:28 PST  
ICP  
Brasil  
3029E129A8A8B5A5FF919A52D143B3

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3081202929  
CPF: 3081202929  
Data/Hora da Assinatura: 18/01/2021 | 14:01:01 PST  
ICP  
Brasil  
E0C8DA77EED8667C9B7243B418C03118

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021**

- 1 Data, hora e local:** No dia 13 de janeiro de 2021, às 10:00, na sede social da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A, sala 407, bairro Vila Hamburguesa, CEP: 05319-000.
- 2 Presenças:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.
- 3 Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").
- 4 Mesa:** Presidente: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo. Secretário: Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira.
- 5 Ordem do dia:** Analisar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** reforma do Estatuto Social da Companhia para **(a)** em atendimento às exigências da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") no âmbito do processo de obtenção do registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM: excluir o item (ix) do artigo 10º (renumerando-se o item subsequente); e alterar a redação do artigo 24; **(b)** em atendimento às exigências da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão S.A. ("**B3**"), no âmbito do processo de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3: alterar os parágrafos 1º e 3º do artigo 1º; alterar artigo 12, *caput* e parágrafo segundo, bem como excluir o parágrafo terceiro do mesmo artigo (renumerando-se os subsequentes); e reestruturar o Capítulo IX; e, ainda **(c)** alterar o parágrafo terceiro do artigo 12; e alterar o item (ii) do artigo 16; e alterar o *caput* do artigo 17 e incluir o parágrafo segundo (renumerando-se os subsequentes); **(d)** deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social nos termos do Anexo I a esta ata; **(e)** ratificar a eleição global dos administradores da Companhia no período compreendido entre 28 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020 e aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021; e **(f)** autorizar os administradores a realizar todos os atos necessários à implementação e registro das deliberações anteriores.

DocuSign by:  
Ifix:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO  
CPF: 1140208682  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:48:01 PST  
ICP  
3029E129M6A4885A8FF979A80B143B5

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061200259  
CPF: 1841200259  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:38 PST  
ICP  
E0B8DA77EE8H467C867285848C03110

**6 Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas:

**6.1** aprovaram a reforma do Estatuto Social da Companhia de forma a:

**6.1.1** atender às exigências da CVM no âmbito do processo de obtenção do registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, alterando:

- (i) o artigo 10º do Estatuto Social mediante a exclusão da alínea (ix) (e subsequente renumeração da então alínea (x) como (ix)), que passa a vigor com a seguinte redação:

*“Artigo 10º. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:*

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;*
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;*
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;*
- (iv) alterar este Estatuto Social;*
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;*
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;*
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;*
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e*
- (ix) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.”*

- (ii) artigo 24 do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação:

*“Artigo 24. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidos e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros.”*

**6.1.2** aprovaram as alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a atender às exigências da B3 no âmbito do processo de admissão à negociação e listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3, alterando:

- (i) o artigo 1º do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação:



*“Artigo 1º. A WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado que se rege pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável.*

*Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).*

*Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.*

*Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.”*

- (ii) o artigo 12 do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação, tendo sido alterado seu parágrafo 1º, excluído o parágrafo segundo (renumerando-se os subsequentes):

*“Artigo 12. O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.*

*Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, os quais deverão sê-lo expressamente caracterizados com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.”*

- (iii) o capítulo IX do Estatuto Social, tendo sido o artigo 34 alterado, que passa a vigor com a seguinte redação, e os artigos 35, 36, 38 e 39 excluídos, havendo renumeração dos artigos subsequentes:

*“Artigo 34. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.”*

**6.1.3** aprovaram seguintes alterações adicionais ao Estatuto Social da Companhia:

- (i) o então parágrafo 4º do artigo 12 do Estatuto Social, renumerado como parágrafo 3º, passa a vigor com a seguinte redação:

*“Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral da Companhia ou, em sua omissão, pela maioria de votos de seus*



*membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.”*

- (ii) a alínea (ii) do artigo 16 do Estatuto Social, passa a vigor com a seguinte redação:

*“(ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;”*

- (iii) com a criação do cargo de Diretor Vice Presidente de Operações, fica alterado o caput do artigo 17, e incluído o parágrafo 2º (renumerando-se os subsequentes), que passam a vigor com a seguinte redação:

*“Artigo 17. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observado o disposto neste Estatuto.”*

*“Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) substituir o Presidente em suas atribuições, nos casos de impedimento, ausência temporária ou vacância; (ii) acompanhar o Diretor Presidente na direção geral dos negócios da Companhia; (iii) gerir as atividades de operações e logística da Companhia; (iv) gerir as atividades de tecnologia da Companhia; e (v) gerir as atividades de recursos humanos da Companhia.”*

- 6.2** aprovaram a consolidação do Estatuto Social nos termos do Anexo I a esta ata;

**6.3** registradas as abstenções legais, os acionistas ratificaram a remuneração global anual dos Administradores da Companhia no período compreendido entre 28 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 1.544.597,85 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), bem como aprovaram a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício corrente, a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 9.846.581,42 (nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos); e

**6.4** autorizaram os administradores a realizar todos os atos necessários à implementação e registro das deliberações anteriores.

**7** **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura e publicação da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

**8** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

**9** **Assinaturas:** Mesa: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo (Presidente) e Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira (Secretário). Acionistas: Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo;

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO(1183)  
CPF: 1180208029  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:00 PST  
ICP Brasil  
3028E129M6A4885AFF979A80B14DB5

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA(2012020)  
CPF: 1801202029  
DataHora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:57 PST  
ICP Brasil  
C09CA77E3B6E7C8072328418C3311D



Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira; OIKOS Fundo de Investimento em Participações  
Multiestratégia e Tatix Comércio e Participações Ltda.

*(confere com a ata original lavrada em livro próprio)*

São Paulo, 12 de janeiro de 2021.

  
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Presidente

  
Eduardo Balbao Ribeiro De Oliveira  
Secretário

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021**

**Estatuto Social consolidado da Westwing Comércio Varejista S.A.**

*(este anexo inicia-se na próxima página)*

DocuSign by:  
ffs:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO (3185)  
CPF: 1162289882  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:12 PST  
ICP Brasil  
3028E129M6A4865AFF979A8B814DB5

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA (361202029)  
CPF: 36912020209  
Data da Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:48:21 PST  
ICP Brasil  
4CCECA71EE3667C9072820418C3D11D

## WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

Companhia de capital autorizado  
CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50  
NIRE 35.3.0056296-8

### Estatuto Social

#### Capítulo I. Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

**Artigo 1º.** A WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado que se rege pelo presente estatuto social e pela legislação aplicável.

**Parágrafo 1º.** Com a admissão da Companhia no Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

**Parágrafo 2º.** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

**Parágrafo 3º.** A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios administrativos ou de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social (i) o comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral, (ii) os serviços de montagem relacionados à atividade acima, (iii) o comércio varejista de alimentos e bebidas, (iv) o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, (v) o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, (vi) o comércio varejista de eletrodomésticos, (vii) o comércio varejista de eletroeletrônicos, (viii) o comércio varejista de livros e revistas, (ix) o comércio varejista de cama, mesa e banho, (x) o comércio varejista de artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes, persianas e outros, (xi) a importação, a exportação e o comércio varejista de produtos de uso doméstico e pessoal, artigos para decoração e outros, (xii) a intermediação, a representação, o agenciamento, a corretagem de serviços e de negócios em geral, inclusive o agenciamento de publicidades e de propagandas, (xiii) o comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, (xiv) o comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, (xv) o comércio atacadista de artigos de tapeçaria, persianas e cortinas, (xvi) o comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria, (xvii) o comércio de produtos em lojas de variedade na internet, (xviii) as atividades de design de interiores, (xiv) a realização de serviços de arquitetura, (xv) as atividades de produção e edição de vídeos para divulgação na internet, (xvi) as atividades de representação comercial, (xvii) o comércio varejista de calçados em geral, e (xviii) administração de cartões de crédito.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.



## Capítulo II. Capital Social

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.224.257,90 (quarenta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), dividido em 71.577.114 (setenta e um milhões, quinhentas e setenta e sete mil e cento e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

**Parágrafo 2º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo 3º.** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo 4º.** Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de alterações estatutárias, em até 250.000.000 (duzentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

**Parágrafo 2º.** Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, na forma do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 3º.** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

**Parágrafo 4º.** A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos da própria Companhia, ou de entes jurídicos de seu grupo econômico.

**Artigo 7º.** Nas hipótese em que a lei conferir o direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso terá por base o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, ou o valor econômico da Companhia, apurado em



avaliação, se inferior ao citado valor de patrimônio líquido, observadas as disposições do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º.** As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

**Parágrafo 1º.** Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

### Capítulo III. Assembleia Geral

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações, e ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração em conjunto, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

**Parágrafo 3º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo 4º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 5º.** Sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas por membro do Conselho de Administração a ser indicado pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes. Na ausência de membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por pessoa eleita pelos acionistas presentes.

**Parágrafo 7º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como

DocuSign by:  
ffk:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1160208662  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:50:15 PST  
ICP  
3029E129M6A4885A8FF979A80B14DB3

DocuSign by:  
es:  
Assinado por: EDUARDO BALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061200259  
CPF: 1861200259  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:18 PST  
ICP  
E08E0A77EE88467C857285848C03110

administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo 8º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

**Parágrafo 9º.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

**Parágrafo 10º.** O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

**Parágrafo 11º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 10º.** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) alterar este Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (ix) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## Capítulo IV. Órgãos da Administração

### Seção I – Disposições Comuns

**Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.



**Parágrafo 1º.** O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo 4º.** A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo ao Conselho de Administração a alocação e distribuição individual da remuneração entre os administradores.

**Parágrafo 5º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão aderir às políticas internas em vigor da Companhia, incluindo, entre outras que venham posteriormente se aprovadas, o Código de Ética e Conduta da Companhia, à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, à Política de Negociação de Valores Mobiliários, à Política de Gerenciamento de Riscos e à Política de Transação com Partes Relacionadas.

**Parágrafo 6º.** Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que: (i) participarem da reunião por conferência telefônica, vídeoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do administrador e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (ii) manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

## Seção II. Conselho de Administração

**Artigo 12.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, os quais deverão sê-lo expressamente caracterizados com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado na ata da Assembleia Geral que os elegeu, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo 1º.**

**Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1150258682  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:23 PST  
ICP  
3029E129M6A48854FF979A08B14DB3

DocuSign by:  
ff:  
Signed por: EDUARDO SALGADO RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061200259  
CPF: 1861000009  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:27 PST  
ICP  
E08BDA77EE8H467C867285B48C3110

**Parágrafo 3º.** Para fins de eleição de conselheiro independente, serão observados e considerados os termos e critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo 4º.** O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral da Companhia ou, em sua omissão, pela maioria de votos de seus membros. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

**Parágrafo 5º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância em que a acumulação dos cargos acima citados deverá cessar no prazo de 1 (um) ano.

**Parágrafo 6º.** Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser convocada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo 7º.** É facultado a qualquer Conselheiro, na hipótese de sua ausência e/ou impedimento temporários, indicar, por escrito, outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo em reuniões e deliberações do órgão, cabendo ao substituto, além do próprio voto, o voto do membro substituído.

**Parágrafo 8º.** É vedado, na forma do artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

**Artigo 13.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhados cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados. O Presidente do Conselho presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. A maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião no caso de ausência do Presidente, e tal substituto deverá indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

**Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

**Parágrafo 2º.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros. Considera-se presente à reunião o Conselheiro que estiver, na ocasião, (i) representado por seu substituto, indicado na forma do artigo 12, parágrafo 8º acima, (ii) participando da reunião por conferência telefônica, vídeoconferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião, ou (iii) que tiver enviado seu voto por escrito em relação aos temas da ordem do dia, previamente à reunião, ficando o presidente da reunião investido dos poderes para assinar a respectiva ata em nome do conselheiro que tiver enviado seu voto por escrito.

DocuSign by:  
ffs:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO 118281  
CPF: 1180239882  
Singing Time: 13/01/2021 | 19:51:29 PST  
ICP  
3029E129M6A48854FF979A08B14DB3

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3061330200  
CPF: 0400202018  
DataHora de Assinatura: 13/01/2021 | 14:48:10 PST  
ICP  
E06E2A77E2B467C16D72328418C0311D



**Parágrafo 3º.** As reuniões do Conselho de Administração ocorridas na forma do item (ii) do Parágrafo Segundo acima, serão formalmente localizadas na sede da Companhia quando nesta estiver presente pelo menos um Conselheiro ou, se não for este o caso, no local onde estiver o Presidente ou seu substituto.

**Parágrafo 4º.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e serão assinadas pelos membros do Conselho de Administração que estiverem presentes, devendo serem arquivadas no Registro do Comércio aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo 5º.** Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

**Parágrafo 6º.** É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

**Artigo 14.** Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e o disposto no artigo 16, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando os votos em branco.

**Artigo 15.** O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 16.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;
- (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- (iv) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, quando for o caso;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;
- (vi) aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- (vii) deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1160208682  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:53:33 PST  
ICP  
3028E128M6A4885A8FF979A80B14DB3

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061200259  
CPF: 1841200259  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:31 PST  
ICP  
EC8E3A77EE8H467C8E7285848C3110

- (viii) a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (ix) a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (x) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;
- (xi) administrar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações outorgados aos administradores e empregados da Companhia e/ou suas subsidiárias, dirimir questões a eles relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas do respectivo plano;
- (xii) deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos;
- (xiii) deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;
- (xiv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- (xv) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xvi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;

DocuSign by:  
Ifix:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1150258662  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:53:37 PST  
ICP  
3028E128M6A4885AHFF979AUB0814DB3

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA/3061200259  
CPF: 1461200259  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:35 PST  
ICP  
E08E5A77EE8H467C8E72858418C3110

- (xvii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xx) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xviii) a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- (xx) a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;
- (xxi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas; e
- (xxiii) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo 1º.** Quando submetidas para aprovação do Conselho de Administração, nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas, as operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os Conselheiros Independentes.

**Parágrafo 2º.** Para fins do disposto no parágrafo 1º deste artigo 16, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.



**Parágrafo 3º.** O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste artigo 16 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme aplicável.

## Seção II. Diretoria

**Artigo 17.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, observado o disposto neste Estatuto.

**Parágrafo 1º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) substituir o Presidente em suas atribuições, nos casos de impedimento, ausência temporária ou vacância; (ii) acompanhar o Diretor Presidente na direção geral dos negócios da Companhia; (iii) gerir as atividades de operações e logística da Companhia; (iv) gerir as atividades de tecnologia da Companhia; e (v) gerir as atividades de recursos humanos da Companhia.

**Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

**Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO 3113  
CPF: 1140239692  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:49 PST  
ICP  
3029E129M6A4885AFF979A808143B3

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 30613102630  
CPF: 38612002928  
Data/Hora de Assinatura: 13/01/2021 | 14:48:19 PST  
ICP  
E06E2A77EE38467C9672828418C03110

em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

**Parágrafo 5º.** O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

**Parágrafo 6º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do respectivo diretor, aplicando-se o disposto no artigo 11, parágrafo 3º, acima em caso de vacância.

**Parágrafo 7º.** Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

**Artigo 18.** Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 17 deste Estatuto Social:

- (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- (i) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII deste Estatuto Social;
- (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;
- (iii) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- (iv) abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;
- (v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- (vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do artigo 19 abaixo; e
- (viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 19.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por:

DocuSign by:  Ifix: 

Signed By: CARLOS ANDRÉS ALFONSO MITSCHLER CASTILLO 1832  
CPF: 1160289892  
Signing Time: 13:01:02Z | 19/03/2021

Assinado por: EDUARDO BALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA 3381392829  
CPF: 14613020208  
Data/Hora da Assinatura: 13:01:02Z | 14/03/2021

3029E129M6A4885A8FF979A80B143B3  
EC8ED7A7EE38A67C8072828419C3110

- (i) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto;
- (ii) 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, devidamente constituído na forma prevista neste Estatuto Social; ou
- (iii) 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos na forma prevista neste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor nas seguintes hipóteses:

- (i) representação perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (ii) assinatura de correspondências e atos de simples rotina;
- (iii) endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em favor da Companhia; e
- (iv) recebimento de citações ou notificações judiciais, bem como para prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente intimada, sem poder de confessar.

**Parágrafo 2º.** Mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, a Companhia poderá constituir mandatários e procuradores, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes *ad judícia*, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado.

**Artigo 20.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros.

**Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão realizadas na sede social da Companhia, e as respectivas convocações poderão ser efetuadas por qualquer Diretor.

**Parágrafo 2º.** As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião e ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do evento, por carta ou e-mail, todos com comprovação de recebimento.

**Parágrafo 3º.** As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos.

**Parágrafo 4º.** As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate.

**Artigo 21.** A Diretoria disponibilizará aos acionistas da Companhia, quando solicitada, os contratos celebrados com partes relacionadas, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Artigo 22.** Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho de Administração elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do mandato do substituído.

**Artigo 23.** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

**Artigo 24.** Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administrado, da Diretoria, procuradores ou empregados da

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1162026662  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:58 PST  
ICP  
3028E129M6A48854FF979A40B143B3

DocuSign by:  
ff:  
Assinado por: EDUARDO SALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA  
CPF: 18412002029  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:40 PST  
ICP  
E08BCA77EE8B467C867285B48C3110

Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros.

## Capítulo V. Conselho Fiscal

**Artigo 25.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei.

**Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição.

**Parágrafo 2º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o artigo 40 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo 3º.** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

**Parágrafo 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

**Parágrafo 5º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, devendo ainda a Companhia reembolsá-los pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

**Parágrafo 6º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes.

**Parágrafo 7º.** Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado ou tiver interesse conflitante com a Companhia.

## Capítulo VI. Acordo de Acionistas

**Artigo 26.** A Companhia observará os acordos de acionistas que tenham sido arquivados em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos de acionistas, obrigando-se a observar as disposições da Lei das Sociedades por Ações, em especial o artigo 118 e seus parágrafos.

## Capítulo VII. Exercício Social, Balanço e Lucros

**Artigo 27.** O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente.

**Parágrafo Único.** A auditoria anual de suas demonstrações contábeis será realizada por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

**Artigo 28.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à reserva legal, até que atingidos os limites legais. Do saldo remanescente, (a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório; e (b) até 75% (setenta e cinco por cento) poderão

DocuSign by:  
ffk:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO (113)  
CPF: 1180288682  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:03 PST  
3028E128M6A4885AFF979A80B14DB5

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALAO RIBEIRO DE OLIVEIRA (101330263)  
CPF: 361200009  
Data/hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:42 PST  
E0EDCA7EE8B6FC6272328418C3311D

ser retidos com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, que não seja destinado na forma deste artigo, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

**Parágrafo Único.** A Companhia poderá pagar dividendos aos acionistas à conta da reserva de investimento acima referida.

**Artigo 29.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores, caso a Diretoria opte por declarar dividendos à conta do lucro apurado em tais balanços, obedecidos os limites legais, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 30.** A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo Único.** Os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão computados, por seu valor líquido, para satisfação do dividendo obrigatório do exercício social em que forem distribuídos e serão creditados como antecipação do dividendo obrigatório.

**Artigo 31.** A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais.

## Capítulo VIII. Dissolução, Liquidação e Transformação

**Artigo 32.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 1º.** O modo de liquidação será determinado em Assembleia Geral, que elegerá também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

**Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários e estabelecerá as diretrizes para o seu funcionamento.

**Artigo 33.** A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação da maioria dos votos na Assembleia Geral.

## Capítulo IX. Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

**Artigo 34.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

**Artigo 35.** Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder a preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado nos termos do artigo 4º, §4º da Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Único** - O laudo de avaliação mencionado no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e





independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e de seus acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

**Parágrafo 1º.** Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de

#### Capítulo X. Solução de Conflitos

**Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste estatuto social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

#### Capítulo XI. Disposições Gerais

**Artigo 37.** Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 38.** A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

**Artigo 39.** As disposições contidas no artigo 8, artigo 17, §4º, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM, e o artigo 1º §1º a §3º, o artigo 5º, §3º, o artigo 12, §1º a §4º e §6º, artigo 16 (xxi) e §1º, artigo 25, §7º e Capítulos IX e X, somente entrarão em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado.

\* \* \*

DocuSign by:  
ff:  
Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MITSCHLER CASTILLO  
CPF: 1160289882  
Signing Time: 13/01/2021 | 19:51:07 PST  
ICP  
Brasil  
3028E129M6A4885AF7979A80B14DB3

DocuSign by:  
Assinado por: EDUARDO BALSAO RIBEIRO DE OLIVEIRA  
CPF: 18412002029  
Data/Hora da Assinatura: 13/01/2021 | 14:45:53 PST  
ICP  
Brasil  
E08BDA77EE88467C867285848C03110

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021**

- 1 **Data, Hora e Local:** No dia 15 de janeiro de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Westwing Comércio Varejista S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000.
- 2 **Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 15, §2º do seu Estatuto Social, consignando-se a observância dos requisitos ali estabelecidos.
- 3 **Convocação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
- 4 **Mesa:** Presidente: Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues; Secretário: Fábio Martins Maranhão.
- 5 **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em razão do exercício, pelos beneficiários, de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“**Primeiro Plano**”) arquivado em sua sede, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020; e (ii) caso aprovada a matéria tratada no item anterior, a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, *ad referendum* da próxima assembleia geral de acionistas.
- 6 **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração deliberou, sem ressalvas:
  - 6.1 Aprovar, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a emissão de 4.800.125 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$ 1,09 por ação, totalizando o montante de R\$ 5.232.136,25 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Primeiro Plano. Do valor do total preço de emissão, (i) R\$ 48.001,25 serão destinados à conta do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 5.184.135,00 serão destinados à conta de reserva de capital.
    - 6.1.1 As ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pelos beneficiários das respectivas opções, a serem integralizados nos termos dos respectivos boletins de subscrição apensos a presente ata como Anexo I, assinados e entregues pelos respectivos beneficiários nesta data, e que ficarão arquivados na sede social da Companhia.
    - 6.1.2 As ações ora emitidas só poderão ser negociadas pelos respectivos beneficiários, após sua efetiva integralização.
    - 6.1.3 Conforme disposto no artigo 171, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei n.º 6.404/76”), não haverá direito de preferência na subscrição das novas

DocuSigned by:  
mf  
Signed By: MARCELLO EDUARDO GUMARAES ADRIÃO RODRIGUES 96  
CPF: 060484129767  
Signing Time: 16/01/2021 | 12:38:09 PST  
ICP Brasil  
CAE11CA71F7C30CA3BE9A9FD07611

DocuSigned by:  
FMM  
Signed By: FÁBIO MARTINS MARANHÃO 03535741718  
CPF: 03035741718  
Signing Time: 17/01/2021 | 14:54:26 PST  
ICP Brasil  
E55AFDA3FE1944E288E37F697424C7

DocuSigned by:  
Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO  
CPF: 30613062829  
Data/Hora de Assinatura: 16/01/2021 | 14:0  
ICP Brasil  
E0B8DA77E8B667C9B72838414C0311

DocuSigned by:  
M.  
Signed By: CARLOS ANDRÉS ALFONSO MUTSCHLE  
CPF: 2103308912  
Signing Time: 17/01/2021 | 05:48:43 PST  
ICP Brasil  
322BE12F8A8A4B05A8FF919A00814383

ações, tendo em vista que estas estão sendo emitidas em decorrência do exercício das opções de compra de ações no âmbito do Primeiro Plano aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020.


- 6.2** Em razão da emissão das novas ações da Companhia, na forma do item 6.1 acima, o capital social da Companhia será aumentado em R\$ 48.001,25, passando dos atuais R\$ 40.224.257,90, dividido em 71.577.114 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 40.272.259,20, dividido em 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- 6.3** Tendo em vista o aumento do capital social da Companhia aprovado no item 6.2 acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia será alterado, *ad referendum* da próxima assembleia geral de acionistas, passando a vigorar com a seguinte redação:


**Artigo 5º.** *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 40.272.259,20 (quarenta milhões, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), dividido em 76.377.239 (setenta e seis milhões, trezentas e setenta e sete mil e duzentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.*

- 7** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
- 8** **Assinaturas:** Mesa: Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues (Presidente) e Fábio Martins Maranhão (Secretário). Conselheiros presentes: Srs. Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão, Fábio Martins Maranhão e Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues.

(confere com o original lavrado em livro próprio)

São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

  
**Marcello Eduardo Guimaraes Adrião**  
**Rodrigues**  
Presidente

  
**Fábio Martins Maranhão**  
Secretário

  
Assinado por EDUARDO BULCÃO RIBEIRO  
CPF: 30813082829  
Data Hora de Assinatura: 18/01/2021 | 14:0  
ECREDA77EEB667C5872838414C0311

  
Assinado por CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLE  
CPF: 21033089412  
Data Hora de Assinatura: 17/01/2021 | 05:48:47 PST  
30228E121A8KA4B05A8FF918A00814383

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE 35.3.0056296-8

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021**


**Anexo I**

Boletim de Subscrição nº 01

<b>BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES</b>	
<b>Emissora</b>	WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A., sociedade por ações, regularmente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50, com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park,, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo/SP.
<b>Assembleia Geral Extraordinária</b>	Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2021, às 10:00 horas.
<b>Subscriber</b>	Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 44.941.023, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 306.120.028-29, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Malta Cardoso, 250, casa 23, CEP 04640-110.
<b>Nº de Ações Subscritas</b>	1.489.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
<b>Preço de Emissão de Cada Ação Subscrita</b>	R\$ 1,09. Do valor do preço de emissão por ação, (i) R\$ 0,01 serão destinados à conta do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 1,08 serão destinados à conta de reserva de capital.
<b>Valor Total da Subscrição</b>	R\$ 1.623.766,46.
<b>Forma de Integralização</b>	Em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 1.623.766,46 a ser integralizado até 26 de janeiro de 2021.


São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

Mesa:

  
**Marcello Eduardo Guimaraes Adriaõ**  
Presidente

  
**Fábio Martins Maranhão**  
Secretário

Subscriber:

  
**Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira**

  
**Carlos Andress Alfi**

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50


NIRE 35.3.0056296-8

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2021****Anexo I**Boletim de Subscrição nº 02

<b>BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES</b>	
<b>Emissora</b>	WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A., sociedade por ações, regularmente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50, com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park,, Vila Hamburguesa, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo/SP.
<b>Assembleia Geral Extraordinária</b>	Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2021, às 10:00 horas.
<b>Subscritor</b>	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, alemão, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº W564316-x (CGPI/DIREX/DPF), e inscrito no CPF/ME sob o nº 216.335.908-52, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Realengo, 235, apto 11, CEP 05451-030.
<b>Nº de Ações Subscritas</b>	3.310.431 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
<b>Preço de Emissão de Cada Ação Subscrita</b>	R\$ 1,09. Do valor do preço de emissão por ação, (i) R\$ 0,01 serão destinados à conta do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 1,08 serão destinados à conta de reserva de capital.
<b>Valor Total da Subscrição</b>	R\$ 3.608.369,79
<b>Forma de Integralização</b>	Em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.608.369,79 a ser integralizado até 26 de janeiro de 2021.

São Paulo, 15 de janeiro de 2021.

Mesa:

DocuSigned by:  
  
 Signed By: MARCELLO EDUARDO GUIMARAES ADRIAÕ RODRIGUES SR.  
 CPF: 90948403797  
 Signing Time: 16/01/2021 | 12:36:15 PST

---

**Marcello Eduardo Guimaraes Adriaõ Rodrigues**  
 Presidente

DocuSigned by:  
  
 Signed By: FÁBIO MARTINS MARANHÃO  
 CPF: 02630741719  
 Signing Time: 17/01/2021 | 14:54:33 PST

---


**Fábio Martins Maranhão**  
 Secretário

Subscritor:

DocuSigned by:  
  
 Signed By: CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO  
 CPF: 21633590852  
 Signing Time: 17/01/2021 | 09:49:36 PST

---

**Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo**

DocuSigned by:  
  
 Assinado por: EDUARDO BALBAO RIBEIRO D  
 CPF: 30612028209  
 Data/Hora da Assinatura: 16/01/2021 | 14:02:01

---

ICP  
 Brasil

ECREDA77EE6M6DC9872938416C31115



---

**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE  
APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**

CNPJ/ME nº 14.776.142/0001-50

NIRE [●]

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2020**

- 1 **Data, hora e local:** No dia [●] de [●] de 2020, às [10:00], na sede social da Westwing Comércio Varejista S.A. (“**Companhia**”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A, sala 407, Bairro Vila Hamburguesa, CEP: 05319-000.
- 2 **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3 **Convocação:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
- 4 **Mesa:** Presidente: [●]; Secretário: [●].
- 5 **Ordem do dia:** Appreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a fixação e justificativa do preço por ação ordinária de emissão da Companhia (“**Ações**”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, compreendendo[, inicialmente], a distribuição primária e secundária de [●] Ações, a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”) e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação das Ações no exterior de acordo com isenções de registro sob o U.S. Securities Act of 1933 (“**Oferta**”); (ii) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do caput do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e do artigo 6º, parágrafo 2º do estatuto social da Companhia; (iii) a verificação da subscrição das Ações, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; (iv) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; (v) a ratificação dos atos que a Diretoria já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta; (vi) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta; e (vii) a aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do caput do artigo [●] do estatuto social da Companhia.
- 6 **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas deliberaram por:
  - (i) fixar do preço de emissão de R\$[●] ([●]) por Ação objeto da Oferta (“**Preço por Ação**”). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (“**Procedimento de Bookbuilding**”) realizado

junto a investidores institucionais pelo Banco BTG Pactual S.A., a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., o Banco J.P. Morgan S.A. e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., no Brasil, e pela BTG Pactual U.S. Capital, LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Citigroup Global Markets, Inc., no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

- (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$[•], o qual passará de R\$[•] para R\$[•], mediante a emissão de [•] Ações no âmbito da Oferta, passando o capital social da Companhia de [•] ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia.
- (iii) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [•] Ações e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (i) e (ii) acima, no montante de R\$[•], mediante a emissão de [•] ([•]) novas Ações.
- (iv) aprovar que as Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares Ações, nos termos previstos no estatuto social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3, conforme vigentes.
- (v) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e a listagem no Novo Mercado da B3.
- (vi) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta Reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta, e em especial dos poderes de representação da Companhia perante a CVM, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo, sem limitação, a celebração do (a) “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação

de Oferta Pública de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A.”; (b) “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações da Westwing Comércio Varejista S.A.”; (c) “*Placement Facilitation Agreement*”; e (d) “Contrato de Prestação de Serviços da B3”.

- (vii) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 5º** - *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.*

- 7 **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.
- 8 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
- 9 **Assinaturas:** Mesa: [•] (Presidente); e [•] (Secretário). Conselheiros presentes: [•], [•] e [•]

*(confere com a ata original lavrada em livro próprio)*

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

---

[•]

Presidente

---

[•]

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTOS DO OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA  
CNPJ Nº 29.315.285/0001-31**

**ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE INVESTIMENTOS  
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020**

**I. Data, hora e local:** Em 26 de novembro de 2020, às 9h, na Ladeira de Nossa Senhora, 311, Glória, Rio de Janeiro/RJ, com possibilidade de participação por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência.

**II. Presença:** Compareceram à presente reunião a totalidade dos membros do Comitê Gestor e de Investimentos do OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA (“Comitê de Investimentos” e “Fundo”, respectivamente), conforme assinaturas apostas na presente ata.

**III. Convocação:** Dispensada nos termos do artigo 22, parágrafo 4º do regulamento do Fundo (“Regulamento”).

**IV. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Nicolas Arthur Jacques Wollak.

Secretário: Sr. Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues.

**V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a realização de Oferta Pública Inicial da WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50 (“Companhia”), e, em caso de aprovação **(i)** autorizar à FORNAX ASSESSORIA LTDA., sociedade limitada com sede na Ladeira de Nossa Senhora, 311, Glória, Rio de Janeiro/RJ, 22211-100, inscrita no CNPJ sob o nº 13.517.977/0001-22 (“Gestora”) a atender em nome do Fundo, a quaisquer assembleias gerais extraordinárias da Companhia, sendo que tais assembleias gerais extraordinárias da Companhia devem, de forma exclusiva, deliberar acerca de atos preparatórios a serem adotados pela Companhia para fins da Oferta, conforme termo definido abaixo, e para aprovação dos termos relacionados à própria Oferta; **(ii)** autorizar a Gestora a aprovar e assinar em nome do Fundo, na qualidade de acionista vendedor, quaisquer atos necessários no contexto de uma oferta pública de distribuição primária e, eventualmente, secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das ações no exterior (“Oferta”), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e demais atos normativos aplicáveis, incluindo, mas não se limitando (a) ao conteúdo do prospecto preliminar, do prospecto final, do prospecto preliminar brasileiro (incluindo o Formulário de Referência) e do prospecto final brasileiro (incluindo o Formulário de Referência), (b) assinatura pelo Fundo de quaisquer declarações a serem prestadas em nome do Fundo na qualidade de acionista vendedor para fins da Oferta, em especial a declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400, (c) assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias, (d) assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement*, (e) assinatura pelo Fundo do Contrato de Estabilização, (f) assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, (g)

assinatura dos Contratos de *Lock-Up*, e (h) assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta; **(iii)** autorizar que o Fundo, representado pela Gestora, vote favoravelmente no sentido ratificar a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como de eleger os membros independentes do referido órgão; **(iv)** autorizar a tomada das medidas necessárias para a efetivação das referidas deliberações pelo Administrador, conforme abaixo definido, e pela Gestora.

**VI - Deliberações:** Após a análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Comitê de Investimentos, de forma unânime, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram a orientação de voto para:

**(i)** O atendimento, pela Gestora, em nome do Fundo, às assembleias gerais extraordinárias da Companhia relacionadas à Oferta e pela votação favorável às matérias da ordem do dia, desde que estritamente relacionadas aos atos preparatórios da Oferta, observando a regulamentação vigente e as normas aplicáveis;

**(ii)** A aprovação, pelo Fundo, dos atos relacionados à Oferta a ser realizada no Brasil, de acordo com a Instrução CVM 400, incluindo, mas não se limitando **(a)** assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias, **(b)** assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement*, **(c)** assinatura pelo fundo do Contrato de Estabilização, **(d)** assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, **(e)** assinatura dos Contratos de *Lock-Up*, e **(f)** assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta.

Os membros do Comitê de Investimentos recomendam o desinvestimento de **até** 100% (cem por cento) das ações detidas pelo Fundo, equivalente a 67.429.221 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, duzentas e vinte e uma) ações ordinárias, representativas de 94,205% (noventa e quatro inteiros, duzentos e cinco milésimos por cento) do capital social da Companhia.

**(iii)** A **(a)** ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária de Transformação da Companhia, realizada em 30 de setembro de 29 de setembro de 2020, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: **(a.1)** Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sambaíba, 176, apto. 502, Leblon, CEP 22450-140, portador da cédula de identidade nº 13.401.564-3, expedida pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 107.033.777-36; **(a.2)** Fábio Martins Maranhão, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Paulo Cesar de Andrade, 200, apto. 101, Laranjeiras, CEP 22221-090, portador da cédula de identidade nº 09.295.042-7, expedida pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 035.357.417-18; e **(a.3)** Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues, brasileiro, divorciado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Canal, 2255, bloco 3, apto. 201, Barra da Tijuca, CEP 22620-120, portador da cédula de identidade nº 07.357.421-2, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob nº

968.484.057-87; e **(b)** eleição dos seguintes membros independentes para o Conselho de Administração da Companhia, considerando o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3: **(b.1)** Renata Malta Canto Porto, brasileira, casada, publicitária, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Guimarães Valadão, 115, CEP 05671-010, portadora da cédula de identidade RG nº 25.951588-7, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob nº 281.928.238-57; e **(b.2)** Daniel Percim Funis, brasileiro, divorciado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Claro, 251, apto 8, Bela Vista, CEP 01332-010, portador da cédula de identidade RG nº 18.591.064-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 252. 096.468-58;

**(iv)** Por fim, os membros do Comitê de Investimentos autorizam a BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.025.053/0001-62, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, na qualidade de administrador fiduciário do Fundo (“Administrador”), e a Gestora a realizarem todos os atos necessários à implementação das matérias ora aprovadas.

**VII. Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente deu por encerrados e concluídos os trabalhos. Em seguida, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2020.

**Mesa:**


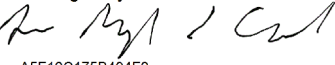


DocuSigned by:  
*Nicolas Arthur Jacques Wollak*  
F1F35D734AD54B2...  
Nicolas Arthur Jacques Wollak  
Presidente

DocuSigned by:  
*Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues*  
CAE10CA71F1C43E...  
Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues  
Secretário

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR E DE  
INVESTIMENTOS**

**OIKOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA  
CNPJ 29.315.285/0001-31**

**REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2020**

Membro	Assinatura
NICOLAS ARTHUR JACQUES WOLLAK	<p>DocuSigned by:              F1F35D734AD54B2...</p>
FÁBIO MARTINS MARANHÃO	<p>DocuSigned by:  <b>Fábio Martins Maranhão</b>            EE5AFDA3FE1948E...</p>
JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO	<p>DocuSigned by:              A5F12C175B494F2...</p>
MARCELLO EDUARDO ADRIÃO RODRIGUES	<p>DocuSigned by:              CAE10CA71F1C43E...</p>
MARCOS ATTÍLIO PENNACCHI NOVOA Y NOVOA	<p>DocuSigned by:              D8C6BF8BD5B34E2...</p>

---

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 14.776.142/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor ("**Código ANBIMA**"), bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;
- (D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

# WESTWING

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

(G) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações divulgadas publicamente ao mercado (*através do, inter alia*, Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo), são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre sua situação financeira, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Coordenadores da Oferta e que tornem quaisquer das declarações e/ou informações prestadas aos Coordenadores da Oferta, no âmbito da Oferta, falsas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes;

(iv) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as leis e as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA;

(vi) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações que possam razoavelmente relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e



# WESTWING

(vii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo - SP, 13 de janeiro de 2021.

## WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.

*CAC*

Nome:

Cargo:

CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO  
CPF: 216.335.908 - 52

*DIRETOR PRESIDENTE*



Nome:

Cargo: EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA  
CPF: 306.120.028 - 29

*DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E  
VICE-PRESIDENTE DE OPERAÇÕES*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR OIKOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**OIKOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações devidamente constituído e registrado na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), nos termos da Instrução da CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 29.315.285/0001-31, representado na forma de seu regulamento por sua gestora **FORNAX ASSESSORIA LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Bairro Glória, na Ladeira de Nossa Senhora, nº 311, CEP 22211-100, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.517.977/0001-22, instituição autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.977, de 17 de outubro de 2011 (“**Ofertante**”), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50 (“**Companhia**”), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”) e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. (“**Prospecto Preliminar**”), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o “*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*”, atualmente em vigor (“**Código ANBIMA**”), bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Regulamento do Novo Mercado**” e “**B3**”, respectivamente), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. (“**Coordenador Líder**”), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**XP**”), pelo Banco J.P. Morgan S.A. (“**J.P. Morgan**”) e pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Citi**” e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os “**Coordenadores da Oferta**”), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, “**Acionistas Vendedores**”) e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. (“**Prospecto Definitivo**”);

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.

## OIKOS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

*p. FORNAX ASSESSORIA LTDA.*

DocuSigned by:  
Fábio Martins Maranhão  
Signed By: FÁBIO MARTINS MARANHÃO/03535741718  
CPF: 03535741718  
Signing Time: 12/01/2021 | 17:51:54 PST  
ICP  
EESAFDIA3FE1948E2B89E57F6907424C2

Nome: Fábio Martins Maranhão

Cargo: Administrador

Nome:

Cargo:

---

**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR TATIX, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**Tatix Comércio e Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Helo Ossamu Daikura, nº 1445, Módulo 12, Jardim Vista Alegre, na cidade de Embu das Artes, estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 19.112.842/0001-63, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", atualmente em vigor ("**Código ANBIMA**"), bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

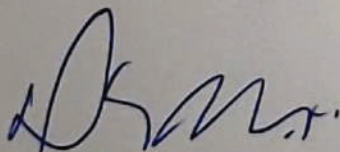
(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 14 de janeiro de 2021.

#### TATIX COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA



Nome: **Luis Fernando Miller**  
Cargo: **Sócio - Diretor**

Nome:  
Cargo:

---

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PESSOAS FÍSICAS, NOS TERMOS DO  
ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO**, alemão, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº W564316-x (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/ME sob o nº 216.335.908-52, residente e domiciliado na Rua Realengo, nº 235, apto. 11, CEP 05451-030, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Ofertante**"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", atualmente em vigor ("**Código ANBIMA**"), bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**"), pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "**Coordenadores da Oferta**"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.

*CA*

---

**CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO**

CARLOS ANDRES ALFONSO MUTSCHLER CASTILLO  
CPF: 216.335.908 - 52  
DIRETOR PRESIDENTE

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

**EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 44.941.023 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 306.120.028-29, residente e domiciliado na Rua Francisco Malta Cardoso, nº 250, casa 23, CEP 04640-110, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Ofertante"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, CEP 05319-000, Vila Hamburguesa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("Prospecto Preliminar"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP"), pelo Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "Acionistas Vendedores") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em outubro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos Investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, de forma individual e não solidária, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

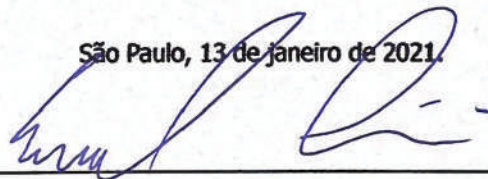
(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



**EDUARDO BALBAO RIBEIRO DE OLIVEIRA**



---

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO  
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

### PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400/03

O **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **WESTWING COMÉRCIO VAREJISTA S.A.** ("**Ações**" e "**Companhia**", respectivamente), que compreende a distribuição pública (i) primária de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e (ii) secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, sob coordenação do Coordenador Líder, da **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**XP**"), do **Banco J.P. Morgan S.A.** ("**J.P. Morgan**") e do **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**Citi**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP e o J.P. Morgan, os "**Coordenadores da Oferta**") ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

#### CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme indicados no Prospecto Preliminar) e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em outubro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Westwing Comércio Varejista S.A. ("**Prospecto Definitivo**" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "**Prospectos**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para aplicação de procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, (i) com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e; (ii) com as informações financeiras intermediárias consolidadas

da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e de 2019;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado sem qualquer omissão;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais coordenadores e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e os assessores legais, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficiente, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 11 de janeiro de 2021.

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**



---

Nome: Bruno Duque Horta Nogueira  
Cargo: Diretor Executivo



---

Nome: Guilherme da Costa Paes  
Cargo: Diretor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



# **Demonstrações Financeiras Intermediárias**

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

30 de setembro de 2020 e 2019  
com Relatório do Auditor Independente

## Westwing Comércio Varejista S.A.

### Demonstrações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2020

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações do resultado .....	4
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações do fluxo de caixa .....	7
Demonstrações dos valores adicionados .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	9

#### Anexos:

- Relatório da Administração
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Westwing Comércio Varejista S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Westwing Comércio Varejista S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Westwing Comércio Varejista S.A. em 30 de setembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras**

Chamamos atenção à nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, correspondentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas por exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP, para incluir certas informações no relatório da administração. Em 2 de dezembro de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, correspondentes ao

período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem modificação uma vez que as alterações foram adequadamente efetuadas.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **1. Reconhecimento de receita**

Conforme mencionado nas notas explicativas 3 e 17, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio do *e-commerce* que devem ser avaliadas com o objetivo de assegurar que as respectivas receitas são reconhecidas dentro do período contábil adequado, no momento que os produtos tenham sido entregues aos compradores. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

#### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para reconhecimento e mensuração das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no período; (v) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da

competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

## 2. Existência, valorização e realização dos estoques

Conforme descrito na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de estoques no montante de R\$ 13.115 mil. Os estoques da Companhia são compostos de produtos acabados de peças de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios. Os produtos da Companhia são adquiridos de terceiros e seus estoques apresentam um elevado número de itens, de forma a atender as diversas curadorias lançadas ao longo do ano. O grande volume de itens e transações faz do monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa.

Devido ao montante envolvido e elevado número de entradas e saídas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques no centro de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio; (iv) avaliação e testes das premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para desvalorização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração

do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Wilson J. O. Moraes  
Contador CRC 1RJ 107.211/O-1



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.462	4.336
Aplicações financeiras		152	68
Instrumentos financeiros derivativos	23.3	932	32
Contas a receber	6	10.105	7.745
Adiantamentos		2.324	519
Estoques	7	13.115	8.822
Impostos a recuperar		91	47
Outros		649	262
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>79.830</b>	<b>21.831</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		1.805	1.592
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	15.658	-
Direito de uso – arrendamento mercantil	10	1.476	2.866
Imobilizado	8	5.539	2.886
Intangível	9	3.391	1.505
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>27.869</b>	<b>8.849</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>107.699</b>	<b>30.680</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	31.774	8.375
Obrigações trabalhistas		7.889	4.256
Empréstimos	12	7.894	5.200
Passivo de arrendamento	10	1.757	2.195
Receita diferida	13	35.133	11.827
Obrigações tributárias	14.2	1.679	1.416
Imposto de renda e contribuição social		2.246	935
Outros		57	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>88.429</b>	<b>34.204</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos	12	5.095	-
Passivo de arrendamento	10	-	845
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	3.302	2.787
Obrigações tributárias	14.2	1.677	1.389
Outros		278	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10.352</b>	<b>5.021</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	16		
Capital social		40.224	39.819
Prejuízos acumulados		(31.306)	(48.364)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.918</b>	<b>(8.545)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>107.699</b>	<b>30.680</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional líquida	17	<b>167.866</b>	93.160
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	<b>(89.437)</b>	(51.051)
Lucro bruto		<b>78.429</b>	42.109
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	18	<b>(43.562)</b>	(22.538)
Despesas gerais e administrativas	18	<b>(27.258)</b>	(18.931)
Outras despesas operacionais, líquidas		-	(10)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<b>7.609</b>	630
Receita financeira		<b>4.577</b>	413
Despesas financeiras		<b>(9.107)</b>	(2.703)
Resultado financeiro	19	<b>(4.530)</b>	(2.290)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>3.079</b>	(1.660)
Imposto de renda e contribuição social	14.3	<b>13.979</b>	642
Lucro líquido (prejuízo) do período		<b>17.058</b>	(1.018)
Quantidade de ações do capital social		<b>71.172.000</b>	71.172.000
Lucro líquido (prejuízo) por ação - básico e diluído (expressos em Reais)	21	<b>0,2397</b>	(0,0143)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.058	(1.018)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>17.058</u>	<u>(1.018)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	39.819	(46.890)	(7.071)
Prejuízo do período	-	(1.018)	(1.018)
Saldos em 30 de setembro de 2019	<b>39.819</b>	<b>(47.908)</b>	<b>(8.089)</b>

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>39.819</b>	<b>(48.364)</b>	<b>(8.545)</b>
Aumento de capital por incorporação (Nota 1)	<b>405</b>	-	<b>405</b>
Lucro líquido do período	-	<b>17.058</b>	<b>17.058</b>
Saldos em 30 de setembro de 2020	<b>40.224</b>	<b>(31.306)</b>	<b>8.918</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<b>3.079</b>	(1.660)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa:		
Depreciação e amortização	<b>2.751</b>	2.180
Provisão para realização de estoques	<b>(434)</b>	379
Provisão para devoluções de vendas	<b>1.254</b>	621
Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas	<b>515</b>	955
Juros sobre contratos de arrendamentos	<b>261</b>	115
Variação cambial sobre empréstimos	<b>2.843</b>	39
Juros sobre contrato de empréstimos	<b>236</b>	7
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	<b>(3.413)</b>	25
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	<b>(3.614)</b>	(258)
Estoques	<b>(3.859)</b>	538
Outras contas a receber	<b>(387)</b>	(336)
Adiantamentos	<b>(1.805)</b>	(381)
Depósitos judiciais	<b>(213)</b>	(147)
Fornecedores	<b>23.399</b>	(2.482)
Obrigações trabalhistas	<b>3.633</b>	1.500
Obrigações tributárias	<b>183</b>	(450)
Receita diferida	<b>23.305</b>	(345)
Outras contas a pagar	<b>49</b>	34
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	<b>-</b>	(166)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<b>47.783</b>	168
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa proveniente de incorporação reversa	<b>648</b>	-
Adições ao imobilizado	<b>(3.240)</b>	(635)
Adições ao intangível	<b>(2.118)</b>	(360)
Aplicações financeiras	<b>(84)</b>	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<b>(4.794)</b>	(995)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de derivativos	<b>2.513</b>	-
Empréstimos contratados	<b>11.920</b>	2.016
Amortização de empréstimos - principal	<b>(6.978)</b>	-
Amortização de empréstimos - juros	<b>(232)</b>	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	<b>(2.086)</b>	(1.729)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<b>5.137</b>	287
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>48.126</b>	(540)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	<b>4.336</b>	4.310
No final do período	<b>52.462</b>	3.770
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>48.126</b>	(540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos valores adicionados  
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	<b>30/09/2020</b>	<b>30/09/2019</b>
<b>Receitas</b>	215.195	120.006
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	215.195	120.006
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	(126.271)	(72.075)
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(88.183)	(51.092)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.431)	(21.133)
Perda/recuperação de ativos	(657)	150
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	88.924	47.931
<b>Retenções</b>	(2.802)	(2.772)
Depreciação e amortização	(2.802)	(2.772)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	86.122	45.159
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	4.577	413
Receitas financeiras	4.577	413
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	90.699	45.572
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	(90.699)	(45.572)
<b>Pessoal</b>	(25.511)	(14.001)
Remuneração direta	(18.926)	(9.652)
Benefícios	(5.444)	(3.659)
F.G.T.S.	(1.141)	(690)
<b>Impostos, Taxas e contribuições</b>	(37.824)	(28.993)
Federais	(5.982)	(11.261)
Estaduais	(30.997)	(17.219)
Municipais	(845)	(513)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	(10.306)	(3.596)
Aluguéis	(1.300)	(524)
Despesas financeiras	(9.107)	(2.703)
Outros	101	(369)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	(17.058)	1.018
(Lucros retidos) prejuízos	(17.058)	1.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. (“Companhia” ou “Westwing”) é uma sociedade anônima com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo - SP. A Westwing era uma empresa Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) até setembro de 2020; teve sua denominação alterada para sociedade anônima em 29 de setembro de 2020, em conexão com a intenção da Companhia de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Westwing foi fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axxon Group comprou a operação brasileira, tornando uma empresa independente do grupo global.

A Companhia tem com objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos *mobile*. Seu modelo de vendas é baseado em curadorias, onde todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com temas diversos, com 50 a 400 produtos diferentes cada.

A Companhia é reconhecida por seus clientes como inovadora e que apresenta com frequência produtos de qualidade e diversificados. A Companhia que é altamente inserida no setor de e-commerce, desenvolve a cada ano novas soluções tecnológicas para que a experiência de compra de seus clientes seja cada vez melhor.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$4.258 (R\$12.373 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Além disso, com a entrada do fundo de investimento como controlador da Companhia, diversas medidas de melhoria em governança foram colocadas em prática e continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentou lucro e geração de caixa operacional positiva.

A Administração da Companhia já colocou em prática um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento de novos negócios atrelados a *Home and Living*, cuja expectativa para os próximos 5 anos é de adicionar valor à Companhia contribuindo como os demais fatores.

#### Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus (Covid-19) configura uma pandemia em escala global. A pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e dificuldades da cadeia de suprimentos, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo Covid-19 em suas operações, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, para permitir que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) alinhamento de estruturação e logística com nossos fornecedores, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (iv) emprego de *home-office* para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e
- (v) para os funcionários que trabalham no centro de distribuição, a Companhia implantou os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- (i) Perdas estimadas do contas a receber:

A Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. O advento do COVID-19 não teve impacto na forma de venda de nossos produtos, que continua concentrada em operadoras de cartões. Dessa forma, o COVID-19 não teve impacto em relação a esse assunto.

- (ii) Valor de recuperação dos estoques:

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta aumentou no período em relação a 2019.

- (iii) Realização de imposto de renda diferido ativo:

O incremento de nossas atividades de e-commerce, motivadas inclusive pela pandemia do COVID-19, proporcionou o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o período, no montante de R\$15.678.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

- (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários:

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

- (v) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19:

A Companhia não teve nenhum desconto recebido de nossos locadores nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto também desse item.

Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2020. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação caixa e também captou empréstimos no período e negociou prazos com fornecedores para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

### Incorporação reversa de controladora direta

Em assembleia geral e extraordinária realizada 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a incorporação reversa de sua controladora direta Kedar Empreendimentos e Participações S.A. ("Kedar"). O acervo líquido incorporado foi avaliado pelo valor contábil, como segue:

	<u>31/08/2020</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	648
Tributos a recuperar	43
Total do ativo	<u>691</u>
Passivo	
Outros passivos circulantes	<u>(286)</u>
Total do passivo	<u>(286)</u>
Total do acervo líquido incorporado	<u><u>405</u></u>

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

#### Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas para os períodos apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 13 de janeiro de 2021.

#### Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Além disso, com a entrada do fundo de investimento como

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

controlador da Companhia, diversas medidas de melhoria em governança foram colocadas em prática e continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. Assim, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

### **2.1. Reapresentação requerida pela CVM por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP**

Em conexão com o processo de registro inicial de companhia aberta – Categoria A – iniciado pela Companhia em dezembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP, exigiu a divulgação no Relatório da Administração acerca do relacionamento com os Auditores Independentes. Dessa forma, em atendimento ao requerimento da CVM, a Companhia efetuou o referido ajuste e também efetuou as seguintes alterações adicionais:

- i) Atualização dos valores anteriormente divulgados de remuneração de administração, na nota explicativa 20, para inclusão do plano de saúde como parte da remuneração, para ficar consistente com as informações do formulário de referência.
- ii) Acertos de alguns números da nota explicativa 18, que haviam sido divulgados com nomenclaturas das rubricas incorretas (sem qualquer alteração nos totais).
- iii) Eventos subsequentes - considerando a reapresentação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia complementou a nota explicativa 25 - Eventos subsequentes, com eventos ocorridos entre 2 de dezembro de 2020 e 13 de janeiro de 2021.

Essas alterações descritas acima foram efetuadas sobre as demonstrações financeiras, originalmente emitidas em 2 de dezembro de 2020, que estão sendo ora reapresentadas, em 13 de janeiro de 2021.

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do período.

#### **3.2 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável, se aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

#### **3.3 Estoques**

Os estoques são inicialmente avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento, a Companhia promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas demonstrações financeiras ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda, incluindo nestes os impostos sobre vendas. O cálculo para se chegar ao valor realizável líquido é feito para cada item, ou grupo de itens semelhantes.

Os estoques da Companhia em sua totalidade são apresentados no circulante, pois espera-se que no curso normal das atividades estes sejam vendidos dentro de até doze meses.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 3.4 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

### 3.5 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

### **3.6 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3.7 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

#### Capitalização de Intangível desenvolvido internamente

A Companhia possui ativo intangível gerado internamente para gestão do estoque, plataformas de vendas online e módulos auxiliares, estando este em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### 3.9 Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

### 3.10 Provisões

#### Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 3.11 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores.

### 3.12 Reconhecimento da receita

A Companhia adotou a política de apresentar a receita de contrato com cliente como uma única linha na demonstração do resultado, separadamente de outras fontes de receitas.

#### Venda de produtos

A norma CPC 47 / IFRS 15 define uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, com base em um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas.

A Companhia opera substancialmente com e-commerce, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

#### Intermediação de negócios

Refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor descontada a comissão de intermediação da Companhia.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

### 3.13 Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	7% a 18%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos períodos.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do imposto de renda, e 9% de contribuição social.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são mantidos, se aplicável, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 3.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio. Portanto, os lucros básico e diluído são idênticos.

### 3.15 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

#### *Ativos financeiros - Custo amortizado*

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

#### *Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado*

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

#### *Ativos financeiros - Mensuração inicial*

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente*

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

### *Redução ao valor recuperável*

A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

### *Passivos financeiros - Reconhecimento inicial*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

### *Passivos financeiros - Mensuração subsequente*

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

## **3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## **3.17 Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **3.18 Segmento operacional**

A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão.

### **3.19 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes**

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias, houve outras emissões e/ou alterações, tais como a revisão do IFRS 3/ CPC 15 - Combinação de negócios, CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, CPC 00 (R2) e CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material, porém ainda não vigentes.

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração essas normas não trarão impacto em suas demonstrações financeiras intermediárias.

## **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do período, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos em períodos subsequentes, são discutidas a seguir:

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

### Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

### Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

### Imposto de renda e contribuição social

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança de valor.

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa pequeno	3	2
Bancos	998	766
Aplicações financeiras	51.461	3.568
	<b>52.462</b>	<b>4.336</b>

As aplicações financeiras são representadas em sua maioria por aplicações em fundos de investimento de baixo risco que buscam rentabilidade próxima a variação do CDI, aplicações em CDBs e operações compromissadas. O conjunto das aplicações são remuneradas por taxas que resultam em média entre 97% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (97% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

### 6. Contas a receber

A rubrica possui saldo substancialmente composto por vendas parceladas por meio de cartão de crédito, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
Operadoras de Cartão	7.373	7.416
Intermediação de negócios	3.986	950
Provisão para devoluções	(1.254)	(621)
	<b>10.105</b>	<b>7.745</b>

#### Movimentação da provisão para devolução

	2020	2019
Saldo inicial	621	624
Provisões	1.110	527
Baixas por devoluções efetivas	(477)	(212)
Saldo final	<b>1.254</b>	<b>939</b>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### Composição por vencimento

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer em até 30 dias	1.901	251
31 a 60	2.118	425
61 a 90	1.181	529
91 a 120	778	231
> 120 dias	4.127	6.309
Total	<u>10.105</u>	<u>7.745</u>

A Companhia não tem necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento.

## 7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mercadoria para revenda	8.677	4.562
Mercadoria em poder de terceiros	971	1.320
Estoque em trânsito	2.840	2.529
Mercadoria de terceiros	436	175
Embalagens em estoque	625	355
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques (i)	(434)	(119)
	<u>13.115</u>	<u>8.822</u>

(i) Dentro do ciclo normal das atividades, alguns produtos vendidos são posteriormente devolvidos pelos clientes ou então possuem um giro lento de realização. Caso estejam em perfeito estado e prontos para revenda, esses produtos podem ser revendidos por preços abaixo de seu custo de aquisição. Dessa forma, uma provisão é efetuada para ajustar os estoques ao seu valor recuperável.

### Movimentação da provisão

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	119	633
Provisões (reversões)	568	(122)
Baixa por realização efetiva das perdas	(253)	(379)
Saldo final	<u>434</u>	<u>132</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 8. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações e benfeitorias	Outros	Total
Taxas de depreciação anual	10%	20%	10%	20%	33%	10%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	639	150	788	616	28	67	2.288
Adições	279	-	20	232	81	23	635
Depreciação	(79)	(8)	(108)	(188)	(23)	(7)	(413)
Saldos em 30 de setembro de 2019	839	142	700	660	86	83	2.510
Saldos em 31 de dezembro de 2019	979	141	666	913	89	98	2.886
Adições	1.005	-	835	1.209	179	12	3.240
Depreciação	(115)	(43)	(121)	(258)	(39)	(11)	(587)
Transferência	(103)	103	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.766	201	1.380	1.864	229	99	5.539
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Custo	1.341	172	1.453	2.330	1.470	132	6.898
(-) Depreciação acumulada	(362)	(31)	(787)	(1.417)	(1.381)	(34)	(4.012)
Valor residual	979	141	666	913	89	98	2.886
Saldos em 30 de setembro de 2020							
Custo	2.241	275	2.288	3.539	1.649	144	10.136
(-) Depreciação acumulada	(475)	(74)	(908)	(1.675)	(1.420)	(45)	(4.597)
Valor residual	1.766	201	1.380	1.864	229	99	5.539

A Companhia não possui ativos dados em garantias a terceiros. A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos imobilizados em 30 de setembro de 2020.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 9. Intangível

	<b>Licenças e softwares</b>	<b>Software desenvolvido internamente</b>	<b>Total</b>
Taxa de amortização	20% a.a.	20% a.a.	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81	837	918
Adições	59	1.080	1.139
Amortização	(30)	-	(30)
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>110</u>	<u>1.917</u>	<u>2.027</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>106</b>	<b>1.399</b>	<b>1.505</b>
Adições	<b>46</b>	<b>2.072</b>	<b>2.118</b>
Amortização	<b>(25)</b>	<b>(207)</b>	<b>(232)</b>
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u><b>127</b></u>	<u><b>3.264</b></u>	<u><b>3.391</b></u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Custo	447	1.545	1.992
(-) Amortização acumulada	(341)	(146)	(487)
Valor residual	<u>106</u>	<u>1.399</u>	<u>1.505</u>
Saldo em 30 de setembro de 2020			
Custo	<b>493</b>	<b>3.617</b>	<b>4.110</b>
(-) Amortização acumulada	<b>(366)</b>	<b>(353)</b>	<b>(719)</b>
Valor residual	<u><b>127</b></u>	<u><b>3.264</b></u>	<u><b>3.391</b></u>

A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos intangíveis em 30 de setembro de 2020.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 10. Arrendamento mercantil

*Movimentação período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019*

#### Direito de uso

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	4.991
Depreciação	(1.737)
Remensuração	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>3.254</u>

#### Passivo de arrendamento a pagar

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	4.991
Pagamentos	(1.729)
Apropriação de juros	115
Remensuração	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>3.377</u>

*Movimentação período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020*

#### Direito de uso

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.866
Novos contratos	30
Depreciação	(1.932)
Remensuração	512
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>1.476</u>

#### Passivo de arrendamento a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.040
Novos contratos	30
Pagamentos	(2.086)
Apropriação de juros	261
Remensuração	512
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>1.757</u>

Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 1 a 3 anos e normalmente são renovados por pelo menos mais um período do contrato sem alterações relevantes em seus termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativos a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 9,6% a.a., apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

### *Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019*

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia avaliou se os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal), representariam um impacto material sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Em função dos contratos de arrendamento terminarem ao longo do exercício de 2021, a Administração concluiu que não há efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras intermediárias, e, portanto, não está apresentando o quadro dos saldos dos passivos de arrendamento e ativo por direito de uso comparando o fluxo real x taxa nominal com o fluxo nominal x taxa nominal.

## 11. Fornecedores

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores nacionais	31.338	8.199
Mercadorias de terceiros	436	176
	<u>31.774</u>	<u>8.375</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 12. Empréstimos

Instituição	Operação	Encargos efetivos	Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
Itaú	Empréstimo - Res. 4131	Var. cambial + 3,04%a.a.	18/05/2020	-	2.116
Itaú	Empréstimo - Res. 4131	Var. cambial + 4,04%a.a.	27/07/2020	-	3.084
Itaú	Empréstimo - Res. 4131	Var. cambial + 4,01%a.a.	17/02/2021	<b>3.553</b>	-
Itaú	Capital de giro	9,77% a.a.	20/06/2022	<b>6.869</b>	-
Itaú	Capital de giro	9,12% a.a.	05/09/2022	<b>1.294</b>	-
CEF	Capital de giro	CDI + 0,43%a.m.	24/03/2023	<b>1.273</b>	-
				<b>12.989</b>	5.200
				<b>7.894</b>	5.200
				<b>5.095</b>	-

A Companhia contratou empréstimos na modalidade Resolução 4131, atrelados à variação do Euro, e que possuem vencimento em fevereiro de 2021. Todas as operações estão protegidas da variação cambial por meio de derivativos (NDF) de mesmos valores e prazos.

O montante registrado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	30/09/2020
2022	<b>4.320</b>
2023	<b>775</b>
	<b>5.095</b>

Os contratos possuem como garantia recebíveis da Companhia e cartas de crédito dos acionistas controladores.

### 13. Receita diferida

	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	<b>28.196</b>	5.950
Vendas faturadas em trânsito	<b>6.937</b>	5.877
	<b>35.133</b>	11.827

Adiantamento a clientes refere-se a vendas realizadas nas plataformas de e-commerce que ainda não foram faturadas para os clientes.

Vendas faturadas em trânsito refere-se a vendas faturadas, mas que ainda não foram entregues aos clientes, estando em poder da transportadora ou em rota de entrega. Essas vendas são reconhecidas somente após a entrega efetiva aos clientes.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 14. Imposto de renda e contribuição social diferidos e obrigações tributárias

#### 14.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com base em projeções de lucros tributáveis, em 2020, a Administração registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, conforme demonstrado abaixo:

<u>Saldos ativos (passivos)</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	13.916	-
Provisão para devolução de venda	248	-
Provisão para bônus a funcionários	689	-
Arrendamento mercantil (IFRS 16)	(38)	-
Outras provisões	843	-
	<u>15.658</u>	<u>-</u>

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia estima que, o saldo de imposto de renda diferido será consumido até 2024:

<u>Ano</u>	
2022	3
2023	2.388
2024	8.406
2025	4.861

#### 14.2. Obrigações tributárias

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IPI	-	98
ICMS	1.013	761
PIS	107	97
COFINS	496	449
IRRF sobre terceiros	11	5
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	52	6
PIS e Cofins sobre despesas de propaganda (i)	1.677	1.389
	<u>3.356</u>	<u>2.805</u>
Circulante	1.679	1.416
Não circulante	1.677	1.389

(i) A Companhia está discutindo judicialmente o direito de crédito de PIS e Cofins sobre despesas de propaganda, e está depositando em juízo os montantes relativos a essa discussão. O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo não circulante refere-se substancialmente a esse tema.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 14.3. Conciliação da alíquota efetiva

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	3.079	(1.660)
Alíquota nominal	34%	34%
(Despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.047)	564
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituído no período	15.658	-
Outros	(632)	78
Imposto de renda e contribuição social	13.979	642
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.679)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.658	642

### 15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

#### Movimentação das provisões

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	300	1.678	1.978
Provisões	472	483	955
Pagamentos	(166)	-	(166)
Saldos em 30 de setembro de 2019	606	2.161	2.767
Saldos em 31 de dezembro de 2019	278	2.509	2.787
Provisões	419	96	515
Saldos em 30 de setembro de 2020	697	2.605	3.302

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

A provisão para demandas trabalhistas refere-se substancialmente a processos de ex-colaboradores e terceiros requerendo indenizações e verbas previdenciárias e riscos relacionados a vínculo empregatício.

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

### Causas avaliadas como perda possível

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhista	<b>180</b>	259
Cível	<b>19</b>	2
	<b>199</b>	261

A natureza das contingências não provisionadas são as mesmas para as quais foram efetuadas as provisões e descritas anteriormente, mudando apenas o prognóstico de perda nos processos.

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

	<u>Quantidade de ações / quotas</u>		<u>Valores</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Kedar Empreendimentos e Participações S.A.	-	39.819.144	-	39.819
Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	68.434.879	-	<b>38.458</b>	-
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	-	<b>1.010</b>	-
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	-	<b>756</b>	-
Total	<b>71.577.114</b>	39.819.144	<b>40.224</b>	39.819

Os sócios quotistas aprovaram em 29 de setembro de 2020 a conversão das quotas da Companhia em ações. Neste ato as 39.819.144 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão e 1 quota para 1,7874 ações, portanto convertidas em 71.172.000 ações.

Conforme mencionado na Nota 1, em assembleia geral e extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a incorporação reversa de sua controladora direta Kedar. O acervo líquido incorporado resultou num aumento de capital de R\$405. Portanto, a partir de 30 de setembro de 2020, o capital social integralizado é de R\$40.224.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### b) Destinação do resultado

A Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, artigo 193). A destinação dos dividendos será efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal.

## 17. Receita operacional líquida

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Receita bruta de vendas de mercadorias	221.953	122.775
Receita de Intermediação de negócios	4.882	2.833
Cancelamentos e devoluções	(11.640)	(5.602)
Impostos	(47.329)	(26.846)
	<u>167.866</u>	<u>93.160</u>

## 18. Custos e despesas operacionais

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Custo das mercadorias	(88.182)	(51.091)
Provisão para perdas dos estoques	(657)	150
Custos de armazenagem	(597)	(85)
Salários e encargos trabalhistas	(27.240)	(16.649)
Embalagens	(2.305)	(1.449)
Despesas com fretes e transportes	(15.513)	(7.415)
Comissões e afiliados	(1.286)	(381)
Produção e conteúdo	(1.112)	(836)
Despesas com marketing	(4.804)	(1.898)
Despesas com taxa de utilização de cartão de crédito	(5.168)	(2.738)
Gastos com prestadores de serviços	(3.078)	(3.784)
Depreciações e amortizações	(2.802)	(2.772)
Gasto com informática	(2.582)	(654)
Gastos com materiais de escritório	(918)	(811)
Outras despesas com venda	(627)	(311)
Outras despesas administrativas (a)	(3.386)	(1.797)
	<u>(160.257)</u>	<u>(92.521)</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.437)	(51.051)
Despesas com vendas	(43.562)	(22.538)
Despesas gerais e administrativas	(27.258)	(18.932)
	<u>(160.257)</u>	<u>(92.521)</u>

(a) Refere-se a gastos com condomínio, energia elétrica, água, limpeza, manutenção das instalações e de equipamentos, entre outros.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 19. Resultado financeiro

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Receita financeira		
Rendimento sobre aplicações financeiras	245	129
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	3.490	-
Descontos obtidos	646	284
Variação cambial ativa	189	-
Outras receitas financeiras	7	-
	<u>4.577</u>	<u>413</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre antecipação de recebíveis	(3.993)	(2.124)
Juros sobre contrato de arrendamento	(209)	(305)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(44)	-
Variação cambial passiva	(3.937)	-
Juros sobre empréstimo	(479)	(19)
Outras despesas financeiras	(445)	(255)
	<u>(9.107)</u>	<u>(2.703)</u>
	<u>(4.530)</u>	<u>(2.290)</u>

### 20. Partes relacionadas

#### Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e remuneração variável anual, conforme abaixo:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Remuneração fixa anual	1.885	1.192
Plano de saúde	183	71
Bônus anual	750	-
	<u>2.818</u>	<u>1.263</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 21. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia atribuível aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

Conforme mencionado na Nota 16, os sócios aprovaram em 29 de setembro de 2020 a conversão das quotas da Companhia em ações. As 39.819.144 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão de 1 quota para 1,7874 ações, resultando em 71.172.000 ações. Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do resultado básico e diluído por ação foram ajustados retrospectivamente para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para refletir o novo número de ações.

A Companhia não possuía instrumentos dilutivos do lucro nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.058	(1.018)
Quantidade média ponderada de ações nos períodos	71.172.000	71.172.000
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	<u>0,2397</u>	<u>(0,0143)</u>

### 22. Plano de remuneração baseado em ações

Devido à incorporação da controladora Kedar, a Companhia sucedeu o plano de remuneração baseado em ações anteriormente registrado naquela entidade para os executivos-chave da Companhia. O plano, antes da incorporação, foi aprovado em 1 de junho de 2019, nos termos do contrato de outorga de opção de compra de ações firmado com os executivos. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 8.271.190 opções de compra de ações da Kedar concedidas para os executivos.

A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções iguais de 25%, em cada aniversário do plano, ao longo de 4 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao participante ter permanecido ao longo do respectivo período atuando dentro de suas funções na Companhia.

O preço do exercício a ser pago pelos participantes pelas opções vestidas é de R\$1,0222 (um real e dois centavos) por ação.

Durante o período, não houve opções exercidas, vencidas ou canceladas.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração (R\$)	0,0590
Taxa de retorno livre de risco (%)	3,30%
Prazo de vida esperado das opções	01/06/2027
Modelo utilizado	Monte Carlo

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

O valor justo das opções concedidas totalizou R\$ 487 na data da outorga, sendo os executivos responsáveis pela compra das opções pelo referido valor justo.

Como a incorporação ocorreu em 30 de setembro de 2020, não houve despesa reconhecida no período. Foi firmado o aditivo contratual com os executivos, onde as ações que eram da Kedar foram substituídas por ações da Companhia.

## 23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

#### Valor justo hierárquico

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:

*Nível 1:* a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

*Nível 2:* a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

*Nível 3:* a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos por categoria:

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30/09/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>52.462</b>	4.336
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>152</b>	68
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>932</b>	32
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	<b>10.105</b>	7.745
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	<b>1.805</b>	1.592
			<b>65.456</b>	13.773
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	Custo amortizado	-	<b>31.774</b>	8.375
Empréstimos	Custo amortizado	-	<b>12.989</b>	5.200
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	<b>1.757</b>	3.040
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	<b>8</b>	-
			<b>46.528</b>	16.615

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o período de nove meses findos 30 de setembro de 2020.

### 23.2. Gestão de risco

Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2020.

Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia dos riscos de mercado.

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital:

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	(52.462)	(4.336)
Aplicações financeiras	(152)	(68)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	(932)	(32)
Empréstimos e financiamentos	12.989	5.200
Passivo de arrendamento	1.757	3.040
Dívida líquida	(38.800)	3.804
Total do patrimônio líquido	8.918	(8.545)
Índice de alavancagem (%)	(435%)	(45%)

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

### a) *Riscos de mercado*

#### Risco cambial

Atualmente a Companhia detém empréstimos em moeda estrangeira (Euros), protegidos por meio da contratação de derivativos, atrelando os empréstimos a uma taxa pré-fixada em Reais e, dessa forma, mitigando a exposição cambial para a Companhia.

Em relação às importações de mercadorias, a Companhia possui como política efetuar um adiantamento parcial quando da solicitação do pedido, e outro adiantamento para a liberação da mercadoria para transporte para o território nacional. Dessa forma, a Companhia não possui contas a pagar em aberto em moeda estrangeira que sofra exposição a risco cambial. Entretanto, há o risco cambial entre a data de desembolso do primeiro adiantamento e o segundo adiantamento (risco de fluxo de caixa). Para mitigar esse risco, a partir de 2020 a Companhia passou a efetuar aplicações em fundos cambiais nos montantes correspondentes aos adiantamentos pendentes de serem realizados. Dessa forma, há uma exposição cambial decorrente dessas aplicações financeiras em fundos cambiais, cujo saldo em 30 de setembro de 2020 era de R\$603.

#### Risco de juros

A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto aos maiores bancos do Brasil. Conforme citado anteriormente, devido às operações de swap, parte substancial dos empréstimos da Companhia em aberto em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 eram pré-fixados, não estando, portanto, sujeitos a flutuação de taxas.

Dessa forma, a única exposição da Companhia à flutuação de taxas de juros se refere às aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### *Análise de sensibilidade*

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade dos juros sobre aplicações financeiras e empréstimos, bem como da variação cambial das aplicações financeiras em fundos cambiais:

	Risco	30/09/2020	Taxa / Moeda	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Variação US\$	603	US\$	(58)	(72)	(87)
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta CDI	51.461	CDI	1.405	1.756	2.107
Empréstimos	Alta CDI	(1.273)	CDI	(35)	(43)	(52)
				<u>1.312</u>	<u>1.641</u>	<u>1.968</u>

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2020 (2,73% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável do US\$, foram consideradas as projeções do Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil para 2021 (R\$5,10).

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

### b) *Risco de liquidez*

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábil e a data contratual do vencimento.

Em 30 de setembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	31.774	-	31.774
Passivo de arrendamento	1.757		1.757
Empréstimos e financiamentos	7.894	5.095	12.989
<hr/>			
<u>41.425</u>			
<u>5.095</u>			
<u>46.520</u>			

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	8.375	-	8.375
Passivo de arrendamento	2.195	845	3.040
Empréstimos e financiamentos	5.200	-	5.200
	15.770	845	16.615

### 23.3. Derivativos

Conforme citado anteriormente, a Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de *non deliverable forward* (NDF), para efetuar a troca de exposição ao Euro mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges* de fluxo de caixa, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía os seguintes derivativos em aberto:

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência (notional) – Euros	Valor justo ativo
Termo	Comprado	NDF	20/02/2020	16/11/2020	273	464
Termo	Comprado	NDF	20/02/2020	17/02/2021	271	468
					<b>544</b>	<b>932</b>

### 23.4. Mudanças nas atividades de financiamento

	2020							
	31/12/2019	Pagamento de principal / liquidação	Juros pagos	Novas captações / remensurações	Variação cambial	Valor justo	Juros	30/09/2020
Passivo de arrendamento	3.040	(1.824)	(262)	542	-	-	261	1.757
Empréstimos	5.200	(6.978)	(232)	11.920	2.843	-	236	12.989
Derivativos (ativo)	(32)	2.513	-	-	-	(3.413)	-	(932)
Total líquido	8.208	(6.289)	(494)	12.462	2.843	(3.413)	497	13.814

	2019							
	31/12/2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Variação cambial	Valor justo	Juros	30/09/2019
Passivo de arrendamento	4.991	(1.660)	(69)	-	-	-	115	3.377
Empréstimos	-	-	-	2.016	39	-	7	2.062
Derivativos (ativo)	-	-	-	-	-	24	-	24
Total líquido	4.991	(1.660)	(69)	2.016	39	24	122	5.463

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

### 24. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) (Apólice: 02852.2019.0001.0310.0000816)) Allianz Seguros S.A.	01/08/2019	27/04/2020	25.000
Seguro Empresarial - Matriz Westwing (Apólice: 1.180.021.153) Chubb Seguros do Brasil S.A.	16/01/2019	16/01/2020	9.500
Seguro Empresarial - Studio Westwing (Apólice: 1.180.021.283) Chubb Seguros do Brasil S.A.	17/01/2019	16/01/2020	1.048
Seguro Empresarial - Armazém Westwing (Apólice: 01180116239) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	31/05/2019	31/05/2020	8.000
Seguro Empresarial - Salas 23 e 24 Westwing (Apólice: 118 49 4003617) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	29/11/2019	29/11/2020	880
Seguro Empresarial - Matriz Westwing (Apólice:0746.40.36.532-7) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	29/05/2019	27/05/2020	259

### 25. Eventos subsequentes

#### Plano de remuneração baseado em ações

Em 23 de novembro de 2020 e 1 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contratos de compromisso de pagamento a consultores por serviços prestados. O pagamento está condicionado à ocorrência dos seguintes eventos de liquidez: (i) alienação total das ações de emissão da Companhia a terceiros; (ii) alienação do controle direto da Companhia a terceiros; ou (iii) oferta pública de ações.

O pagamento será efetuado com base na diferença entre o preço da venda das ações apurado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos. O valor justo estimado para ambos os contratos é de aproximadamente R\$20 milhões.

Em novembro também foi outorgado aos principais executivos opções de compra de ações da Westwing que contempla o direito de adquirir 2.395.634 ações a um preço de exercício de R\$ 0,50. O direito de compra inicia em dezembro de 2020 e a cada trimestre será realizado um novo vesting. O período de maturação se encerra em 30 de junho de 2024.

#### Liquidação de empréstimos

Em 8 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal, pelo valor de R\$ 1.148.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Finalizamos o ano de 2019 dando continuidade ao histórico de crescimento verificado nos anos anteriores atingindo uma receita bruta de R\$ 173,5 milhões representando um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. A receita líquida foi de R\$ 130,9 milhões, 10,12% superior ao verificado em 2018. O Lucro bruto foi de R\$ 60,2 milhões. Nosso Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) foi de R\$ 4,76 milhões e o Ebitda ajustado, que desconsidera as despesas consideradas não recorrentes, foi de R\$ 5,85 milhões, representando uma margem de 4,5%. Neste período registramos prejuízo de R\$ 1,4 milhão.

Em outubro de 2018 o Axxon Group, fundo de Private Equity, comprou 100% da Companhia e o ano de 2019 foi marcado por ações voltadas para suportar o crescimento do negócio. Dentre essas ações podemos destacar ampliação da estrutura de TI, para permitir a constante melhoria e desenvolvimentos de novas funcionalidades em nossas ferramentas de *e-commerce*, e retomada dos níveis de investimentos em marketing, o que permitirá atrair novos clientes para a base suportando o crescimento esperado para os próximos anos.

No modelo de negócios que denominamos de *Club*, a Companhia ampliou a comercialização de produtos de qualidade e com muita diversificação, fruto do modelo de negócios que permite ofertar em seu site diversos produtos diariamente sem a necessidade de constituir estoque. O modelo de vendas é baseado em curadorias, e todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com quantidade de produtos que pode variar entre 50 e 400 a cada dia.

Ainda em 2019 aprovamos o plano de negócios de um novo modelo que funcionará em paralelo ao modelo de negócio atual, que recebeu o nome de Westwing Now, e que será focado na comercialização de mercadorias advindas de um sortimento mais fixo, privilegiando o prazo de entrega.

### Desempenho até 30/09/2020

#### Receita Bruta

Iniciamos o ano de 2020 apresentando crescimento em relação ao ano anterior e que foi ainda mais acentuado a partir de abril, com o expressivo crescimento do mercado de *e-commerce*. Apresentamos crescimento nas linhas de negócio Club e Market Place. A nossa única loja física apresentou retração em razão do período em que permaneceu fechada devido a pandemia do Covid-19.

Modalidade	Crescimento 3T 2020 x 3T 2019
Club	61,8%
Market Place	232,8%
Loja Física	-6,4%
Now (*)	n/a

Modalidade	Participação
Club	84,8%
Market Place	7,5%
Loja Física	0,6%
Now (*)	7,1%

(\*) Lançado em março de 2020.

O crescimento apresentado refletiu positivamente nos demais indicadores de desempenho onde podemos indicar a margem de Ebitda de 6,3% contra 3,7% no mesmo período do ano anterior.

### Desempenho Operacional

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Receita Bruta	221.953	122.775	173.497	162.594	157.476
Receita Líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Lucro Bruto	78.429	42.109	60.217	52.575	49.765
Ebitda Ajustado	10.595	2.810	5.846	10.514	8.038
Margem	6,3%	3,0%	4,5%	8,8%	7,0%

**Ebitda e Ebitda Ajustado**

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pela depreciação e amortização. A conciliação do lucro líquido (prejuízo) contábil e o Ebitda e Ebitda Ajustado é demonstrado como segue:

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.058	(1.018)	(1.474)	2.832	2.382
Ajustado por:					
Resultado financeiro, líquido	4.530	2.290	3.098	2.861	3.612
Imposto de renda e contribuição social	(13.979)	(642)	258	1.700	794
Depreciação e amortização	2.751	2.180	2.880	547	829
<b>Ebitda</b>	<b>10.360</b>	<b>2.810</b>	<b>4.762</b>	<b>7.940</b>	<b>7.617</b>
Margem EBITDA	6,2%	3,0%	3,6%	6,7%	6,7%
Ajustes ao Ebitda, (*)	184	-	1.084	2.574	421
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>10.595</b>	<b>2.810</b>	<b>5.846</b>	<b>10.514</b>	<b>8.038</b>
Margem EBITDA Ajustado	6,3%	3,0%	4,5%	8,8%	7,0%

(\*) Referem-se a despesas consideradas não recorrentes. Em 2017 são despesas relacionadas à rescisão do Co-CEO da Companhia; para o ano de 2018 e 2019 são despesas substancialmente referentes aos custos da transação de venda para o Axxon Group; e em 2020 referem-se a custos relacionados a intenção de abertura de capital.

O EBITDA ajustado, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, atingiu R\$ 10,6 milhões vs. R\$ 2,8 milhões no mesmo período de 2019. A margem EBITDA Ajustado do período foi de 6,3% contra 3,0% no mesmo período de 2019.

**Demonstrações de Resultado**

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Receita bruta	221.953	122.775	173.497	162.594	157.476
Receita líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Custo das mercadorias vendidas	(89.437)	(51.051)	(70.689)	(66.303)	(64.691)
<b>Lucro bruto</b>	<b>78.429</b>	<b>42.109</b>	<b>60.217</b>	<b>52.575</b>	<b>49.765</b>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(43.562)	(22.538)	(32.241)	(24.931)	(25.131)
Despesas gerais e administrativas	(27.258)	(18.931)	(26.094)	(20.251)	(17.846)
Outras receitas operacionais	-	(10)	-	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>7.609</b>	<b>630</b>	<b>1.882</b>	<b>7.393</b>	<b>6.788</b>
Receitas financeiras	4.311	413	622	443	544
Despesas financeiras	(8.841)	(2.703)	(3.720)	(3.304)	(4.156)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.079</b>	<b>(1.660)</b>	<b>(1.216)</b>	<b>4.532</b>	<b>3.176</b>
Imposto de renda e contribuição social	13.979	642	(258)	(1.700)	(794)
<b>Lucro líquido (prejuízo) de exercício</b>	<b>17.058</b>	<b>(1.018)</b>	<b>(1.474)</b>	<b>2.832</b>	<b>2.382</b>

Até setembro de 2020 a Companhia apresentou crescimento de 80,8% nas receitas em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação a margem, também apresentou um aumento. A margem acumulada até 30 de setembro de 2020 foi de 46,7% contra 45,2% no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019. O Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social foi de 4,53% da receita líquida no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 contra -0,04% no mesmo período de 2019.

Com o cenário de lucratividade deste ano e previsto para os próximos anos, constituímos o imposto de renda e contribuição social diferido no montante de R\$ 15,7 milhões.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a instrução da CVM nº 381/037, a Companhia consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei nº 9.295/46 e alterações posteriores, inclusive o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços, e nem mesmo, terem participado da função de gerência da Companhia.

Em relação ao artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 cabe informar que em outubro de 2020 contratamos a Ernst & Young para revisão dos cálculos de imposto de renda e contribuição social, elaborados pela Companhia, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019. O referido escopo foi de revisão independente (*compliance*) das apurações de imposto de renda e contribuição social e, portanto, não afetam a independência dos auditores. Os honorários para essa atividade foram de R\$ 67.500,00.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores

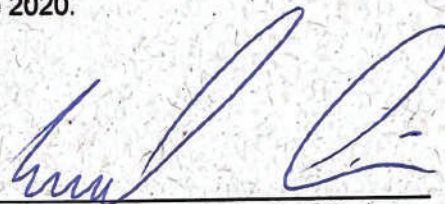
**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores

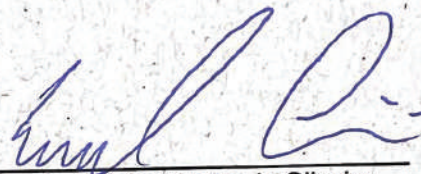
**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



\_\_\_\_\_  
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



\_\_\_\_\_  
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores



---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018  
E 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Demonstrações Financeiras**

**Westwing Comércio Varejista S.A.**  
(anteriormente denominada Westwing Comércio  
Varejista Eireli)

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
com Relatório do Auditor Independente

## Westwing Comércio Varejista S.A.

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais .....	7
Demonstrações do resultado .....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações do fluxo de caixa .....	11
Demonstrações dos valores adicionados .....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

#### Anexos:

- Relatório da Administração
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
- Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Westwing Comércio Varejista S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Westwing Comércio Varejista S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Westwing Comércio Varejista S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção às notas explicativas 2.1 e 2.2 às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas por exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP, para incluir certas informações no relatório da administração. Em 3 de abril de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que

foram rerepresentadas em 2 de dezembro de 2020, e estão sendo novamente rerepresentadas. Nossa opinião continua sendo sem modificação uma vez que as alterações foram adequadamente efetuadas.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **1. Reconhecimento de receita**

Conforme mencionado nas notas explicativas 3 e 17, as receitas da Companhia são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio do *e-commerce* que devem ser avaliadas com o objetivo de assegurar que as respectivas receitas são reconhecidas dentro do período contábil adequado, no momento que os produtos tenham sido entregues aos compradores. O alto volume de vendas requer processos que garantam a integridade das operações.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

#### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para reconhecimento e mensuração das vendas; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo contando com especialistas em tecnologia; (iii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iv) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (v) teste de corte de competência das

receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (vi) análise das movimentações mensais das receitas utilizando dados agregados e desagregados de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de reclassificação para “Receita operacional líquida” certos saldos anteriormente classificados na rubrica de “Outras receitas operacionais”, sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2. Existência, valorização e realização dos estoques

Conforme descrito na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de estoques no montante de R\$ 8.822 mil. Os estoques da Companhia são compostos de produtos acabados de peças de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios. Os produtos da Companhia são adquiridos de terceiros e seus estoques apresentam um elevado número de itens, de forma a atender as diversas curadorias lançadas ao longo do ano. O grande volume de itens e transações faz do monitoramento das quantidades de itens disponíveis e o custeio e valorização dos estoques uma atividade complexa.

Devido ao montante envolvido e elevado número de entradas e saídas, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques no centro de distribuição; (iii) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio; (iv) avaliação e testes das premissas e critérios utilizados pela administração na determinação das provisões para desvalorização dos estoques com base nas vendas realizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

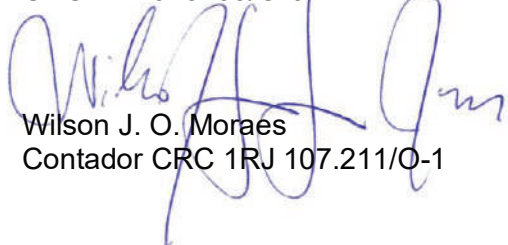
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Wilson J. O. Moraes  
Contador CRC 1RJ 107.211/O-1

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2019 (Reapresentado)	2018 (Reapresentado)	2017
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.336	4.310	1.228
Aplicações financeiras		68	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	32	-	-
Contas a receber	6	7.745	6.266	5.339
Estoques	7	8.822	8.904	7.023
Impostos a recuperar		47	47	47
Partes relacionadas	22	-	-	5.125
Outros		781	999	483
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>21.831</b>	<b>20.526</b>	<b>19.245</b>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais	14	1.592	1.388	1.382
Direito de uso – arrendamento mercantil	10	2.866	-	-
Imobilizado	8	2.886	2.288	2.119
Intangível	9	1.505	918	205
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.849</b>	<b>4.594</b>	<b>3.706</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>30.680</b>	<b>25.120</b>	<b>22.951</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	11	8.375	11.755	15.114
Obrigações trabalhistas		4.256	2.926	2.105
Empréstimos	12	5.200	-	-
Passivo de arrendamento	10	2.195	-	-
Receita diferida	13	11.827	12.254	11.544
Obrigações tributárias	14	1.416	1.370	1.869
Imposto de renda e contribuição social	14.1	935	678	451
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>34.204</b>	<b>28.983</b>	<b>31.083</b>
<b>Não circulante</b>				
Passivo de arrendamento	10	845	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	2.787	1.978	576
Obrigações tributárias	14	1.389	1.230	1.195
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.021</b>	<b>3.208</b>	<b>1.771</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	16	39.819	39.819	39.819
Prejuízos acumulados		(48.364)	(46.890)	(49.722)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(8.545)</b>	<b>(7.071)</b>	<b>(9.903)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>30.680</b>	<b>25.120</b>	<b>22.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	<b>130.906</b>	118.878	114.456
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	<b>(70.689)</b>	(66.303)	(64.691)
Lucro bruto		<b>60.217</b>	52.575	49.765
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	18	<b>(32.241)</b>	(24.931)	(25.131)
Despesas gerais e administrativas	18	<b>(26.094)</b>	(20.251)	(17.846)
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<b>1.882</b>	7.393	6.788
Receita financeira		<b>622</b>	443	544
Despesas financeiras		<b>(3.720)</b>	(3.304)	(4.156)
Resultado financeiro	19	<b>(3.098)</b>	(2.861)	(3.612)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(1.216)</b>	4.532	3.176
Imposto de renda e contribuição social	14	<b>(258)</b>	(1.700)	(794)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<b>(1.474)</b>	2.832	2.382
Resultado por ação	21			
Quantidade de ações do capital social		<b>71.172.000</b>	71.172.000	71.172.000
(Prejuízo) lucro líquido por ação - básico e diluído (expressos em Reais)		<b>(0,0207)</b>	0,0398	0,0335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	<b>(1.474)</b>	2.832	2.382
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<b>(1.474)</b>	2.832	2.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1 de janeiro de 2017	39.819	(52.104)	(12.285)
Lucro líquido do exercício	-	2.382	2.382
Saldos em 31 de dezembro de 2017	39.819	(49.722)	(9.903)
Lucro líquido do exercício	-	2.832	2.832
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	39.819	(46.890)	(7.071)
Prejuízo do exercício	-	(1.474)	(1.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	<b>39.819</b>	<b>(48.364)</b>	<b>(8.545)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(1.216)</b>	4.532	3.176
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa:			
Depreciação e amortização	<b>2.880</b>	547	829
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	109
Provisão (reversão) para realização de estoques	<b>(26)</b>	423	711
Provisão para devoluções de vendas	<b>386</b>	395	308
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>1.045</b>	1.505	208
Juros de empréstimos para partes relacionadas	-	(62)	(125)
Juros sobre contratos de arrendamentos	<b>389</b>	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	<b>86</b>	-	-
Juros sobre contrato de empréstimos	<b>42</b>	-	-
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	<b>(32)</b>	-	-
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	<b>(1.865)</b>	(1.322)	(3.084)
Estoques	<b>108</b>	(2.304)	(487)
Outros ativos	<b>218</b>	(515)	(198)
Depósitos judiciais	<b>(204)</b>	(6)	(127)
Fornecedores	<b>(3.380)</b>	(3.359)	(3.047)
Obrigações trabalhistas	<b>1.330</b>	821	(859)
Obrigações tributárias	<b>205</b>	(1.144)	905
Receita diferida	<b>(428)</b>	709	(1.065)
Pagamentos de processos cíveis e trabalhistas	<b>(236)</b>	(103)	(102)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(794)	(1.023)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<b>(698)</b>	(677)	(3.871)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Empréstimos para partes relacionadas	-	-	(5.000)
Recebimento de empréstimos para partes relacionadas	-	5.187	-
Adições ao imobilizado	<b>(1.174)</b>	(683)	(342)
Adições ao intangível	<b>(766)</b>	(746)	(165)
Aplicações financeiras	<b>(68)</b>	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<b>(2.008)</b>	3.758	(5.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos contratados	<b>5.072</b>	-	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	<b>(2.340)</b>	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<b>2.732</b>	-	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>26</b>	3.081	(9.378)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	<b>4.310</b>	1.229	10.606
No final do exercício	<b>4.336</b>	4.310	1.228
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<b>26</b>	3.081	(9.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receitas	<b>167.928</b>	155.081	151.829
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	<b>167.928</b>	155.081	151.829
Insumos adquiridos de terceiros	(99.930)	(89.725)	(85.477)
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(72.457)	(66.149)	(64.044)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.550)	(23.309)	(20.763)
Perda/recuperação de ativos	77	(267)	(670)
Valor Adicionado Bruto	67.998	65.356	66.352
Retenções	(2.855)	(533)	(830)
Depreciação e amortização	(2.855)	(533)	(830)
Valor adicionado líquido produzido	65.143	64.823	65.522
Valor adicionado recebido em transferência	<b>622</b>	443	544
Receitas financeiras	<b>622</b>	443	544
Valor adicionado total a distribuir	<b>65.765</b>	65.266	66.066
Distribuição do valor adicionado	(65.765)	(65.267)	(66.066)
Pessoal	(20.594)	(14.222)	(15.428)
Remuneração direta	(14.562)	(9.265)	(11.348)
Benefícios	(5.005)	(4.144)	(3.039)
F.G.T.S.	(1.027)	(813)	(1.041)
Impostos, taxas e contribuições	(42.326)	(42.293)	(41.181)
Federais	(17.971)	(19.444)	(18.506)
Estaduais	(23.693)	(22.442)	(22.401)
Municipais	(662)	(407)	(274)
Remuneração de capitais de terceiros	(4.319)	(5.919)	(7.075)
Aluguéis	(645)	(2.629)	(2.911)
Despesas financeiras	(3.720)	(3.304)	(4.156)
Outros	46	14	(8)
Remuneração de capitais próprios (Prejuízos) / Lucros retidos	<b>1.474</b>	(2.832)	(2.382)
	<b>1.474</b>	(2.832)	(2.382)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. (“Companhia” ou “Westwing”) é uma sociedade anônima com sede na Avenida Queiroz Filho, 1700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo - SP. A Westwing era uma empresa Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada) até setembro de 2020, e teve sua denominação alterada para sociedade anônima em 29 de setembro de 2020, em conexão com a intenção da Companhia de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Westwing foi fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axxon Group comprou a operação brasileira, tornando-se o controlador da Companhia.

A Companhia tem como objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos *mobile*. Seu modelo de vendas é baseado em curadorias, onde todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com temas diversos, com 50 a 400 produtos diferentes cada.

A Companhia é reconhecida por seus clientes como inovadora e que apresenta com frequência produtos de qualidade e diversificados. A Companhia que é altamente inserida no setor de e-commerce, desenvolve a cada ano novas soluções tecnológicas para que a experiência de compra de seus clientes seja cada vez melhor.

A Administração da Companhia já colocou em prática um plano estratégico de crescimento e desenvolvimento de novos negócios atrelados a *Home and Living*, cuja expectativa para os próximos 5 anos é de adicionar valor à Companhia contribuindo com os demais fatores.

### Situação econômico-financeira

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$12.373 (R\$8.457 e R\$10.642, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultado e fluxo de caixa futuros, preparados anualmente, de auferir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivos, os quais serão suficientes para a reversão do capital circulante líquido negativo.

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

#### Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras reapresentada foi autorizada pela Administração em 13 de janeiro de 2021.

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Além disso, com a entrada do fundo de investimento como controlador da Companhia, diversas medidas de melhoria em governança foram colocadas em prática e continuarão a ser desenvolvidas ao longo dos próximos anos. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

### **2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras para registro na CVM**

Em conexão com a intenção da Companhia em efetuar registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, incluindo os valores correspondentes de 2018 e 2017, estão sendo reapresentadas para:

- (i) Apresentação das demonstrações do valor adicionado;
- (ii) Inclusão das informações relativas ao resultado por ação;
- (iii) Correção de erros/reclassificações e aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas; e
- (iv) Considerando esses ajustes e a reapresentação, a administração incluiu também a divulgação dos eventos subsequentes até a presente data.

Referida reapresentação foi efetuada em 2 de dezembro de 2020.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### a) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

#### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

	Referência	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		4.336	-	4.336
Aplicações financeiras	(a)	-	68	68
Instrumentos financeiros derivativos	(a)	-	32	32
Contas a receber		7.745		7.745
Adiantamentos		519		519
Estoques		8.822		8.822
Impostos a recuperar		47		47
Outros ativos		262		262
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>21.731</b>	<b>100</b>	<b>21.831</b>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras	(a)	68	(68)	-
Depósitos judiciais		1.592		1.592
Direito de uso – arrendamento mercantil	(a)	-	2.866	2.866
Imobilizado		2.886	-	2.886
Intangível	(a)	4.371	(2.866)	1.505
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.917</b>	<b>(68)</b>	<b>8.849</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>30.648</b>	<b>32</b>	<b>30.680</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	(a)	6.819	1.556	8.375
Obrigações trabalhistas		4.256	-	4.256
Empréstimos	(a)	7.363	(2.163)	5.200
Passivo de arrendamento	(a)	-	2.195	2.195
Receita diferida		11.827	-	11.827
Obrigações tributárias	(b)	1.416	935	2.351
Outros passivos	(a)	1.554	(1.554)	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>33.235</b>	<b>969</b>	<b>34.204</b>
<b>Não circulante</b>				
Passivo de arrendamento		845	-	845
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(c)	372	2.415	2.787
Obrigações tributárias		1.389	-	1.389
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.606</b>	<b>2.415</b>	<b>5.021</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social		39.819	-	39.819
Reserva de capital	(a)	(120)	120	-
Prejuízos acumulados		(44.892)	(3.472)	(48.364)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(5.193)</b>	<b>(3.352)</b>	<b>(8.545)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>30.648</b>	<b>32</b>	<b>30.680</b>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Referência	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	(d)	127.289	3.617	130.906
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(d)	(70.338)	(351)	(70.689)
Lucro bruto		<u>56.951</u>	<u>3.266</u>	<u>60.217</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(d)	(18.090)	(14.151)	(32.241)
Despesas gerais e administrativas	(d) e (c)	(13.764)	(12.330)	(26.094)
Despesas com pessoal	(d)	(23.622)	23.622	-
Despesas com marketing	(d)	(2.694)	2.694	-
Outras receitas operacionais	(d)	4.023	(4.023)	-
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.804</u>	<u>(922)</u>	<u>1.882</u>
Receita financeira		590	-	590
Despesas financeiras		(3.688)	-	(3.688)
Resultado financeiro		<u>(3.098)</u>	<u>-</u>	<u>(3.098)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(294)</u>	<u>(922)</u>	<u>(1.216)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(b)	677	(935)	(258)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>383</u>	<u>(1.857)</u>	<u>(1.474)</u>

### Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.094)	396	(698)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.008)	-	(2.008)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.128	(396)	2.732
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	26	-	26
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.310	-	4.310
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.336</u>	<u>-</u>	<u>4.336</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

b) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018

	Referência	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		4.310	-	4.310
Contas a receber		6.266	-	6.266
Adiantamentos		999	-	999
Estoques		8.904	-	8.904
Impostos a recuperar		47	-	47
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>20.526</b>	<b>-</b>	<b>20.526</b>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais		1.388	-	1.388
Imobilizado		2.288	-	2.288
Intangível		918	-	918
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.594</b>	<b>-</b>	<b>4.594</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>25.120</b>	<b>-</b>	<b>25.120</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	(a)	10.728	1.027	11.755
Obrigações trabalhistas		2.926	-	2.926
Receita diferida		12.254	-	12.254
Obrigações tributárias		2.048	-	2.048
Outros passivos	(a)	1.026	(1.026)	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>28.982</b>	<b>1</b>	<b>28.983</b>
<b>Não circulante</b>				
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(c)	483	1.495	1.978
Obrigações tributárias		1.230	-	1.230
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.713</b>	<b>1.495</b>	<b>3.208</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		39.819	-	39.819
Reserva de capital	(a)	(119)	119	-
Prejuízos acumulados		(45.275)	(1.615)	(46.890)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(5.575)</b>	<b>(1.496)</b>	<b>(7.071)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>25.120</b>	<b>-</b>	<b>25.120</b>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Referência	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	(d)	117.454	1.424	118.878
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(d)	(65.203)	(1.100)	(66.303)
Lucro bruto		<u>52.251</u>	<u>324</u>	<u>52.575</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(d)	(17.885)	(7.046)	(24.931)
Despesas gerais e administrativas	(d) e (c)	(11.736)	(8.515)	(20.251)
Despesas com pessoal	(d)	(16.277)	16.277	-
Despesas com marketing	(d)	(502)	502	-
Outras receitas operacionais	(d)	3.038	(3.038)	-
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		<u>8.889</u>	<u>(1.496)</u>	<u>7.393</u>
Receita financeira		443	-	443
Despesas financeiras		(3.304)	-	(3.304)
Resultado financeiro		<u>(2.861)</u>	<u>--</u>	<u>(2.861)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>6.028</u>	<u>(1.496)</u>	<u>4.532</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.700)</u>	<u>-</u>	<u>(1.700)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>4.328</u>	<u>(1.496)</u>	<u>2.832</u>

### Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(567)	(110)	(677)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.415)	5.173	3.758
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	5.063	(5.063)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.081	-	3.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.229	-	1.229
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.310</u>	<u>-</u>	<u>4.310</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Referência	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	(d)	112.899	1.557	114.456
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(d)	(62.609)	(2.082)	(64.691)
Lucro bruto		50.290	(525)	49.765
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(d)	(8.791)	(16.340)	(25.131)
Despesas gerais e administrativas	(d)	(11.244)	(6.602)	(17.846)
Despesas com pessoal	(d)	(18.172)	18.172	-
Despesas com marketing	(d)	(857)	857	-
Outras receitas operacionais	(d)	(4.032)	4.032	-
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		7.194	(406)	6.788
Receita financeira		161	383	544
Despesas financeiras		(4.179)	23	(4.156)
Resultado financeiro		(4.018)	406	(3.612)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.176	-	3.176
Imposto de renda e contribuição social		(794)	-	(794)
Lucro líquido do exercício		2.382	-	2.382

### Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(3.844)	(27)	(3.871)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(405)	(5.102)	(5.507)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(5.125)	5.125	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.374)	(4)	(9.378)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.603	3	10.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.229	(1)	1.228

### Descrição dos ajustes efetuados

- (a) Reclassificação entre contas do ativo e passivo para aprimoramento da apresentação dos principais saldos de balanço, principalmente a apresentação em linha separada do direito de uso e passivo de arrendamento (aplicável somente para o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019), e reclassificação de outros passivos para fornecedores (aplicável para os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018).



## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

- (b) Complemento da provisão para imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$935.
- (c) Complemento da provisão para riscos trabalhistas no montante de R\$920 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.496 em 2018).
- (d) Reclassificações efetuadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, para aprimoramento da apresentação das despesas por função, bem como a reclassificação para “Receita operacional líquida” das receitas de intermediação anteriormente classificados na rubrica de “Outras receitas operacionais”.

### **2.2. Reapresentação requerida pela CVM por meio do por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP**

Em conexão com o processo de registro inicial de companhia aberta – Categoria A – iniciado pela Companhia em dezembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Ofício-Conjunto nº 1/2021-CVM/SRE/SEP, exigiu a divulgação no Relatório da Administração acerca do relacionamento com os Auditores Independentes. Dessa forma, em atendimento ao requerimento da CVM, a Companhia efetuou o referido ajuste e também efetuou as seguintes alterações adicionais:

- i) Atualização dos valores anteriormente divulgados de remuneração de administração, na nota explicativa 20, para inclusão do plano de saúde como parte da remuneração, bem como ajuste dos valores para ficar consistente com as informações do formulário de referência.
- ii) Eventos subsequentes - considerando a reapresentação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia complementou a nota explicativa 24 - Eventos subsequentes, com eventos ocorridos entre 2 de dezembro de 2020 e 13 de janeiro de 2021.

Essas alterações descritas acima foram efetuadas sobre as demonstrações financeiras, originalmente emitidas em 2 de dezembro de 2020, que estão sendo ora reapresentadas, em 13 de janeiro de 2021.

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

#### **3.2 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável, se aplicável, é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

#### **3.3 Estoques**

Os estoques são inicialmente avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento de exercício, a Companhia promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas demonstrações financeiras ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda, incluindo nestes os impostos sobre vendas. O cálculo para se chegar ao valor realizável líquido é feito para cada item, ou grupo de itens semelhantes.

Os estoques da Companhia em sua totalidade são apresentados no circulante, pois espera-se que no curso normal das atividades estes sejam vendidos dentro de até doze meses.

#### **3.4 Depósitos judiciais**

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo,

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

### 3.5 Arrendamentos

#### Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2018

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos, qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como redução do passivo de arrendamento de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais, não qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía somente arrendamentos operacionais, sendo os mais relevantes os aluguéis de imóveis relacionados ao centro de distribuição, loja física e sede administrativa.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Política contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme descrito a seguir.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando esta seja permitida pelo contrato e intenção da Companhia. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

### **3.6 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 3.7 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

#### Capitalização de Intangível desenvolvido internamente

A Companhia possui ativo intangível gerado internamente para gestão do estoque, plataformas de vendas online e módulos auxiliares, estando este em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04.

### 3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 3.9 Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

### 3.10 Provisões

#### Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.11 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 3.12 Reconhecimento da receita

A Companhia adotou a política de apresentar a receita de contrato com cliente como uma única linha na demonstração do resultado, separadamente de outras fontes de receitas.

#### Venda de produtos

Até 31 de dezembro de 2017, as receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados por elas.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a norma CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, com base em um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas com vendas.

A Companhia opera substancialmente com e-commerce, sendo a receita reconhecida quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As alterações introduzidas pelo IFRS 15 / CPC 47 não trouxeram impactos relevantes para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

#### Intermediação de negócios

Refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor descontada a comissão de intermediação da Companhia.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

### 3.13 Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)	7% a 18%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

(lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

### 3.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio. Portanto, os lucros básico e diluído são idênticos.

### 3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, norma que substituiu o IAS 39/CPC 28 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O IFRS 9 / CPC 48 determina novos critérios para classificar os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Adicionalmente, foi determinado um novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido entre perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior baseado em perdas incorridas.

A apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros sofreram alteração de acordo com os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9 / CPC 48. A tabela abaixo demonstra as mudanças na Companhia em termos da classificação de seus ativos e passivos financeiros, com base nas exigências da IFRS 9 / CPC 48:

Ativos/Passivos financeiros	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado a valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Empréstimos	Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

O IFRS 9 / CPC 48 não trouxe impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

As classificações dos instrumentos financeiros são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

### *Ativos financeiros - Custo amortizado*

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

### *Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado*

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

### *Ativos financeiros - Mensuração inicial*

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente*

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

### *Redução ao valor recuperável*

A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### *Passivos financeiros - Reconhecimento inicial*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

### *Passivos financeiros - Mensuração subsequente*

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

### **3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **3.17 Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 3.18 Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão.

### 3.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

#### Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9)

A norma CPC 48 / IFRS substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e contabilidade de *hedge*.

#### Receita de contratos com clientes (CPC 47 / IFRS 15)

A norma CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Substituiu as normas para o reconhecimento de receitas iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018. Não houve impactos decorrentes da aplicação da norma.

### 3.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

#### CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais uma entidade seja arrendadora.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, dos passivos de arrendamento e direitos de uso dos arrendamentos foi como segue:

	<u>1/1/2019</u>
<b>Ativo</b>	
Ativos de direito de uso – imóveis	<b>4.991</b>
<b>Passivo</b>	
Passivo de arrendamento	<b>5.461</b>
(-) Ajuste a valor presente	<b>(470)</b>
	<u><b>4.991</b></u>
Impacto no patrimônio líquido	<u><u>-</u></u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

As normas e interpretações emitidas abaixo são aplicáveis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, mas não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Normas e emendas	Descrição
ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32).
CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa	As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI (somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto) independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.
CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos	As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício pós empregatício durante o período.
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	As alterações esclarecem que a Companhia deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou <i>joint venture</i> para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou <i>joint venture</i> (investimento de longo prazo).

### 3.21 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, houve outras emissões e/ou alterações, tais como a revisão do IFRS 3/ CPC 15 - Combinação de negócios, CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, CPC 00 (R2) e CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material, porém ainda não vigentes.

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração essas normas não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

#### Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

#### Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetar a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

### Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança de valor.

	2019	2018	2017
Caixa pequeno	2	46	4
Bancos	766	865	759
Aplicações financeiras	3.568	3.399	465
	<b>4.336</b>	<b>4.310</b>	<b>1.228</b>

As aplicações financeiras são representadas em sua maioria por aplicações em fundos de investimento de baixo risco que buscam rentabilidade próxima a variação do CDI, aplicações em CDBs e operações compromissadas. O conjunto das aplicações são remuneradas por taxas que resultam em média entre 97% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (94% e 97% para 2018).

### 6. Contas a receber

A rubrica possui saldo substancialmente composto por vendas parceladas por meio de cartão de crédito, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018	2017
Operadoras de Cartão	7.416	5.692	4.445
Intermediação de negócios	950	1.198	1.214
Provisão para devoluções	(621)	(624)	(320)
	<b>7.745</b>	<b>6.266</b>	<b>5.339</b>

#### Movimentação da provisão para devolução

	2019	2018	2017
Saldo inicial	624	320	152
Provisões (reversões)	386	395	308
Baixas por devoluções efetivas	(389)	(91)	(140)
Saldo final	<b>621</b>	<b>624</b>	<b>320</b>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Composição por vencimento

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A vencer em até 30 dias	<b>251</b>	3.152	1.942
31 a 60	<b>425</b>	393	457
61 a 90	<b>529</b>	470	396
91 a 120	<b>231</b>	417	318
> 120 dias	<b>6.309</b>	1.834	2.226
Total	<b>7.745</b>	6.266	5.339

A Companhia não tem necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento.

## 7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma provisão para redução ao valor líquido de realização dos estoques.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Mercadoria para revenda	<b>4.562</b>	5.981	5.376
Mercadoria em poder de terceiros	<b>1.320</b>	432	309
Estoque em trânsito	<b>2.529</b>	2.733	1.898
Mercadoria de terceiros	<b>175</b>	134	9
Embalagens em estoque	<b>355</b>	257	188
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques (i)	<b>(119)</b>	(633)	(757)
	<b>8.822</b>	8.904	7.023

(i) Dentro do ciclo normal das atividades, alguns produtos vendidos são posteriormente devolvidos pelos clientes ou então possuem um giro lento de realização. Caso estejam em perfeito estado e prontos para revenda, esses produtos podem ser revendidos por preços abaixo de seu custo de aquisição. Dessa forma, uma provisão é efetuada para ajustar os estoques ao seu valor recuperável.

### Movimentação da provisão

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo Inicial	<b>633</b>	757	547
Provisões (reversões)	<b>(26)</b>	423	711
Baixa por realização efetiva das perdas	<b>(488)</b>	(547)	(501)
Saldo final	<b>119</b>	633	757

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 8. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações e benfeitorias	Outros	Total
Taxas de depreciação anual	10%	20%	10%	20%	33%	10%	-
Saldos em 1 de janeiro de 2017	552	75	917	654	410	48	2.656
Adições	161	92	26	49	6	8	342
Baixas	(91)	-	-	(18)	-	-	(109)
Depreciação	(70)	(7)	(130)	(248)	(309)	(6)	(770)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	552	160	813	437	107	50	2.119
Adições	167	-	111	380	-	25	683
Depreciação	(80)	(10)	(136)	(201)	(79)	(8)	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	639	150	788	616	28	67	2.288
Adições	455	-	24	555	99	41	1.174
Depreciação	(115)	(9)	(145)	(258)	(39)	(10)	(576)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	979	141	667	913	88	98	2.886
Saldos em 31 de dezembro de 2017							
Custo	719	172	1.319	1.396	1.371	66	5.043
(-) Depreciação acumulada	(167)	(12)	(506)	(959)	(1.264)	(16)	(2.924)
Valor residual	552	160	813	437	107	50	2.119
Saldos em 31 de dezembro de 2018							
Custo	886	172	1.430	1.776	1.371	91	5.726
(-) Depreciação acumulada	(247)	(22)	(642)	(1.160)	(1.343)	(24)	(3.438)
Valor residual	639	150	788	616	28	67	2.288
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Custo	1.341	172	1.454	2.330	1.469	132	6.898
(-) Depreciação acumulada	(362)	(31)	(787)	(1.417)	(1.381)	(34)	(4.012)
Valor residual	979	141	667	913	88	98	2.886

A Companhia não possui ativos dados em garantias a terceiros. A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 9. Intangível

	Licenças e softwares	Software desenvolvido internamente	Total
Taxa de amortização	20% a.a.	Média 20% a.a.	
Saldos em 1 de janeiro de 2017	99	-	99
Adições	21	144	165
Amortização	(59)	-	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>61</u>	<u>144</u>	<u>205</u>
Adições	53	693	746
Amortização	(33)	-	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>81</u>	<u>837</u>	<u>918</u>
Adições	<b>58</b>	<b>708</b>	<b>766</b>
Amortização	<b>(33)</b>	<b>(146)</b>	<b>(179)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	<u><b>106</b></u>	<u><b>1.399</b></u>	<u><b>1.505</b></u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Custo	336	144	480
(-) Amortização acumulada	(275)	-	(275)
Valor residual	<u>61</u>	<u>144</u>	<u>205</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Custo	389	837	1.226
(-) Amortização acumulada	(308)	-	(308)
Valor residual	<u>81</u>	<u>837</u>	<u>918</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)			
Custo	<b>447</b>	<b>1.545</b>	<b>1.992</b>
(-) Amortização acumulada	<b>(341)</b>	<b>(146)</b>	<b>(487)</b>
Valor residual	<u><b>106</b></u>	<u><b>1.399</b></u>	<u><b>1.505</b></u>

A Administração não identificou indicadores de potencial não recuperação dos ativos intangíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 10. Arrendamento mercantil

A movimentação dos saldos do direito de uso e do passivo de arrendamento para o exercício findo em 31 de dezembro 2019 está demonstrada a seguir:

#### Direito de uso

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	4.991
Depreciação	<u>(2.125)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.866</u>

#### Passivo de arrendamento a pagar

Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	4.991
Pagamentos	<u>(2.340)</u>
Apropriação de juros	389
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>3.040</u>

Passivo circulante	2.195
Passivo não circulante	845

Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 1 a 3 anos e normalmente são renovados por pelo menos mais um período do contrato sem alterações relevantes em seus termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativos a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor, sendo que no exercício de 2019 as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 9,6% a.a., apurada com base em financiamentos que seriam requeridos em transações similares junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	<b>Pagamentos</b>	<b>Crédito potencial de PIS e COFINS</b>
Pagamentos mínimos em 2021	<b>865</b>	<b>80</b>
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	<b>(20)</b>	
Valor presente dos pagamentos mínimos	<b>845</b>	

### *Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019*

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia avaliou se os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal), representariam um impacto material sobre as demonstrações financeiras. Em função dos contratos de arrendamento terminarem ao longo do exercício de 2021, a Administração concluiu que não há efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras, e, portanto, não está apresentando o quadro dos saldos dos passivos de arrendamento e ativo por direito de uso comparando o fluxo real x taxa nominal com o fluxo nominal x taxa nominal.

## 11. Fornecedores

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Fornecedores nacionais	<b>8.199</b>	11.621	15.105
Mercadorias de terceiros	<b>176</b>	134	9
	<b>8.375</b>	<b>11.755</b>	15.114

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 12. Empréstimos

Instituição	Operação	Encargos efetivos	Vencimento	2019 (Reapresentado)
Itaú	Empréstimo - Res. 4131	0,98% a.a.	18/05/2020	<b>2.116</b>
Itaú	Empréstimo - Res. 4131	1,43% a.a.	27/07/2020	<b>3.084</b>
				<b>5.200</b>

A Companhia contratou linhas de financiamento externo na modalidade Resolução 4131, atrelados à variação do Euro, mais juros de 3 a 4% ao ano. Todas as operações estão protegidas da variação cambial por meio de derivativos (NDF) de mesmo montante e prazo.

Não houve pagamentos de juros referentes a essas operações em 2019. Não há cláusulas restritivas (*covenants*) associadas a estes empréstimos.

### 13. Receita diferida

	2019	2018	2017
Adiantamento de clientes	<b>5.950</b>	7.517	7.949
Vendas faturadas em trânsito	<b>5.877</b>	4.737	3.595
	<b>11.827</b>	12.254	11.544

Adiantamento a clientes refere-se a vendas realizadas nas plataformas de e-commerce que ainda não foram faturadas para os clientes.

Vendas faturadas em trânsito refere-se a vendas faturadas, mas que ainda não foram entregues aos clientes, estando em poder da transportadora ou em rota de entrega. Essas vendas são reconhecidas somente após a entrega efetiva aos clientes.



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 14. Obrigações tributárias

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)		
IPI	98	47	88
ICMS	761	821	1.021
PIS	97	88	134
COFINS	449	404	617
PIS e Cofins sobre despesas de propaganda (i)	1.389	1.230	1.195
Outros	11	10	9
	<b>2.805</b>	<b>2.600</b>	<b>3.064</b>
Passivo circulante	1.416	1.370	1.869
Passivo não circulante	1.389	1.230	1.195

(i) A Companhia está discutindo judicialmente o direito de crédito de PIS e Cofins sobre despesas de propaganda, e está depositando em juízo os montantes relativos a essa discussão. O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo não circulante refere-se substancialmente a esse tema.

#### 14.1. Imposto de renda e contribuição social

O saldo a pagar em imposto de renda e contribuição social totaliza R\$ 935 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 678 e R\$ 451 em 2018 e 2017, respectivamente).

A conciliação do imposto de renda e contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal é demonstrado como segue:

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.216)	4.532	3.176
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	413	(1.541)	(1.079)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:			
Despesas permanentemente indedutíveis	(118)	(96)	(72)
Utilização de prejuízos fiscais	-	655	201
Créditos fiscais diferidos não constituídos	(437)	(715)	9
Outros	(116)	(3)	147
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(258)	(1.700)	(794)
Alíquota efetiva	21%	-38%	-25%

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$41.680 (R\$45.275 e R\$49.602 em 2018 e 2017, respectivamente). Por não ter assegurada a realização desses prejuízos fiscais em exercícios futuros, a Companhia não constituiu os respectivos créditos fiscais diferidos.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais e constitui provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis.

#### Movimentação das provisões

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2017	-	470	470
Provisões	-	208	208
Pagamentos	-	(102)	(102)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	576	576
Provisões	300	1.205	1.505
Pagamentos	-	(103)	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	300	1.678	1.978
Provisões	<b>214</b>	<b>831</b>	<b>1.045</b>
Pagamentos	<b>(236)</b>	-	<b>(236)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	<b>278</b>	<b>2.509</b>	<b>2.787</b>

A provisão para demandas trabalhistas refere-se substancialmente a processos de ex-colaboradores e terceiros requerendo indenizações e verbas previdenciárias e riscos relacionados a vínculo empregatício.

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

#### Causas avaliadas como perda possível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhista	<b>259</b>	265	457
Cível	<b>2</b>	19	-
	<b>261</b>	284	457

A natureza das contingências não provisionadas são as mesmas para as quais foram efetuadas as provisões e descritas anteriormente, mudando apenas o prognóstico de perda nos processos.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o capital social era de R\$ 39.819, pertencente inteiramente a cotistas domiciliados no País, dividido em 39.819.144 quotas (71.172.000 ações quando da alteração para S.A. em setembro de 2020), no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, divididos da seguinte forma:

	Quantidade de ações			Valores		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Kedar Empreendimentos e Participações S.A.	<b>39.819.144</b>	39.819.144	-	<b>39.819</b>	39.819	-
VRB GMBH & CO. B-157 KG	-	-	39.819.143	-	-	39.819
BRILLANT 1256. GMBH	-	-	1	-	-	-
	<b>39.819.144</b>	39.819.144	39.819.144	<b>39.819</b>	39.819	39.819

Em 26 de outubro de 2018, as então sócias VRB GMBH & CO. B-157 KG e BRILLANT 1256. GMBH cederam e transferiram de pleno direito para a Kedar Empreendimentos e Participações S.A. ("Kedar"), por compra e venda pelo preço pactuado entre as partes, todas as quotas da Companhia.

#### b) Destinação do resultado

Como Eireli, a Companhia não tinha obrigações de destinações do resultado. A partir de 2020, com a mudança para sociedade anônima, a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social (Lei nº 6.404/76, artigo 193). A destinação dos dividendos será efetuada com base na Lei nº 6.404/76, sendo o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, após destinação da reserva legal.

### 17. Receita operacional líquida

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Receita bruta de vendas de mercadorias	<b>173.497</b>	162.594	157.664
Receita de intermediação de negócios	<b>4.023</b>	3.038	3.179
Cancelamentos e devoluções	<b>(9.186)</b>	(8.943)	(7.413)
Perdas e <i>chargeback</i> (i)	<b>(405)</b>	(1.614)	(1.622)
Impostos	<b>(37.023)</b>	(36.197)	(37.352)
	<b>130.906</b>	118.878	114.456

(i) As perdas por *chargeback* referem-se a vendas efetuadas através do cartão de crédito para as quais o titular do cartão não reconhece a transação e, portanto, são canceladas.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 18. Custo e despesas operacionais

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custo das mercadorias	<b>(70.490)</b>	(64.311)	(62.391)
Provisão para perdas dos estoques	<b>77</b>	(267)	(623)
Custos de armazenagem	<b>(276)</b>	(1.725)	(1.677)
Salários e encargos trabalhistas	<b>(24.542)</b>	(17.773)	(18.287)
Embalagens	<b>(1.967)</b>	(1.839)	(1.654)
Despesas com fretes e transportes	<b>(10.584)</b>	(9.639)	(8.599)
Produção e conteúdo	<b>(1.053)</b>	(536)	(579)
Despesas com marketing	<b>(2.694)</b>	(502)	(904)
Despesas com taxa de utilização de cartão de crédito	<b>(3.780)</b>	(3.287)	(3.142)
Custos logísticos	<b>(419)</b>	(440)	(353)
Gastos com prestadores de serviços	<b>(4.607)</b>	(5.682)	(4.111)
Depreciações e amortizações	<b>(2.856)</b>	(533)	(830)
Gasto com informática	<b>(1.792)</b>	(581)	(254)
Gastos com materiais de escritório	<b>(1.131)</b>	(893)	(620)
Outros custos e despesas (a)	<b>(2.910)</b>	(3.477)	(3.644)
	<b>(129.024)</b>	(111.485)	(107.668)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<b>(70.689)</b>	(66.303)	(64.691)
Despesas com vendas	<b>(32.241)</b>	(24.931)	(25.131)
Despesas gerais e administrativas	<b>(26.094)</b>	(20.251)	(17.846)
	<b>(129.024)</b>	(111.485)	(107.668)

(a) Refere-se a gastos com condomínio, energia elétrica, água, limpeza, manutenção das instalações e de equipamentos, entre outros.

### 19. Resultado financeiro

	2019	2018	2017
Receita financeira			
Rendimento sobre aplicações financeiras	<b>181</b>	20	37
Juros sobre mútuos a receber de partes relacionadas	-	62	125
Descontos obtidos	<b>408</b>	361	382
Ganho derivativo (NDF) sobre empréstimos	<b>32</b>	-	-
Outras receitas financeiras	<b>1</b>	-	-
	<b>622</b>	443	544
Despesas financeiras			
Juros sobre antecipação de recebíveis	<b>(2.874)</b>	(3.044)	(3.995)
Juros sobre contrato de arrendamento	<b>(389)</b>	-	-
Juros sobre empréstimo	<b>(42)</b>	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	<b>(86)</b>	-	-
Outras despesas financeiras	<b>(329)</b>	(260)	(161)
	<b>(3.720)</b>	(3.304)	(4.156)
	<b>(3.098)</b>	(2.861)	(3.612)

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 20. Partes relacionadas

	2019	2018	2017
Ativo circulante			
Mútuo a receber	-	-	5.125
Resultado financeiro			
Receita de juros sobre operação de mútuo	-	62	125

Em 3 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou um contrato de mútuo com a então controladora VRB GMBH & CO. B-157 KG, no valor de R\$5.000, remunerado pela variação da taxa internacional Libor mais 2,5% ao ano. Em 26 de outubro de 2018, mediante a venda da Companhia para os atuais controlares, o mútuo foi integralmente recebido.

#### Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore, remuneração variável anual e plano de saúde, conforme abaixo:

	2019	2018	2017
Remuneração fixa anual	1.683	1.729	2.195
Benefícios	108	114	158
Bônus anual	820	566	962
	<b>2.611</b>	<b>2.409</b>	<b>3.315</b>

### 21. Resultado por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia atribuível aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018	2017
(Prejuízo) lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(1.474)	2.832	2.382
Quantidade média ponderada de ações no exercício	71.172.000	71.172.000	71.172.000
(Prejuízo) lucro líquido por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	<b>(0,0207)</b>	0,0398	0,0335

Conforme mencionado na nota explicativa 24, os sócios aprovaram em 29 de setembro de 2020 a conversão das quotas da Companhia em ações. As 39.819.144 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão de 1 quota para 1,7874 ações, resultando em 71.172.000 ações. Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do resultado básico e diluído por ação foram ajustados retrospectivamente para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 para refletir o novo número de ações resultantes do grupamento mencionado no parágrafo anterior.

A Companhia não possuía instrumentos dilutivos do lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

#### Valor justo hierárquico

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:

*Nível 1:* a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

*Nível 2:* a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).

*Nível 3:* a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos por categoria:

	<u>Classificação por categoria</u>	<u>Hierarquia de valor justo</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>4.336</b>	4.310	1.228
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>68</b>	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	<b>32</b>	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	<b>7.745</b>	6.266	5.339
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	5.125
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	<b>1.592</b>	1.388	1.382
			<b>13.773</b>	11.964	13.074
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	-	<b>8.375</b>	11.755	15.114
Empréstimos	Custo amortizado	-	<b>5.200</b>	-	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	<b>3.040</b>	-	-
			<b>16.615</b>	11.755	15.114

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 22.2. Gestão de risco

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia dos riscos de mercado.

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	<b>(4.336)</b>	(4.310)	(1.228)
Aplicações financeiras	<b>(68)</b>	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	<b>(32)</b>	-	-
Partes relacionadas	-	-	(5.125)
Empréstimos e financiamentos	<b>5.200</b>	-	-
Passivo de arrendamento	<b>3.040</b>	-	-
Dívida líquida	<b>3.804</b>	(4.310)	(6.353)
Total do patrimônio líquido	<b>(8.545)</b>	(7.071)	(9.903)
Índice de alavancagem (%)	<b>(45%)</b>	61%	64%

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

### a) *Riscos de mercado*

#### Risco cambial

Atualmente a Companhia detém passivos em moeda estrangeira registrados na rubrica de empréstimos. Os empréstimos captados pela Companhia em 2019 são todos em moeda estrangeira (Euros). Por meio da contratação de derivativos, a Administração atrelou os empréstimos a uma taxa pré-fixada em Reais, mitigando a exposição cambial para a Companhia.

#### Risco de juros

A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto aos maiores bancos do Brasil. Conforme citado anteriormente, devido às operações com derivativos, os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2019 eram pré-fixados, não estando, portanto, sujeitos a flutuação de taxas.

Dessa forma, a única exposição da Companhia à flutuação de taxas de juros se refere ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A análise de sensibilidade dos juros sobre aplicações financeiras é como segue:

	Risco	2019	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável (i)	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta CDI	3.568	CDI	159	198	238

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2019 (4,45% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 27 de dezembro de 2019 (4,50% a.a.).

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de



## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

### b) Risco de liquidez

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.

O quadro abaixo demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das demonstrações financeiras e a data contratual do vencimento.

<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	8.375	-	8.375
Passivo de arrendamento	845	2.195	3.040
Empréstimos e financiamentos	5.200	-	5.200
	<u>14.420</u>	<u>2.195</u>	<u>16.615</u>

<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	11.755	-	11.755

<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	15.063	-	15.063

### 22.3. Derivativos

Conforme citado anteriormente, a Companhia captou durante o exercício de 2019 empréstimos em moeda estrangeira e celebrou contratos de *non deliverable forward* (NDF), para efetuar a troca de exposição ao Euro mais *spread* por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não foram designados como *hedges* de fluxo de caixa, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo desses derivativos resultou num ganho de R\$32, reconhecido no resultado financeiro.

### 22.4. Mudanças nas atividades de financiamento

	2019							
	01/01/2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Varição cambial	Valor justo	Juros	31/12/2019
Passivo de arrendamento	4.991	(2.221)	(119)	-	-	-	389	3.040
Empréstimos	-	-	-	5.072	86	-	42	5.200
Derivativos (ativo)	-	-	-	-	-	(32)	-	(32)
Total líquido	<u>4.991</u>	<u>(2.221)</u>	<u>(119)</u>	<u>5.072</u>	<u>86</u>	<u>(32)</u>	<u>431</u>	<u>8.208</u>

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### 23. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) (Apólice: 02852.2019.0001.0310.0000816) Allianz Seguros S.A.	01/08/2019	27/04/2020	25.000
Seguro Empresarial - Matriz Westwing (Apólice: 1.180.021.153) Chubb Seguros do Brasil S.A.	16/01/2019	16/01/2020	9.500
Seguro Empresarial - Studio Westwing (Apólice: 1.180.021.283) Chubb Seguros do Brasil S.A.	17/01/2019	16/01/2020	1.048
Seguro Empresarial - Armazém Westwing (Apólice: 01180116239) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	31/05/2019	31/05/2020	8.000
Seguro Empresarial - Salas 23 e 24 Westwing (Apólice: 118 49 4003617) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	29/11/2019	29/11/2020	880
Seguro Empresarial - Matriz Westwing (Apólice:0746.40.36.532-7) Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	29/05/2019	27/05/2020	259

### 24. Eventos subsequentes

#### Captações

A Companhia em janeiro de 2020, realizou captação junto ao Banco Itaú de empréstimo – Resolução 4131, no valor de R\$5.007, denominado em Euros, mais 4,01% ao ano, com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2021. A Companhia contratou, com mesmos valores e prazos, NDFs para proteção da variação cambial.

Em 23 de março de 2020 a Companhia contratou uma operação de capital de giro junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$1.400, remunerado por CDI mais 0,43% ao mês, com carência de 3 meses e amortização em 33 parcelas.

## Westwing Comércio Varejista S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus (Covid-19) configura uma pandemia em escala global. A pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e dificuldades da cadeia de suprimentos, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia.

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo Covid-19 em suas operações, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, para permitir que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) alinhamento de estruturação e logística com nossos fornecedores, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (iv) emprego de *home-office* para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e
- (v) para os funcionários que trabalham no centro de distribuição, a Companhia implantou os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- (i) Valor de recuperação dos estoques;
- (ii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente;
- (iii) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso.

Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2020. Portanto, não foram identificados impactos na realização dos ativos da Companhia oriundos da Covid-19.

### Alteração da Companhia de Eireli para Sociedade por Ações

Os sócios quotistas aprovaram em 29 de setembro de 2020 a conversão das quotas da Companhia em ações. Neste ato, as 39.819.144 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão de 1 quota para 1,7874 ações, portanto convertidas em 71.172.000 ações, transformando a Companhia de Eireli numa Sociedade por Ações, e alteração da razão social para Westwing Comércio Varejista S.A.

## **Westwing Comércio Varejista S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

### Incorporação reversa de controladora direta

Em assembleia geral e extraordinária realizada 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a incorporação reversa de sua controladora direta Kedar Empreendimentos e Participações S.A. O acervo líquido incorporado foi avaliado pelo valor contábil, no montante de R\$ 405.

### Plano de remuneração baseado em ações

Em 23 de novembro de 2020 e 1 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contratos de compromisso de pagamento a consultores por serviços prestados. O pagamento está condicionado à ocorrência dos seguintes eventos de liquidez: (i) alienação total das ações de emissão da Companhia a terceiros; (ii) alienação do controle direto da Companhia a terceiros; ou (iii) oferta pública de ações.

O pagamento será efetuado com base na diferença entre o preço da venda das ações apurado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos. O valor justo estimado para ambos os contratos é de aproximadamente R\$20 milhões.

Em novembro também foi outorgado aos principais executivos opções de compra de ações da Westwing que contempla o direito de adquirir 2.395.634 ações a um preço de exercício de R\$ 0,50. O direito de compra inicia em dezembro de 2020 e a cada trimestre será realizado um novo vesting. O período de maturação se encerra em 30 de junho de 2024.

### Liquidação de empréstimos

Em 8 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal, pelo valor de R\$ 1.148.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Finalizamos o ano de 2019 dando continuidade ao histórico de crescimento verificado nos anos anteriores atingindo uma receita bruta de R\$ 173,5 milhões representando um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. A receita líquida foi de R\$ 130,9 milhões, 10,12% superior ao verificado em 2018. O Lucro bruto foi de R\$ 60,2 milhões. Nosso Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) foi de R\$ 4,76 milhões e o Ebitda ajustado, que desconsidera as despesas consideradas não recorrentes, foi de R\$ 5,85 milhões, representando uma margem de 4,5%. Neste período registramos prejuízo de R\$ 1,4 milhão.

Em outubro de 2018 o Axxon Group, fundo de Private Equity, comprou 100% da Companhia e o ano de 2019 foi marcado por ações voltadas para suportar o crescimento do negócio. Dentre essas ações podemos destacar ampliação da estrutura de TI, para permitir a constante melhoria e desenvolvimentos de novas funcionalidades em nossas ferramentas de *e-commerce*, e retomada dos níveis de investimentos em marketing, o que permitirá atrair novos clientes para a base suportando o crescimento esperado para os próximos anos.

No modelo de negócios que denominamos de *Club*, a Companhia ampliou a comercialização de produtos de qualidade e com muita diversificação, fruto do modelo de negócios que permite ofertar em seu site diversos produtos diariamente sem a necessidade de constituir estoque. O modelo de vendas é baseado em curadorias, e todos os dias são lançadas cerca de seis novas campanhas com quantidade de produtos que pode variar entre 50 e 400 a cada dia.

Ainda em 2019 aprovamos o plano de negócios de um novo modelo que funcionará em paralelo ao modelo de negócio atual, que recebeu o nome de Westwing Now, e que será focado na comercialização de mercadorias advindas de um sortimento mais fixo, privilegiando o prazo de entrega.

### Desempenho até 30/092020

#### Receita Bruta

Iniciamos o ano de 2020 apresentando crescimento em relação ao ano anterior e que foi ainda mais acentuado a partir de abril, com o expressivo crescimento do mercado de *e-commerce*. Apresentamos crescimento nas linhas de negócio Club e Market Place. A nossa única loja física apresentou retração em razão do período em que permaneceu fechada devido a pandemia do Covid-19.

Modalidade	Crescimento 3T 2020 x 3T 2019
Club	61,8%
Market Place	232,8%
Loja Física	-6,4%
Now (*)	n/a

Modalidade	Participação
Club	84,8%
Market Place	7,5%
Loja Física	0,6%
Now (*)	7,1%

(\*) Lançado em março de 2020.

O crescimento apresentado refletiu positivamente nos demais indicadores de desempenho onde podemos indicar a margem de Ebitda de 6,3% contra 3,7% no mesmo período do ano anterior.

### Desempenho Operacional

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Receita Bruta	226.835	125.608	177.520	165.632	160.843
Receita Líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Lucro Bruto	78.429	42.109	60.217	52.575	49.765
Ebitda Ajustado	10.595	3.589	5.846	10.514	8.038
Margem	6,3%	3,9%	4,5%	8,8%	7,0%

**Ebitda e Ebitda Ajustado**

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pela depreciação e amortização. A conciliação do lucro líquido (prejuízo) contábil e o Ebitda e Ebitda Ajustado é demonstrado como segue:

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do período	17.058	(941)	(1.474)	2.832	2.382
Ajustado por:					
Resultado financeiro, líquido	4.530	2.290	3.098	2.861	3.612
Imposto de renda e contribuição social	(13.979)	60	258	1.700	794
Depreciação e amortização	2.751	2.180	2.880	547	829
<b>Ebitda</b>	<b>10.360</b>	<b>3.589</b>	<b>4.762</b>	<b>7.940</b>	<b>7.617</b>
Margem EBITDA	6,2%	3,9%	3,6%	6,7%	6,7%
Ajustes ao Ebitda (*)	184	-	1.084	2.574	421
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>10.595</b>	<b>3.589</b>	<b>5.846</b>	<b>10.514</b>	<b>8.038</b>
Margem EBITDA Ajustado	6,3%	3,9%	4,5%	8,8%	7,0%

(\*) Referem-se a despesas consideradas não recorrentes. Em 2017 são despesas relacionadas à rescisão do Co-CEO da Companhia; para o ano de 2018 e 2019 são despesas substancialmente referentes aos custos da transação de venda para o Axxon Group; e em 2020 referem-se a custos relacionados a intenção de abertura de capital.

O EBITDA ajustado, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, atingiu R\$ 10,6 milhões vs. R\$ 3,4 milhões no mesmo período de 2019. A margem EBITDA Ajustado do período foi de 6,3% contra 3,7% no mesmo período de 2019.

**Demonstrações de Resultado**

	3T 2020	3T 2019	2019	2018	2017
Receita bruta	226.835	125.608	177.520	165.632	160.843
Receita líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Custo das mercadorias vendidas	(89.437)	(51.051)	(70.689)	(66.303)	(64.691)
<b>Lucro bruto</b>	<b>78.429</b>	<b>42.109</b>	<b>60.217</b>	<b>52.575</b>	<b>49.765</b>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(43.562)	(22.538)	(32.241)	(24.931)	(25.131)
Despesas gerais e administrativas	(27.258)	(18.152)	(26.094)	(20.251)	(17.846)
Outras receitas operacionais	-	(10)	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	7.609	1.409	1.882	7.393	6.788
Receitas financeiras	4.311	413	622	443	544
Despesas financeiras	(8.841)	(2.703)	(3.720)	(3.304)	(4.156)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.079	(881)	(1.216)	4.532	3.176
Imposto de renda e contribuição social	13.979	(60)	(258)	(1.700)	(794)
<b>Lucro líquido (prejuízo) de exercício</b>	<b>17.058</b>	<b>(941)</b>	<b>(1.474)</b>	<b>2.832</b>	<b>2.382</b>

Até setembro de 2020 a Companhia apresentou crescimento de 80,8% nas receitas em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação a margem, também apresentou um aumento. A margem acumulada até 30 de setembro de 2020 foi de 46,7% contra 45,2% no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019. O Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social foi de 4,53% da receita líquida no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 contra 1,51% no mesmo período de 2019.

Com o cenário de lucratividade deste ano e previsto para os próximos anos, constituímos o imposto de renda e contribuição social diferido no montante de R\$ 15,7 milhões.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

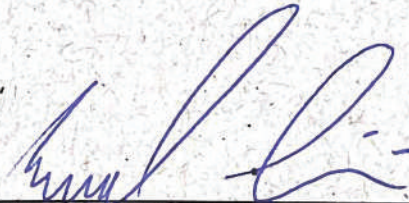
Em conformidade com a instrução da CVM nº 381/037, a Companhia consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei nº 9.295/46 e alterações posteriores, inclusive o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços, e nem mesmo, terem participado da função de gestão da Companhia.

Em relação ao artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03 cabe informar que em outubro de 2020 contratamos a Ernst & Young para revisão dos cálculos de imposto de renda e contribuição social, elaborados pela Companhia, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019. O referido escopo foi de revisão independente (*compliance*) das apurações de imposto de renda e contribuição social e, portanto, não afetam a independência dos auditores. Os honorários para essa atividade foram de R\$ 67.500,00.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores

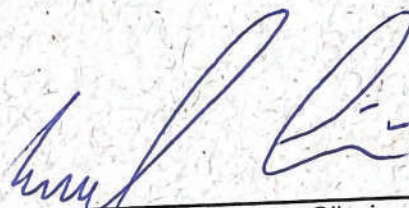
**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que: reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores



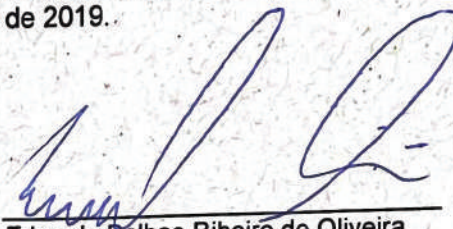
**Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Westwing Comércio Varejista S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre A 5º andar - Vila Hamburguesa, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 14.776.142/0001-50 ("Companhia"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.



Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo  
Diretor Presidente



Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira  
Diretor de Relação com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

### 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

### 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

### 3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

### 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	63
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	64
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	71
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	72
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	73
4.7 - Outras Contingências Relevantes	74

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	76
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	77
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	83
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	84
5.4 - Programa de Integridade	88
5.5 - Alterações significativas	90
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	91
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	94
6.3 - Breve Histórico	95
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	96
6.6 - Outras Informações Relevantes	97
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	98
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	117
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	118
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	119
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	129
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	130
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	136
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	137
7.8 - Políticas Socioambientais	138
7.9 - Outras Informações Relevantes	139
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	140
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	141

## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	142
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	143
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	144
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	145
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	146
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	156
9.2 - Outras Informações Relevantes	157
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	158
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	180
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	182
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	183
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	184
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	186
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	187
10.8 - Plano de Negócios	188
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	190
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	192
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	193
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	194
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	201
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	205
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	207

## Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	208
12.7/8 - Composição Dos Comitês	213
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	215
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	216
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	219
12.12 - Outras informações relevantes	220
<b>13. Remuneração Dos Administradores</b>	
13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	223
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	226
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	230
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	234
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	240
13.6 - Opções em Aberto	242
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	243
13.8 - Precificação Das Ações/opções	244
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	246
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	247
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	248
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	249
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	250
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	251
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	252
13.16 - Outras Informações Relevantes	253
<b>14. Recursos Humanos</b>	
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	255



## Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	257
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	258
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	260
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	261
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	262
15.3 - Distribuição de Capital	265
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	266
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	267
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	268
15.7 - Principais Operações Societárias	269
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	272
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	273
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	275
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	276
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	278
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	279
17.2 - Aumentos do Capital Social	280
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	281
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	282
17.5 - Outras Informações Relevantes	283
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	284

## Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	285
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	286
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	287
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	288
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	289
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	290
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	291
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	292
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	293
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	294
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	295
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	296
<b>19. Planos de Recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	297
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	298
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	299
<b>20. Política de Negociação</b>	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	300
20.2 - Outras Informações Relevantes	301
<b>21. Política de Divulgação</b>	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	302
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	303
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	307
21.4 - Outras Informações Relevantes	308

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

### 1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

*CAC*

---

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

### O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**

#### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores**

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	22/09/2020		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais referentes aos trimestres findos em 30 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, e das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; e (ii) emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$282,1 mil.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Wilson José Ozório Moraes	22/09/2020	042.430.277-22	Praia de Botafogo, 370, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (21) 32637000, e-mail: Wilson.Moraes@br.ey.com

## **2.3 - Outras Informações Relevantes**

### **2.3 - Outras Informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.



**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	8.918.000,00	-8.545.000,00	-7.071.000,00	-9.903.000,00
Ativo Total	107.699.000,00	30.680.000,00	25.120.000,00	22.951.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	167.866.000,00	130.906.000,00	118.878.000,00	114.456.000,00
Resultado Bruto	78.429.000,00	60.217.000,00	52.575.000,00	49.765.000,00
Resultado Líquido	17.058.000,00	-1.474.000,00	2.832.000,00	2.382.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	71.577.000	71.172.000	71.172.000	71.172.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,125300	-0,120100	-0,099400	-0,139100
Resultado Básico por Ação	0,239700	-0,020700	0,039800	0,033500
Resultado Diluído por Ação	0,24	-0,02	0,04	0,03

## 3.2 - Medições Não Contábeis

### 3.2 - Medições não contábeis

#### (a) valor das medições não contábeis

#### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e de 2019 e nos três últimos exercícios sociais:

Medições não contábeis	Últimos 12 meses findos em setembro de 2020	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)						
<b>EBITDA</b>	<b>12.312</b>	<b>10.360</b>	<b>2.810</b>	<b>4.762</b>	<b>7.940</b>	<b>7.617</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,2%</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,6%</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,7%</b>

#### Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é representada pela soma (i) dos empréstimos (circulante e não circulante), e (ii) Passivo de arrendamento (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira; instrumentos derivativos (ativo) e do mútuo com partes relacionadas.

A tabela abaixo apresenta valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida, para os períodos de doze meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para os três últimos exercícios sociais:

Medições não contábeis	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020		2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)					
<b>Dívida Líquida</b>	<b>38.800</b>		<b>(3.804)</b>	<b>4.310</b>	<b>6.353</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(14.746)</b>		<b>(8.240)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### (b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA apresentados pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e de 2019 e nos três últimos exercícios sociais:

Cálculo do EBITDA	Últimos 12 meses findos em setembro de 2020 <sup>(1)</sup>	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)						
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício</b>	<b>16.602</b>	<b>17.058</b>	<b>(1.018)</b>	<b>(1.474)</b>	<b>2.832</b>	<b>2.382</b>
(+) Resultado financeiro líquido	5.338	4.530	2.290	3.098	2.861	3.612
(+) Depreciação e amortização	3.451	2.751	2.180	2.880	547	829
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(13.079)	(13.979)	(642)	258	1.700	794
<b>EBITDA</b>	<b>12.312</b>	<b>10.360</b>	<b>2.810</b>	<b>4.762</b>	<b>7.940</b>	<b>7.617</b>
Receita operacional líquida	205.612	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
<b>Margem EBITDA</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,2%</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,6%</b>	<b>6,7%</b>	<b>6,7%</b>

<sup>(1)</sup> Para os saldos em 30 de setembro de 2020, é aplicável o conceito de *Last Twelve Months* ("LTM"), ou últimos doze meses, que compreende o período de 01 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

<sup>(2)</sup> Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isto, algumas informações financeiras não são comparativas com aquelas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e informações trimestrais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento. Os efeitos dos juros de arrendamento e depreciação do direito de uso relacionados à implementação do IFRS 16/CPC 06(R2) foram de, respectivamente, R\$389 mil e R\$2.125 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$261 mil e R\$1.932 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e de R\$115 mil e R\$1.737 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

##### Dívida Bruta e Dívida Líquida

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Empréstimos (circulante e não circulante)	(12.989)	(5.200)	-	-
Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	(1.757)	(3.040)	-	-
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(14.746)</b>	<b>(8.240)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa	52.462	4.336	4.310	1.228
Aplicações financeiras	152	68	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	932	32	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	5.125
<b>Dívida Líquida</b>	<b>38.800</b>	<b>(3.804)</b>	<b>4.310</b>	<b>6.353</b>

## 3.2 - Medições Não Contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

### **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas pelos nossos auditores.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB (“**IFRS**”), e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos que afetam nossos lucros.

### **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras Companhias podem calcular a Dívida Bruta, Dívida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

##### Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020

##### *Liquidação de empréstimos*

Em 11 de janeiro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal pelo valor de R\$ 1.148 mil. Para maiores informações sobre a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal, veja o item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

##### *Contratos de Compromisso de Pagamento*

Em 23 de novembro de 2020 e 1º de dezembro de 2020, Companhia assinou contratos de compromisso de pagamento a consultores por serviços prestados, sendo os pagamentos condicionados à ocorrência dos seguintes eventos de liquidez: (i) alienação total das ações de emissão da Companhia a terceiros; (ii) alienação do controle direto da Companhia a terceiros; ou (iii) oferta pública de ações.

Os pagamentos serão efetuados com base na diferença entre o preço da venda das ações realizado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos. O valor justo estimado para as remunerações atreladas a evento de liquidez é de R\$ 20 milhões. No entanto, e dado à alea a que sujeitam os pagamentos, em valor derivado do preço de mercado apurado da Companhia, tal a remuneração pode variar entre R\$ 18 milhões a R\$30 milhões. Para maiores informações sobre esses instrumentos, veja item 3.9 deste Formulário de Referência.

##### *Plano de remuneração baseado em ações*

Em novembro também foi outorgado aos principais executivos opções de compra de ações da Westwing que contempla o direito de adquirir 2.395.634 ações a um preço de exercício de R\$ 0,50. O direito de compra inicia em dezembro de 2020 e a cada trimestre será realizado um novo *vesting*. O período de maturação se encerra em 30 de junho de 2024. Para maiores informações sobre os planos de remuneração baseados em ações da Companhia, veja itens 13.4 ao 13.8 deste Formulário de Referência.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

#### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era constituída sob a forma de empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI e adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas na Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e em seu contrato social, que previa que o lucro do exercício social terá a destinação determinada pela titular da Companhia.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações, aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era constituída sob a forma de sociedade limitada e adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações, aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.
<b>a.i. valores das retenções de lucros</b>	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.	Retenção do lucro líquido no valor de R\$2.832 mil apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.	Retenção do lucro líquido no valor de R\$2.382 mil apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou prejuízo e não houve retenção de lucros.	Retenção de 100% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.	Retenção de 100% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2019, o contrato social da Companhia previa que o lucro do exercício social terá a destinação determinada pela titular da Companhia. Além disso, o contrato social da Companhia previa que a Companhia poderia elaborar balanços semestrais ou menores períodos a fim de determinar ou alocar o resultado encontrado em tais períodos, e qualquer lucro poderia ser distribuído ao titular da Companhia.  Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em razão de prejuízo no exercício.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como prática de distribuição de dividendos as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.  Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão da retenção do lucro líquido pela Companhia para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como prática de distribuição de dividendos as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.  Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em razão da retenção do lucro líquido pela Companhia para compensação de prejuízo apurado em exercícios sociais anteriores.
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como prática de retenção de lucros as previsões contidas no Código Civil e em seu contrato social, que previa que o lucro do exercício social terá a	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como prática de distribuição de dividendos as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como prática de distribuição de dividendos as previsões contidas em seu contrato social e na Lei das Sociedades por Ações aplicável supletivamente à Companhia, que prevê que a destinação do lucro líquido do

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
	<p>destinação determinada pela titular da Companhia.</p> <p>Além disso, o contrato social da Companhia previa que a Companhia poderia elaborar balanços semestrais ou menores períodos a fim de determinar ou alocar o resultado encontrado em tais períodos, e qualquer lucro poderia ser distribuído ao titular da Companhia.</p>	<p>exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto em seu contrato social, a Companhia poderia elaborar balanços semestrais ou em menor período a fim de determinar ou alocar os resultados de tais períodos, e qualquer lucro poderia ser distribuído aos sócios após deliberação de sócios representando a maioria do capital social da Companhia.</p>	<p>exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócios representando a maioria do capital social, podendo os lucros serem distribuídos proporcionalmente ou não à participação de cada sócio.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto em seu contrato social, a Companhia poderia elaborar balanços semestrais ou em menor período a fim de determinar ou alocar os resultados de tais períodos, e qualquer lucro poderia ser distribuído aos sócios após deliberação de sócios representando a maioria do capital social da Companhia.</p>
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto no Código Civil e no contrato social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto no Código Civil, na Lei das Sociedades por Ações e no contrato social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto no Código Civil, na Lei das Sociedades por Ações e no contrato social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
<b>e. política de destinação de resultados</b>	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

**3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção		28/02/2019	03/04/2020	17/01/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	



### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

#### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>30/09/2020</b>	98.781.000,00	Índice de Endividamento	11,07658670	
<b>31/12/2019</b>	39.225.000,00	Índice de Endividamento	4,59040400	

**3.8 - Obrigações**

<b>Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		9.651.000,00	5.084.000,00	0,00	0,00	14.735.000,00
<b>Total</b>			9.651.000,00	5.084.000,00	0,00	0,00	14.735.000,00
<b>Observação</b>							
Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de Empréstimos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) apresentadas nas Informações Trimestrais – ITR da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.							

<b>Exercício social (31/12/2019)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		7.395.000,00	844.000,00	0,00	0,00	8.239.000,00
<b>Total</b>			7.395.000,00	844.000,00	0,00	0,00	8.239.000,00
<b>Observação</b>							
Os saldos apresentados acima referem-se às rubricas de Empréstimos (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante) apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.							

### 3.9 - Outras Informações Relevantes

#### 3.9 - Outras informações relevantes

Para mais informações sobre empréstimos, e outras obrigações da Companhia, incluindo a existência de disposições sobre *cross-default* nos contratos e valores mobiliários representativos de dívida da Companhia ou de suas controladas, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

#### Informações adicionais ao item 3.3

A Companhia celebrou Termos de Compromisso e Assunção de Obrigações com a Tatix Comércio e Participações Ltda., detentora de 1,40% do capital social da Companhia, e com a sociedade SCO Assessoria & Consultoria Ltda. para o pagamentos a serem realizados para consultores por serviços prestados, sendo tais pagamentos condicionados à ocorrência dos seguintes eventos de liquidez: (i) alienação total das ações de emissão da Companhia a terceiros; (ii) alienação do controle direto da Companhia a terceiros; ou (iii) oferta pública de ações.

Conforme detalhado no item 10.6 deste Formulário de Referência, os pagamentos relativos a tais prestações de serviços serão efetuados com base na diferença entre o preço da venda das ações realizado no evento de liquidez e o preço base determinados nos respectivos contratos. O valor justo estimado para as remunerações atreladas a evento de liquidez é de R\$ 20 milhões. No entanto, e dado à alea a que sujeitam os pagamentos, em valor derivado do preço de mercado apurado da Companhia, tal a remuneração pode variar entre R\$ 18 milhões a R\$30 milhões.

Para fins de transparência, cumpre esclarecer que a Tatix Comércio e Participações Ltda. é sociedade controlada pela TTX Planejamento e Participações Ltda. (detentora de 95% do seu capital social); e esta, por sua vez, é controlada pelo Sr. Luís Fernando Simão Miller (detentor de 54% do seu capital social).

A Tatix Comércio e Participações Ltda. possui como objeto social, dentre outras atividades, a prestação de serviços de tecnologia de informação, consultoria em tecnologia da informação e consultoria em gestão empresarial, bem como o comércio varejista de produtos de diversos segmentos. Deste modo, seu objeto social demonstra adequação e aptidão desta sociedade aos serviços contratados pela Companhia, quais sejam: (a) à produção de estudos e apresentação de recomendações para melhoria e aprimoramento da gestão da Companhia nas áreas de tecnologia, logística e marketing; e (b) à assessoria na escolha e treinamento de membros da equipe de gestão da Companhia.

No tocante à SCO Assessoria & Consultoria Ltda., trata-se de sociedade da qual é sócio minoritário um ex executivo, que ocupava o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, tendo sido o respectivo contrato celebrado posteriormente à sua renúncia (consignada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2020).

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive em decorrência dos impactos da pandemia do COVID-19. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

#### (a) à Companhia

##### ***Os titulares das ações da Companhia podem não receber dividendos.***

De acordo como disposto no Estatuto Social, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Não obstante, o resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados (tal como ocorrido nos últimos três exercícios sociais – conforme detalhado no item 10.1, alínea (h) deste Formulário de Referência) ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, a Companhia não pagará quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia.

##### ***As operações da Companhia dependem da reputação de sua marca, podendo o dano à imagem e reputação destes produzir efeito adverso nos resultados da Companhia.***

O sucesso da Companhia depende, entre outros fatores, de sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação da marca “Westwing”. Manter uma marca forte é essencial para o setor de *home & living* on-line. Eventos que prejudiquem de modo relevante a marca da Companhia podem causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A marca da Companhia desempenha um papel relevante na manutenção do seu crescimento e de sua posição competitiva. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento de sua marca. Para manter sua marca bem posicionada nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de: (i) combinar produtos atrativos à preços atrativos; (ii) apresentar e divulgar os produtos como parte de uma experiência de compras conveniente; (iii) atividades de promoção da marca; (iv) manter sua reputação; (v) reter clientes; (vi) aumentar a satisfação dos clientes; (vii) manter bom relacionamento com fornecedores; (viii) gerenciar seus canais de venda e a tecnologia disponível; e (ix) manter e melhorar sua eficiência, confiança e qualidade.

Além disso, a marca da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgastes e desvalorização caso surjam quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, atendimento esperado, qualidade dos produtos, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem de lucro, causando efeito adverso relevante nos resultados financeiros e na imagem da Companhia.

Em 8 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu o direito de uso da marca Westwing em todo o território da América Latina, por prazo indeterminado e sem condições de rescisão. A Companhia firmou contrato de não concorrência com a Westwing Alemanha, o qual proíbe a Companhia de utilizar a marca em todo território Europeu, e, desta forma, a Companhia não poderá expandir seus negócios para o território Europeu.

Westwing Group AG é uma entidade legal separada da Companhia e opera de forma totalmente independente. No entanto, qualquer publicidade negativa ou comentários sobre o Westwing Group AG e/ou outras empresas controladas ou relacionadas ao Westwing Group AG em todo o mundo, sobre as quais não temos controle, podem ter um efeito adverso sobre a marca Westwing usada no Brasil. Além disso, qualquer evento social, político ou econômico negativo relacionado à Europa, em particular à Alemanha, com efeitos no Brasil também pode ter um efeito adverso no valor da marca.

A Companhia utiliza mídias sociais para a promoção de sua marca e esforços de marketing. Qualquer publicidade negativa pode ser acelerada ou exacerbada por meio de mídias sociais, em razão de sua ampla acessibilidade e repercussão imediata. Qualquer publicidade negativa, mesmo que factualmente incorreta ou baseada em incidentes isolados, pode prejudicar a reputação da Companhia, diminuir o valor de suas marcas, e abalar a confiança e credibilidade da Companhia, bem como sua capacidade de atrair novos clientes ou reter clientes existentes. Dado caráter instantâneo das comunicações por mídias sociais, a Companhia pode não ser capaz de reagir à publicidade negativa de modo tempestivo. Qualquer dano à imagem e reputação da Companhia poderão resultar na redução do volume das vendas e/ou da receita, impactando negativamente os seus resultados operacionais e financeiros.

Caso os consumidores e clientes da Companhia percebam ou experimentem uma redução na qualidade dos produtos, ou, por qualquer motivo, acreditem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, o valor de suas marcas pode ser impactado, o que pode afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Problemas nos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, podem impactar adversamente as operações da Companhia.***

As operações da Companhia dependem, em grande parte, do seu sistema de informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes e, principalmente, na realização de vendas e estratégia de marketing. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, ou ainda, resultar em eventual perda de confidencialidade ou integridade das informações lá armazenadas.

A possibilidade de ocorrência de tais problemas é exacerbada durante a atual pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os empregados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, inclusive através de interrupções na realização de vendas eletrônicas, que configuram a principal atividade da Companhia, as operações da Companhia e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, suas operações podem ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

O sucesso e habilidade da Companhia de oferecer produtos e serviços online e de alta qualidade dependem da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de tecnologia da informação e nos sistemas de computação da Companhia que impeça a operação efetiva ou a integração a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência, podem causar a indisponibilidade da plataforma da Companhia, afetar a efetivação de pedidos de compras e vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à performance da Companhia. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance da Companhia, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de back-up para determinados aspectos das operações da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Fatores que podem ocorrer e prejudicar significativamente as operações da Companhia, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também podem causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, situações de litígio e responsabilização. Atualmente, a Companhia não possui seguros de interrupção de negócios contratados para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, os resultados de operações da Companhia podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Falhas no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus clientes, inclusive dados pessoais, e de sua rede podem prejudicar sua reputação e marca e afetar substancialmente os negócios se os resultados das operações da Companhia.***

Eventual falha da Companhia em impedir violações de segurança, na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a reputação e a marca da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia. A possibilidade de ocorrência de uma falha é exacerbada durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os empregados da Companhia, que aumenta o risco de ataques cibernéticos. Cabe destacar que a Companhia não possui apólice de seguro que cubra ataques cibernéticos.

A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizado nas transações efetuadas em seu website. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia utiliza para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, a Companhia está suscetível a usos impróprios ou ilegais, incluindo nos meios de pagamento aceitos pela Companhia, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, a Companhia armazena dados que contém detalhadas informações demográficas e de compras e/ou vendas de cada um de seus clientes em seu banco de dados, hospedado em sua intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento da segurança da Companhia pode prejudicar sua reputação e marca e expor a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente os seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança da Companhia poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita às leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, clientes ou empregados, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que podem aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para o exercício de suas atividades, a Companhia também pode incorrer em perdas financeiras devido a impactos decorrentes de dificuldades técnicas em suas operações. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo, crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir nas operações da Companhia. Qualquer ocorrência dessa natureza pode resultar em um efeito material adverso sobre os negócios e causar danos à reputação e marca da Companhia, e em seus resultados operacionais e financeiros.

Qualquer falha de segurança ou no sistema da Companhia que acarretem a perda de dados de clientes ativos ou clientes não cadastrados, pode acarretar responsabilidade para a Companhia e consequentemente em processos judiciais, podendo resultar em perdas financeiras e prejuízos à imagem e reputação da Companhia.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Falhas de segurança que acarretem na perda de dados e informações podem, ainda, além de impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (o Marco Civil da Internet, “MCI”). Ainda, eventuais falhas em armazenar dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia pode dificultar ou impedir a defesa de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

***O crescimento da Companhia está sujeito a riscos e desafios e a Companhia pode não ser capaz de gerenciar seu crescimento de maneira eficaz.***

A estratégia da Companhia é expandir seus negócios on-line no setor de *home & living* e adentrar novos mercados geográficos. Em caso de crescimento significativo, a plataforma atual da Companhia pode tornar-se insuficiente para seus negócios. O crescimento contínuo da Companhia pode requerer mais fornecedores, expansão e melhoria de sua plataforma, sistemas, infraestrutura, logística, distribuição, atendimento ao consumidor, processos financeiros, contábeis e de *compliance*, controles internos e relatórios financeiros. A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna. Caso a Companhia não tenha sucesso em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, ela pode ser obrigada a desacelerar seu crescimento ou estar sujeita a interrupções temporárias, o que pode impactar suas operações e sua posição no mercado. A expansão das operações da Companhia aumenta a complexidade dos seus negócios e cria uma pressão significativa na administração e nos colaboradores-chave da Companhia. O quadro atual de administradores e colaboradores da Companhia pode não ser suficiente para lidar com o aumento da quantidade de trabalho ou ser insuficiente para a expansão das operações da Companhia. A incapacidade da Companhia em gerenciar seu crescimento de maneira eficaz, pode afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Adicionalmente, uma de nossas estratégias de crescimento envolve a expansão da plataforma para novas categorias como: moda, cosméticos, produtos infantis, entre outros. Tal estratégia gera demandas adicionais sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho da nossa plataforma e de nosso negócio como um todo.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento dependem de determinados fatores, que envolvem nossa competência e capacidade de aproveitar as novas ocasiões de consumo com a inclusão de novas categorias de produtos, fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para nossa base de clientes e aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da multicanalidade alinhada com competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques. Caso não possamos implementar nossas estratégias podemos afetar adversamente nossos negócios.

***A Companhia pode enfrentar limitações em manter o ritmo de crescimento de suas operações.***

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das operações da Companhia são: (i) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter seus clientes atuais; (ii) a confiança do consumidor; (iii) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e *marketing* da Companhia; e (iv) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, a performance da Companhia pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente os seus negócios e resultados operacionais. Além disso, o seu crescimento futuro está fortemente suscetível a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo, podendo impactar o ritmo de crescimento de suas operações.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A ineficiência da Companhia em antecipar e prontamente responder às novas tendências e demandas dos consumidores pode impactar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.***

A performance financeira e o crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de identificar, criar e definir tendências relevantes e, antecipar e reagir às alterações nas demandas dos consumidores, que se desenvolvem e alteram rapidamente, são difíceis de prever e variam a depender da localização geográfica.

Qualquer falha em identificar e responder a tendências e preferências dos consumidores, incluindo aquelas relativas à sustentabilidade dos produtos, padrões de beleza, tendências internacionais e padrões de gastos, por exemplo, de maneira tempestiva e eficaz, pode impactar negativamente o relacionamento da Companhia com seus clientes, acarretando redução de visitas ao seu website e o tempo nele gasto. Tais eventos podem afetar negativamente a demanda pelos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, bem como o seu *market share*. A materialização desses riscos pode impactar a situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, falhas em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar a decisão dos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos sujeitar a vender estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e nos afetará adversamente e de forma relevante.

***A incapacidade da Companhia ou sua falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros pode afetá-la negativamente.***

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger suas atuais e futuras marcas e defender os seus direitos de propriedade intelectual, com destaque para os softwares próprios, marcas e nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma de comércio eletrônico da Companhia. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente de suas marcas registradas, pode diminuir o valor de tais marcas, bem como resultar em um declínio nas vendas da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade. Ainda, cabe ressaltar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, inclusive por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes ou terceiros contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia pode se tornar incapaz de se comunicar com seus clientes por e-mail e outras formas de mensagens, bem como por mídias sociais, o que pode impactar os esforços de marketing da Companhia.***

A Companhia usa mídias sociais, e-mails e outras formas de comunicação instantânea (por exemplo, mensagens de texto) como parte de sua abordagem e estratégia de *marketing*. Alterações na forma como serviços de e-mail organizam e ordenam e-mails pode reduzir o número de clientes visualizando nossos e-mails. Ações de terceiros para bloquear, impor restrições, cobrar pela entrega de e-mails e outras mensagens, bem como alterações legais ou regulatórias limitando nosso direito de enviar mensagens para clientes, pode impactar nossa capacidade de comunicar com nossos clientes. Além disso, o uso de mídias sociais pode ser interrompido em virtude de falhas nos nossos sistemas de informação, inclusive em virtude de falhas de segurança em nossos servidores.

O uso inadequado de mídias sociais, e-mails e mensagens pela Companhia, seus colaboradores ou terceiros agindo em seu nome, pode resultar em mensagens erradas. Clientes podem vir a alegar que recebem mensagens não solicitadas, o que pode impactar a imagem da Companhia perante seus clientes, sendo que falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia podem gerar sanções e multas pela aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados, conforme detalhado no risco *“A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”*.

Adicionalmente, alterações dos provedores de mídias sociais pode limitar a capacidade da Companhia de comunicar-se por meio de mídias sociais. As interfaces e/ou os algoritmos de tais mídias sociais podem ser alterados, o que pode reduzir a visibilidade de publicações e campanhas feitas pela Companhia. Nesses casos a Companhia será obrigada a procurar outras formas, que podem ser mais custosas, para comunicar-se com seus clientes e implementar sua estratégia de marketing, o que pode resultar em um efeito adverso em seus resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, falhas no cumprimento, pela Companhia, seus colaboradores ou terceiros agindo em seu nome, das normas aplicáveis ao uso desses canais (e-mails, mídias sociais e mensagens) podem afetar adversamente a reputação da Companhia ou sujeitá-la a multas ou outras penalidades.

Os colaboradores ou terceiros que agem sob a direção da Companhia podem, consciente ou inadvertidamente, usar as redes sociais ou outras ferramentas de trabalho de maneiras que podem resultar na perda ou violação da propriedade intelectual da Companhia, na violação da propriedade intelectual de terceiros, bem como na divulgação pública de dados pessoais e informações confidenciais ou sensíveis sobre os negócios da Companhia, colaboradores e consumidores, dentre outras. Portanto, qualquer uso inadequado de redes sociais, e-mails e mensagens de texto também pode causar danos à reputação da Companhia, bem como acarretar na imposição de multas e outras sanções previstas em lei, conseqüentemente resultado em um efeito adverso em seus resultados operacionais e financeiros.

Informações sobre a Companhia, precisas ou não, podem ser postadas nas plataformas de mídia social a qualquer momento e podem ter um impacto desproporcionalmente adverso sob a marca, reputação ou negócios da Companhia. O dano pode ser imediato sem proporcionar uma oportunidade de reparação ou correção e pode ter um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de expandir e adaptar suas operações para atender rapidamente aos padrões industriais e de tecnologia, que estão em constante mudança, de maneira econômica e oportuna.***

A Companhia pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna, e os esforços de expansão podem não ter a mesma ou maior aceitação geral do mercado que os atuais negócios. Além disso, qualquer novo negócio, produto ou serviço lançado pela Companhia que não seja recebido favoravelmente pelos consumidores poderá prejudicar sua reputação e afetar de forma adversa o valor de sua marca. Da mesma forma, a falta de aceitação do mercado desses produtos ou a incapacidade da Companhia em gerar receitas satisfatórias a partir de novas ofertas de produtos ou serviços de forma a compensar seus custos, pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia deve constantemente implementar novos *hardwares*, atualizar os *softwares* que utiliza, aprimorar e melhorar seus sistemas de cobrança e transações, além de adicionar e treinar novas equipes de engenharia da computação e outros times visando acomodar o aumento do uso do seu website e aplicativo móvel e maior seleção de produtos disponíveis. Esse processo de atualização é custoso, e a crescente complexidade e aprimoramento das plataformas de *e-commerce* da Companhia resultam em custos ainda mais elevados. A falha na atualização da tecnologia, incluindo tecnologias próprias, recursos, sistemas de processamento de transações, infraestrutura de segurança ou infraestrutura de rede para acomodar o aumento do volume de tráfego ou transação ou a complexidade crescente das plataformas de *e-commerce* pode prejudicar materialmente os negócios da Companhia.

As receitas da Companhia dependem de processos de cobrança rápidos e precisos. Qualquer falha em aumentar recursos de processamento de transações para acomodar o número crescente de transações que devem ser cobradas nas plataformas de *e-commerce* pode prejudicar materialmente os negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia pode precisar estabelecer um relacionamento com vários parceiros estratégicos, sites e outros provedores de serviços *on-line* e outros terceiros necessários aos seus negócios. O aumento da complexidade do gerenciamento de vários relacionamentos comerciais pode levar a problemas de execução que podem afetar as receitas atuais e futuras e as margens operacionais da Companhia.

Os sistemas, procedimentos e controles atuais, relacionamentos com pessoas e terceiros podem não ser adequados para apoiar as operações futuras da Companhia. Qualquer falha da Companhia em gerenciar o crescimento de maneira eficaz pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

***A Companhia pode não ser capaz de oferecer produtos a preços atrativos, o que pode impactar a popularidade da sua plataforma.***

A popularidade e o sucesso dos produtos diários ofertados pela Companhia em seu website dependem, também, de sua capacidade de oferecer produtos de boa qualidade e que seguem as novas tendências a preços atrativos. A Companhia comercializa produtos importados que representam aproximadamente 4% de sua receita, e um eventual aumento da cotação cambial poderá significar aumento de preço final de venda ou redução de margem. Tais produtos tendem a ter um preço maior quando comparado a produtos mais populares, o que pode torná-los menos atrativos. A impossibilidade da Companhia em oferecer produtos a preços atrativos pode dificultar o crescimento e a manutenção de sua base de clientes. Adicionalmente, consumidores podem não adquirir os produtos da Companhia e não retornar para o seu website caso os preços não sejam

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

atrativos, o que resultaria em uma redução do volume de vendas e engajamento dos clientes, impactando a reputação da Companhia, tornando-a um parceiro menos atrativo para fornecedores e parceiros, o que pode afetar adversamente seus negócios, e resultados financeiros e operacionais.

***Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.***

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, sendo que, atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

***A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e reter seus administradores e colaboradores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.***

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por executivos e colaboradores-chave que detêm amplo conhecimento dos negócios da Companhia especialmente nos setores de varejo, decoração, tecnologia, logística e desenvolvimento de marca. A perda dos membros da alta administração da Companhia pode afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacionais e financeiros. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação. O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, *marketing* e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Caso a Companhia não seja capaz de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir seus negócios e operações, a Companhia pode não ser capaz de conduzir seus negócios com sucesso e, conseqüentemente, seus resultados operacionais e financeiros podem ser adversamente afetados.

***A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, bem como pode não ser capaz de negociar a antecipação de recebíveis em termos favoráveis, o que pode causar um efeito relevante e adverso.***

A captação de recursos por meio de financiamentos, o refinanciamento de empréstimos existentes, bem como a negociação para antecipação de recebíveis são fundamentais para as operações correntes da Companhia, para implementação de sua estratégia de negócios e para o seu crescimento. A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras. Para mais informações, ver Seção 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos e, mais recentemente, pela pandemia COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamento, capaz de obter ou renovar fianças bancárias ou seguros garantias, ou de negociar antecipação de recebíveis como verificado no início da pandemia da COVID-19, ou caso tal disponibilidade e negociações se derem somente em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir satisfazer suas necessidades de capital, cumprir com suas obrigações financeiras ou aproveitar oportunidades de negócio, o que pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

***Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas em seus controles internos sobre relatórios financeiros e, se a Companhia deixar de implementar e manter controles internos eficazes sobre relatórios financeiros, poderá ser incapaz de relatar com precisão seus resultados operacionais, cumprir suas obrigações de reporte ou evitar fraudes. Falhas em seus sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisíveis, que podem afetar adversamente seus negócios. Os controles internos, sistemas, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes.***

Em conexão com a auditoria das informações trimestrais da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os auditores independentes da Companhia comunicaram à administração certas falhas que, individualmente ou em conjunto, indicam a existência de deficiências significativas em seus controles internos, conforme definido pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as deficiências significativas identificadas estão relacionadas a (i) fragilidade no processo de gestão de mudanças e concessão de acessos; (ii) monitoramento não aderentes de perfis de acesso; (iii) fragilidades no processo da elaboração das demonstrações financeiras, gerando risco de distorções relevantes. Para obter mais informações, veja o item 5.6 deste Formulário de Referência.

Essas deficiências permanecem contínuas e não há garantias de que a Companhia conseguirá remediar essas deficiências em tempo hábil ou de qualquer maneira. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com eficácia seus controles internos, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Falhas ou ineficiências nos controles internos da Companhia, como aqueles identificados por seus auditores, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, impedir de reportar tempestivamente seus resultados operacionais e afetar a confiança dos investidores na Companhia, o que pode impactar o preço de negociação de suas ações.

***As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas ainda não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades.***

As estrutura organizacional da Companhia dedicada ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia (especificamente descritos nos itens 5.1.b.iii, 5.3.b e 5.4.a.ii deste neste

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Formulário de Referência) foram criados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública de Aquisição de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado.

Por esta razão, a Companhia, seus administradores e colaboradores, podem não possuir a experiência necessária à satisfação das políticas e mecanismos de gerenciamento de riscos e integridade no curto prazo, até que tais estruturas estejam funcionando em sua totalidade e adequadas à realidade de Companhia aberta a que se sujeitará.

Nesse sentido, até que tais estruturas estejam plenamente em funcionamento, e os administradores e colaboradores da Companhia estejam plenamente habilitados ao exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado e as políticas aprovadas pela Companhia para fins da sua oferta pública inicial de ações, a Companhia pode estar sujeita a falhas na identificação e tratamento dos riscos, o que pode afetar adversamente suas atividades e seu resultado operacional e financeiro.

***Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que estes detenham ações de emissão da Companhia, inclusive no âmbito dos Planos de Opções.***

Os Administradores são beneficiários dos Planos de Opções, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de os Administradores deterem ações e opções de compra de ações de emissão da Companhia, e o fato de tais Planos de Opções não possuírem cláusulas restritivas à venda (lock-up), pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre os Planos de Opções, ver o item 13.4. deste Formulário de Referência.

***A Companhia está sujeita a perdas não cobertas ou que excedam os limites de seus seguros contratados e a dificuldades na contratação de novas apólices, o que pode gerar efeitos adversos sobre seus negócios.***

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como ataques cibernéticos, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado. Ainda, a Companhia não tem como garantir que as seguradoras com as quais mantém apólices honrarão com seus compromissos de ressarcimento, não vão falir ou entrar em dificuldades financeiras.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que pode comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados. Em 2018, a Companhia acionou sua apólice de D&O para custear a defesa de dois ex-administradores em um inquérito policial em razão de potencial descumprimento de normas relativas à importação de produtos. Atualmente, a ação penal está em andamento e o custo da defesa é suportado por tal apólice. Caso a seguradora entenda que tal defesa não está coberta na apólice em questão, a Companhia poderá arcar com os custos de tal ação penal, bem como com o pagamento do sinistro desembolsado pela seguradora, o que pode impactar a imagem e resultados financeiros da Companhia. Para mais informações, veja item 12.11 deste Formulário de Referência.

***Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor, suas operações podem ser adversamente afetadas.***

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. A Companhia pode se deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos colaboradores. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do *e-commerce* pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, podem tornar o *e-commerce* da Companhia e a sua tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

***O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter clientes ativos e pode ser alvo de publicidade negativa.***

Para aumentar a sua receita e alcançar a lucratividade, a Companhia precisa atrair novos clientes e reter os clientes existentes. Caso os consumidores existentes não acharem atraente a plataforma de venda da Companhia, seja em decorrência de uma experiência negativa, falta de recursos ao comprador, desinteresse nos produtos oferecidos, dentre outros fatores, o nível de consumo de tais consumidores pode ser reduzido, bem como o as indicações que esses consumidores poderiam realizar para outras pessoas. Nessas circunstâncias, a Companhia pode ter dificuldade em atrair novos clientes sem incorrer em despesas adicionais de *marketing*.

Além disso, a publicidade negativa gerada por reclamações dos seus clientes pode reduzir a capacidade da Companhia de atrair novos clientes ou de manter os clientes atuais, além de prejudicar a reputação da Companhia. A percepção de que os níveis de resposta da Companhia e apoio aos seus clientes são inadequados podem levar a resultados semelhantes.

Adicionalmente, o atendimento eficaz ao cliente exige uma despesa significativa de pessoal e investimento no desenvolvimento de programas e infraestrutura de tecnologia para ajudar os representantes de atendimento ao cliente a desempenhar suas funções. Essas despesas, se não forem gerenciadas adequadamente, podem afetar significativamente a lucratividade da Companhia. A falha em gerenciar ou treinar adequadamente os representantes de atendimento ao cliente pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com as reclamações de clientes de maneira eficaz, o que pode afetar a reputação da Companhia e resultar na perda da confiança dos seus clientes na Companhia, impactando seus resultados financeiros e operacionais.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que na data de elaboração deste documento ainda não foi efetivamente estruturada pelo Poder Público.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Em caso de reincidência, penalidades mais graves poderão ser aplicadas, tais como (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período de suspensão, proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor das suas ações.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Cabe observar que, na data deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia ainda não estão totalmente adaptadas às disposições da LGPD. Desta forma, a Companhia terá de adaptar suas práticas comerciais às disposições da LGPD, evitando, assim, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e inadequação à legislação aplicável, inclusive no que diz respeito a incidentes e segurança cibernética, e, caso não seja capaz de implementar completamente às disposições da LGPD, a Companhia estará exposta à multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades de tratamento de dados pessoais, o que poderá impedir a Companhia de desenvolver as suas atividades regularmente e, portanto, afetando negativamente e de forma relevante a reputação, os resultados e, conseqüentemente, o valor das ações da Companhia.

***Os negócios da Companhia dependem do crescimento contínuo do comércio on-line e da disponibilidade e confiabilidade da internet.***

O comércio online ainda é um mercado em desenvolvimento no Brasil. As receitas futuras da Companhia dependem substancialmente da aceitação generalizada de consumidores e fornecedores e do uso contínuo da internet como forma de realizar comércio. Nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 99,6% das vendas da Companhia foram realizadas por meio de vendas online. Para a Companhia aumentar sua base de clientes com sucesso, mais consumidores devem aceitar e aderir a novas maneiras de conduzir negócios e trocar informações. Disponibilidade, velocidade de transação, aceitação, interesse e uso da internet são essenciais para o crescimento da Companhia. Caso os fatores acima não sejam verificados e o uso da internet como forma de comércio não seja consolidado, o crescimento da Companhia pode ser freado, o que pode resultar em um impacto adverso relevante nos seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de implementar totalmente sua estratégia de crescimento, de forma que suas operações podem ser adversamente impactadas.***

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento da Companhia dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais sua competência e capacidade de:

- proteger o poder da sua marca;
- conduzir novas operações de *e-commerce*;
- expandir e reter sua base de clientes;
- desenvolver aplicativos e plataformas tecnológicas que proporcionem uma experiência de compra mais fluida e rápida aos seus clientes;
- garantir uma oferta adequada de produtos, ampla e variada, que atenda as demandas dos clientes; e
- gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar as estratégias acima pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seus resultados financeiros e operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***Insatisfação com os serviços de atendimento ao consumidor pode dificultar a retenção de clientes.***

Os serviços de atendimento ao consumidor são prestados por meio de diferentes canais digitais, tais como e-mail e chats instantâneos por meio de redes sociais e do website da Companhia. A satisfação do cliente com tais serviços depende de sua efetividade e, particularmente, da habilidade da Companhia em lidar com essas reclamações e solicitações dos consumidores (como, por exemplo, com relação a troca de produtos com defeito, a sua política de troca, problemas técnicos, pagamentos e entregas, entre outros) em tempo razoável. Adicionalmente, no processo de expansão das atividades da Companhia, podem tornar-se necessárias novas abordagens para lidar com consumidores, e a Companhia pode não conseguir se adaptar às demandas dessa natureza em tempo hábil. Atualmente, existem diversas páginas na internet que disponibilizam espaços para consumidores fazerem suas reclamações sobre atendimentos (por exemplo, o Reclame Aqui), produtos e empresas no geral, o que aumenta a visibilidade negativa sobre as empresas. Qualquer insatisfação por parte dos clientes da Companhia pode causar um efeito adverso em sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

### ***A Companhia depende de recursos tecnológicos providos por terceiros para sua plataforma digital, suas operações e para implementação da sua estratégia de crescimento.***

O sucesso da Companhia nas operações em dispositivos móveis depende, em parte, da interoperabilidade do *website* e nossos aplicativos com sistemas operacionais para dispositivos móveis, sobre os quais a Companhia não possui domínio, tais como os sistemas Android e iOS. Qualquer alteração nos referidos sistemas que prejudique a funcionalidade da plataforma digital ou que conceda tratamento preferencial para produtos concorrentes, pode afetar de forma negativa a utilização da plataforma digital da Companhia, o que pode afetar de maneira relevante suas vendas. O sucesso e habilidade da Companhia na venda de produtos *on-line* e oferecer serviços de alta qualidade a seus clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta dos sistemas de tecnologia da informação e computação e da transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. Ademais, as operações dependem em grande parte do sistema de informação da Companhia, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle dos ativos e estoques.

Caso esses recursos e serviços tecnológicos não estejam disponíveis ou sejam operados de maneira ineficiente, e não seja possível substituir tempestivamente tais recursos ou serviços, ou sua substituição somente seja possível em termos comerciais significativamente desfavoráveis, a Companhia poderá estar sujeita a efeito adverso nas suas atividades e resultados operacionais e financeiros.

### ***A Companhia está sujeita a impactos relacionados a aumentos das taxas cobradas pelas subadquirentes com as quais possui parcerias para receber pagamentos realizados em seu website via cartão de crédito.***

A Companhia conta com parcerias com subadquirentes para processar os pagamentos realizados em seu website via cartão de crédito da Companhia, sendo que, atualmente, aproximadamente 92% do volume de pagamentos realizados no website é feito via cartão de crédito, seja em um único pagamento ou em parcelas. Os subadquirentes são intermediadores de pagamentos que se comunicam com os adquirentes, e são os responsáveis pelo processamento dos pagamentos.

Para que a Companhia possa ter tais parcerias com subadquirentes, deve ser paga uma taxa de serviço, denominada taxa de intercâmbio, por transação realizada via cartão de crédito ou boleto. De

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tempos em tempos, as subadquirentes utilizadas pela Companhia, como a Adyen e a Rede, têm o direito de aumentar as taxas de intercâmbio cobradas da Companhia.

Um aumento substancial nas taxas cobradas pelas subadquirentes ou mudança na política de antecipação de recebíveis pode aumentar também substancialmente os custos operacionais inicialmente previstos pela Companhia ou limitar a liquidez com cada transação, ocasionando um impacto adverso em suas margens e, conseqüentemente, em seus resultados operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de manter as licenças para uso de tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos seus produtos e serviços.***

A Companhia depende do licenciamento de certas tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos seus produtos e serviços, incluindo licenciamentos de linguagens de programação, plataformas tecnológicas e ferramentas de design.

A Companhia não pode garantir que o acesso a licenças de código aberto (*open source*) e gratuitas utilizadas pela Companhia não será restringido no futuro, ou, ainda, para as licenças obtidas de terceiros de forma onerosa, que conseguirá renovar tais licenças no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para uso da Companhia em termos comercialmente razoáveis.

Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas pela Companhia, a Companhia pode não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance, ou pode incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condição financeira.

Para mais informações sobre as tecnologias utilizadas pela Companhia, vide item 9.1 deste Formulário de Referência.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem criar obrigações relevantes.***

A Companhia e os seus administradores são e podem vir a ser partes em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, trabalhista, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, dentre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a ela, ou, a seus administradores, conforme aplicável, bem como, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos.

Ainda, decisões que afetem a reputação da Companhia, os seus administradores ou contrárias aos seus interesses que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios da Companhia.

Para mais informações relativas aos processos judiciais e administrativos que a Companhia está envolvida, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre os seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e sobre a cotação de valores mobiliários de sua emissão.***

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção aplicáveis no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil. Além disso, caso os acionistas da Companhia violem referidas leis, a reputação da Companhia poderia também ser afetada.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei n.º 8.429/1992 (“**Lei de Improbidade Administrativa**”), à Lei n.º 9.613/1998 (“**Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro**”), à Lei n.º 12.846/13 (“**Lei Anticorrupção**”) e ao *Foreign Corrupt Practices Act*, lei sobre a prática de corrupção no exterior dos Estados Unidos (“**FCPA**”). Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, FCPA ou leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, empregados ou terceiros contratados para representar a Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possa afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. A Companhia poderá ainda vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, empregados ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de suas licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) proibição ou suspensão de suas atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Por conseguinte, todas essas circunstâncias podem ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, parceiros de negócios ou clientes. Os danos à reputação da Companhia, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor dos valores mobiliários da Companhia.

Adicionalmente, os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, ainda estão em fase de aperfeiçoamento e criação de novos mecanismos. Uma vez implementados, estes podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, empregados, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

***A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.***

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e poderá optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação dos investidores da Companhia em seu capital social.

***Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.***

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraudes. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes, setor de tecnologia ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

***Caso a Companhia não seja capaz de renovar os contratos de locação da loja, dos quiosques, dos armazéns e do centro de distribuição, as suas operações serão adversamente afetadas.***

A totalidade dos imóveis em que a loja, os dois quiosques, os armazéns e o centro de distribuição da Companhia estão localizados são alugados de terceiros. Assim, todas a loja, os dois quiosques, e o centro de distribuição são sujeitos a contratos de locação que oferecem riscos que não dependem da atividade da Companhia e não podem ser controlados pela Companhia. Por exemplo, a Companhia pode não conseguir renovar tais locações, ou, se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos negócios, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização da sua loja, seus dois quiosques e centro de distribuição. Adicionalmente, parte dos contratos de locação não garante à Companhia o direito de renovar compulsoriamente a locação por meio de propositura de ação renovatória, por estarem vencidos e vigorando atualmente por prazo indeterminado. As novas localizações podem não apresentar a mesma visibilidade/facilidade que possuem atualmente ou não serem frequentadas pelo público-alvo. A não renovação dos contratos de locação, ou a renovação em termos menos favoráveis do que os atuais, reduzirá a rentabilidade da loja, dos quiosques ou a eficiência do centro de distribuição e afetará adversamente suas receitas operacionais.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição e poderá implicar na interrupção das atividades da loja e dos quiosques. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade da loja e dos quiosques poderá ser reduzida e afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, maior parte dos contratos de locação não está devidamente registradas junto aos cartórios de registro de imóveis competentes. Sendo assim, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, a Companhia não terá direito de adjudicar judicialmente os respectivos imóveis caso o direito de preferência não seja observado, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Ainda, tendo em vista a pandemia da COVID-19, diversos governos impuseram políticas de isolamento, que resultaram no fechamento do comércio em diversas localidades, além da redução de circulação de pessoas, o que impactou e pode continuar a impactar as atividades da Companhia. Na hipótese de a Companhia não conseguir arcar com o pagamento de seus respectivos alugueis, e caso tente negociar com os respectivos locadores uma redução do valor do aluguel mensal ou uma forma diferenciada de pagamento neste período e não obtenha sucesso na negociação, é possível que a falta de pagamento dos alugueis na forma ajustada nos contratos seja considerada um inadimplemento contratual, capaz de ensejar a sua rescisão antecipada e a consequente necessidade de desocupação, o que poderá afetar negativamente as operações da Companhia.

***A pandemia da COVID-19 é inédita e vem produzindo impactos voláteis e imprevisíveis sobre vendas brutas de mercadorias, métricas importantes e os resultados da Companhia.***

A Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença coronavírus (COVID-19). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena, *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças também podem (i) impossibilitar que os empregados da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que pode prejudicar o regular desenvolvimento dos seu negócios, (ii) impactar a capacidade de consumo dos clientes da Companhia que tenham perdido empenho ou tenham suas operações interrompidas, encerradas ou sofram os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19, (iii) causar interrupção das cadeias de fornecimento, inclusive em virtude de medidas preventivas e protetivas como quarentenas, restrições de viagem e fechamentos comerciais, que podem interferir na capacidade de entrega de produtos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Como resultado da pandemia da COVID-19, a maior parte dos colaboradores da Companhia estão trabalhando remotamente, e é possível que esse novo formato impacte negativamente a execução dos planos de negócios e operações comerciais da Companhia. Se, por exemplo, um desastre natural, uma queda de energia, um problema de conectividade ou qualquer outro evento similar impactar a capacidade de trabalho remoto dos colaboradores da Companhia, pode ser difícil ou em certos casos até mesmo impossível manter suas atividades comerciais por um período substancial. Além disso, se a pandemia da COVID-19 se mantiver inalterada, é possível que a Companhia sofra interrupções caso seus colaboradores adoeçam e se encontrem incapazes de desempenhar suas funções. Também é possível que operações, serviços móveis e de internet sejam afetados. A ampliação do trabalho remoto também pode resultar em questões referentes ao direito de privacidade do consumidor, à segurança dos sistemas de TI e a possíveis operações fraudulentas.

Os impactos da pandemia da COVID-19, portanto, são severos e generalizados; além disso, permanecem em constante evolução. Tanto a pandemia quanto as respostas dadas pelos governos e pelo setor privado já afetaram a economia e os mercados financeiros de uma maneira generalizada. É impossível prever os efeitos e impactos finais da pandemia da COVID-19, tendo em vista a rápida evolução da situação. A Companhia continuará avaliando a evolução dos seus efeitos em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre sua capacidade de continuar operando seus negócios. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia possa realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em seus negócios, além daquelas apresentadas neste Formulário de Referência.

Os resultados operacionais podem ser materialmente afetados por condições adversas no mercado de capitais e na economia global como um todo. Incertezas econômicas podem impactar negativamente o volume de compra de itens não-essenciais em todas as categorias de produtos comercializados por meio da plataforma da Companhia e a demanda por produtos pode ser reduzida. Além disso, é possível observar mudanças significativas no comportamento do consumidor no decorrer da evolução da pandemia do COVID-19, particularmente na percepção do que constitui um item "essencial" ou "não-essencial". É difícil prever como os negócios da Companhia podem ser impactados pelas mudanças de padrões de gasto dos consumidores. Fatores que poderiam afetar a predisposição dos consumidores em realizar compras não-essenciais incluem, dentre outros: condições comerciais em geral, níveis de emprego, taxas de juros, taxas tributárias, disponibilidade de crédito ao consumidor, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, bem como riscos, e a percepção pública de riscos relacionados a epidemias ou pandemias, incluindo do atual COVID-19. No caso de uma desaceleração econômica prolongada ou recessão aguda, os hábitos de consumo podem ser adversamente afetados, e é possível, portanto, que os resultados da Companhia sejam impactados.

As incertezas em relação à duração das interrupções dos negócios, bem como em relação aos níveis de disseminação mundial do vírus, provavelmente continuarão a impactar adversamente as economias nacional e global e produzirão impactos negativos sobre os níveis de gastos dos consumidores. A extensão total dos impactos da pandemia da COVID-19 nas operações da Companhia, métricas e desempenho financeiro depende de desenvolvimentos futuros que são inerentemente incertos e imprevisíveis. Dentre eles, incluem-se a duração e os níveis de propagação, inclusive com o recente aumento da intensificação do número de infectados na Europa e nos Estados Unidos, e seu impacto sobre os mercados financeiro e de capitais, além de quaisquer novas informações que venham a surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões e as ações tomadas para contê-lo. Qualquer um desses resultados pode ter um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais e capacidade de executar e capitalizar suas estratégias.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19, agravando demais riscos aos quais a Companhia está sujeita.

Ainda, o efeito da pandemia ainda pode vir a gerar um impacto adicional na receita da Companhia, uma vez que pode não refletir os novos hábitos assumidos por seus consumidores. Entre os meses de março e setembro de 2020, o aumento da receita da Companhia foi diretamente impactado pela pandemia da COVID-19 e a Companhia não pode afirmar que continuará mantendo o mesmo fluxo de vendas após o fim da pandemia, uma vez que os impactos da pandemia são incertos e a flexibilização de algumas medidas tomadas pelo Governo, como por exemplo a restrição a circulação em determinados ambientes ou o funcionamento normalizado de todos os estabelecimentos impactados, podem vir a diminuir a receita da Companhia em momento subsequente.

Por meio da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, o Governo Federal instituiu o pagamento de auxílio emergencial a determinados trabalhadores durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Referidos recursos adicionais injetados na economia brasileira podem mascarar um efeito ainda não refletido na receita da Companhia. Dessa forma, assim que a medida de pagamento auxiliar por parte do Governo cessar, a economia brasileira e os consumidores de produtos da Companhia poderão ser adversamente afetados e conseqüentemente, a receita da Companhia poderá diminuir.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima em seus negócios e operações e nos negócios e operações de seus fornecedores, os custos da Companhia podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança de seus colaboradores e sua capacidade de obter certos suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações e resultados da Companhia.

***Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.***

Nossas operações são realizadas por meio de canais digitais de e-commerce, loja física e dois quiosques. Caso não consigamos alinhar nossas operações da loja física, dos quiosques e dos canais digitais de e-commerce sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento aos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Outro risco da omnicanalidade é a possibilidade dos nossos canais de vendas entrarem em competição. Caso isso aconteça, não seremos bem-sucedidos na estratégia de crescimento do nosso faturamento e a integração dos nossos canais de vendas poderá falhar em nos trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas omnicanal podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que nos deixa vulneráveis a possíveis atuações e gera um ambiente regulatório incerto para nossas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante nossa estratégia de crescimento e o nosso resultado operacional.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Caso a Companhia não cumpra com determinadas obrigações usuais previstas em seus instrumentos de empréstimo e financiamento, poderá ser afetada adversamente a capacidade de conduzir suas atividades e de realizar seus pagamentos.***

Determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia exigem o cumprimento de determinadas obrigações usuais para este tipo de operação. Se a Companhia não cumprir tais obrigações e, por conseguinte, incorrer em violação contratual dos referidos instrumentos, os credores aplicáveis poderão declarar o vencimento antecipado do respectivo endividamento, e os fluxos de caixa e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Além disso, determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia possuem cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*), o que também poderá afetar de maneira significativamente negativa a Companhia. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

***Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.***

Os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita atinge seu maior nível durante o último trimestre do ano, principalmente por conta de datas comemorativas como Black Friday.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em investimentos e despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para a loja física e para os quiosques. Se a Companhia prever erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional e significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Para mais informações sobre a sazonalidade a que as nossas vendas estão sujeitas, vide item 7.3(d) deste Formulário de Referência.

***Dependemos de nosso centro de distribuição e infraestrutura de logística para distribuição dos nossos produtos e seremos adversamente afetados caso o centro de distribuição sofra prejuízos relevantes ou for fechado.***

Operamos, atualmente, por meio de um centro de distribuição localizado na cidade de Jundiaí (“**Centro de Distribuição**”) e possuímos um *hub* urbano de processamento de pedidos na Zona Oeste da cidade de São Paulo, operado por equipe própria (“**Hub**”). Caso a operação desses Centro de Distribuição e do Hub seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo a não renovação dos respectivos contratos locatícios e/ou necessidade de desocupação antecipada dos imóveis em decorrência da venda para terceiros, ou caso os Centro de Distribuição e o Hub sofram quaisquer danos substanciais, provocados inclusive, mas não se limitando, por desastres naturais, acidentes ambientais, incêndios ou inundações, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), ou caso a capacidade de distribuição seja reduzida ou interrompida em função de questões regulatórias, problemas sanitários, greves ou questões trabalhistas, podemos enfrentar desabastecimento de produtos o que, por sua vez, afetará adversamente nossas vendas e acarretar aumentos significativos de custos relacionados à reabertura ou substituição dos Centro de Distribuição ou do Hub.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossa estratégia de crescimento inclui a expansão das vendas por meios digitais, o que pode demandar uma expansão na capacidade dos nossos Centro de Distribuição e de nosso Hub ou até mesmo o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente para atendimento das demandas de compras via e-commerce. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição, ou não consigamos expandir ou integrar centros de distribuição ou adaptar os serviços de operadores logísticos existentes ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques à nossa loja e aos nossos quiosques em tempo hábil, o que pode ter um impacto adverso em nossas vendas, nossos resultados operacionais e na nossa estratégia de crescimento.

Além disso, ao realizarmos mudanças de um centro de distribuição a outro ponto podemos não ser capazes de implementar as operações no novo centro de distribuição e falhar em cumprir o cronograma previsto para tal mudança nas operações, o que pode ter um impacto negativo reputacional e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques aos nossos clientes em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento. Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos aos nossos clientes, centros de distribuição ou *hubs* podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos aos nossos clientes e afetar negativamente nossas operações.

***Acidentes na loja, quiosques, centros de distribuição ou quaisquer das unidades da Companhia podem causar um efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e imagem.***

Acidentes e outros eventos imprevisíveis e fora do controle da Companhia, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo na loja, quiosques, centros de distribuição ou outras unidades da Companhia. Caso qualquer acidente ou outro evento imprevisível e fora do controle da Companhia ocorra, poderá resultar em perdas de estoque, danos a nossos ativos ou até mesmo vitimar clientes, empregados ou quaisquer terceiros. Os negócios, resultados operacionais e imagem da Companhia podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais acidentes ou eventos imprevisíveis e fora de seu controle, ou ainda em decorrência da forma como a Companhia responda a tais acidentes e/ou eventos.

***O fato de a loja e os quiosques da Companhia serem espaços de uso público pode gerar consequências que fogem do controle da administração da loja e dos quiosques, o que pode causar danos materiais e à sua imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.***

A loja e os quiosques da Companhia, por estarem inseridas em espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração da loja e dos quiosques, como por exemplo, ocorrência de furto ou roubo de clientes ou empregados, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusações preconceituosas de empregados ou terceirizados da Companhia e, conseqüentemente, podem causar danos aos seus consumidores, frequentadores e colaboradores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos materiais e de imagem. Além disso, a ocorrência de acidentes pode sujeitar à Companhia à responsabilização civil e ou à obrigação do ressarcimento de eventuais vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para a Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***Podemos enfrentar dificuldades em ampliar a quantidade de lojas físicas e expansão dos nossos negócios.***

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de avaliar e de ampliar a quantidade de lojas físicas e realizar fusões e aquisições com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores incluem-se nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos. A abertura de novas lojas também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, analisamos regularmente oportunidades de fusões e aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados relacionados a nossos produtos. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, aproveitamento de sinergias, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos; à base de clientes; às autorizações governamentais; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

### ***A Companhia pode ser responsabilizada pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados por parte de terceiros (vendedores cadastrados na plataforma de intermediação de negócios), o que pode causar danos à imagem, marcas e aos resultados financeiros da Companhia.***

Por meio da operação de intermediação de negócios feitos pela Companhia, possibilitamos que terceiros vendedores se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais de e-commerce. Por meio deste modelo, a Companhia intermedia transações de venda, não estando sob seu controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades de tais vendedores perante os respectivos clientes. Caso algum desses vendedores não cumpra com suas obrigações perante os clientes, a Companhia pode ter seus indicadores de atendimento aos clientes impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigada a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio de tal operação. A Companhia pode ainda ser responsabilizada por vendedores comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem na plataforma da Companhia, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais, bem como que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição. Estes aspectos podem afetar adversamente os resultados financeiros, imagem e reputação da Companhia, bem como queda no valor de suas ações.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Caso a eficácia das campanhas de propaganda e marketing não seja alcançada podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade.***

O empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e *marketing* é parte inerente do nosso negócio, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Conseqüentemente, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente. Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

### **(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia**

***Após a conclusão da Oferta Pública Inicial de Ações de Emissão da Companhia, a Companhia não possuirá um acionista controlador que detenha mais de 50% do seu capital social, de modo que a Companhia estará suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos.***

Após a conclusão da Oferta Pública Inicial de Ações de Emissão da Companhia, a Companhia não possuirá um acionista controlador que detenha mais de 50% do seu capital social. Desta forma, a Companhia estará suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter a maioria absoluta do seu capital votante, e, conseqüentemente, deter o poder decisório das atividades da Companhia. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes, e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle de direito ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

### **(c) aos acionistas da Companhia**

Salvo pelos riscos descritos no item (b) acima, a Companhia entende não estar sujeita a riscos relevantes cuja fonte sejam seus acionistas.

### **(d) às controladas e coligadas da Companhia**

Não aplicável, pois a Companhia não possui controladas e/ou coligadas.

### **(e) aos fornecedores da Companhia**

***A Companhia conta com terceiros para direcionar tráfego para o site, e esses provedores podem alterar os algoritmos ou os preços dos mecanismos de pesquisa de maneira a afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.***

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de atrair consumidores de maneira econômica. No que diz respeito aos canais de *marketing*, a Companhia depende fortemente de relacionamentos com provedores de serviços *on-line*, mecanismos de pesquisa, mídias sociais e outros sites e negócios de comércio eletrônico para fornecer conteúdo, banners publicitários e outros

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

links que direcionam os consumidores ao site da Companhia. A Companhia conta com esses relacionamentos para fornecer fontes significativas de tráfego para seu site. Em particular, a Companhia conta com mecanismos de pesquisa, como Google, Bing e Yahoo! e outros canais digitais como Facebook e Instagram e as principais lojas de aplicativos para celular, como importantes canais de *marketing*. As empresas de mecanismos de pesquisa alteram seus algoritmos naturais periodicamente, e a classificação da Companhia nas pesquisas naturais pode ser afetada negativamente por essas alterações. As empresas de mecanismos de pesquisa também podem determinar que a Companhia não está em conformidade com suas diretrizes e, conseqüentemente, a penalizar em seus algoritmos. Se os mecanismos de pesquisa alterarem ou penalizarem a Companhia com seus algoritmos, termos de serviço, exibição e apresentação dos resultados de pesquisa, ou se a concorrência por anúncios aumentar, aumentando conseqüentemente o preço dos anúncios publicitários, a Companhia pode não conseguir direcionar os consumidores ao seu site e aplicativos da forma desejada.

***Os produtos que a Companhia comercializa são adquiridos de diversos fornecedores e, caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.***

A Companhia depende de diversos fornecedores para produção dos produtos comercializados pela Companhia, e, desta forma, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como a atual COVID-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

Além disso, caso ocorra suspensões ou atrasos, temporários ou permanentes, devido a problemas econômicos ou técnicos, como a insolvência de um fabricante ou por falta de liquidez ou em decorrência de paralisações impostas pela COVID-19, a capacidade da Companhia de entregar produtos de qualidade aos seus clientes em tempo hábil pode ser afetada adversamente levando à queda de vendas. Qualquer ocorrência desse tipo pode acarretar em efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados das operações.

Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade, preço e na prazo usualmente adquiridos e a Companhia não tiver estoque suficiente destes produtos, ou não seja capaz de substituir o referido fornecedor em tempo hábil, a Companhia pode não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um impacto negativo sobre os seus resultados operacionais e financeiros.

***Os fornecedores da Companhia podem vender produtos de home & living semelhantes ou idênticos aos da Companhia, aos concorrentes da Companhia, ou podem vendê-los por conta própria diretamente ao consumidor final, o que pode impactar negativamente as atividades da Companhia.***

A maioria dos fornecedores de produtos de *home & living* comercializados pela Companhia não são exclusivos e podem entrar em acordos com concorrentes da Companhia para comercialização de produtos similares ou idênticos, inclusive em termos ou condições melhores que aquelas oferecidas à Companhia, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de se manter competitiva na venda de tais produtos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, os concorrentes podem comprar produtos em volume significativamente maior do que a Companhia, permitindo outras vantagens competitivas na comercialização de produtos iguais ou semelhantes ou, ainda, podem os concorrentes celebrar com os mesmos fornecedores determinados acordos de exclusividade, o que pode vir a limitar a capacidade de a Companhia celebrar acordos e novos negócios com tais fornecedores, ou mesmo de acessar seus produtos.

Além disso, os fornecedores podem iniciar ou expandir as vendas de seus produtos diretamente aos consumidores finais, por meio de lojas próprias pela *internet*, portanto, competir diretamente com a Companhia. Os fornecedores podem, ainda, vender seus produtos por meio de centros de varejo ou lojas de desconto, aumentando a competição do mercado e exercendo pressão nos preços praticados pela Companhia.

A ocorrência de qualquer destes fatores pode impactar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

***A Companhia é vulnerável a riscos de transporte e logística e depende de fornecedores terceirizados para garantir a entrega dos seus produtos.***

A Companhia depende de serviços de transporte e logística principalmente rodoviário, aéreo e marítimo prestados por terceiros que sejam rápidos e eficientes para, entre outras coisas, entregar seus produtos. Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento e distribuição da Companhia. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são importados, assim como implicou em aumento de custos operacionais e logísticos.

A Companhia não pode garantir novas greves não ocorrerão e que o Governo Federal ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que tal greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação de suas unidades de produção e distribuição.

Qualquer outra redução na disponibilidade de serviços logísticos ou um aumento significativo nos custos de serviço de transporte, bem como inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderiam prejudicar a capacidade da Companhia de satisfazer os requisitos da cadeia de suprimentos e entregar os produtos aos seus clientes. Qualquer interrupção nos serviços de transporte e/ou logística de que a Companhia depende para suas atividades poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, a pandemia da COVID-19 também pode impactar a nossa cadeia de suprimentos, se as operações dos nossos prestadores de serviços de logística forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de empregados ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos.

***A operação da Companhia depende de sistema de transporte e de infraestrutura para receber produtos dos fornecedores e entregá-los aos clientes.***

A operação da Companhia depende do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo rodovias e todos os meios de transporte utilizados pela Companhia e/ou seus prestadores de serviços e fornecedores. Qualquer interrupção significativa nessa infraestrutura ou qualquer

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incapacidade de transportar os produtos, por qualquer razão, poderá afetar negativamente resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos, tanto por parte do governo brasileiro como da iniciativa privada, para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios. Desta forma, quaisquer interrupções ou reduções significativas na oferta da infraestrutura e/ou serviços de transporte, ou aumento nos preços para uso de tal infraestrutura e/ou serviço como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, greves, protestos, falhas de sistema, alterações legislativas ou quaisquer outras causas, inclusive descumprimento da legislação ambiental ou danos ambientais, poderão atrasar ou afetar a capacidade de distribuição e entrega dos produtos para os clientes, prejudicar a demanda ou provocar a necessidade de aumento de preços dos produtos e impor custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir o volume de vendas e, assim, afetar negativamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

***A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores ou prestadores de serviço, bem como pode ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias e ter sua imagem associada a práticas irregulares efetuadas por fábricas ou fornecedores independentes que mantem relação comercial com a Companhia.***

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos estabelecimentos e nas atividades da Companhia, tais como a supressão de vegetação, construções, disposição final de resíduos sólidos, fornecimento de mobiliários ou produtos de origem florestal (quando aplicável), não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo terceiro contratado no exercício das atividades contratadas pela Companhia. A Companhia poderá ser incluída no polo passivo de ações judiciais visando à reparação dos danos ambientais causado pelos terceiros por ela contratados e, eventualmente, ser condenada a adotar as medidas reparatórias definidas. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos e não tenha sucesso em seu eventual direito de regresso contra o terceiro contratado, seus resultados e reputação poderão ser adversamente afetados.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser considerada responsável solidária por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem lhe causar efeitos materialmente adversos, inclusive à sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalhos abusivas, emprego de trabalho infantil, condições análogas ao escravo, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e fazer com que a Companhia celebre termos de ajustamento de conduta, seja inserida em listas do Ministério do Trabalho e Emprego e, por consequência, afetar negativamente sua capacidade de obter financiamento, elegibilidade a benefícios fiscais, capacidade de contratar com o poder público, resultados financeiros e operacionais.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.***

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia, o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

### ***Nossos resultados podem ser adversamente afetados por flutuações nos custos das matérias-primas, custos de energia e na taxa câmbio.***

Aumentos nos preços dos componentes e matérias-primas utilizadas em nossos produtos podem afetar negativamente as vendas e margens de nossas mercadorias. Alternativamente, a desvalorização do real pode impactar negativamente a produção de nossos fornecedores. Mudanças nos preços das matérias-primas e flutuações nas taxas de câmbio dependem de uma série de fatores além de nosso controle, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das commodities (incluindo os preços do petróleo, madeira serrada, espumas químicas e algodão); mudanças na oferta e demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos anti-dumping e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas doenças (como a pandemia da COVID-19). Além disso, os custos de energia podem experimentar uma volatilidade significativa no curto prazo. Dependendo da natureza das mudanças nesses diferentes fatores que afetam nossas operações, podemos sofrer um impacto adverso em nosso negócio por diferentes razões, incluindo aumento dos custos de operação ou menor demanda por nossos produtos.

Mudanças no valor do real em relação às moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte-americano, podem aumentar o custo de negócios de nossos fornecedores e, em última análise, nosso custo de produtos vendidos e nossas vendas, em geral e custos administrativos. Se não formos capazes de repassar tais aumentos de custos aos nossos clientes ou o custo mais elevado dos produtos resulta em diminuição da demanda por nossos produtos, nossos resultados operacionais podem ser prejudicados.

Em decorrência do aumento da taxa de juros, a Companhia passou a adquirir seus produtos no mercado nacional, o qual oferece menos fornecedores para cada produto se comparado ao mercado internacional. Por este motivo, a Companhia pode não encontrar fornecedores no mercado nacional que possuem a mesma qualidade de produtos e os fornecedores podem não oferecer um preço adequado aos produtos comercializados pela Companhia, o que pode afetar nossos resultados operacionais e financeiros.

### ***A Companhia pode não ser capaz de manter e expandir sua relação com fornecedores ou encontrar novos fornecedores.***

Na data deste Formulário de Referência, a rede de fornecedores da Companhia consiste em mais de 3.000 fornecedores ativos, nacionais e estrangeiros. Caso a Companhia não seja capaz de manter ou expandir as relações com tais fornecedores e criar novas relações com fornecedores em termos comerciais aceitáveis, a Companhia pode não ser capaz de expandir sua rede de produtos, o que pode afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para manter e expandir suas relações com atuais fornecedores e atrair novos fornecedores de qualidade, a Companhia precisa:

- demonstrar sua habilidade em ajudar os fornecedores a vender quantidades significativas de seus produtos por preços atrativos;
- oferecer os produtos ao consumidor de forma atrativa, em especial os produtos de marca, de forma a garantir que a apresentação esteja em linha com os padrões dos fornecedores;
- oferecer aos fornecedores um processo de alta qualidade e de custo benefício eficiente; e
- oferecer ao fornecedor uma visão dinâmica da demanda e estoque da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de encontrar ou selecionar fornecedores de qualidade com produtos atrativos, ou caso tais fornecedores se recusem a trabalhar com a Companhia ou, ainda, caso a Companhia não consiga negociar termos comerciais vantajosos com esses fornecedores ou caso essa relação não seja bem articulada, a Companhia pode não ser capaz de implementar a sua estratégia de negócios ou pode resultar em excesso de estoques, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia e seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, concorrentes da Companhia podem firmar contratos de exclusividade com fornecedores da Companhia, decidir em não mais trabalhar com a Companhia, encerrar suas operações ou sofrer crises financeiras, em qualquer caso, inviabilizando o fornecimento de seus produtos à Companhia. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de fornecer todos os produtos para seus clientes no tempo desejado e por preços atrativos e, conseqüentemente, pode perder clientes para seus concorrentes.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus contratos com esses fornecedores ou que será capaz de renovar contratos vigentes em termos favoráveis. Caso a Companhia não seja capaz de reter tais fornecedores pode sofrer com atrasos no abastecimento de mercadorias, cancelamento de vendas e, conseqüentemente, dificuldade de comercialização de produtos. Além disso, a Companhia não pode garantir que tais fornecedores serão capazes de entregar os produtos nos prazos acordados, ou que possuem estoque dos produtos. Por fim, caso esses fornecedores possuam um processo de manufatura que não apresente a produtividade esperada, a Companhia pode ter que cancelar vendas já realizadas pela falta do produto.

Qualquer dos eventos acima, se verificados, incluindo a falha em encontrar e manter os fornecedores certos para os produtos comercializados pela Companhia, pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

### ***A Companhia está sujeita a danos decorrentes de fraudes de cartões de créditos ou outros comportamentos fraudulentos.***

A Companhia não pode garantir que o software criado para analisar e avaliar a credibilidade de seus clientes funcionará da forma correta e esperada e que não haverá erros nos algoritmos que possam resultar em compras não autorizadas. Além disso, a evolução na legislação sobre proteção de dados está tornando-a cada vez mais restrita e pode, no futuro, limitar o uso do software da Companhia e sua capacidade de reter dados de clientes que são necessários para seu correto e eficaz funcionamento.

A Companhia oferece pagamento em prestações mensais a seus clientes e confia nas informações que a bandeira do cartão de crédito fornece para verificar a credibilidade do crédito disponível para cada cliente. Conseqüentemente, caso haja qualquer falha no sistema de avaliação das bandeiras dos cartões de crédito, a Companhia pode ser adversamente afetada pela falta de crédito disponível de seus clientes.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso as compras não sejam devidamente autorizadas ou caso ocorra qualquer erro com o processamento de pagamentos, ou caso os consumidores não tenham fundos suficientes para cumprir com as obrigações de pagamento assumidas, a Companhia pode ser adversamente impactada em seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, novas e inovadoras formas de pagamento online podem aumentar a incidência de fraudes, o que pode impactar a Companhia de forma adversa.

### (f) aos clientes da Companhia

***As restrições de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os volumes de vendas da Companhia.***

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil, para produtos não alimentícios cujo tíquete médio é maior do que o de alimentos. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2019, a taxa média de desemprego no Brasil era de 11,9% e em 30 de junho de 2020 a taxa era de 13,3% de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE. Os volumes de vendas da Companhia e, conseqüentemente, o seu resultado operacional, podem ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (ou CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, conseqüentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas, (i) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (ii) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (iii) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos consumidores da Companhia de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas pela Companhia ou por outras empresas de cartão de crédito podem afetar suas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

***A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados à entrega de produtos.***

A Companhia está exposta a certos incidentes envolvendo os serviços de entrega de produtos que a Companhia oferece aos seus consumidores, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia. Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que a entrega não foi realizada da maneira adequada, ou por conta de acidentes que possam ter causado danos ao consumidor.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer risco relacionado à entrega de produtos comercializados pela Companhia, seja real ou possível, poderá causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e eficácia do serviço de entrega prestado pela Companhia. Assim, qualquer alegação dessa natureza contra a Companhia e/ou dos produtos entregues no local designado pelo consumidor poderá causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia, além de poder gerar uma obrigação de indenizar eventuais consumidores.

### ***A Companhia pode ser adversamente afetada pela devolução de produtos por seus clientes.***

A Companhia oferece a seus clientes a possibilidade de devolução dos produtos adquiridos em nossas plataformas digitais em até 7 dias após a compra, em cumprimento à legislação de defesa do consumidor. Muitos produtos comercializados pela Companhia são pesados e frágeis, e necessitam de tratamento especial para entrega, fazendo com que eventuais devoluções se tornem desafiadoras e custosas.

Caso a Companhia receba um volume significativo de solicitações de devoluções, incluindo por insatisfação dos clientes com os produtos ou com o atendimento ao consumidor, a Companhia não pode garantir que esses produtos poderão ser devolvidos aos fornecedores ou que conseguirá comercializá-los de uma forma alternativa com bom custo-benefício (em *outlets* a preço com desconto, por exemplo). O crescimento contínuo da Companhia tende a fazer com que o número absoluto de devoluções aumente, o que pode fazer com que seja necessária a alocação de custos adicionais para lidar com essas devoluções, o que pode afetar as operações da Companhia e seus resultados financeiros. Até mesmo produtos que não passaram pelo centro de distribuição da Companhia, mas são entregues via *drop-shipping* (comercialização de produtos que estão no estoque do fornecedor) são inicialmente devolvidos para a Companhia, o que pode fazer com que ela tenha que estocar os produtos por um período de tempo significativo. Além disso, eventual alteração na política de devolução da Companhia pode resultar em insatisfação de seus clientes ou aumentar o número de devoluções e prejudicar sua reputação.

### **(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua**

#### ***A Companhia opera em um ambiente altamente competitivo e pode não conseguir competir de forma eficaz.***

O setor de comércio eletrônico de produtos de *home & living* é intensamente competitivo, fragmentado e dinâmico. A Companhia possui diversos competidores sob diversas marcas. Os modelos de negócios desses competidores podem divergir substancialmente do modelo de negócio da Companhia e certos competidores também atuam em outros setores além do *home & living*.

A Companhia compete com: (i) varejistas tradicionais do *home & living* e suas respectivas ofertas on-line; (ii) varejistas especializados em produtos específicos e suas respectivas ofertas on-line; (iii) lojas de móveis; (iv) varejistas on-line multi-categoria; (v) mercados on-line multi-categoria; (vi) varejistas on-line multi-canal; (vii) varejistas on-line multi-canal especializados em produtos específicos; (viii) varejistas on-line *pure play*; e (x) varejistas premium, inclusive operadores de lojas físicas.

Muitos dos atuais e eventuais concorrentes da Companhia possuem históricos operacionais mais longos, maiores recursos, melhor reconhecimento de marca e/ou mais clientes.

Em relação aos aspectos tecnológicos, é possível que os concorrentes da Companhia respondam a tecnologias novas ou emergentes e a mudanças nos requisitos do cliente com mais rapidez e eficácia, dedicando mais recursos ao desenvolvimento, promoção e venda de produtos e serviços.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Empresas maiores, mais bem estabelecidas e bem financiadas também podem adquirir, investir ou entrar em relacionamentos comerciais com empresas concorrentes. Portanto, alguns dos concorrentes e possíveis concorrentes da Companhia podem dedicar mais recursos a campanhas de *marketing* e promocionais, adotar políticas de preços mais agressivas e dedicar substancialmente mais recursos ao desenvolvimento de sites e sistemas do que a Companhia, o que pode afetar adversamente.

Se a Companhia não for capaz de determinar estratégias eficazes de competição em resposta às ações de seus concorrentes, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados.

***O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos.***

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, inclusive em decorrência da pandemia de COVID-19, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente as vendas, resultado operacional e situação financeira da Companhia.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito para reduzir ou aumentar o consumo e, conseqüentemente, controlar a taxa de inflação. Tais regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e em outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas regulamentações podem reduzir a capacidade dos usuários e de consumidores da plataforma da Companhia em obter crédito junto a instituições financeiras. Alguns desses controles podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que reduzam o acesso a créditos junto a instituições financeiras, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Ainda, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população e do aumento de sua renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante as suas vendas, seu resultado operacional e a sua situação financeira.

**(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua**

***A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.***

Os produtos comercializados pela Companhia são produzidos por fornecedores terceiros, e a Companhia possui uma ingerência limitada sobre a qualidade desses produtos. Conseqüentemente, é possível que a Companhia venda produtos defeituosos. A Companhia não pode garantir que terá cobertura de seguro contra tais riscos ou que conseguirá exercer direito de regresso contra tais fornecedores.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e extremamente favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-as em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os produtos estavam deteriorados, adulterados, não continham informações adequadas, ou requeridas conforme legislação aplicável, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e condição financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação da marca da Companhia e conseqüentemente, suas vendas e resultados financeiros. Para maiores informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

### ***A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.***

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Conseqüentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseia para realizar suas transações.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o seu fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às operações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir o entendimento das autoridades competentes com relação à tributação dos incentivos de longo prazo propostos pela Companhia a seus executivos, e tampouco que terá sucesso na recuperação de todos os créditos tributários oriundos da Ação Judicial transitada em Julgado que garantiu o direito de excluir o ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, no valor de R\$ 77.354.128,19. Com a exclusão desse valor da base de cálculo, a companhia deixou de recolher R\$ 7.155.256 de PIS/Cofins. A depender do entendimento adotado pelas autoridades competentes e/ou dos procedimentos que podem vir a ser adotados pela Companhia para buscar assegurar que ambos os casos tenham o tratamento alinhado com aquele prescrito pela legislação em vigor, é possível que a Companhia seja impactada de forma negativa temporariamente (caso a sua posição venha a prevalecer em uma eventual discussão administrativa ou judicial com as autoridades competentes) ou definitivamente (caso uma posição final definitiva contrária ao entendimento da Companhia seja adotada em uma eventual discussão administrativa ou judicial sobre essas matérias).

Além disso, a pandemia da COVID-19 e a declaração do estado de emergência que se seguiu podem ter impactos socioeconômicos de longo prazo, incluindo uma possível diminuição das receitas fiscais no país e um aumento da demanda por gastos públicos para apoiar o bem-estar social. Nessas circunstâncias, os governos federal, estadual e municipal poderiam introduzir mudanças na legislação tributária e impor um tratamento tributário mais oneroso às nossas atividades. Tais medidas podem afetar adversamente nossos negócios e resultados.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria alguns tributos federais, estaduais e/ou municipais, dentre eles, por exemplo, IPI, PIS, Cofins, ICMS e o ISS, para a criação de um ou mais tributos que incidiriam sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que eventualmente poderão alterar sua carga tributária e seus incentivos fiscais, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais.

### ***A Companhia enfrenta riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação das suas atividades.***

A Companhia não pode assegurar que atualmente possui, para o exercício de suas atividades nos imóveis que aluga, todas as licenças válidas para operar e/ou que obterá e/ou renovará, no futuro, estas licenças, ou que as obterá e/ou renovará sempre em prazos adequados, sendo certo que reconhece que a ausência de regularização poderá gerar óbices às ocupações atualmente exercidas nos imóveis de terceiros e, por conseguinte, eventuais prejuízos financeiros advindos por multas, interdições, adequações, bem como procedimentos de realocação de sua loja e quiosques, centro de distribuição, bem como abertura de novas lojas.

As atividades dependem de licenças de responsabilidade da Prefeitura local, destacando-se o Habite-se (Auto de Conclusão de Obras) e a Licença de Instalação e Funcionamento (“LIF”). O Habite-se atesta que as edificações realizadas nos imóveis foram concluídas de acordo com os projetos aprovados perante as autoridades competentes e em conformidade com a legislação municipal, não possuindo prazo de validade. A LIF, é o documento hábil para autorizar o desenvolvimento de atividades empresariais nos imóveis, sendo certo que a operação de atividades não residenciais sem as respectivas licenças imobiliárias implica no risco de interdição do estabelecimento, com aplicação de multas cumulativas. Ainda, a interdição pode ser determinada pelo período necessário à obtenção da licença, ou, em caso de impossibilidade, pode haver a lacração definitiva.

A inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (“AVCB”), documento de responsabilidade do Corpo de Bombeiros, por seu turno, pode ensejar na atuação pelo referido órgão, com a aplicação das penalidades gradativas e/ou cumulativas, que podem ser desde notificações, multas e até, em casos mais extremos, interdição do estabelecimento.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades.

A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra: (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas e centros de distribuição; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento da loja, quiosques e centro de distribuição atuais, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente e de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido a pandemia da COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas de redução de funcionamento de órgãos públicos pelo Governo Federal, bem como pelos governos estaduais e

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

municipais, o que pode dificultar a obtenção e/ou renovação das licenças, registros, alvarás e autorizações necessárias para as atividades da Companhia.

***A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico é recente, limitada e está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os negócios da Companhia.***

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet, inclusive o Marco Civil da Internet e seu decreto regulamentador, que têm como finalidade estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, bem como estabelecer disposições sobre a responsabilidade do provedor de aplicações de internet, a privacidade dos usuários, padrões de segurança da informação e a neutralidade de rede.

A incerteza jurídica proveniente do Marco Civil da Internet permite que diferentes juízes ou tribunais decidam de forma diversa em processos de objetos semelhantes, resultando em jurisprudência contraditória. Um dos temas abordados pelo Marco Civil da Internet, que ainda está sendo debatido e gera controvérsia, é sobre a reponsabilidade civil dos provedores de aplicação em relação ao conteúdo divulgado em plataformas digitais por terceiros estar condicionada a uma ordem judicial específica para remoção do conteúdo ilícito. Essa insegurança jurídica pode sujeitar a Companhia em ser responsabilizada pelo conteúdo que é divulgado pelos vendedores com maior facilidade e, conseqüentemente, poderia impactar de forma adversa nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Apesar do Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013, ter regulamentado o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer algumas regras específicas para contratação no âmbito do comércio eletrônico, não há atualmente distinção significativa entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Além disso, as leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento *online*, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicarão à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar os negócios da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda por seus produtos e serviços e um aumento nas despesas operacionais.

***Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar os resultados da Companhia.***

O Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade "crédito rotativo", ou seja, através do oferecimento ao consumidor de crédito para pagamento total da fatura do cartão até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade "crédito parcelado", através do parcelamento do total da fatura do cartão, e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, pode implicar na redução das receitas financeiras da Companhia decorrentes dos juros praticados em tais operações, e, assim, impactar negativamente nos seus resultados.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***A Companhia está sujeita a riscos relacionados à regulamentação do tratamento de dados pessoais no Brasil.***

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal e pelo Código Civil, mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Além disso, outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, em vigor desde 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi sancionada a LGPD, as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais. A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, especialmente as empresas que tratam um grande volume de dados pessoais, como é o nosso caso. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais de clientes, empregados, fornecedores e outros terceiros no curso normal dos seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. O processamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda de dados pessoais, além da interrupção da prestação dos serviços da Companhia, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, empregados, etc. Ademais, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais. Eventual descumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia. Em caso de infrações às normas da LGPD, a Companhia estará sujeita, além da responsabilidade civil, às sanções previstas em tal lei, conforme já mencionado neste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***A Companhia está sujeita ao vazamento de dados confidenciais causados por fontes internas ou externas, o que poderá expor a Companhia a processos judiciais.***

A LGPD (Lei 13.709/2018), o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) são as principais leis que atualmente regulamentam o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados pela Internet, a Companhia deve obter o consentimento prévio, expresso e informado do usuário. A LGPD estabelece novas regras a serem observadas por nós na coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais, sejam eles de clientes ou de empregados. A Companhia poderá ter dificuldades em se adequar à nova legislação, tendo em vista as novas obrigações a serem cumpridas. Caso as obrigações legais não sejam cumpridas, poderá estar sujeita, dentre outros, a advertências, obrigação de divulgação do incidente, eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) de seu faturamento no exercício social mais recente, excluídos os tributos, que pode chegar a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Adicionalmente, violações de segurança por parte de terceiros dos sistemas de computadores da Companhia e falhas na proteção de dados pessoais por ela tratados, incluindo a divulgação ou o uso não autorizados das informações confidenciais dos clientes, poderão expor a Companhia a processos judiciais por utilização indevida dessas informações e perda de reputação, o que pode impactar de forma negativa e substancial a sua imagem, afetando adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e situação financeira.

Para mais informações sobre a LGPD veja itens 4.1(a) e 7.5(a) deste Formulário de Referência.

#### **(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua**

Não aplicável, uma vez que a Companhia atua apenas em território brasileiro.

#### **(j) questões socioambientais**

### ***O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente os negócios da Companhia***

A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e observância de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, uso de água, áreas contaminadas, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos e prazos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

### ***Descumprimentos de normas ambientais pela cadeia de fornecedores pode afetar a Companhia.***

Na cadeia de fornecedores, a Companhia enfrenta riscos de caráter socioambiental, como a eventual associação da Companhia com fornecedores que possuam práticas que utilizem áreas ambientalmente protegidas sem autorização e áreas embargadas não propriamente divulgadas,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podendo intensificar o desmatamento ilegal impactando diretamente a biodiversidade. A associação da Companhia a esses fornecedores pode traduzir-se em perda de valor da marca da Companhia por impactos a sua imagem e comprometimento no abastecimento de matéria-prima. Este risco indireto da Companhia tem o potencial de afetar a capacidade de atender mercados e concretizar sua estratégia de expansão.

***A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.***

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparar danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que resultará em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à sua reputação.

Ainda, nossas atividades podem causar impactos e danos ao meio ambiente. Nesse sentido, a legislação federal impõe responsabilidade civil objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa; podendo haver, ainda, responsabilização na esfera criminal, envolvendo penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, envolvendo a imposição de multas e suspensão de atividades.

O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir ou os levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o fluxo de caixa, a imagem e os nossos investimentos.

### (k) fatores macroeconômicos

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o coronavírus responsável pelo COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus responsável pelo COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), entre outros, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia, suas controladas e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo, medidas de restrições à circulação, distanciamento social e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência, os países têm imposto restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que têm resultado em volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, diminuição de renda e desemprego. A adoção das medidas descritas acima, aliadas

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, inclusive causando oito paralizações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

Nesse sentido, qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nos valores mobiliários de sua emissão. Surto de doenças também podem resultar em quarentena do pessoal da Companhia ou na incapacidade de acessar suas instalações, o que prejudicaria sua reputação e o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

***A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de vender as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

***A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.***

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Uma das conseqüências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2016, 6,90% a.a. em 31 de dezembro de 2017, 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 4,40% em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM).

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como conseqüência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia. Além disso, um cenário com alta inflação costuma afetar negativamente o poder de compra dos consumidores em geral, especialmente com relação a itens não essenciais como móveis para decoração, o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Um aumento da inflação aumentaria consideravelmente os custos do endividamento da Companhia que, em 30 de setembro de 2020, totalizavam R\$12.989,0 mil, bem como custos e despesas operacionais relevantes como despesas com fretes e transportes.

***O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.***

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes (inclusive em virtude do cenário de pandemia causado pela COVID-19), e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- racionamento de água e energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de emissão da Companhia.

***O preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros está sujeito a acontecimentos e percepções de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos.***

O mercado de valores mobiliários brasileiro sofre grande influência de fatores e percepções externas, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas e de mercado de países da América Latina, Ásia, América do Norte, Europa e outros, exercem, em diferentes escalas, impacto no valor de mercado dos valores mobiliários negociados no Brasil e nos títulos de empresas brasileiras negociados em mercados estrangeiros. As condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, sendo que as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar a Companhia adversamente. Em junho de 2016, o Reino Unido convocou um referendo em que a maioria de sua população votou pelo Reino Unido para sair da União Europeia. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e até que ponto outros estados membros decidirão sair da União Europeia no futuro. Além disso, a COVID-19 afetou adversamente a economia mundial, e novos surtos da pandemia em países europeus ou nos Estados Unidos podem impactar materialmente esses mercados. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

***Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial aquelas dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e o valor de mercado de suas ações.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

### ***Crisis econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.***

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Conseqüentemente a incerteza sobre se o Governo Federal vai conseguir aprovar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e no Governo Federal. A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro experimentou uma intensa instabilidade em decorrência principalmente da deflagração de um esquema de corrupção envolvendo vários políticos, incluindo membros do alto escalão, o que culminou com o impeachment da última presidente da república e com ações contra seu sucessor e sua equipe. Como resultado das investigações anticorrupção em andamento, vários políticos relevantes, incluindo congressistas e executivos de algumas das principais empresas estatais no Brasil renunciaram ou foram presos. Outros executivos do alto escalão eleitos funcionários públicos no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilícita identificadas durante tais investigações. As questões que surgiram e podem continuar a surgir como resultado de, ou em relação a tais investigações afetaram adversamente a conjuntura econômica do Brasil. O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os seus negócios.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro também está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por supostas irregularidades com base em acusações feitas pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente tentou influenciar indevidamente a nomeação de policiais federais brasileiros. Se for considerado que o Presidente cometeu tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um possível impeachment, podem ter efeitos adversos no ambiente político e econômico no Brasil, bem como nos negócios que operam no Brasil, inclusive da Companhia. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro foi criticado no Brasil e internacionalmente, e os efeitos desestabilizadores da pandemia do COVID-19 aumentaram a incerteza política e a instabilidade no Brasil, principalmente após a saída de vários ministros e alegações de corrupção contra o presidente Bolsonaro mencionadas acima.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Não se pode garantir que outros eventos políticos não provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e no preço de seus valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Recentemente, o mundo tem sido afetado por uma pandemia (COVID-19), que tem provocado impactos econômicos negativos globais, dos quais nós ainda não conseguimos quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução relevante no consumo e impactar o nosso volume de vendas. O impacto no volume de nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

### ***A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.***

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das ações da Companhia em dólares norte-americanos. Além disso, a desvalorização pode aumentar os custos dos fornecedores da Companhia na medida em que haja um aumento dos insumos destes fornecedores atrelados ao dólar.



## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Define-se como riscos de mercado a possibilidade de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, sobre as posições da carteira própria da Companhia e suas controladas.

As principais fontes de risco de mercado são, substancialmente, oriundas de: juros pré-fixados, juros em moeda estrangeira, juros reais, câmbio, inflação, ações, commodities e suas volatilidades. A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

#### Risco Cambial

Atualmente, a Companhia detém empréstimos em moeda estrangeira (euros), sendo que em 30 de setembro de 2020, o endividamento da companhia denominado em moeda estrangeira era de R\$ 3.553 mil. Essa operação tem um custo de variação cambial mais 4,01% ao ano e está protegida da variação cambial por meio de contratos de non deliverable forward (NDF) de mesmo valor e prazo da operação.

Em relação às importações de mercadorias, a Companhia possui como política efetuar um adiantamento parcial quando da solicitação do pedido, e outro adiantamento para a liberação da mercadoria para transporte para o território nacional. Há o risco cambial entre a data de desembolso do primeiro adiantamento e o segundo adiantamento (risco de fluxo de caixa). Há uma exposição cambial decorrente dessas aplicações financeiras em fundos cambiais, cujo saldo em 30 de setembro de 2020 era de R\$603 mil.

#### Risco da Taxa de Juros

A exposição da Companhia relacionada à flutuação de taxas de juros se refere às aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### Análise de sensibilidade do risco cambial e risco de taxa de juros

Risco	30/09/2020	Taxa Moeda	Resultado financeiro		
			Cenário provável <sup>(i)</sup>	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Variação US\$ 603	US\$	(58)	(72)	(87)
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta CDI 51.461	CDI	1.405	1.756	2.107
Empréstimos	Alta CDI (1.273)	CDI	(35)	(43)	(52)
			<u>1.312</u>	<u>1.641</u>	<u>1.968</u>

<sup>(i)</sup> Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2020 (2,73% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável do US\$, foram consideradas as projeções do Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil para 2021 (R\$5,10).

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 40.000,00; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

#### **Processos de natureza tributária**

Os processos judiciais tributários indicados abaixo não representam contingência para a Companhia, pois apenas objetivam o reconhecimento de seu direito de não recolher determinados tributos e recuperar valores recolhidos indevidamente (contingências ativas). O direito que se visa tutelar por meio desses processos é o reconhecimento da sua atividade em enquadramento tributário que lhe é favorável. Assim, e independente da sua posição de autora nesses processos, em caso de improcedência nesses processos, a Companhia poderá ser compelida ao recolhimento dos valores que neles são discutidos (e que não são contingenciados), com impactos negativos nos seus resultados financeiros e no seu fluxo de caixa.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0014293-95.2014.4.03.6100	
a. juízo	12ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/SP
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/08/2014
d. partes no processo	Autor: Westwing Comércio Varejista Ltda. Réu: União
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.855.932,74 (valor de alçada) R\$3.566.291,74 em 30 de setembro de 2020
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Declaratória ajuizada em 07 de agosto de 2014 pela Companhia, para que fosse autorizada a tomada de créditos de PIS e COFINS calculados sobre as despesas incorridas com serviços de propaganda e marketing.</p> <p>Em 06.08.2015, foi proferida sentença que julgou improcedente a ação, sob o fundamento de que “o legislador infraconstitucional possui liberdade para determinar os critérios e os beneficiários da não-cumulatividade, bem como autorização para que isso se faça com diferenciações para alguns seguimentos de contribuintes [...] para definição dos insumos, com base no Poder Regulamentar, foi editada a Instrução Normativa SRF nº 404/2004 (...)”.</p> <p>Diante disso, em 14.09.2015, foi interposto Recurso de Apelação pela Companhia. Todavia, a Terceira Turma do TRF 3ª região proferiu decisão que negou provimento ao recurso interposto (publicada em 19.06.2019).</p> <p>Neste ínterim, em 22.02.2019, foi protocolada petição informando ao juízo a renúncia dos poderes outorgados pela Westwing aos advogados responsáveis pela causa, sendo juntado novo instrumento de mandato constituindo novos advogados como representantes da Companhia.</p> <p>Em 19.07.2019, foi interposto Recurso Especial pela Companhia, demonstrando ofensas à Lei Federal e a precedentes do STJ. Todavia, o Recurso Especial foi inadmitido, sob o fundamento de que seria necessário o revolvimento de questão fática para se concluir, ou não, pela essencialidade ou relevância das despesas com marketing.</p> <p>Em 18.11.2019, foi interposto Agravo em Recurso Especial, distribuído perante o STJ sob o nº 1717205. Em 21.10. o Agravo em Recurso Especial foi provido, tendo sido convertido no Recurso Especial nº 1903391/SP.</p> <p>Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.</p>
g. chance de perda	Possível

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de decisão desfavorável, a Companhia deverá arcar com honorários de sucumbência. A Companhia realiza mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos no processo, de forma que, eventual decisão desfavorável ensejará a conversão em renda desses valores em favor da União.
---	--

<b>Processo nº 5018061-02.2018.4.03.6100 (Processo físico nº 0025598-08.2016.4.03.6100)</b>	
<b>a. juízo</b>	19ª Vara da Justiça Federal em São Paulo
<b>b. instância</b>	2ª Instância
<b>c. data de instauração</b>	16/12/2016
<b>d. partes no processo</b>	Impetrante: Westwing Comércio Varejista Ltda. Impetrada: União
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 50.000,00 (valor de alçada) R\$800.000,00 em 30 de setembro de 2020.
<b>f. principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar a incidência de Contribuições Previdenciárias sobre verbas de natureza trabalhista e previdenciária (aviso prévio indenizado, 15 primeiros dias de auxílio doença e 1/3 constitucional de férias).  Foi proferida sentença concedendo a segurança em primeiro grau e confirmando a liminar.  A União interpôs Recurso de Apelação, o qual foi desprovido. Sendo assim, a União interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário. A Companhia apresentou suas Contrarrazões aos recursos, e os processos foram sobrestados em virtude do Tema de Repercussão Geral nº 985 estar pendente de julgamento.  Tendo em vista o desfecho do julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 985 no final de setembro de 2020, a Companhia irá requerer o prosseguimento do feito.
<b>g. chance de perda</b>	Remota em relação às verbas de aviso prévio indenizado e 15 primeiros dias de auxílio doença; Provável em relação ao 1/3 constitucional de férias.
<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	De acordo com o relatório dos advogados responsáveis pelo processo, em caso de decisão desfavorável não haveria impacto negativo, tendo em vista que a Companhia recolheu todos os encargos sobre o 1/3 constitucional de férias, que continuam em discussão. Também não haveria impacto negativo em decorrência do pagamento de honorários de sucumbência.

<b>Processo nº 5015783-28.2018.4.03.6100 (Processo físico nº 0025703-82.2016.4.03.6100)</b>	
<b>a. juízo</b>	22ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo/SP
<b>b. instância</b>	2ª Instância
<b>c. data de instauração</b>	19/12/2016
<b>d. partes no processo</b>	Impetrante: Westwing Comércio Varejista EIRELI Impetrada: União
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$5.364.155,22 (valor de alçada) R\$10.314.294,96 em 30 de setembro de 2020.
<b>f. principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para requerer a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS  Foi proferida sentença concedendo a segurança em primeiro grau e confirmando a liminar.  A União interpôs Recurso de Apelação, o qual não foi conhecido.  Sendo assim, a União procedeu com a interposição de Recurso Extraordinário, admitido pelo TRF3, e devidamente contra-arrazoado pela Companhia.  Atualmente o Recurso Extraordinário está sobrestado, aguardando o julgamento dos Embargados de Declaração no RE 574.706.
<b>g. chance de perda</b>	Remota
<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	A companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS desde 2018. O total de ICMS excluído da base desde 2018 até 30 de setembro

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	<p>de 2020 foi de R\$ 77.354.128,19. O valor do PIS/COFINS que deixou de ser recolhido foi de R\$ 7.155.256,86. Estima-se que o valor equivalente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao período de dezembro de 2016 até abril de 2018 será de R\$ 34.151.763,28, o que resultará na recuperação de aproximadamente R\$ 3.159.038,10 de PIS/COFINS.</p> <p>Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia terá que realizar o recolhimento do PIS/Cofins sobre o valor da base excluída do ICMS, devidamente atualizado.</p>
--	--

<b>Processo nº 5026242-55.2019.4.03.6100</b>	
<b>a. juízo</b>	6ª Vara Cível Federal Seção Judiciária de São Paulo
<b>b. instância</b>	2ª Instância
<b>c. data de instauração</b>	12/12/2019
<b>d. partes no processo</b>	Impetrante: Westwing Comércio Varejista Ltda. Impetrada: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo – SP
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$309.750,00 em 30 de setembro de 2020.
<b>f. principais fatos</b>	<p>Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 12 de dezembro de 2019, buscando o reconhecimento da natureza jurídica de insumos das despesas incorridas com taxas de cartão de crédito e débito devidas às operadoras para fins de apuração de PIS e COFINS, bem como a autorização da tomada de créditos das referidas contribuições sobre as taxas de cartão de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados em todas as suas plataformas eletrônicas (compras online); e/ou a autorização da tomada de créditos sobre as taxas de cartão de crédito e débito decorrentes dos pagamentos efetuados em sua única loja física.</p> <p>Em 13.12.2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido liminar, por entender o Magistrado, que "A taxa de administração de cartão de crédito integra os custos operacionais da atividade da empresa [...] motivo pelo qual dito valor integra o conceito de faturamento/receita bruta para fins de incidência do PIS/COFINS".</p> <p>Desta maneira, em 16.12.2019, foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, os quais foram rejeitados.</p> <p>Assim sendo, em 06.01.2020, foi interposto Agravo de Instrumento, distribuído perante o TRF da 3ª região sob o nº 5000088-30.2020.4.03.0000.</p> <p>Ato contínuo, antes que fosse realizado o julgamento de mérito do Agravo de Instrumento, sobreveio sentença que denegou a segurança, sob o fundamento de que as taxas de administração de cartões de débito e crédito devidas às operadoras, embora necessárias à atividade da Companhia, não seriam passíveis de creditamento, por não se caracterizarem como insumos.</p> <p>Diante disso, em 25.05.2020, foi interposto Recurso de Apelação para reformar a sentença que denegou a segurança requerida, o qual aguarda julgamento.</p>
<b>g. chance de perda</b>	Possível
<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	De acordo com o relatório dos advogados responsáveis pelo processo, em caso de decisão desfavorável o impacto negativo sobre a Companhia é a impossibilidade de tomar créditos futuros sobre as taxas administrativas de cartões de crédito e débito pagas às operadoras.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo nº 5018499-91.2019.4.03.6100</b>	
<b>a. juízo</b>	6ª Vara Cível Federal Seção Judiciária de São Paulo
<b>b. instância</b>	2ª Instância
<b>c. data de instauração</b>	02/10/2019
<b>d. partes no processo</b>	Impetrante: Westwing Comércio Varejista Ltda. Impetrada: Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo – SP
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$1.248.000,00 em 30 de setembro de 2020.
<b>f. principais fatos</b>	<p>Trata-se de Mandado de Segurança impetrado, em 02 de outubro de 2019, para suspender a exigibilidade das contribuições ao PIS e a COFINS nos termos do artigo 151, IV, do Código Tributário Nacional, no que se refere à parcela decorrente da inclusão do ISS e da contribuição ao PIS e COFINS na base de cálculo das próprias contribuições ao PIS e a COFINS.</p> <p>Em 14.11.2019, foi proferida decisão que deferiu o pedido liminar, por entender o Magistrado que os valores recolhidos a título de ISS e de PIS e COFINS, que majoram as bases de cálculo das próprias contribuições, representam verdadeiro ônus fiscal e, por interpretação analógica, o RE 574.706/PR julgado pelo STF sob a sistemática da repercussão geral se amolda à pretensão da Companhia.</p> <p>Desta maneira, em 04.05.2020, sobreveio sentença que concedeu parcialmente a segurança requerida para afastar apenas a inclusão do ISS na base de cálculo das contribuições, tendo, por outro lado, mantido a sua incidência sobre os valores das próprias contribuições, razão pela qual revogou parcialmente a liminar quanto a este ponto. Nessa linha, as partes interpuseram Recurso de Apelação.</p> <p>Em 24.09.2020, foi proferida decisão monocrática negando provimento ao Recurso de Apelação da Companhia, bem como, dando parcial provimento ao Recurso de Apelação da Fazenda Nacional “para estabelecer os critérios para a repetição restituição/compensação dos valores pagos indevidamente”.</p> <p>Sendo assim, foi interposto Agravo Interno para a reforma integral da decisão nos pontos (i) que negou provimento ao pedido de exclusão do PIS e COFINS de suas próprias bases de cálculo, bem como, ao (ii) que deu parcial provimento ao Recurso de Apelação da Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo Interno.</p>
<b>g. chance de perda</b>	Possível
<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	<p>De acordo com o relatório dos advogados responsáveis pelo processo, em caso de decisão desfavorável o impacto negativo sobre a Companhia seria a impossibilidade de excluir os valores de ISS e PIS/COFINS da base de cálculo das contribuições. Ademais, considerando que desde abril/2020 a Companhia vem excluindo valores da base de cálculo do PIS/COFINS, os valores recolhidos a menor poderão ser cobrados pela União com acréscimos legais, em caso de decisão desfavorável.</p> <p>Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia terá que realizar o recolhimento do PIS/Cofins sobre o valor da base excluída do ISS, devidamente atualizado.</p>

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo nº 5022231-13.2020.4.03.0000</b>	
<b>a. juízo</b>	4ª Vara Cível Federal de São Paulo
<b>b. instância</b>	2ª Instância
<b>c. data de instauração</b>	10/08/2020
<b>d. partes no processo</b>	Impetrante: WESTWING Comércio Varejista EIRELI Impetrada: Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo – SP
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$509.000,00 em 30 de setembro de 2020.
<b>f. principais fatos</b>	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para suspender a exigibilidade da integralidade dos créditos tributários das Contribuições ao FNDE (salário educação), ao INCRA, ao SENAC, ao SESC e ao SEBRAE, com pedido liminar. O pedido liminar foi parcialmente deferido para limitar as contribuições a 20 salários-mínimos. Insatisfeita com o deferimento parcial, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão, para que a União seja impedida de criar qualquer óbice à emissão de certidões negativas de débito, em relação a matéria discutida no Mandado de Segurança, bem como conferir efeito suspensivo às contribuições até o desfecho do processo. O Agravo de Instrumento foi incluído na pauta de julgamento do dia 10/12/2020. Atualmente, o Mandado de Segurança se encontra concluso para decisão.
<b>g. chance de perda</b>	Possível
<b>h. análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia terá que realizar o recolhimento dos créditos mencionados.

**Processos de natureza trabalhista e previdenciária**

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

<b>Processo nº 0010973-45.2019.5.15.0021</b>	
<b>a. Juízo</b>	2ª Vara do Trabalho de Jundiá
<b>b. Instância</b>	1ª instância
<b>c. Data de instauração</b>	03/06/2019
<b>d. Partes no processo</b>	Reclamante: K.G.P. Reclamada: Westwing Comércio Varejista Ltda.
<b>e. Valores envolvidos</b>	R\$ 200.000,00
<b>f. Principais fatos</b>	Reclamante alega que desenvolveu doenças ocupacionais em razão das atividades exercidas para a Reclamada, ocasionando a redução de sua capacidade laborativa. Por este motivo, requer o pagamento de indenização por danos materiais na forma de pensão mensal vitalícia, bem como indenização por danos morais. Houve a realização de perícia médica para averiguar se as patologias alegadas pela Reclamante decorrem das atividades profissionais exercidas, tendo sido constatado nexos causal. Atualmente aguarda-se realização de audiência de instrução designada para 23/03/2021.
<b>g. Chance de perda</b>	Possível
<b>h. Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de decisão desfavorável com trânsito em julgado, haverá impacto financeiro em valor a ser calculado em sede de liquidação de sentença.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

#### Processos de natureza cível e outros

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 0130935-08.2012.8.26.0100	
a. juízo	38ª Vara Cível do Foro Central De São Paulo – SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	13/03/2014
d. partes no processo	Autor: Estok Comércio e Representações Ltda. Réu: Google Brasil Internet Ltda. e Marcelo Coenya Riera Nunes
e. valor da causa	R\$280.042,34 em 30 de setembro de 2020.
f. principais fatos	Trata-se de cumprimento de sentença de acórdão que condenou o réu Marcelo Nunes à abstenção definitiva do uso da marca “Tok & Stok” como palavra-chave para redirecionamento a anúncios da concorrente “Westwing” no site de pesquisas do réu Google, e ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Os danos materiais ainda serão apurados em liquidação de sentença e os danos morais, em julho de 2020, totalizavam o montante de R\$137.310,39. O cálculo dos valores relacionados aos danos morais foram impugnados por ambos os executados nos autos do cumprimento de sentença. Aguarda-se decisão sobre a impugnação.  A título de esclarecimento, o domínio do site Westwing pertencia ao réu Marcelo Nunes quando firmado o contrato de anúncio de publicidade do serviço “AdWords” do réu Google, mas foi posteriormente transferido à Westwing. A Westwing possui um acordo com Marcelo Nunes e será responsável pelo pagamento da condenação
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro, referente ao pagamento de danos morais no montante aproximado de R\$140.000,00, e de danos materiais, que ainda serão apurados em fase de liquidação de sentença.

Processo nº 0733400-28.2019.8.07.0001	
a. juízo	Juízo Especial Cível de Brasília/DF
b. instância	Primeira instância
c. data de instauração	27/12/2019
d. partes no processo	Autor: Desiree Jaromicz Feldmann Réu: Westwing Comércio Varejista EIRELI.
e. valor da causa	R\$103.288,64 em 30 de setembro de 2020.
f. principais fatos	A autora relata ser artista plástica responsável por desenvolver produtos que foram utilizados em campanhas da ré.  Em defesa, a ré esclareceu que os produtos foram adquiridos junto a terceiro. Processo aguardando julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro

### **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

#### **4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3**

Em 30 de setembro de 2020, o valor total histórico envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$383.330,98, dos quais R\$155 mil foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.



#### **4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

##### **4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

##### **4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, tendo em vista que em 30 de setembro de 2020 não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

### 4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

#### *Processos de natureza cível e outros*

Demandas consumeristas	
a. valores envolvidos	R\$804,9 mil em 30 de setembro de 2020
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia está envolvida em 47 processos ativos judiciais e aproximadamente 4 reclamações no Procon repetitivos relacionados ao direito do consumidor, ajuizados diante de fatos tais como (i) cancelamento de compra, (ii) produto não entregue, (iii) produto com defeito, (iv) entrega de produto errado e (v) atraso na entrega de produto.

#### 4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. Em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$804,9 mil, dos quais R\$204,0 mil foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

#### ***Termos de Ajustamento de Conduta***

A Companhia celebrou dois Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”), os quais já foram arquivados, conforme descritos abaixo:

#### **Inquérito nº 599/2013 Ministério Público do Rio de Janeiro**

No ano de 2013 foi instaurado por meio da portaria de nº 136/2013 junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o processo administrativo de registro nº 599/2013, para a apuração de suposta prática de propaganda enganosa capaz de induzir o consumidor a erro.

Segundo a denúncia a Companhia elevaria o preço dos produtos em até 220%, para depois aplicar descontos e vender os produtos pelo valor de mercado, ou seja, elevava os preços dos produtos para aplicar grandes descontos, levando o consumidor a erro, pois estes acreditavam que estavam comprando produtos mais baratos em razão da conduta descrita.

Neste passo, foi celebrado em agosto de 2014, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde restou estabelecido que a Companhia deve deixar de forma clara e objetiva no site o preço real dos produtos e o efetivo desconto praticado. A Companhia está cumprindo todos os termos do TAC em questão.

#### **Processo Administrativo de E – 24/004/3961/2013 – Procon Rio de Janeiro**

Processo instaurando em razão de não ter sido encontrado pelo Procon do Estado do Rio de Janeiro, em local de destaque e de fácil visualização, nome empresarial e número de inscrição do fornecedor de produtos, endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para a sua localização, bem como a prática de publicidade enganosa.

Restou pactuado por meio do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que a Companhia deveria informar em seu site no prazo de 15 (quinze) dias, no seu rodapé de sua página principal, por meio de um link denominado “nossos preços”, inserido de maneira de destaque e diferenciada, a natureza de sua atividade comercial, explicando como se dá a metodologia de vendas de um clube de compras (modelo de seu negócio), incluindo, ainda, a informação clara e objetiva para o consumidor de como se calcula o desconto ofertado nos produtos por si comercializados. A Companhia está cumprindo todos os termos do TAC em questão.

Após o cumprimento de todas as determinações o processo foi encerrado.

#### ***Processos envolvendo administradores da Companhia***

O Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, administrador da Companhia, encontra-se no polo passivo do processo nº 1019009-63.2016.8.26.0100. Trata-se de ação ordinária com pedido de tutela antecipada ajuizada por Lilian Marques André com o objetivo de reivindicar direitos decorrentes de contrato realizado com a Construtora Atlântica para a aquisição de uma unidade autônoma de empreendimento imobiliário na cidade de São Paulo. A autora alega que a Construtora praticou fraude imobiliária ao alienar a mesma unidade autônoma para mais de um comprador, razão pela qual pediu a regularização do empreendimento, com a outorga da escritura definitiva da unidade cedida à autora e sua imissão em definitivo na posse do imóvel, além da condenação da Construtora ao pagamento de indenização por danos morais. Atribuiu-se à causa o valor de R\$700.000,00. A autora posteriormente desistiu do pedido de danos morais. O Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo apresentou contestação, informando ser parte ilegítima para responder à demanda, já que adquiriu a unidade nº 11 do empreendimento imobiliário, e não a de nº 51, objeto da ação. O processo está em fase de produção de provas.

Por fim, o Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo também recebeu, em setembro de 2012, intimação para responder um questionamento administrativo pelo suposto não recolhimento de ITCMD devido em Osasco/SP. Tal intimação não teve repercussão.

## **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

### **Processos Administrativos Federais**

Além disso, a Companhia possui parcelamentos referentes a 12 processos administrativos federais, cujo saldo remanescente total é de aproximadamente R\$ 462.850,49 já reconhecido no passivo da Companhia. Nesse caso, os processos não representam contingência, na medida em que já foi reconhecido pela Companhia que os valores são, de fato, devidos.

## **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

#### **(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

#### **(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

#### **(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

#### **(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

#### **(e) outras questões do interesse dos investidores**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### 5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a identificar, avaliar, prever e monitorar os riscos aos quais está sujeita (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”).

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de riscos, com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar os riscos. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

##### (i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco aos quais a Companhia está sujeita:

- *Risco Estratégico*: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia;
- *Risco Operacional*: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos de suporte às atividades da Companhia ou, ainda, eventos externos, incluindo, mas não se limitando, risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas;
- *Risco de Imagem*: risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes;
- *Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação*: risco de falhas nos serviços de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e *endpoints* de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades;
- *Risco de Vendas*: risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma, loja física e quiosques da Companhia, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de *marketing*, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), bem como falhas em abastecimento de mercadorias na plataforma e transporte;
- *Risco de Liquidez*: risco de falta de capacidade financeira da Companhia, ou a sua falta de capacidade de se financiar para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- *Risco de Compliance*: risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas;
- *Risco de Informação*: risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de clientes, fornecedores, parceiros de negócios, acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação; e
- *Risco Estrutural do Meio de Pagamento*: risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

### (ii) instrumentos utilizados para proteção

Com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework (COSO)*, a Companhia estabelece um processo de gerenciamento dos riscos que engloba os seguintes componentes:

- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos empregados da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;
- **resposta ao risco** – a administração deve implementar um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos para auxiliar a garantir que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a gestão dos mesmos seja efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – as informações relevantes são identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

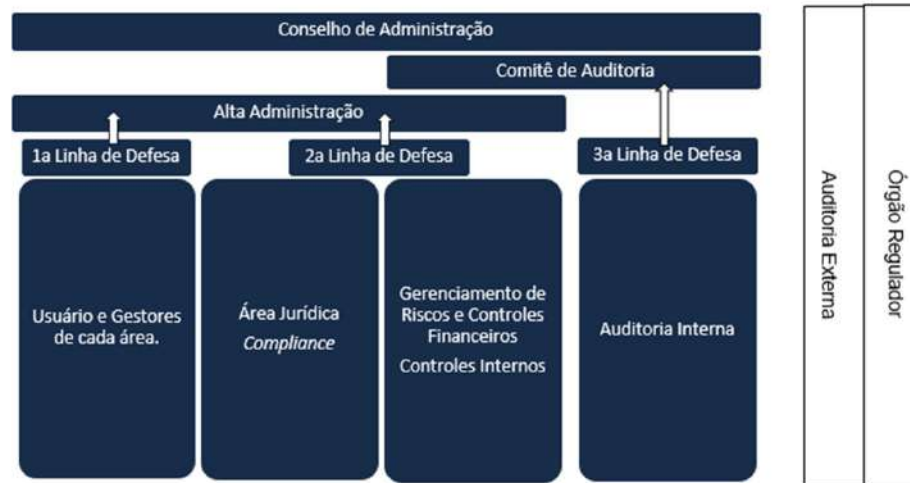
A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos que está exposta. A Companhia reconhece que tais riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.



## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma estrutura de detecção e prevenção de riscos composta por três linhas de defesa, conforme figura abaixo, que mostra como se dá a comunicação pelo plano hierárquico da Companhia:



#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por:

- determinar o *Apetite por Riscos* (assim entendido o nível de risco associado à consecução dos objetivos da Companhia) e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- avaliar a efetividade do sistema de controles internos, com o assessoramento do Comitê de Auditoria;
- aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos; e
- revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pelas divisões de controles internos e *compliance*.

#### Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável por:

- implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- propor ao Conselho de Administração o *Apetite por Risco* da Companhia;
- conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- avaliar periodicamente a Avaliação de Risco (assim entendida a avaliação quantitativa ou qualitativa da natureza e da magnitude dos riscos relativos aos objetivos da Companhia, a qual é baseada nas vulnerabilidades e ameaças conhecidas ou contingentes, assim como na probabilidade de concretização das ameaças e no potencial impacto sobre a Companhia), relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- avaliar e monitorar o Risco Estratégico;
- identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlato; e
- auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia está encarregado de:

- rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos;
- monitorar as exposições de risco da Companhia;
- fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Conduta, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (ombudsman), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- avaliar e monitorar o Risco de Liquidez;
- investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia; e
- fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos.

### Áreas Jurídica e de Compliance

As áreas Jurídica e de Compliance se reportam ao Conselho de Administração e, dentre outras competências previstas nas normas internas da Companhia, estarão encarregadas de:

- avaliar e monitorar o Risco de *Compliance*;
- monitorar o cumprimento e auxiliar na interpretação de normativos emanados pelos órgãos reguladores a que a Companhia esteja sujeita;
- preparar boletins informativos e encaminhar para as áreas de interesse, quando julgar conveniente;
- mapear e conduzir treinamentos de *compliance* às áreas de interesse, os quais poderão envolver questões atinentes à legislação trabalhista, tributária, societária, de proteção de dados pessoais, entre outras;
- elaborar e manter atualizado o cadastro de pessoas identificadas como Partes Relacionadas, nos termos da Política de Transação entre Partes Relacionadas da Companhia;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Ética e Conduta da Companhia; e
- reportar bimestralmente à Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna na avaliação e o Gerenciamento de Riscos de Compliance.

### Áreas de Riscos e Controles Internos

Os colaboradores da Companhia designados para desempenhar funções de controles internos e riscos corporativos se reportam à Alta Administração e estão encarregados de:

- estabelecer o processo de gestão do risco da Companhia;
- coordenar e determinar as diretrizes a serem seguidas no tocante aos procedimentos de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- avaliar e monitorar o Risco de Compliance, o Risco Operacional e o Risco de Informação;
- auxiliar a área de ouvidoria na apuração e análise das medidas disciplinares a serem aplicadas em decorrência de violação do Código de Conduta da Companhia;
- realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; e
- coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer Riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco.

### Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna responde diretamente ao Comitê de Auditoria, se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e é responsável por:

- monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pelos administradores;
- fornecer ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização;
- preparar relatórios bimestrais que descrevam os Riscos da Companhia e a avaliação de Risco correlata, e submetê-los ao Comitê de Auditoria;
- prover avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle;
- avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;
- determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;
- determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;
- avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades; e
- avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) denominado Novo Mercado.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

Para mais informações, veja o fator de risco *“As políticas e estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia foram criadas recentemente, e parte delas ainda não se encontra totalmente em funcionamento, o que pode gerar efeitos adversos sobre suas atividades”* no item 4.1 deste Formulário de Referência.

### **(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

A efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos é assegurada através da hierarquização das atividades de avaliação de riscos, por meio de um planejamento de demandas realizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, com a atuação dos departamentos citados acima. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias gerido por terceiro independente e conta com auditores externos para auxiliar a identificação, estruturação e remediação de riscos.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

#### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

##### (vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

#### (c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política formalizada para gerenciamento de riscos de mercado.

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

### 5.3 - Descrição controles internos

#### (a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras.

Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a diretoria financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sal adequação e confiabilidade.

Os fluxos de processos e os sistemas são reavaliados para aferir a efetividade dos controles existentes. Os valores e o sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia, são a base do ambiente de controle. A Companhia revisa seus riscos, sistemas e segregação de tarefas, buscando que as transações sejam registradas e reportadas por completo e corretamente.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias ou mensais (dependendo do volume de transações), processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação para a auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm reuniões periódicas para levantamento e confirmações de informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de suas operações. Essa avaliação de controles internos prevê as seguintes atividades:

- (a) Revisão de processos e controles;
- (b) Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- (c) Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- (d) Controle de perfis de usuários para rastreamento de registros dos lançamentos contábeis realizados;
- (e) Monitoramento regulatório;
- (g) Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas, para análise de desvios e potenciais ajustes nas informações contábeis; e
- (h) Revisão pela Diretoria Financeira das demonstrações financeiras e relatórios de notas explicativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

As atividades de controle da Companhia incluem instruções, orientações e procedimentos na tentativa de que as ações identificadas pela administração para endereçar os riscos relevantes sejam realizadas com efetividade. A efetividade dos controles é monitorada como parte da gestão, já que um controle inicialmente eficaz pode tornar-se ineficaz devido a alterações no ambiente operacional. Mudanças nos controles também podem ocorrer devido a mudanças nos processos, nos sistemas de tecnologia da informação ou de pessoal.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.1 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da área de controladoria.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

#### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

A área de Contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

O processo de revisão das demonstrações financeiros é realizado pela contabilidade utilizando os relatórios e documentos disponibilizados pelas demais áreas da Companhia. Participa também do processo de revisão a diretoria executiva (incluindo o diretor financeiro).

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura de controles internos da Companhia acima exposta, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

#### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia possui uma área de Controladoria que é responsável por supervisionar os controles internos e a efetividade de seu funcionamento, reportando ao Diretor Financeiro, para atualização dos processos e aplicação de eventuais mudanças e melhorias necessárias dos controles internos.

A área de Auditoria Interna, é responsável por fiscalizar o funcionamento dos controles internos, reportando às áreas responsáveis os assuntos levantados, e fornecendo relatórios de conclusão de seus trabalhos para o Comitê de Auditoria e para a Diretoria Executiva da Companhia.

Com o apoio da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente os riscos e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

### **5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria.



### **5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria. Para maiores informações, veja os itens 4.1 e 5.6 deste Formulário de Referência.

## 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

#### (a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Conduta (“Código”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

#### (i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteados pelo desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia. Além disso, a Companhia trata como condutas inadmissíveis e inegociáveis, sendo passíveis de demissão por justa causa, causar prejuízo intencional aos clientes ou à Companhia, práticas de corrupção e práticas de assédio moral/sexual ou discriminação de qualquer natureza.

A Companhia possui um canal interno para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada bimestralmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

#### (ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*, bem como coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento dos riscos.

Conforme exposto no item 5.1(b) deste Formulário de Referência, a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de novembro de 2020. A Companhia acredita que está em fase de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que tal estrutura já está pronta para entrar em funcionamento.

#### (iii) código de ética ou de conduta

O Código se aplica a todos os investidores, administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviços, parceiros e fornecedores, bem como a comunidade e a sociedade em geral, visando estabelecer os princípios e diretrizes que devem orientar as relações internas e externas da Companhia, suas decisões de negócios e orientar as atitudes e ações da Companhia nas suas diversas relações.

## 5.4 - Programa de Integridade

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre orientação verbal, advertência, suspensão, destituição da função e dispensa do empregado com ou sem justa causa.

As diretrizes e orientações contidas no Código são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Conduta com periodicidade anual ou sempre que houver alterações ou atualizações do Código, abrangendo todos os envolvidos, quais sejam, administradores, empregados, estagiários, temporários, menores aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como as demais públicos pertinentes.

O Código pode ser acessado: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)); e (iii) no website da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

### (b) canal de denúncia

A Companhia conta com canais independentes para eventuais denúncias, os quais são administrados por empresa especializada e cujas informações são captadas e informadas ao Comitê de Auditoria. Os canais de denúncia da Companhia podem ser acessados pelo call center (telefone 0800 900 9292), ou pelo site [contatoseguro.com.br/westwing](http://contatoseguro.com.br/westwing), estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informação, cabendo ao Comitê de Auditoria reportar tais assuntos ao Conselho de Administração, bem como acompanhar a apuração dos fatos.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia ou qualquer atividade suspeita. O canal garante o sigilo e anonimato quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento, investigação imparcial e confidencial. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias de boa-fé não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

### (c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando a identificação de vulnerabilidade e de práticas irregulares. Nesse sentido, e com propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna responsável pela realização destes processos de diligência, que inclui a contratação de auditores contábeis, trabalhistas e tributários renomados, contratação de escritórios de advocacia conceituados, dentre outros.

### (d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - Alterações significativas**

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, exceto pelos riscos relacionados à pandemia da COVID-19 descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

## 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

### 5.6 - Outras informações relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não houve emissão do relatório circunstanciado pelos auditores independentes da Companhia com relação às deficiências nos controles internos identificadas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. De acordo com as normas aplicáveis, o auditor independente deve emitir tal relatório em até 60 dias da emissão do relatório de auditoria. No entanto, os auditores independentes da Companhia identificaram, até a data deste Formulário de Referência, as seguintes deficiências:

- (i) fragilidade no processo de gestão de mudanças e concessão de acessos;
- (ii) monitoramento não aderentes de perfis de acesso; e
- (iii) fragilidades no processo da elaboração das demonstrações financeiras, gerando risco de distorções relevantes.

A administração da Companhia está analisando as deficiências identificadas e adequando seus processos internos conforme necessário.

### Outras informações relevantes sobre a Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia possui formalizada Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de uma maneira geral a serem avaliados e monitorados pela Companhia. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; (ii) no website da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)); e (iii) no website da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

Atualmente, conforme demonstrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia, a Companhia está exposta ao risco cambial, risco de juros, risco de crédito e risco de liquidez conforme disposto no item 4.2 deste Formulário de Referência.

- **Risco de Liquidez:** risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas. A administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.
- **Risco de Crédito:** risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.
- **Risco Cambial:** atualmente a Companhia detém empréstimos em moeda estrangeira (Euros), protegidos por meio da contratação de derivativos, atrelando os empréstimos a uma taxa pré-fixada em Reais e, dessa forma, mitigando a exposição cambial para a Companhia.

## 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

- **Risco de Taxa de Juros:** a Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e expansão. Devido às operações de *swap*, parte substancial dos empréstimos da Companhia em aberto em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 eram pré-fixados, não estando, portanto, sujeitos a flutuação de taxas.

### **Estratégia de Proteção Patrimonial (*hedge*)**

A Companhia visa se proteger das variações cambiais às quais seu endividamento financeiro está atrelado. O endividamento financeiro da companhia atrelado à variação cambial, é protegido por operações de *hedge*. Em 30 de setembro de 2020, o endividamento da companhia denominado em moeda estrangeira era de 538 mil euros e totalmente protegido por contratos de *non deliverable forward* no valor total de 544 mil euros.

Em relação as importações que a Companhia realiza, a Companhia busca travar o risco cambial entre a data da colocação do pedido e embarque da mercadoria através de aplicações em fundos atrelados à variação cambial.

### **Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia utiliza contratos de *non deliverable forward*, que é um contrato a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo o objetivo é fixar antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência.

### **Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Essas operações de *non deliverable forward* foram realizadas atreladas à operação de empréstimo em moeda estrangeira. A Companhia utiliza como parâmetro de gerenciamento deste risco as cotações da moeda estrangeira (Euro) e o valor a mercado da operação de *non deliverable forward*.

### **Estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos**

Tendo em vista baixos é baixa a exposição da Companhia aos riscos acima mencionados, a matéria é tratada no âmbito das reuniões diárias entre os administradores da Companhia.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos é dada pela auditoria interna e pelo Comitê de Auditoria que são responsáveis pela revisão periódica dos procedimentos realizados pela diretoria da Companhia na gestão dos riscos.

Além disso, tais riscos são processados e analisados conforme a estrutura organizacional de controle de gerenciamentos de risco descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

### **Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Até a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos vigente, a Companhia não contava com política formalizada para gerenciamento dos riscos. Não obstante, a Companhia possui histórico consolidado de baixo apetite de risco e sua alta administração mantém uma postura conservadora em relação à assunção de riscos das mais diversas naturezas, tendendo a optar pela segurança em seus processos decisórios.

**5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e amplamente divulgada à toda a Companhia, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada e consegue monitorar os riscos de maneira eficaz.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, são realizados levantamentos dos procedimentos de controles para mitigação dos riscos e acompanhamento da evolução da estrutura de controles internos, além do acompanhamento dos planos de ações acordados para aprimoramento da estrutura de controles internos.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	12/12/2011
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	Registro Sendo Requerido



## 6.3 - Breve Histórico

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia iniciou suas atividades no Brasil em dezembro de 2011, sob o controle das sociedades alemãs VRB GmbH & Co. B-157 e Brillant 1256. GmbH, como, primordialmente, uma sociedade de comércio varejista de móveis e artigos domésticos em geral e serviços de montagem.

A Companhia atua como uma plataforma de compras de produtos para a casa, decoração e *lifestyle* e conta com produtos selecionados de grandes marcas, com um modelo de negócios que tem curadoria como um grande diferencial, ou seja, todo sortimento que é oferecido nas plataformas da Companhia é amplamente revisado e selecionado, se diferenciando das demais plataformas de e-commerce e varejo que atuam no Brasil.

No início de suas operações, a Companhia se dedicava apenas ao setor de varejo online, através da sua plataforma de e-commerce. Em novembro de 2014, a Companhia abriu sua primeira loja física na cidade de São Paulo, passando a atuar também no setor de varejo físico.

Em 26 de outubro de 2018, a totalidade das quotas detidas pelos então quotistas da Companhia foi adquirida por veículo do fundo de *private equity* Axxon Group, através de sua controlada Kedar Empreendimentos e Participações S.A. ("**Kedar**"), tornando a Companhia independente das demais operações do grupo Westwing, que atua em diversos países. Em seguida, a Axxon Group alienou uma pequena parte das quotas de sua titularidade ao Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira e ao Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, que passaram a ser sócios diretos da Kedar e indiretamente da Companhia.

Em 19 de março de 2019, a Companhia mudou seu tipo societário, passando a ser uma EIRELI, ampliando o seu escopo de atuação, que passou a incluir também o comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria, higiene pessoal, artigos de vestuário e acessórios, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, livros e revistas, artigos de cama, mesa e banho (incluindo comércio atacadista), artigos de tapeçaria, tapetes, carpetes e persianas, comércio atacadista de cama mesa e banho, lustres, luminárias e abajures, artigos de tapeçaria, persianas e cortinas e móveis de colchoaria. Além disso, a Companhia passou a realizar as atividades de design de interiores e arquitetura.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia contava com 598 colaboradores, 8.848.380 usuários cadastrados em sua plataforma de vendas.

Em 29 de setembro de 2020, a Companhia realizou a sua transformação de EIRELI para sociedade por ações e, em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação reversa, pela Companhia, de sua *holding* controladora, a Kedar, de modo que os acionistas da Kedar, incluindo o controlador Oikos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**Oikos FIP**"), passaram a deter participação diretamente na Companhia, na proporção de suas participações anteriormente detidas na Kedar.

Em 23 de novembro de 2020, a Tatix Comércio e Participações Ltda. adquiriu 1.005.658 ações de emissão da Companhia e de titularidade do Oikos FIP, representando 1,405% do total do capital social da Companhia.

A experiência adquirida pela Companhia ao longo dos anos tem sido fundamental para enfrentar a difícil conjuntura atual decorrente da pandemia da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Companhia, vide itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Em 27 de novembro de 2020, a Assembleia Geral da Companhia autorizou o pedido de registro junto à CVM da oferta pública inicial de ações da Companhia ("**IPO**"), e de emissora categoria "A". O IPO pretendido contará tanto com uma parcela primária como secundária. O registro do IPO, o registro de emissora categoria "A" e a listagem das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") encontram-se sob revisão da CVM e da B3, respectivamente, e estima-se que seja concluído no primeiro semestre de 2021.

## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

### **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

### **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### 7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

#### Visão Geral

Mais do que uma plataforma de e-commerce, a Westwing tem como sua missão inspirar as pessoas a descobrirem mais beleza no seu viver. Buscamos realizar essa missão através do nosso modelo de negócios de *shoppable magazine*, que proporciona experiência de compra que acreditamos ser única, agradável e divertida no varejo online, como também serve de inspiração e referência de decoração e estilo para os nossos clientes.

Somos uma marca com aproximadamente 9 milhões de usuários cadastrados, que visitam nossas plataformas e redes sociais em busca oportunidades de compras de produtos concentrados em ambiente focado em oferecer variedade e curadoria que têm como objetivo proporcionar qualidade na experiência de compra e nos produtos oferecidos. No terceiro trimestre de 2020, tivemos uma média de aproximadamente 728 mil visitantes únicos mensais (“*Monthly Unique Users*”) em nossas plataformas, que incluem tanto o website quanto o aplicativo, sendo que 87% dos nossos clientes são mulheres. Em setembro de 2020, contávamos com mais de 1 milhão de seguidores em nosso perfil do Instagram (sendo a marca mais ativa e com maior quantidade de conteúdo, atingindo aproximadamente 38,7 milhões de impressões<sup>1</sup>), 27,3 milhões de consumidores<sup>2</sup>, quase 2 milhões de fãs na nossa página do Facebook<sup>3</sup> e mais de 11 milhões de acessos ao nosso perfil no Pinterest<sup>4</sup>.

Hoje já somos referência no segmento de *Casa e Decoração* e temos ampliado a nossa atuação, focando cada vez mais em *lifestyle*, incluindo categorias como moda, cosméticos, ingredientes *premium*, produtos infantis, etc., que representaram aproximadamente 13% do nosso *Gross Merchandise Value* (GMV) no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (contra aproximadamente 3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017).

#### Breve Histórico

A Westwing Brasil foi fundada em 2011 como subsidiária de uma multinacional alemã de mesmo nome que, além do Brasil, estabeleceu operações em vários países da Europa e Ásia. Após um período de rápida expansão de 2012 até 2016 (em que crescemos, em termos de GMV, em média 34% a.a.), passamos a contar com menos investimentos dos nossos antigos controladores, que decidiram focar seus recursos no mercado europeu. Essa retração de investimentos, principalmente nas áreas de tecnologia da informação e marketing, resultou em uma desaceleração do nosso crescimento até o ano de 2018, quando nos tornamos totalmente independentes do grupo alemão, após um *management buyout* patrocinado pelo Axxon Group. Desde então temos investido fortemente no nosso crescimento. Os primeiros resultados desses investimentos começaram a aparecer já no segundo semestre de 2019 (no período de agosto a dezembro de 2019, o GMV do ecossistema Westwing<sup>5</sup> cresceu aproximadamente 17% em relação ao mesmo período do ano anterior) e aceleraram em 2020 (crescimento ano a ano de aproximadamente 23% no 1º trimestre, aproximadamente 104% no 2º trimestre e aproximadamente 129% no 3º trimestre).

<sup>1</sup> Impressões representam quantas vezes o conteúdo foi visto por ano

<sup>2</sup> De acordo com o Iconosquare & Influency.me

<sup>3</sup> Segunda maior na categoria varejistas de casa e decoração quando comparado com a base das principais marcas desse segmento no Brasil - Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna e Leroy

<sup>4</sup> Maior perfil de casa e decoração em número de visualizações e seguidores únicos por mês de acordo com o Pinterest

<sup>5</sup> GMV dos canais Westwing Club, WestwingNow e Galerias. Não inclui vendas através de *marketplaces* de parceiros com a nossa 2ª marca chamada Mezzanine (essas vendas representaram menos de 4% do GMV total da companhia em 2019)

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Enquanto o varejo físico conta com uma grande parcela de suas vendas baseadas em “descoberta e inspiração (impulso)”, empresas tradicionais de *e-commerce* estão primordialmente focadas em compras por necessidade e busca (“need and search”). Nosso modelo visa a replicar digitalmente a experiência prazerosa do “*window shopping*”, tal como proporcionado pelos shoppings centers e lojas especializadas, nas quais o consumidor observa as vitrines e mercadorias por lazer e não necessariamente com a intenção de compra.

Estamos posicionados no atraente mercado de *lifestyle* e que acreditamos estar se movendo rapidamente para o universo digital. Nosso ecossistema consiste primordialmente em três modelos de venda:

- Westwing Club:** Sem a tradicional “barra de busca”, o Westwing Club funciona como um catálogo vivo, acessado pelos clientes através de um website e aplicativo que desenvolvemos internamente, e que se renova todos os dias com campanhas de curta-duração (com média de 4 a 5 dias). Através dessas campanhas diárias, com sortimento amplo e inédito (no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 contava com aproximadamente 14 mil produtos em média por semana, dos quais cerca de 40% eram inéditos), que passam 100% pela curadoria dos nossos *designers*, proporcionamos aos nossos clientes uma dose de inspiração diária, que instiga um sentimento de encantamento e oportunidade, resultando em um nível de engajamento<sup>6</sup> altíssimo.



Figura 1 – Experiência de mídia social com foco em descoberta e inspiração  
Fonte: Companhia

- WestwingNow:** Inauguramos o WestwingNow, que consiste em site e aplicativos complementares ao Westwing Club, em março de 2020, com o objetivo de proporcionar aos nossos clientes uma “experiência de compra Westwing” também quando estão buscando artigos específicos e motivados por uma necessidade imediata. Seu funcionamento é parecido com o de um *e-commerce* tradicional, com “barra de busca”, mas o catálogo de produtos é apresentado de forma ambientada, gerando o que acreditamos ser uma experiência de navegação agradável e diferenciada. Este novo canal tem se mostrado muito eficiente para o desenvolvimento de cross-selling, monetizando clientes ativos e não ativos que entraram no ecossistema Westwing através

<sup>6</sup> Definimos o termo de engajamento como sendo a frequência de acesso na nossa plataforma e o tempo gasto na mesma por semana

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

do Westwing Club, mas que estão buscando fazer compras mais racionais, proporcionando um aumento na frequência de compra e “*share of wallet*”<sup>7</sup>.

- **Galerias:** Além dos nossos canais digitais, contamos com uma Galeria de 350 m<sup>2</sup> localizada na Vila Madalena, na cidade de São Paulo. A nossa Galeria possui três funções-chave: (i) potencializar vendas através de produtos em estoque e com estratégia de vendas utilizando a estante virtual dos canais do Westwing Club e do WestwingNow<sup>8</sup>, (ii) aumentar a exposição da marca Westwing elevando a nossa eficiência de marketing, e (iii) aprofundar o relacionamento com os nossos clientes na cidade de São Paulo, nosso maior mercado. Além da nossa Galeria, na segunda metade de 2020 foram lançados 2 quiosques temporários nos shoppings Pátio Higienópolis e Morumbi, fortalecendo nosso *brand awareness*.



Figura 2 – Ecossistema com fortes sinergias explorando todo seu potencial  
Fonte: Companhia

Nosso ecossistema é sustentado pelos nossos clientes e fornecedores, possuindo um forte efeito de rede<sup>9</sup>. Em 30 de setembro de 2020, tínhamos uma base de aproximadamente 9 milhões de usuários cadastrados, mais de 728 mil visitantes únicos mensais (“Monthly Unique Users”) e 266 mil clientes ativos (clientes que efetuaram compras pelo menos uma vez nos últimos doze meses). Essa base de clientes está em constante contato conosco através das newsletters diárias, com altos níveis de engajamento e recorrência. Em média, nossos clientes ativos visitam a nossa plataforma (sites + apps) aproximadamente 4 vezes por semana e passam aproximadamente 40 minutos logados por semana. Esse alto engajamento se traduz em uma alta frequência de compra, de aproximadamente 1 pedido a cada três meses (quatro compras por ano, em média), sendo que 84% dos pedidos são realizados por clientes recorrentes (clientes que compraram em nossas plataformas pelo menos duas vezes).

Este alto nível de engajamento em comparação a outras empresas de *e-commerce* ocorre devido ao que chamamos de “*freshness*”, que consiste na sensação que os nossos clientes têm ao vivenciarem sempre uma nova experiência Westwing a cada acesso. Acreditamos que essa sensação é sustentada pelo nosso modelo de campanhas, que apresenta cerca de 14 mil SKUs

<sup>7</sup> Representatividade das compras feitas por consumidores na Westwing vis-a-vis suas compras totais no varejo

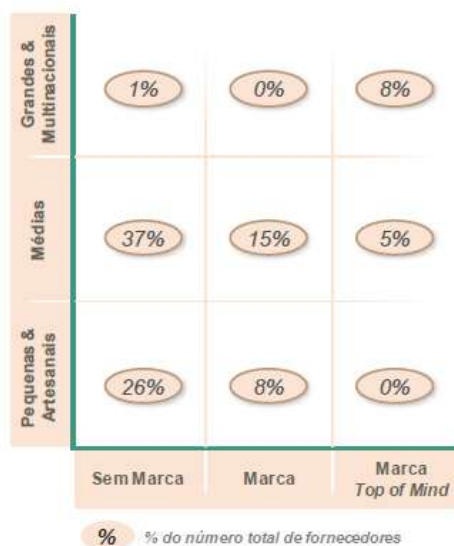
<sup>8</sup> Conceito de estante virtual consiste na venda de produtos dentro da loja através dos nossos canais de sortimento *online* com entrega dos produtos direto para a casa dos clientes

<sup>9</sup> Quanto mais fornecedores e mais clientes são adicionados ao ecossistema mais valor é criado para todas as partes

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(“*Stock Keeping Unit*”<sup>10</sup>) semanalmente aos clientes, e pela qualidade do nosso conteúdo. Esses SKUs fazem parte da nossa base de mais de 1 milhão de SKUs cadastrados, e são representados por mais de 3 mil fornecedores – de grandes multinacionais a pequenos artesãos, cadastrados em nosso ecossistema. Esses produtos são apresentados de forma ambientada, através de um conteúdo editorial e vídeos que em grande parte são produzidos em nossos três estúdios próprios, localizados nas cidades de São Paulo e Jundiaí. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, realizamos aproximadamente 14 mil inserções de conteúdo em nossas plataformas, incluindo 136 vídeos.

Destaca-se abaixo a diversa base de fornecedores da Companhia:



Nota: <sup>(1)</sup> 3T20 excluindo importações.

Além da venda de produtos desenvolvidos por terceiros, também contamos com coleções exclusivas desenvolvidas pelo nosso time interno de design (*private label*) e produzidas em caráter exclusivo por nossos parceiros comerciais. Acreditamos que esses produtos agregam à nossa diferenciação, contribuem para o aumento no volume de vendas, fidelidade e rentabilidade (aproximadamente 10,6 p.p. a mais de margem de contribuição em relação a produtos de terceiros, representando a média do período de janeiro de 2017 até 30 de setembro de 2020). O *private label* tem ganhado muita relevância no nosso ecossistema, passando de 16 mil SKUs em 31 de dezembro de 2017 e 8,8% do GMV do Westwing Club no exercício social de 2017 para 22 mil SKUs em 30 de setembro de 2020 e 14,6% do GMV do Westwing Club no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Nossas coleções de *private label* desempenham um papel ainda mais importante no WestwingNow, onde, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representaram 36,4% do GMV.

<sup>10</sup> Unidade de Manutenção de Estoque, termo logístico utilizado para controle de produtos no estoque.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Figura 3 – Private Label: significativa alavancagem de valor adicional no ecossistema  
Fonte: Companhia

Desta forma, a Companhia implementa campanhas de vendas de curta duração, baseada em três ingredientes principais: curadoria, frescor e qualidade na apresentação editorial, que se retroalimentam. A título ilustrativo, no período de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2020, a Companhia divulgou uma média de 58 campanhas por semana (com duração individual de 4 a 5 dias), contando com a curadoria meticulosa dos times de Estilo e Comercial, compreendendo uma variedade de cerca de 14.000 itens (dos quais aproximadamente 40% foram inéditos) e 20 mood pictures produzidos em seus estúdios fotográficos próprios.

### Responsabilidade socioambiental (ESG)

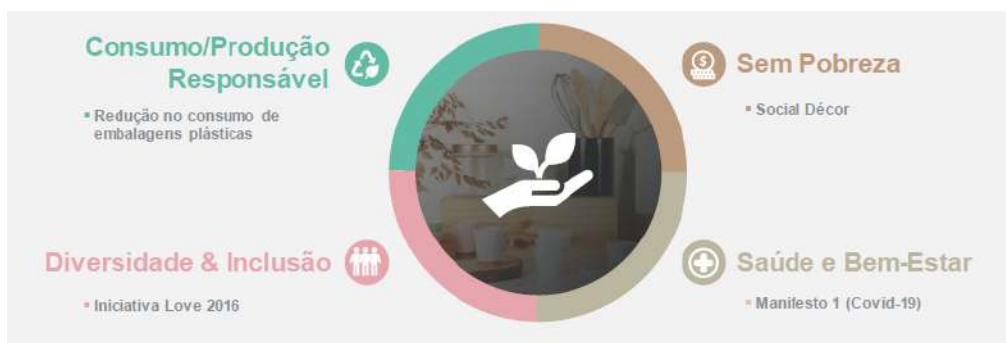
Possuímos uma agenda de ESG estruturada, com foco em (i) Responsabilidade no Consumo e Produção, (ii) Diversidade e Inclusão, (iii) Combate à Pobreza e (iv) Saúde e Bem-Estar.

Entre as diversas iniciativas nessas quatro frentes, vale destacar a redução no consumo de plástico nas nossas embalagens: em 2016 iniciamos um projeto para desenvolver novas técnicas de embalagem e encontrar materiais alternativos ao plástico bolha, ao *air pad* (bolsa de ar) e à fita plástica, que eram os principais materiais plásticos presentes em nossas embalagens naquela época. Como resultado desse projeto, após 4 anos conseguimos reduzir de forma significativa o uso desses materiais na nossa operação, substituindo por outros à base de papel e celulose. Essa inovação gerou 76% de redução no nosso consumo de plástico, o que significa uma redução anual de mais de 122,7 toneladas desse material.

Em decorrência desse modelo de negócios, estratégias e iniciativas, a Companhia recebeu, em 2019, o prêmio de *Best Home & Living Store in Brazil*, pela *Global Innovation Award*. Adicionalmente, a Companhia foi uma das cinco finalistas da categoria market place / loja de departamento do Prêmio E-Commerce Brasil 2020, premiação concedida pela Academia E-Commerce Brasil em eleição realizada em fases inteiramente técnicas, com indicações de 250 membros da academia. Vale destacar que a Companhia compartilhou o protagonismo na final da premiação ao lado de outras quatro companhias abertas: Mercado Livre, Amazon, Magazine Luiza e Lojas Americanas.



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



### Informações Operacionais e Financeiras Selecionadas

Os resultados nos últimos anos mostram forte tração em termos de crescimento e rentabilidade. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, alcançamos R\$270 milhões de GMV vs. R\$139 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 95%. Em termos de receita líquida, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, alcançamos R\$168 milhões vs. R\$93 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 80%.

Apresentamos um forte e sustentável crescimento nos últimos três exercícios sociais, mesmo diante das desafiadoras condições macroeconômicas enfrentadas recentemente pelo Brasil. A tabela abaixo apresenta informações financeiras e operacionais selecionadas da Companhia nos períodos indicados:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<b>Informações operacionais e financeiras</b>					
GMV ('000 BRL) <sup>11</sup>	270.354	138.633	185.506	170.025	154.499
Clientes únicos <sup>12</sup>	240.340	123.660	158.461	143.149	129.989
Receita líquida	167.866	93.160	130.906	118.878	114.456
Lucro bruto	78.429	42.109	60.217	52.575	49.765
EBITDA	10.360	2.810	4.762	7.940	7.617
Lucro líquido	17.058	(1.018)	(1.474)	2.832	2.382
Margem Bruta (%)	46,7%	45,2%	46,0%	44,2%	43,5%
EBITDA / Receita líquida (%)	6,2%	3,0%	3,6%	6,7%	6,7%
Margem Líquida (%)	10,2% <sup>13</sup>	(1,1%)	(1,1%)	2,4%	2,1%

Figura 4: GMV do Westwing Club por cohort  
Fonte: Companhia

<sup>11</sup> GMV (*Gross Merchandise Value* ou Volume Bruto de Mercadoria) é o volume total de mercadorias transacionado nas plataformas

<sup>12</sup> Clientes que fizeram pelo menos uma compra no exercício. Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via Marketplace (Mezzanine) ou via PDV (Ponte de Venda – PDV) na nossa loja física (Galeria Westwing)

<sup>13</sup> Lucro líquido refletindo impacto positivo de imposto de renda e contribuição social diferido em junho

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Na imagem abaixo a Companhia apresenta alguns de seus resultados:



	Jul/20 a Set/20	Abr/20 a Jun/20	Jan/20 a Mar/20	Out/19 a Dez/19
<b>EBITDA</b>	7.540	3.010	(190)	1.952
<b>Margem EBITDA</b>	9,2%	5,7%	(0,6)%	5,2%

<b>Cálculo do EBITDA</b>	Jul/20 a Set/20	Abr/20 a Jun/20	Jan/20 a Mar/20	Out/19 a Dez/19
(R\$ mil, exceto %)				
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício</b>	<b>3.667</b>	<b>15.831</b>	<b>(2.553)</b>	<b>(456)</b>
(+) Resultado financeiro líquido	1.562	1.886	1.195	808
(+) Depreciação e amortização	1.021	796	934	700
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	1.290	(15.503)	234	900
<b>EBITDA</b>	<b>7.540</b>	<b>3.010</b>	<b>(190)</b>	<b>1.952</b>
Receita operacional líquida	81.940	52.874	33.052	37.746
<b>Margem EBITDA</b>	<b>9,2%</b>	<b>5,7%</b>	<b>(0,6)%</b>	<b>5,2%</b>

### Pontos Fortes

#### ***Atuação em um Mercado Grande e Com Alto Potencial de Crescimento***

De acordo com Euromonitor International Limited, o mercado de *e-commerce* de *Home & Garden* no Brasil tem um tamanho de R\$8,9 bilhões<sup>14</sup> em receita, enquanto o mercado total de *Home & Garden* apresenta um tamanho de R\$107 bilhões em receita. Já o nosso mercado total potencial de *lifestyle*<sup>15</sup> conta com um tamanho de R\$422 bilhões em receita.

Adicionalmente, o mercado de *e-commerce* no Brasil cresce de maneira acelerada. Importante ressaltar que mesmo com forte crescimento do setor de *e-commerce* no Brasil nos últimos anos, o segmento focado em *Home & Garden* ainda apresenta uma baixa penetração sobre vendas de varejo de 8,3% em 2019, principalmente quando comparado com outros países (como Estados Unidos com 11,0%, em 2018). Tais métricas ilustram o potencial de expansão e crescimento ainda mais significativo desse setor no Brasil para os próximos anos.

<sup>14</sup> Receita bruta. Dados de 2019

<sup>15</sup> Inclui vestuário e calçado, produtos de beleza e cuidados pessoais, produtos de luxo, produtos de casa e jardim

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Conseqüentemente, como um importante *player* nativo digital nesse setor, acreditamos estar bem posicionados para nos beneficiarmos desse crescimento de mercado.

### ***Descoberta e Inspiração como Forte Diferencial Alavancando Diferentes Formatos e Propostas (Conveniência e Phygital)***

Ao contrário da maioria dos varejos *e-commerce*, focados em necessidade e busca (“need and search”), temos como estratégia primária o foco na descoberta e inspiração (principalmente via Westwing Club) como principal diferencial do nosso modelo de negócio. Isso nos traz um alto engajamento de clientes, que se traduz em uma grande eficiência de marketing. Essa estratégia é então alavancada com outros dois formatos complementares que endereçam outros momentos de compras: conveniência/necessidade e *phygital* (o encontro entre o físico e o digital na experiência de compras).

- ***Descoberta e Inspiração:*** O formato Westwing Club conta com campanhas de duração de 4 a 5 dias, sortimento amplo, que passam 100% pela nossa curadoria, apresentando métricas de nível de engajamento extremamente altas.
- ***Conveniência/Necessidade:*** O WestwingNow é um modelo novo, baseado na compra por necessidade e procura. Esse modelo busca a rentabilização de compradores ativos e não ativos capturados através do Westwing Club em momentos que estes estejam focados em compras mais racionais e planejadas.
- ***Phygital:*** Experiência por meio de compras na Galeria, que tem o propósito não só de potencializar as nossas vendas no mundo físico, mas principalmente de oferecer aos nossos clientes a oportunidade de entrar em contato com a nossa marca e tangibilizar a experiência Westwing, visando também aumentar a percepção e reconhecimento da nossa marca. Acreditamos que esse aumento de percepção e reconhecimento da marca tem um efeito positivo na eficiência das nossas estratégias de marketing para aquisição de novos usuários. Além disso, as galerias geram vendas digitais adicionais através dos canais de WestwingNow e Westwing Club.

Em todos esses canais, oferecemos aos nossos clientes produtos desenvolvidos por terceiros e coleções exclusivas, desenvolvidas pelo nosso time de design (*private label*). Através do *private label* acreditamos que somos capazes de atrair maior fidelidade e rentabilidade, uma vez que esse modelo possui margem maior de contribuição quando comparado com produtos de terceiros.

### ***Plataforma Digital com Alto Engajamento e Recorrência***

Por oferecermos uma experiência de compra que acreditamos ser única no Brasil, desde a descoberta dos produtos por nossos clientes até a entrega calcada em uma ampla variedade de produtos e conteúdo, nosso ecossistema permite gerar alto engajamento, recorrência e fidelidade, conforme detalhado abaixo:

- ***Engajamento:*** Em setembro de 2020, nossos compradores acessavam nossas plataformas (site e/ou aplicativo), em média, 4 vezes por semana. Além disso, em média, esses compradores passam cerca de 40 minutos navegando nossas plataformas, o que reflete um nível de engajamento sem precedentes para o *e-commerce*, similar ao engajamento em redes sociais. O grupo de *heavy users* de nossa base de compradores, com 35 mil clientes em 30 setembro de 2020, tem um nível de engajamento ainda maior

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

– acessando nossas plataformas em média 18 vezes por semana, e passando um total de 125 minutos por semana em nosso ecossistema.

- **Fidelidade e Recorrência (“*Loyalty and Engagement*”)**: 84% das compras realizadas nas nossas plataformas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram realizadas por compradores recorrentes, ou seja, compradores que já fizeram 2 compras ou mais na nossa plataforma.

Possuímos um modelo de receita que acreditamos apresentar comportamento similar ao de empresas de *Software as a Service* (SaaS), dado o alto nível de recorrência de compras dos nossos usuários. Conforme observado na figura abaixo do GMV dos 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 do Westwing Club, aproximadamente 87% vieram de safras de clientes (“*cohorts*”) adquiridas (cadastradas) no período anterior a 2020, enquanto os 13% vieram de *cohorts* adquiridas durante o período de 2020.

Esse modelo permite que nossos investimentos em *marketing* possam ser altamente direcionados à conquista de novos clientes, sem necessidade de altos volumes de investimentos para manter a monetização dos *cohorts* já adquiridos. Esse tipo de dinâmica é o que permite as empresas de SaaS crescer rapidamente quando aceleram o investimento em *marketing*.

GMV Bruto do Westwing Club por *cohort* (ano de cadastro)

R\$ milhões

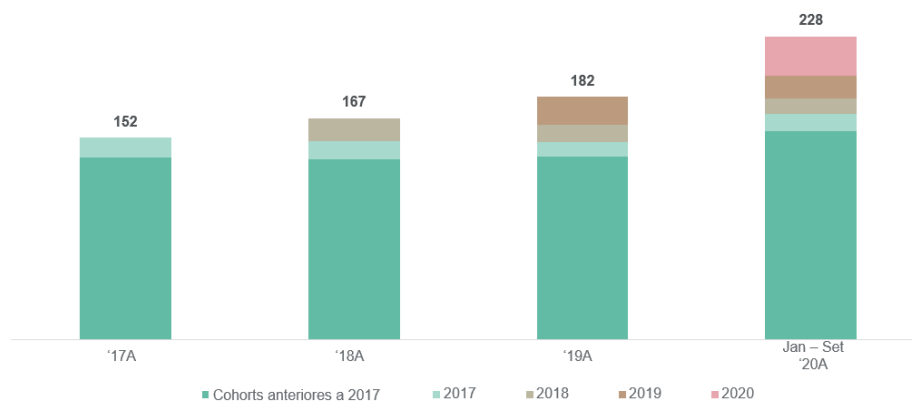


Figura 4: GMV do Westwing Club por cohort

Fonte: Companhia

### Nossa tecnologia é 100% proprietária<sup>16</sup>

Para conectar nossos clientes e fornecedores, construímos uma plataforma única, com tecnologia 100% proprietária desenvolvida pelo nosso time de tecnologia, que hoje conta com mais de 70 profissionais. Nossa equipe está organizada em *squads* multidisciplinares e incorpora elementos de *Scrum* e *design thinking* que trazem criatividade e eficiência ao nosso processo de desenvolvimento. Possuímos uma abordagem “*mobile first*”, suportada por um aplicativo de celular inovador, construído com lógica similar a de redes sociais, com o princípio de *browse* (navegação) e *discover* (descoberta), potencializando o engajamento e fidelidade dos nossos consumidores. Em média 73% dos acessos à nossa plataforma são realizados por algum

<sup>16</sup> Os sistemas principais do nosso negócio, tais como os aplicativos de celular (*frontend e backend*), o site (*frontend e backend*), o sistema de catálogos de produtos, o sistema de gestão de campanhas, o sistema de cadastro de fornecedores, o WMS (sistema de gestão do armazém e controle de estoque), e o Portal do Fornecedor, entre outros, foram desenvolvidos pela nossa equipe de tecnologia

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

dispositivo móvel e 67% das nossas vendas são realizadas via dispositivos móveis, percentual bastante superior à média de *e-commerces* tradicionais.

A arquitetura dos nossos sistemas foi desenhada para ter alta performance e proporcionar uma experiência de navegação fluida e agradável para os nossos consumidores, utilizando tecnologias avançadas de *Cloud Computing* (computação em nuvem), com sistemas de escalonamento de servidores e monitoramento que fornecem a capacidade de processamento necessária para que nossos sistemas suportem altos picos de tráfego em nossos aplicativos e sites sem afetar a experiência do usuário.

### Forte capacidade de prospecção e desenvolvimento de fornecedores

Além de já possuímos mais de 3 mil fornecedores e 1 milhão de SKUs cadastrados em nossa plataforma, temos uma forte capacidade de prospecção e desenvolvimento de novos fornecedores. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, adicionamos 346 fornecedores e mais de 137 mil SKUs novos à nossa base. Temos um forte relacionamento com os nossos fornecedores, além das parcerias comerciais, que geram vendas significativas, também proporcionamos a eles um meio fortíssimo de divulgação e construção de marca. Essa capacidade de prospecção e desenvolvimento de fornecedores tem se aplicado não só à categoria de Casa & Decoração mas também a *lifestyle*.

### Ecossistema de logística tailor-made

Nós contamos com um centro de distribuição de alta tecnologia e operação própria, com duas plantas que totalizam 15.567,5 metros quadrados que operou mais de 3 milhões de produtos nos últimos 12 meses (base setembro 2020) (a partir de 2021 teremos um novo CD que elevará nossa área total para 28.000 metros quadrados e que já está contratado. Possuímos altos padrões de controles internos, um time qualificado e especializado em *design* de embalagens, bem como um sistema proprietário de *warehouse management system* (WMS), desenvolvido pela nossa equipe de tecnologia, sob medida para as nossas operações.

Nossa cadeia de fornecimentos é versátil e foi desenhada de forma a otimizar o nosso modelo de negócio, permitindo a oferta diária de uma grande variedade de novos produtos, com baixa necessidade de capital e baixo risco de estoque. Trabalhamos com quatro diferentes formatos logísticos<sup>17</sup>: *Cross-Docking*, *Drop-Shipping*, Estoque Próprio e *Ship-from-Store*.



<sup>17</sup> Conforme detalhado na seção 7.3 do FRE

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Na logística de entrega dos produtos aos clientes (*last-mile*), desenvolvemos uma malha própria buscando gerar melhor nível de serviço aos clientes, além de redução de custo e de tempo de entrega. Essa malha, chamada de Westlog, é composta por veículos próprios e de parceiros, e realiza entregas na região da grande São Paulo. Em outubro de 2020, iniciamos a operação de um *hub* urbano, que é um centro de processamento de entregas localizado na Zona Oeste de São Paulo para otimizar a distribuição dos pedidos pela Westlog e aumentar a capacidade da nossa malha logística. Após a inauguração deste *hub*, a Westlog passou a ser responsável por 86% (base novembro 2020) das entregas da Grande São Paulo (que representa cerca de 30% do nosso volume total de entregas) e passa a ter capacidade para atender até 90% de toda a demanda de pedidos da região.

### Métricas Atrativas de Retorno

Acreditamos que possuímos métricas de retorno altamente atrativas em decorrência da nossa estratégia de marketing assertiva, focada no marketing direcionado, que tem gerado fortes resultados. Se compararmos o retorno dos usuários na plataforma (“**CLV**”) ao custo de aquisição de novos usuários (“**CAC**”), somos capazes de alcançar o *break-even* em um mês, de superar em até 3,0x o CAC em 12 meses e até 7,0x em 24 meses. É possível observar esse retorno no gráfico abaixo, onde mostramos os *cohorts* de cadastro dos formatos Westwing Club e WestwingNow para os períodos de 2017 – Set’2020.

#### Análise de CLV / CAC

*“X” vezes, com base na análise de cohorts 2017-20*

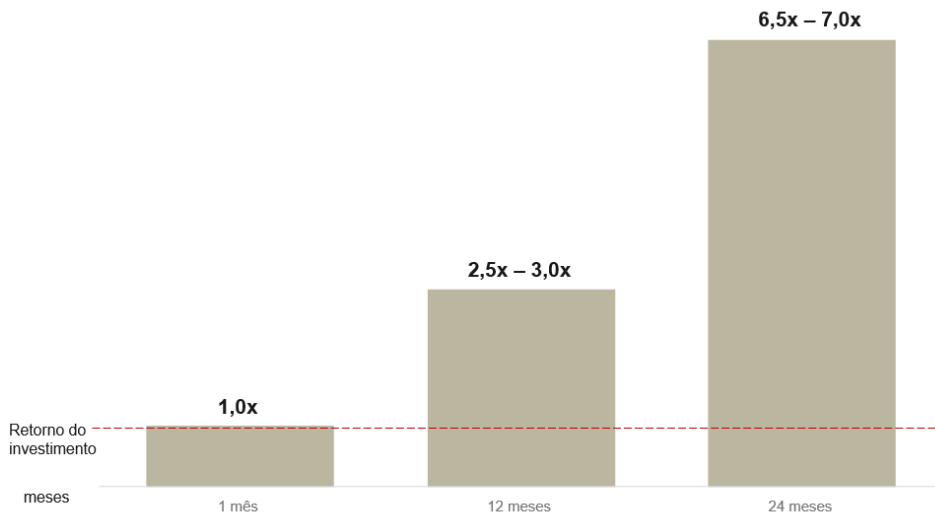


Figura 5: Análise de CLV / CAC  
Fonte: Companhia

Esse retorno está baseado na nossa capacidade de atrair *cohorts* cada vez mais atrativos, e nossa capacidade de continuar rentabilizando os *cohorts* de maneira recorrente. Conforme observado no gráfico abaixo, a cada semestre conseguimos trazer *cohorts* maiores e também conseguimos gerar um nível de engajamento e recorrência de compras igual ou superior aos *cohorts* anteriores.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

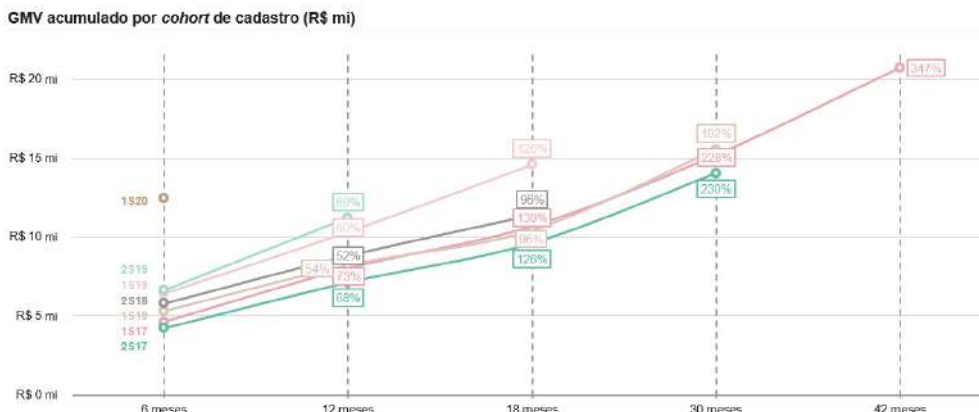


Figura 6: Crescimento do GMV por cohort

Fonte: Companhia

Além disso conseguimos gerar eficiência em nossa estratégia de marketing ao ser uma das primeiras empresas brasileiras a investir em marketing de conteúdo (produção e disseminação de conteúdo em redes sociais e outros canais), geração de engajamento orgânico em redes sociais e parcerias (*collabs*) com influenciadores digitais e celebridades, como Deborah Secco, Giovanna Antonelli, Bela Gil, Claude Troisgros, Helena Rizzo, entre outras. É comum que empresas de *e-commerce* tradicional dependam fortemente de alto volume de investimentos em marketing de performance (principalmente em plataformas como o Google) de forma a manter e aumentar suas receitas. Nossa estratégia de marketing reduz a necessidade de grande volume de investimento em marketing de performance.

Na comparação entre 2016 e os nove primeiros meses de 2020 passamos de um número total de aproximadamente 14 milhões de impressões em redes sociais para mais de 991 milhões (um incremento de quase 71 vezes). Em termos de alcance (soma das visualizações únicas de cada conteúdo postado), o crescimento passou de aproximadamente 5 milhões em 2016, para aproximadamente 638 milhões, nos primeiros nove meses de 2020<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Dados consolidados de Instagram + Facebook + Pinterest. Dados do Pinterest para os períodos de junho a dezembro de 2019. Impressões representam quantas vezes o conteúdo foi visto no período e alcance é medido em soma do total de visualizações únicas de cada conteúdo postado no período

### 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Figura 7: Forte presença na mídia social e estratégias de collab promovem o conhecimento da marca para clientes existentes e em potencial

Fonte: Companhia, Pinterest; Instagram: Iconosquare & Influency.me quantidade de posts nos últimos 30 dias considerando Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna, Casa Riachuelo e Leroy; Facebook: comparado a base das principais marcas (Tok&Stok, Madeiramadeira, Camicado, Etna e Leroy);

#### Time Multidisciplinar Qualificado com Cultura Direcionada a Resultados

Nosso corpo executivo é composto por profissionais qualificados, com ampla experiência em comércio eletrônico, desenvolvimento de marca, tecnologia e logística. Trata-se de um time multidisciplinar, orientado a execução, com competências diversas e objetivos alinhados. Além disso, os interesses dos nossos administradores estão altamente alinhados com os de nossos acionistas, uma vez que nossos principais executivos são beneficiários de planos de ações (*stock-option*). Para mais informações sobre o nosso plano de ações, vide item 13 do Formulário de Referência.

Nossa cultura tem foco no cliente, buscando inovação ágil, trabalho colaborativo e cuidado com as pessoas e com nossos *stakeholders*. Como consequência dessa cultura, nós fomos anunciados como vencedores (1ª posição) do Ranking Geral de Cultura Ética do Setor de Varejo e Atacado, segundo pesquisa publicada em setembro de 2020 pela Virtuous Company, que incluía 1.871 organizações brasileiras<sup>19</sup>.

Posição no Setor	Empresa
1	Westwing
2	Reserva
3	Privalia
4	Fnac
5	Magazine Luiza

Figura 8: Top 5 colocadas no Ranking Geral de Cultura Ética do Setor de Varejo e Atacado (2º Relatório do Ranking Virtuous Company Consultoria e Educação Executiva de Cultura Ética® 2020)

Fonte: Relatório Virtuous Company

<sup>19</sup> Através de um extenso trabalho que analisou de maneira pioneira cerca de 377 mil avaliações de colaboradores de 1.871 organizações brasileiras publicadas no site Glassdoor ao longo dos últimos 5 anos



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### ***Pilares Tecnológicos, Processos de Qualidade e Cultura Organizacional***

A Companhia conta com Sistema de Gerenciamento de Armazenagem (WMS) de desenvolvimento próprio, garantindo maior afinidade com seu modelo de negócios e dando suporte à tomadas de decisão fundadas nas informações, veiculadas em tempo real por meio de dashboards. Suas funcionalidades garantem configuração responsiva, capaz de manipular itens de maiores dimensões e peso e, ao mesmo tempo, com flexibilidade de ajuste da sua capacidade e adaptação a diferentes layouts de unidades de armazenamento.

Como pontos-chave, destacam-se os processos consolidados de planejamento de vendas e operações (S&OP process), que contam com Comitê de Ferramenta de Qualidade 5S (conjunto de ferramentas utilizadas por uma companhia para promover a qualidade) e time específico de design de embalagens.

Todas as ferramentas e processos são manipulados e mantidos por um time de alta performance, com forte engajamento na cultura organizacional de inovação e do “Faça Você Mesmo”, e com baixo índice de turnover (em média, 3,4 anos de permanência dos profissionais).

### **Estratégias de Crescimento**

Os elementos-chave da nossa estratégia de crescimento são descritos abaixo:

#### ***Aumento de investimento em marketing***

Como temos um LTV/CAC muito elevado, vemos uma grande oportunidade de potencializar o crescimento através de um maior investimento em marketing. Vemos potencial para aumentar o investimento em marketing de conteúdo, marca, *collabs*, além de marketing de performance.

O investimento em marketing contribui para o nosso contínuo desenvolvimento da estratégia de negócios, uma vez que é através desses investimentos que fortaleceremos nossa marca, mantendo indicadores financeiros atrativos e aumentando o número de cadastros, clientes e compras em nossa plataforma. Além disso, pretendemos aumentar nossos investimentos em marketing de forma a expandir nosso portfólio de produtos, bem como para atingir mercados adjacentes, e aumentar nossa presença nas mídias sociais.

#### ***Maior investimento em tecnologia e logística proprietárias***

Buscamos aumentar nosso investimento em tecnologia para continuar nossa jornada de inovação, baseada em *machine learning* e personalização, e melhorar a oferta de campanhas e produtos que oferecemos aos nossos usuários. Nossa jornada começou com um maior investimento em *analytics*, hoje passa por um aumento da infraestrutura e início das personalizações e visando oferecer uma oferta personalizada (de campanhas e produtos) totalmente automatizada, utilizando a estratégia de estante virtual.

### 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Figura 9: Nossa oferta: jornada de personalização baseada em analytics e machine learning  
 Notas: <sup>1</sup>Ferramenta de automação de engajamento; <sup>2</sup>Perda de clientes ativos  
 Fonte: Companhia

Também buscamos investir em melhorias contínuas da nossa plataforma para suportar o crescimento futuro do negócio. Como consequência dessa expansão em investimentos tecnológicos, buscamos também aumentar nossa equipe de tecnologia.

Em relação a logística, vamos investir principalmente: (i) na expansão para um novo centro de distribuição e na modernização da nossa operação, ganhando assim eficiência e capacidade, (ii) criação de novos hubs urbanos da Westlog em outras cidades e (iii) expansão da frota própria de veículos da Westlog. Acreditamos que todos esses investimentos serão traduzidos em melhor nível de serviço para os nossos clientes, menor tempo de entrega e custo mais baixo. Sobre a redução do tempo de entrega, temos algumas iniciativas mapeadas (descritas na imagem abaixo) que acreditamos ter o potencial de reduzir o tempo de entrega do Westwing Club em aproximadamente 50% e do WestwingNow em aproximadamente 60%.



Figura 10: Inovações para reduzir o tempo de entrega  
 Notas: <sup>1</sup>Redução no tempo de entrega *last-mile*: premissas utilizadas para estimar o potencial de redução de tempo de entrega; <sup>2</sup>Dark Stores: Local exclusivo para o armazenamento, separação e envio de produtos comercializados online  
 Fonte: Companhia

#### Expansão de categorias dentro do universo de lifestyle

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ao longo dos últimos anos ampliamos o sortimento de produtos principalmente na categoria de casa e decoração, mas também fomos capazes de ampliar nossa oferta de produtos em categorias adjacentes, como produtos de beleza, moda, ingredientes premium, entre outros. Essa estratégia foi acompanhada de um aumento de conversão média<sup>20</sup> na plataforma, uma vez que a existência de mais categorias na oferta contribui para o aumento de ocasiões e oportunidades de compra. Em 2017, pouco mais de 3% do GMV do Westwing Club vinha de categorias fora de casa e decoração e a conversão média nessa plataforma foi de 1,7%. Ao longo dos anos, a parcela do GMV referente a essas categorias foi crescendo, chegando a mais de 13% nos primeiros 9 meses de 2020, período no qual a conversão do Westwing Club alcançou 2,8%.



Figura 11: Expansão para outras categorias

Fonte: Companhia

Nesse sentido, pretendemos continuar expandindo nosso portfólio de produtos ofertados, e nossa atuação nas categorias de *lifestyle*, buscando cada vez mais engajamento, recorrência e rentabilidade.

### Expansão do WestwingNow e das nossas Galerias

Temos como uma das nossas principais alavancas de crescimento a contínua expansão do WestwingNow e das nossas Galerias, alavancando as sinergias com o modelo de inspiração e descoberta do Westwing Club. A expansão do WestwingNow visa endereçar compras mais racionais e baseadas em necessidades, enquanto a expansão das Galerias visa a fortalecer a experiência dos clientes com a nossa marca trazendo benefícios para o nosso reconhecimento de marca e a eficiência do nosso marketing. Além disso, as Galerias potencializam a nossa omnicanalidade uma vez que permitem expandir nossas estratégias<sup>21</sup> de *ship from store*, *pick up in store* e *return in store*.

O formato WestwingNow, apesar de ter pouco mais de dez meses de existência, apresentou forte crescimento, ganhando cada vez mais tração, como é possível observar no gráfico abaixo. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o formato WestwingNow contribuiu 26 p.p. para o crescimento da companhia em termos de GMV. Adicionalmente, o

<sup>20</sup> Número de compras diárias dividida por quantidade de acessos únicos diários.

<sup>21</sup> Ship from store detalhado na seção 7.3 do FRE, pick up in store significa a possibilidade de coletar produtos comprados *online* na loja física, return in store significa a possibilidade de devolver produtos comprados *online* na loja física

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

WestwingNow aumentou o nível de faturamento da Galeria, dado que muitas compras realizadas na Galeria são direcionadas para a estante virtual do WestwingNow.

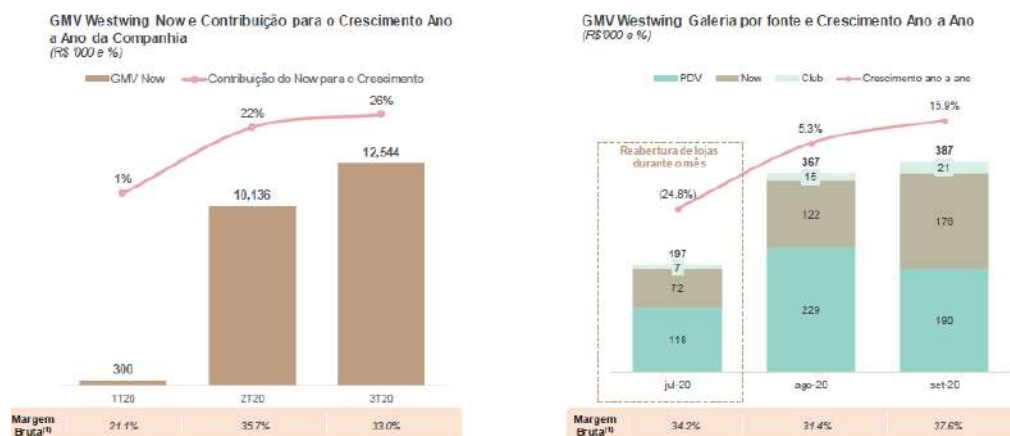


Figura 12: Expansão do formato WestwingNow

Nota: <sup>1</sup>O GMV do WestwingNow considera o total gerado na plataforma WestwingNow (site + app), incluindo também a parcela que é vendida na Galeria

Fonte: Companhia

Existe grande sinergia entre os formatos, sendo que mais de 90% da receita bruta gerada pelo formato WestwingNow provém de clientes originalmente cadastrados no formato Westwing Club. Essa sinergia na aquisição de clientes é um grande diferencial para o WestwingNow em relação a outros negócios de comércio eletrônico, que para adquirir clientes têm que desembolsar quantias significativas em investimentos de marketing.

A sinergia entre o WestwingNow e a Galeria também é notória. Ao longo dos primeiros meses de funcionamento concomitante desses dois formatos, as vendas de estante virtual do WestwingNow dentro da Galeria cresceram substancialmente, chegando a aproximadamente 45% do GMV da Galeria em setembro de 2020.

Ambos formatos apresentam maior margem bruta<sup>22</sup> que o Westwing Club (margem bruta de aproximadamente 25%) por contarem com maior representatividade de produtos *private label* mas, por outro lado, requerem um pouco mais de investimento em estoque. Acreditamos que não só geramos maior crescimento, mas também maior rentabilidade à medida que expandimos esses dois formatos.

### **Expandir o investimento em *private label* (marca própria)**

Os principais objetivos estratégicos da expansão em *private label* são: (i) fidelização de clientes através de um portfólio amplo, diferenciado e de qualidade, (ii) maior rentabilidade dado que esses produtos possuem maior margem, (iii) ferramenta de construção de posicionamento da marca da Westwing e (iv) maiores vendas (itens *best sellers*, com os produtos de marca própria representando maior volume de venda dentre os nossos produtos).

O nosso acervo de produtos de *private label* é bastante assertivo. Esses produtos são produzidos e comercializados apenas após uma extensa análise de dados dos nossos consumidores, que

<sup>22</sup> Para efeito de comparação a margem bruta do Club no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de 24,7%, contra 34,3% do Now e 35,1% da Galeria, para o mesmo período. A margem bruta é calculada como lucro bruto dividido pela receita líquida e considera custos de pagamento, embalagem, frete e de logística.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

extraímos diariamente da nossa plataforma, e após entendermos ao certo qual a demanda e o que exatamente está faltando para os nossos clientes, de forma a mitigar riscos de concentração de estoque.

Os nossos produtos *private label* estão entre os preferidos de nossos clientes, fato que foi observado através de uma pesquisa realizada em março de 2020 que demonstrou que, dentre os 32 produtos mais curtidos e comentados no nosso Instagram, 21 eram produtos *private label* (apesar da maioria dos produtos ofertados e divulgados não serem da linha *private label*).

Acreditamos que a combinação do nosso modelo diferenciado de negócios com seus diferentes (e complementares) formatos com a nossa estratégia de *private label* fortalece ainda mais a nossa posição competitiva dentro dos mercados que atuamos.

### **Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças**

Os nossos pontos fracos, obstáculos e ameaças são contemplados nos fatores de risco, conforme descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

### **Eventos Recentes**

#### ***Exercício de Opções de Compra de Ações***

Em 15 de janeiro de 2021, dois executivos titulares de opções vestidas no âmbito do Primeiro Plano de Opções da Companhia, descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, exerceram tais opções aumentando sua participação no quadro acionário da Companhia.

Em consequência, o Conselho de Administração aprovou, em 15 de janeiro de 2021, a emissão de novas ações ordinárias da Companhia, conforme descrito no item 17.2 deste Formulário de Referência.

Desta forma, o capital social da Companhia é de R\$ 40.272.259,15, totalmente subscrito e parcialmente integralizado (com saldo pendente de integralização na conta do capital social no valor de R\$ 48.001,25, que serão integralizados até 26 de janeiro de 2021), representado por 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para maiores informações, veja o item 17.5 deste Formulário de Referência.

#### ***Efeitos da pandemia do COVID-19***

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Essa declaração desencadeou severas medidas por parte das autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de estabelecimentos de comércio em geral e locais de trabalho.

Logo no início da pandemia, e por um curto período, experimentamos desafios de liquidez em nossa operação de antecipação de recebíveis. Rapidamente conseguimos expandir as alternativas de financiamento junto a um universo maior de adquirentes e opções de crédito bancário.

Ao longo dos meses da pandemia fomos capazes de crescer substancialmente nossa base de clientes ativos, através de projetos internos (ex: lançamento do WestwingNow e maior investimento em marketing) e efeitos da pandemia. Essa base de clientes ativos se familiarizou ainda mais com a nossa plataforma, gerando benefícios de recorrência que irão, em nossa visão, contribuir também para a geração de receita futura do negócio.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Também como resultado da pandemia do COVID-19, fomos capazes de proporcionar maior flexibilidade para os nossos empregados através do *home office*, e notamos um aumento em nossa produtividade, percebido através da capacidade do time de executar diferentes projetos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, inclusive, resolvemos que, em um cenário pós pandemia iremos manter políticas flexíveis sobre *home office*. Devido à alta recorrência de políticas de *home office*, há uma maior suscetibilidade de ataques cibernéticos.

A situação de pandemia se mostrou muito desafiadora para vários fornecedores do setor de Casa & Decoração, gerando grandes desafios de abastecimento para diversos *players*. No nosso caso, temos uma vantagem em nossa diversidade de fornecedores – devido à grande base de fornecedores (que conta com mais de 3.000 fornecedores cadastrados na plataforma), tivemos um impacto menor, dado que não possuímos dependência de nenhum fornecedor específico e podemos contar com fornecedores alternativos que conseguem oferecer diferentes produtos em nossos canais.

## **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

### **7.1-A - Sociedade de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### (a) produtos e serviços comercializados

A Companhia comercializa móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios em geral majoritariamente através de seu *website* e de suas plataformas para aplicativos *mobile*.

A Companhia também conduz operações de intermediação de negócios onde dentro do mesmo conceito de curadoria, negocia com determinados fornecedores produtos adequados para a campanha que irá ao ar. A decisão de quais produtos é sempre da Companhia. Efetuada a venda a Companhia recebe os recursos e repassa ao fornecedor, de acordo com o prazo negociado, e o cobra uma comissão de intermediação de negócio.

#### (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A receita operacional líquida da Companhia advém de seu único segmento operacional. Apresentamos abaixo a receita operacional líquida da Companhia nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2019	%	2018	%	2017	%
<b>Receita operacional líquida</b>	167.866	100	93.160	100	130.906	100	118.878	100	114.456	100

#### (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O lucro líquido da Companhia advém de seu único segmento operacional. Apresentamos abaixo o lucro líquido da Companhia nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2019	%	2018	%	2017	%
<b>Lucro líquido</b>	17.058	100	(1.018)	100	(1.474)	100	2.832	100	2.382	100



## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### (a) características do processo de produção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um processo de produção.

#### (b) características do processo de distribuição

Nosso processo de distribuição baseia-se no e-commerce via web e mobile assim como por meio da nossa integração de canais físicos e digitais na nossa loja física e quiosques localizados em pontos estratégicos na cidade de São Paulo. Atuamos de forma online em todo o Brasil na distribuição de produtos de casa & decoração e lifestyle.

Operamos atualmente um centro de distribuição na cidade de Jundiaí-SP, que é dividido em 2 plantas, totalizando 15.567,5 metros quadrados. Lá são processados e faturados todos os pedidos das modalidades *Cross Docking* e *Own Stock* (explicados abaixo). Em alguns casos, os pedidos de *Drop Shipping* (explicado abaixo) também passam pelo nosso armazém, mas somente para serem roteirizados e distribuídos para a nossa frota própria e para transportadoras parceiras, otimizando o fluxo e o custo de entregas. O centro de distribuição conta com equipe operacional 100% própria, dividida em 2 turnos. A plataforma de tecnologia utilizada no centro de distribuição (*WMS – Warehouse Management System*), foi desenvolvida sob medida para suportar os processos operacionais. Iremos expandir nossa operação logística no primeiro semestre de 2021, fazendo uma mudança de centro de distribuição para um novo local, também em Jundiaí. O novo centro de distribuição terá uma área total aproximada de 28.000 metros quadrados, em nave única. O contrato de aluguel já foi celebrado entre as partes, com início da vigência em 01 de janeiro de 2021.

#### **Compras e Fornecedores**

As compras dos produtos vendidos nos nossos Canais de Venda são pulverizadas entre nosso grande número de fornecedores (mais de 3.000 fornecedores cadastrados na nossa plataforma), evitando assim a dependência de poucos fornecedores. Nossos parceiros são selecionados de forma criteriosa pela equipe interna com o fim de garantir a qualidade de produtos e serviços a nossos clientes.

Vendemos de forma direta ao consumidor final, por meio de marca própria e de terceiros, com nossa marca e plataformas proprietárias. Isso permite que tenhamos uma estrutura verticalizada e integrada, garantindo o melhor atendimento às necessidades dos nossos clientes. Possuímos uma ampla gama de fornecedores e marcas reconhecidas mundialmente pela sua qualidade, tendo mais de 1 milhão de SKU's cadastrados na nossa plataforma.

Além das parcerias com fornecedores reconhecidos pela qualidade, também possuímos nossa marca própria, fabricando móveis e acessórios de decoração. É importante ressaltar que toda produção da nossa marca própria é realizada por terceiros. A marca Westwing é resultado da qualidade do produto e experiência do cliente durante o processo de compra, reforçada pela nossa posição que acreditamos ser de vanguarda das tendências de móveis e acessórios e pelo nosso comprometimento com elevados níveis de serviço com o nosso cliente. Nossa marca própria vem crescendo desde 2016, sendo cada vez mais representativa em número de SKUs e representatividade da receita como um todo.

#### **Gestão do Estoque e Modelos de Supply Chain**

Temos um modelo de negócios baseado principalmente em estoque zero (modelo de *cross docking*). Para otimizar o fluxo do produto, viabilizar o modelo de negócios e reduzir o risco de estoque, possuímos 4 modelos complementares de *supply chain* para atender os pedidos feitos na nossa plataforma online, descritos a seguir:

*Cross Docking*: modelo de compra e venda de mercadorias, em que os produtos não são estocados no nosso CD. Os pedidos de compra são feitos aos fornecedores depois que a venda ao cliente ocorre nas nossas plataformas de *e-commerce*. As mercadorias são entregues no nosso centro de distribuição e são recebidas, separadas e consolidadas para formar os pedidos dos clientes, e então são faturadas e enviadas para todo o Brasil através de malha de logística própria e/ou terceirizada. Desenvolvemos processos e sistemas próprios para que o processo de *cross docking* ocorra de forma muito rápida e precisa, garantindo o processamento dos pedidos em um curto espaço de tempo.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

*Drop Shipping*: modelo em que o faturamento e envio dos pedidos é feito diretamente pelos fornecedores. Desenvolvemos uma plataforma própria, chamada de *Partner Portal*, que é acessada pelos fornecedores para visualizar os pedidos de clientes e as informações necessárias para o faturamento. Os fornecedores são responsáveis por consolidar, embalar e faturar os produtos. Na maioria dos casos, nós somos responsáveis por fazer a coleta dos pedidos nos fornecedores e fazer as entregas utilizando malha própria e/ou terceirizada de logística *last-mile*. Nesse modelo, o Westwing cobra uma comissão de vendas dos fornecedores parceiros.

*Own Stock*: em algumas situações, compramos antecipadamente e estocamos mercadorias para oferecer prazos de entrega mais curtos ou para oferecer produtos exclusivos (ex: importação). Nesses casos, o estoque fica armazenado no nosso centro de distribuição para ser enviado ao cliente rapidamente assim que o pedido é feito. Parte desse estoque também é utilizado para abastecer a nossa loja física e nossos quiosques.

*Ship From Store*: nesse modelo, conseguimos oferecer em nossas plataformas o estoque disponível em pontos de venda físicos (loja física e quiosques) de nossos parceiros e fornecedores, o que permite fazer entregas a clientes em poucos minutos após a aprovação da compra. Possuímos um sistema bastante avançado, de desenvolvimento próprio, para fazer a troca de informações com os pontos de venda. O sistema é integrado com uma transportadora de entregas expressas, que utiliza em geral motos, possibilitando que a loja faça o pedido dos portadores. O faturamento é feito diretamente pelas lojas dos nossos parceiros, e o Westwing cobra uma comissão sobre as vendas.

#### **Transportes e Westlog**

Para a entrega dos pedidos aos nossos clientes, temos uma malha própria de entregas e trabalhamos também com transportadoras parceiras. O custo de frete, que na maioria dos casos é repassado aos nossos clientes no momento da compra, é otimizado pelo nosso sistema através da escolha, pedido a pedido, da forma mais eficiente de fazer cada entrega, com menor custo. Nossa logística de *last-mile* segue dois formatos distintos:

*Entrega via transportadoras terceirizadas*: modelo em que a entrega dos pedidos aos nossos clientes é feita por empresas de logística e transportadoras parceiras, com abrangência nacional. Nossos parceiros são cuidadosamente escolhidos e sua performance operacional é monitorada continuamente.

*Entregas pela Westlog*: temos um braço logístico próprio chamado de Westlog. Essa malha é composta por um *hub* urbano de processamento de pedidos na Zona Oeste da cidade de São Paulo, operado por equipe própria, e que conta com veículos próprios de entrega do tipo VUC (modelo Renault Master). Também são utilizados veículos agregados sob demanda (em sua maioria VUCs e furgões leves), de empresas parceiras. A Westlog tem abrangência de entregas com foco na Grande São Paulo e algumas cidades do interior. As cidades atendidas atualmente pela Westlog são São Paulo, Barueri, Santana de Parnaíba, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Campinas e Jundiaí. As entregas nas cidades de interior são feitas diretamente pela frota da Westlog, saindo do nosso centro de distribuição. As entregas na Grande São Paulo saem do centro de distribuição e são direcionadas ao *hub* urbano, onde são roteirizadas e em seguida carregadas nos veículos da frota, que realizam as entregas. Após a inauguração desse *hub*, em outubro de 2020, a Westlog passou a ser responsável por 86% das entregas de pedidos na Grande São Paulo (base novembro/2020), região que representa cerca de 30% do volume total de pedidos da Westwing. A nossa malha própria de logística traz algumas vantagens importantes, entre elas o menor tempo de entrega (transporte 50% mais rápido do que com transportadoras parceiras), melhor nível de serviço, maior visibilidade e controle operacional e menor custo com frete. Além disso, abre caminho para outras inovações futuras na área logística como *dark stores* e *next-day delivery*.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### (c) características dos mercados de atuação

Atuamos no mercado de varejo online no Brasil, no segmento de móveis, decoração e acessórios para casa. Além disso, nos últimos anos, passamos a oferecer produtos de categorias adjacentes como moda, cosméticos e outras categorias que classificamos em nossa estratégia de produtos para *lifestyle*. Temos as classes A e B como principal público alvo, as quais representam, aproximadamente 55% dos gastos com móveis e acessórios de decoração no Brasil e, no caso do Westwing, aproximadamente 66% do nosso GMV, 52% dos compradores e 58% do total de visitas feitas<sup>1</sup>, embora representem apenas ~30% do número de domicílios urbanos no país. Apesar de termos as classes A e B como principal público alvo, também atendemos um grande número de clientes das classes C e D que, juntos, correspondem a 44% dos compradores e 39% das visitas<sup>2</sup>. Nossa marca é aspiracional e tem atraído cada vez mais clientes desses segmentos sócio-econômicos.

#### Mercado de E-commerce

Com o avanço da internet, a popularização dos *smartphones* e o aumento de renda da população mais jovem, o varejo online vem ganhando espaço frente ao comércio físico devido às praticidades e maiores opções que oferece. Segundo dados do Statista, a parcela das compras do varejo feita online tem crescido de forma consistente, com projeções de alcançar mais de 22% do total do varejo mundial em 2023<sup>3</sup>.



Fonte: Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/534123/e-commerce-share-of-retail-sales-worldwide/>

Impulsionado pela facilidade dos dispositivos móveis, o *m-commerce* (*mobile e-commerce*) vem crescendo de forma constante e se tornando o modo preferido de consumidores de varejo online. Dados da Euromonitor International mostram que o *e-commerce* cresceu de forma constante e as compras feitas por *mobile* vêm ganhando espaço dentro do *e-commerce* nos EUA. De acordo com os dados, o *e-commerce* americano cresceu a um CAGR de 16,2% em termos correntes entre 2010 e 2018, alcançando US\$444,4 bilhões e sendo 27,5% feito via *mobile*.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Fonte: Pesquisa quantitativa feita em agosto de 2020 com amostra de 2.375 compradores ativos do Westwing Club (segmentos: compradores antes da pandemia, compradores depois da pandemia e alto valor) para o período de setembro de 2019 a agosto de 2020 no Westwing Club. As classes A e B representaram 66% do GMV, 52% dos consumidores e 58% do total de visitas feitas. As classes C e D representaram 32% do GMV, 44% dos consumidores e 39% das visitas. A classe E foi responsável por 2% do GMV, 4% dos consumidores e 3% das visitas feitas.

<sup>2</sup> Fonte: Pesquisa quantitativa feita em agosto de 2020 com amostra de 2.375 compradores ativos do Westwing Club (segmentos: compradores antes da pandemia, compradores depois da pandemia e alto valor) para o período de setembro de 2019 a agosto de 2020 no Westwing Club. As classes A e B representaram 66% do GMV, 52% dos consumidores e 58% do total de visitas feitas. As classes C e D representaram 32% do GMV, 44% dos consumidores e 39% das visitas. A classe E foi responsável por 2% do GMV, 4% dos consumidores e 3% das visitas feitas.

<sup>3</sup> Fonte: Statista. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/534123/e-commerce-share-of-retail-sales-worldwide/>

<sup>4</sup> Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in the USA 2020, vendas ao consumidor final, incluindo impostos, em termos correntes, em US\$.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in the USA 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, em US\$.

Analogamente, o Brasil passa por uma revolução tecnológica, na qual o número de usuários de internet no país vem crescendo de forma consistente. Como consequência do aumento do número de usuários de internet, o *e-commerce* vem crescendo cada vez mais, movimentando R\$87,8 bilhões em 2019, crescendo a um CAGR de 19,7% em termos correntes entre 2010 e 2019. Acompanhando a tendência, as compras feitas via *mobile* cresceram de 2,9% para 46,7% de 2011 a 2019, demonstrando uma preferência pela plataforma desenvolvida ao longo do tempo.<sup>5</sup>



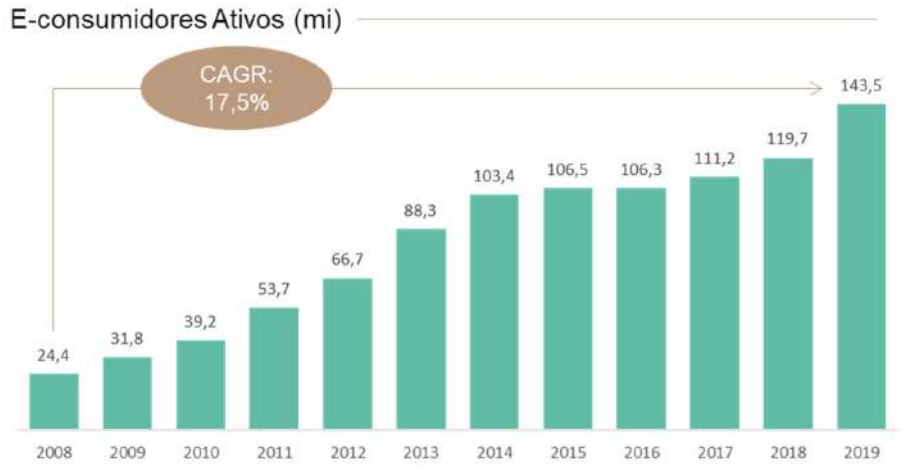
Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Além do faturamento, o número de clientes ativos de *e-commerce* – os *e-consumers* – também aumentou significativamente nos últimos anos, passando de aproximadamente 24 milhões de usuários em 2008 para 143,5 milhões em 2019, apresentando um CAGR de 17,5% no período, segundo dados da Ebit Nielsen e Falke Information<sup>6</sup>. Isso demonstra que a tendência de digitalização do varejo vem ganhando cada vez mais força, com mais adeptos a cada ano e maior volume de compras feitas no ambiente online.

<sup>5</sup> Fonte: Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final, incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

<sup>6</sup> Fonte: Ebit Nielsen e Falke Information, Panorama do Setor Brasileiro de Varejo.

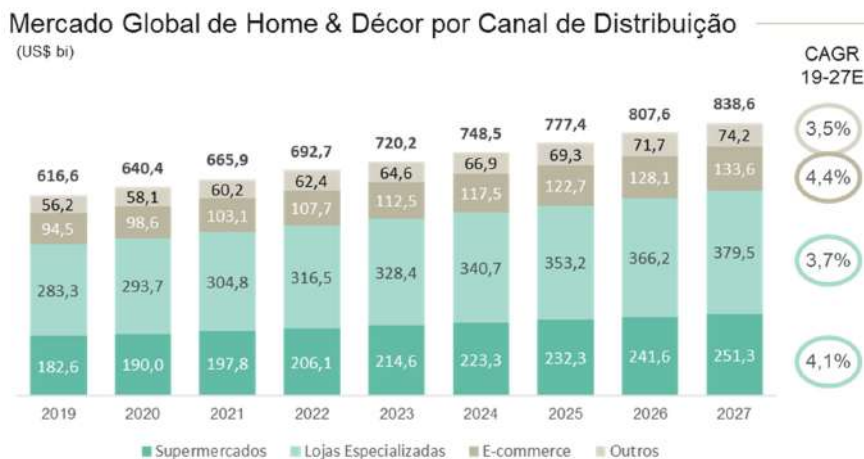
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Ebit Nielsen e Falke Information, Panorama do Setor Brasileiro de Varejo.

#### Mercado de Home & Garden

Analisando o mercado global de Home & Décor, é possível perceber que a maior parte das compras do setor ainda são feitas de forma presencial, com lojas especializadas e supermercados representando 76% das vendas totais e o varejo eletrônico apenas 15,0%, conforme dados da Allied Market Research<sup>7</sup>. Além disso, as expectativas para o futuro do mercado de casa e decoração são otimistas, com CAGR projetado de 3,9% entre 2019 e 2027.



Fonte: Allied Market Research, Global Home Décor Market.

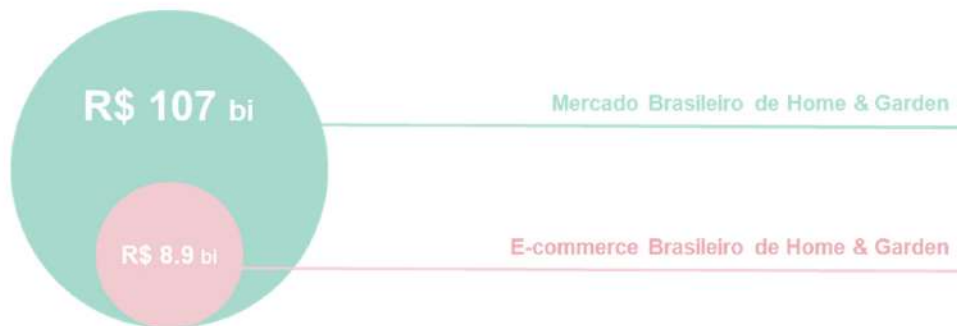
No Brasil, o mercado endereçável total (TAM) de Home & Garden movimentou R\$107 bilhões em 2019 em termos correntes de vendas no varejo. O mercado online movimentou R\$8,9 bilhões em termos correntes em 2019 e possui significativas perspectivas de crescimento para os próximos anos. No gráfico abaixo é possível observar o tamanho do mercado no Brasil em 2019.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Fonte: Allied Market Research, Global Home Décor Market.

<sup>8</sup> Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Tamanho do Mercado do Brasil (2019)



Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Historicamente, os níveis de produção de móveis e de indústria geral são altamente correlacionados, tendendo a se afastarem em períodos de maior volatilidade.<sup>9</sup> Essa característica mostra que, apesar de sofrer um maior impacto em períodos extremos, a indústria de móveis recupera-se mais rapidamente. Aliado a isso, alguns fatores como a baixa taxa de juros e o maior tempo passado em casa nos meses de pandemia ajudaram a impulsionar a demanda do setor.

Evolução da Produção Física Industrial



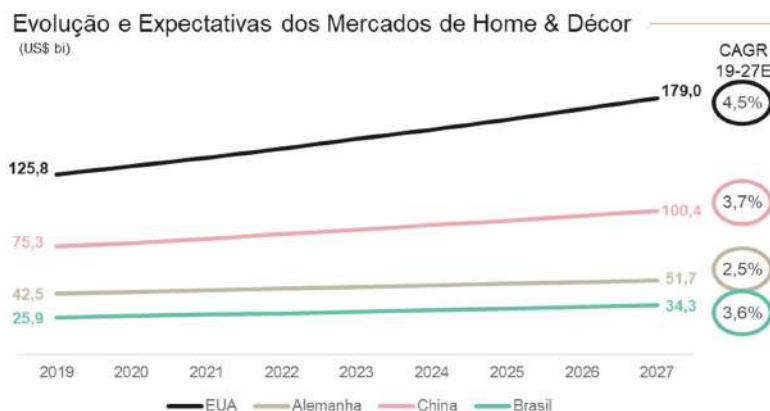
Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal

De acordo com a Allied Market Research, o mercado de Home & Décor no Brasil atingiu US\$25,9 bilhões em 2019 contra US\$125,8 bilhões nos Estados Unidos.<sup>10</sup> Dadas as perspectivas positivas de crescimento do mercado e um aumento da penetração do mercado de Home & Décor como % das vendas do varejo, o CAGR projetado no Brasil entre 2020 e 2027 é de 3,6% ao ano, enquanto nos Estados Unidos é de 4,5% chegando a US\$34,3 bilhões e US\$179,0 bilhões respectivamente. No gráfico abaixo é possível observar o histórico e perspectivas futuras para o setor de Home & Décor tanto no Brasil quanto nos EUA.

<sup>9</sup> Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal.

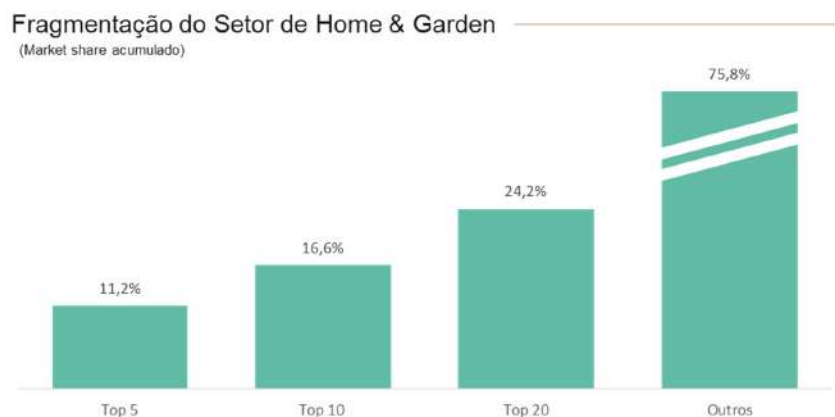
<sup>10</sup> Fonte: Allied Market Research, Global Home Decor Market.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Allied Market Research, Global Home Decor Market.

O mercado brasileiro de Home & Garden também é caracterizado por uma alta pulverização, onde os 10 principais *players* nacionais possuem cerca de 16,6% do *market share* e os 20 maiores possuem 24,2% de vendas no varejo em termos correntes, segundo dados da Euromonitor International.<sup>11</sup> Os elevados custos de importação e a complexidade logística limitam a entrada de concorrentes estrangeiros no setor, portanto a interferência internacional no mercado brasileiro no curto e médio prazo é improvável. A dificuldade de entrada de novos concorrentes relevantes e a alta fragmentação do setor varejista de móveis e acessórios de decoração criam uma grande oportunidade de crescimento para a Westwing.



Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

#### Mercado Online de Home & Garden

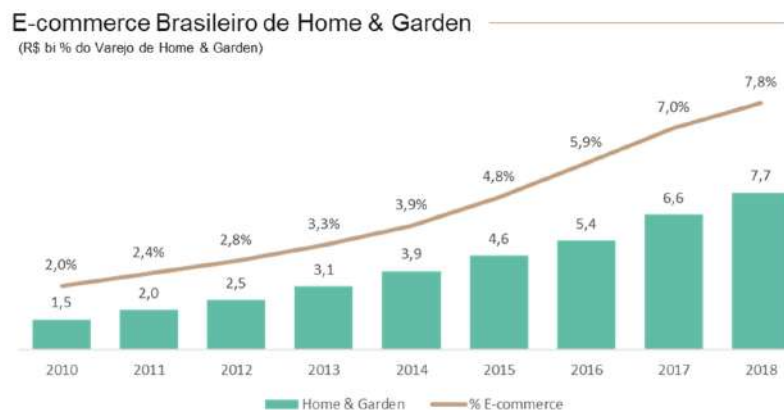
Dada sua praticidade, o *e-commerce* vem se tornando uma alternativa cada vez mais escolhida em diversas indústrias. Isso pode ser explicado pelo aumento na confiança da população nas compras online, facilidade de acesso a sites na *web* e *mobile*, redução nos tempos de entrega, facilidade em trocas, além da praticidade no dia a dia. No segmento de Home & Garden, lojas tradicionais tendem a não oferecer produtos a pronta entrega e geralmente trabalham com entregas através de seus distribuidores. Assim, não existe praticidade adicional para aqueles que vendem por meio de suas lojas físicas.

No Brasil, apesar das perspectivas positivas de crescimento do mercado, o varejo eletrônico do segmento de Home & Garden ainda é muito pouco desenvolvido comparado a países desenvolvidos. Nos gráficos abaixo é possível observar a evolução das vendas de itens de casa e jardim feitas via *e-commerce* no

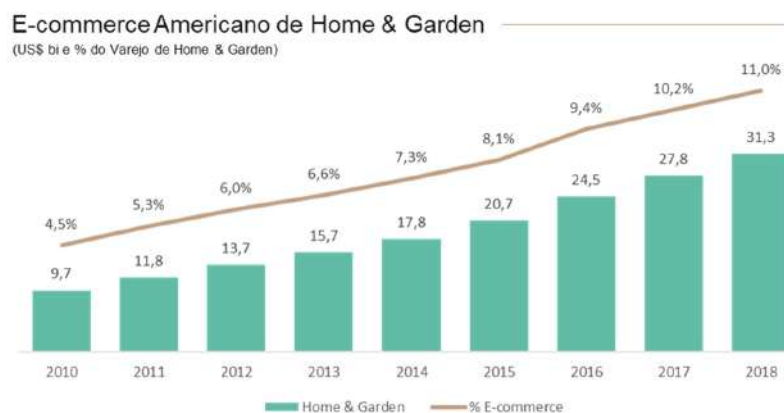
<sup>11</sup> Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, moeda local.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Brasil em comparação com os Estados Unidos. O Brasil ainda possui um mercado pouco desenvolvido, com apenas R\$7,7 bilhões movimentados em 2018 - representando 7,8% das compras de Home & Garden - ao passo que os EUA movimentaram US\$31,3 bilhões, totalizando 11,0% das compras de Home & Garden do ano, de acordo com a Euromonitor International.<sup>12</sup>



Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in Brazil, 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.



Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in the USA, 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, em US\$.

O setor de Home & Garden é significativamente pulverizado no Brasil, isso se deve as dinâmicas regionais, tamanho do mercado, limitações logísticas, entre outros fatores.

O perfil único do modelo de negócios da Westwing nos leva a competir com players que operam exclusivamente off-line, nos beneficiando diretamente da migração da demanda dos players off-line para os players on-line.

Como principais concorrentes podemos destacar algumas das principais lojas do segmento de Home & Garden no Brasil, entre elas Tok&Stok, Etna, Camicado, Leroy Merlin e Fast Shop.

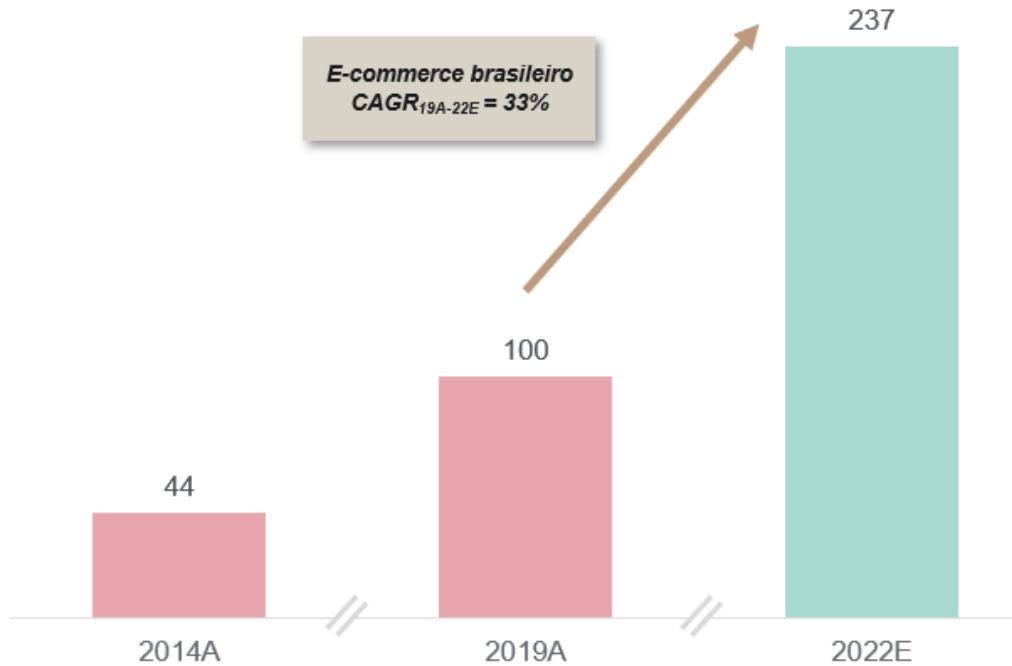
Nós operamos, no entanto, de uma maneira significativamente diferente destes competidores. Consideramos que nosso ecossistema completo composto por Club, Now e Phygital não pode ser replicado por nenhum competidor, e nos dá uma vantagem competitiva significativa dado a evolução do mercado de e-commerce dentro do segmento de Home & Garden.

<sup>12</sup> Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.



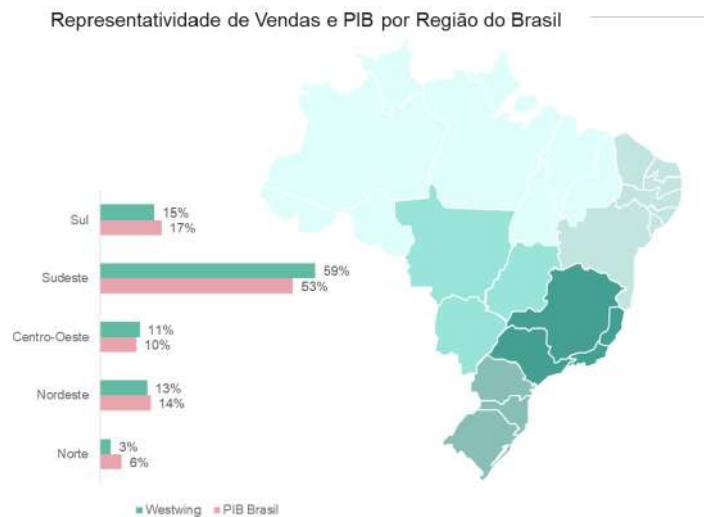
### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Adicionalmente, o mercado de e-commerce de Home & Garden tem se evidenciado com um grande potencial de expansão, tendo passado de R\$ 44 bilhões anuais em 2014, atingido o patamar de R\$ 100 bilhões em 2019 e com estimativa de alcançar R\$ 237 bilhões em 2022 (em termos de GMV):



Fontes: Euromonitor, Statista, EBIT, Exame, Cetic e UBS Research.

#### Localização Estratégica



Fonte: Companhia, IBGE

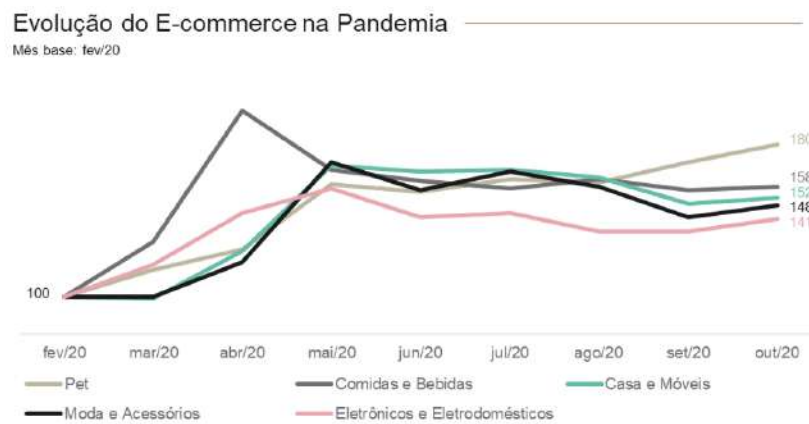
As regiões Sudeste e Sul do país representam ~74% das vendas da Companhia, com as demais regiões representando os 26% restantes. Essa distribuição de vendas está bastante em linha com a participação de cada região no PIB brasileiro (Sudeste e Sul representam 70% do PIB, enquanto as demais regiões são responsáveis por 30%).

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### Impactos do Covid-19 no Setor

Durante a pandemia de Covid-19, conforme mostrado na evolução da produção física industrial, a indústria brasileira sofreu um choque com o *lockdown* e o setor de móveis e decoração foi mais impactado que a média. Entretanto, sua recuperação se deu de forma mais acentuada que a indústria geral brasileira.

Durante esse período, dos 5 setores de e-commerce mais desenvolvidos no Brasil, 2 eram essenciais, como gastos com pets e alimentos, e 3 de varejo - casa e móveis, moda e eletrônicos. A necessidade de remodelar os ambientes para adaptação do local de trabalho teve uma influência direta sobre a demanda dos setores. De fevereiro para outubro de 2020, o e-commerce de casa e móveis teve um aumento de 52% no faturamento. Apesar da abertura de lojas físicas ocorrida principalmente a partir de julho de 2020, o e-commerce de casa e móveis continua operando em patamar substancialmente mais alto que no período pré-pandemia.<sup>13</sup>



Fonte: Conversion, Relatório Setores do E-commerce no Brasil

#### (d) eventual sazonalidade

A Companhia possui dois períodos de sazonalidade, o primeiro deles é positivo por ocasião da Black Friday onde as vendas proporcionadas por redução de preços começam a escalar já na quinta-feira anterior ao dia e permanece elevada por todo o fim de semana, culminando na Cyber Monday. O segundo momento de sazonalidade é de retração e ocorre a partir do período de final do ano e se estende a meados de fevereiro.

Período	Participação Trimestral											
	4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	1T17
(% da receita operacional líquida do ano)	28,8%	25,8%	24,6%	20,8%	26,6%	25,8%	26,2%	21,3%	26,7%	23,7%	24,7%	24,8%

#### (e) principais insumos e matérias primas, informando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui processo de produção e, portanto, não possui insumos e matérias primas. A Companhia tampouco possui dependência em relação a seus fornecedores. Os produtos comercializados pela Companhia provêm de um grande número de fornecedores não afiliados. Como resultado, não há dependência de um único ou poucos fornecedores.

<sup>13</sup> Fonte: Conversion, Relatório Setores do E-commerce no Brasil.

## **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

#### **(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

#### **(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### (a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

##### Regulamentação sobre Privacidade e Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuísta e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- a Lei nº 8.078/1990 (“**Código de Defesa do Consumidor**”), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei nº 12.414/2011 (“**Lei do Cadastro Positivo**”), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- a Lei nº 12.965/2014 (“**Marco Civil da Internet**”), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto nº 8.771/2016 (“**Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet**”), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia. A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

Relevante esclarecer que, em pese a publicação do Decreto nº10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, e a aprovação dos membros de seu Conselho Diretor pelo Senado, após publicação da indicação feita pelo Presidente da República, conforme estabelecido pela LGPD e pela Constituição Federal, a ANPD ainda não iniciou suas atividades de fato. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ainda, importante informar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à; (d) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; e (f) suspensão, proibição parcial ou total do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência.

### Regulamentação Ambiental

#### **Responsabilização Ambiental**

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. A eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções nas esferas: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal. Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### ***Responsabilidade Administrativa***

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

### ***Responsabilidade Civil***

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, pela atividade causadora contribuíram para a ocorrência de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981).

De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pela totalidade da remediação ou do pagamento de indenização pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base legal e/ou contratual, a depender do caso. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

### ***Responsabilidade Criminal***

A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, pessoal e intransferível, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com dolo ou culpa. A Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade.

Tal Lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual não exclui a possibilidade de responsabilização das pessoas físicas envolvidas na perpetração do crime ambiental. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: (i) multa; (ii) restritivas de direitos; e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade. Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### ***Licenciamento ambiental***

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 (“**Política Nacional do Meio Ambiente**”), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. As diretrizes para a determinação do órgão ambiental competente para a realização do licenciamento estão disciplinadas na Lei Complementar nº 140/2011.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“**CONAMA**”), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia (“**LP**”), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação (“**LI**”), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação (“**LO**”) que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

As licenças ambientais devem ser periodicamente renovadas. Como regra geral, a sua renovação deve ser solicitada pelo menos 120 dias antes da expiração do seu prazo de validade, para que a vigência da licença fique automaticamente renovada até a manifestação definitiva do órgão ambiental sobre o pedido de renovação. O descumprimento do prazo legal de 120 dias pode sujeitar a Companhia às penalidades nas esferas administrativa, criminal e civil.

O licenciamento ambiental é feito com base na discricionariedade técnica do órgão ambiental competente. A Companhia entende que suas unidades, pela natureza e baixo impacto das atividades desenvolvidas, não estão sujeitas ao licenciamento ambiental. Em relação às unidades inseridas em shopping centers, licenças ambientais podem ser aplicáveis aos operadores dos shopping centers e não aos lojistas diretamente. A exigibilidade do licenciamento varia de acordo com normas locais. Caso a atividade exercida não apresente impacto ambiental significativo, conforme a regulamentação ambiental aplicável, é possível que a atividade seja dispensada de licenciamento ambiental.

### **(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia não possui uma política ambiental formalizada, até o momento, vez que as atividades da Companhia podem ser consideradas de baixo impacto ambiental. De qualquer forma, a Companhia adota práticas voltadas à sustentabilidade, tais como técnicas de embalagens com menor uso de materiais plásticos, direcionamento de resíduos de materiais do centro de distribuição (papalão, plástico, papel) a um centro de reciclagem, ações internas com os empregados para conscientização e redução de resíduos e desperdício de materiais.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão internacional de proteção ambiental.

### **(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

#### ***Marcas***

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei nº 9.279/1996 (“**Lei da Propriedade Industrial**”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu o direito de uso da marca Westwing em todo o território da América Latina.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 11 pedidos de registro de marca e marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de outras sociedades empresárias integrantes de seu grupo econômico, destacando-se as marcas Westwing, WestwingNow e Mezzanine.

### *Nomes de Domínio*

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“**DNS**”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

A Companhia é titular de 16 nomes de domínio associados a suas marcas, destacando-se <westwing.com.br> e <westwingnow.com.br>.

### *Software*

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 (“**Lei de Direitos Autorais**”) em conjunto com a Lei nº 9.609/98 (“**Lei de Software**”), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado programa de computador independe de registro.

De acordo com o artigo 4º da Lei de Software, salvo estipulação em contrário, pertencerão exclusivamente ao empregador, contratante de serviços ou órgão público, os direitos relativos ao programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato ou de vínculo estatutário, ou em que a atividade do empregado, contratado de serviço ou servidor seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos.



## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia possui softwares próprios que foram desenvolvidos por empregados com contribuição de empresas terceiras especializadas nesse tipo de atividade. Apesar da previsão legal acerca da transferência de direitos, terceiros podem contestar ou questionar a propriedade da Companhia sobre tais softwares. Em caso de questionamento, custos com litígios podem ser necessário para defender os direitos da Companhia em juízo, e caso não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Em 19 de outubro de 2018, a Companhia passou a deter a licença perpétua dos softwares de titularidade da Westwing Group AG para o desenvolvimento das suas atividades de negócios no Brasil, dentro os quais destacam-se “BOB” e “Alice” utilizados na gestão do *website* e do aplicativo da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes, utilizados pela Companhia, vide o item 9.1.b do presente Formulário de Referência.

## **7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

### **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

**(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

**(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

**(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### 7.8 - Políticas socioambientais

**(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais**

A Companhia ainda não possui uma política de responsabilidade socioambiental e não publica relatório de sustentabilidade. Não obstante, a Companhia compreende a relevância do tema e adota as seguintes práticas sociais e ambientais, como disponibilização de apoio psicológico gratuito para os empregados e destinação dos resíduos sólidos produzidos, que são realizados através de empresa terceirizada que recolhe tais resíduos sólidos do centro de distribuição da Companhia e direciona aos centros de reciclagem.

**(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(e) se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

**(f) se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.**

A Companhia entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para as suas atividades.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

### **7.9 - Outras informações relevantes**

#### **Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural**

A Companhia não adota políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural, bem como não desenvolve ou participa de projetos nessas áreas.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

### **8.1 - Negócios extraordinários**

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

### **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

#### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.



#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

##### **8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

### **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros**

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Matriz Escritório São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial 3 - Galpão 13 - Armazém Jundiaí	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Filial 7 - Galpão Leopoldina	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial 4 – Loja Vila Madalena	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 904423859 para a marca nominativa "WESTWING" na classe NCL (9) 35	Até 09.06.2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 904423832 para a marca nominativa "WESTWING" na classe NCL (9) 24	Até 10.02.2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 904423824 para a marca nominativa "WESTWING" na classe NCL (9) 21	Até 10.02.2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 831235322 para a marca mista "WESTWING" na classe NCL (9) 35	Até 26.03.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 904423808 para a marca nominativa "WESTWING" na classe NCL (9) 20	Até 03.04.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 906069467 para marca figurativa na classe NCL (10) 20	Até 19.01.2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 906069483 para marca figurativa na classe NCL (10) 21	Até 19.01.2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 906069505 para marca figurativa na classe NCL (10) 35	Até 19.01.2026.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 840863071 para a marca mista "MEZZANINE" na classe NCL (10) 20	Até 06.02.2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro de marca nº 840863098 para a marca mista "MEZZANINE", na classe NCL (10) 21	Até 06.02.2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro de marca nº 840863080 para a marca mista "MEZZANINE", na classe NCL (10) 24	Até 06.02.2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre esta e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	<www.mezzanine.com.br>	Até 19.06.2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.mezzaninecasa.com.br>	Até 24.08.2021.	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	<www.westingnow.com.br>	Até 17.02.2021.	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>
Nome de domínio na internet	<westwing.com.br>	Até 11.03.2021	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.</p>



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<westwingnow.com.br >	Até 17.02.2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwing.com.br >	Até 26.09.2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingbr.com.br >	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.westwingbrasil.com.br>	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingcupom.com.br>	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingdecoracao.com.br>	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.westwinghome.com.br>	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingloja.com.br>	Até 11.03.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingnow.com.br>	Até 20.12.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<www.westwingplus.com.br>	Até 11.10.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwingshop.com.br>	Até 24.01.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.wvbr.com.br>	Até 08.08.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<westwi.ng>	Até 06.02.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	<www.westwinghome.com>	Até 21.11.2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, participações em outras sociedades.

## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

### **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, e das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A discussão e análise sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia a seguir descritas é baseada e deve ser lida em conjunto com essas demonstrações contábeis da Companhia, e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Conforme descrito nos itens 4.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

#### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$79.830 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R\$88.429 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,90. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$21.831 mil, sendo inferior ao passivo circulante, que era de R\$34.204 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,64. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o índice de liquidez corrente foi de 0,71 e 0,62, respectivamente. O crescimento do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2017 para junho de 2020 é motivado principalmente pelo aumento ao longo dos exercícios das antecipações de recebíveis, motivadas pelo aumento de nossa receita de vendas. Também contribuiu para o crescimento do índice de liquidez a captação de empréstimos de longo prazo durante o exercício de 2020, no montante de R\$9,3 milhões. Importante salientar que, em 30 de setembro de 2020, o principal item de nosso passivo circulante era a conta de receita diferida, no montante de R\$35.133 mil, que não representa uma obrigação de desembolso de caixa futuro. Ao excluirmos esse item, as demais contas do passivo circulante totalizam R\$53.296 mil, que representa um montante inferior ao total do nosso ativo circulante de R\$79.830 mil, o que demonstra que a Companhia possui condições de atender o financiamento de suas atividades.

Ressaltamos também que, em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui em caixa e equivalentes de caixa o montante de R\$52.462 mil. Essa posição de caixa praticamente garante o financiamento de nosso passivo circulante que terá desembolso de caixa (R\$53.296 mil, conforme demonstrado no parágrafo anterior).

Conforme demonstrado na Seção 10.1 (f), a dívida líquida da Companhia em 30 de setembro de 2020 é positiva (ou seja, os recursos financeiros ativos superam as obrigações da Companhia) em R\$38.800 mil.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nossa capacidade de honrar nossos compromissos também está demonstrada em nosso índice de liquidez total (representado pela divisão do total do ativo pelo total do passivo). Passamos de um índice de 0,78 em 31 de dezembro de 2019 para 1,09 em 30 de setembro de 2020.

Por fim, outro fator que nos permite concluir sobre nossa habilidade para cumprimento das obrigações financeiras se refere à nossa geração de caixa. Conforme demonstrado na seção 3.1 (b), nosso EBITDA historicamente é positivo e, mesmo com o advento da pandemia do COVID 19, mostrou resiliência, mantendo-se na faixa de 6.2% sobre a receita operacional líquida.

### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$9.903 mil negativo, passando para R\$7.071 mil negativo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é atribuída, principalmente, ao lucro líquido obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$2.832 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$7.071 mil negativo, passando para R\$8.545 mil negativo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu, principalmente, do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$1.474 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$8.545 mil negativo, passando para R\$8.918 mil em 30 de setembro de 2020. Essa variação decorreu de: (i) lucro líquido obtido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$17.058 mil; e (ii) aumento de capital mediante incorporação reversa de controladora direta, no montante de R\$405 mil.

A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	98.781	39.225	32.191	32.854
Capital próprio (patrimônio líquido)	8.918	(8.545)	(7.071)	(9.903)
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>107.699</b>	<b>30.680</b>	<b>25.120</b>	<b>22.951</b>
Parcela de capital de terceiros	91,7%	127,9%	128,1%	143,1%
Parcela de capital próprio	8,3%	-27,9%	-28,1%	-43,1%

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros ao longo dos períodos em análise, como consequência do crescimento normal da operação e, especificamente para 2020, de captação de empréstimos realizado com o intuito de fortalecer o caixa da Companhia com o objetivo de sustentar o crescimento.

### (c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando os saldos de empréstimos (representado pela operação de cédula de crédito bancário empréstimo para capital de giro e de 4131 contratadas junto aos bancos), os saldos de caixa e equivalentes de caixa disponíveis, e a geração positiva de fluxo de caixa operacional, a

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia decorrem da utilização de empréstimos e de terceiros, descritos no item 10.1(f) abaixo, e da antecipação de recebíveis de cartões de crédito. Já para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nossa principal fonte de financiamento foram antecipações de recebíveis de cartões de crédito e, especificamente para o exercício de 2018, recebimento de um contrato de mútuo dos ex-controladores da Companhia.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessários, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

### (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução da dívida líquida da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020:

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	(52.462)	(4.336)	(4.310)	(1.228)
Aplicações financeiras	(152)	(68)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	(932)	(32)	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	(5.125)
Empréstimos	12.989	5.200	-	-
Passivo de arrendamento	1.757	3.040	-	-
<b>Total</b>	<b>(38.800)</b>	<b>3.804</b>	<b>(4.310)</b>	<b>(6.353)</b>

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de fornecer capital de giro e, passivos de arrendamento relacionados ao nosso centro de distribuição, nossa sede administrativa, e de nossa loja. A Companhia apresenta abaixo uma breve descrição dos contratos em vigor de empréstimos em 30 de setembro de 2020:

#### **Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000010/82**

Em 23 de março de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto à Caixa Econômica Federal, no valor principal de R\$1.400 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de sobrepreço de 0,43% ao mês somado a 100% do CDI CETIP. O contrato deve ser pago em 33 parcelas, com carência de 3 meses para início de pagamento das parcelas. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.272 mil. Em 11 de janeiro de 2021 a Companhia liquidou

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

antecipadamente a operação de capital de giro contratada junto à Caixa Econômica Federal pelo valor de R\$ 1.148 mil, não havendo, portanto, saldo devedor em aberto na data deste Formulário de Referência.

### Cédula de Crédito Bancário nº 058038011-1

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R\$1.287 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de 9,12% ao ano. O contrato deve ser pago em 19 parcelas, sendo a primeira em 5 de março de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.294 mil.

### Contrato de Empréstimo Internacional 1144064

Em 17 de fevereiro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de empréstimo internacional com o Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no montante de EUR 1.072 mil, garantido por uma *standby letter of credit*. Sobre o valor do principal incide taxa de juros de 1,4067% ao ano<sup>1</sup>. O contrato deve ser pago em 4 parcelas, sendo a primeira em 20 de maio de 2020 e a última em 17 de fevereiro de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 3.553 mil que pela Ptax de venda do Euro de 30/09 6,6132 representava um valor de EUR 537.258

### Cédula de Crédito Bancário nº 000787123-9

Em 25 de junho de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R\$6.700 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis de cartões de crédito. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros de 9,77% ao ano. O contrato deve ser pago em 19 parcelas, sendo a primeira em 18 de dezembro de 2020. Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$6.868 mil.

#### (ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

#### (iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

#### (iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras. Tais contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*), usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

<b>Cédula de Crédito Bancário nº 19.4263.737.0000010/82</b>	Esta cédula será considerada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: caso ocorra o vencimento antecipado de qualquer contrato e/ou dívida de empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas da Companhia ou seus avalistas; e alteração de controle societário da Companhia.
<b>Cédula de Crédito Bancário nº 058038011-1 e Cédula</b>	Esta cédula será considerada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos:

<sup>1</sup> Custo total da operação é de 4,01% ao ano e é composto pela taxa de juros contratual de 1,4067% adicionado do imposto de renda 33,33% sobre os juros que equivale a 0,4688% e a comissão de garantia internacional que 2,3333%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<b>de Crédito Bancário nº 000787123-9</b>	inadimplemento, de qualquer obrigação da cédula ou de qualquer instrumento celebrado pela Companhia com o Itaú Unibanco ou qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A.; e no caso de ocorrência de qualquer processo de reestruturação societária, incluindo alteração de objeto social, reorganização societária ou alteração de controle, direto ou indireto, em que a Companhia esteja envolvida.
<b>Contrato de Empréstimo Internacional 1144064</b>	Este contrato será considerado antecipadamente vencido, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: no caso de qualquer mudança relevante no estado econômico-financeiro da Companhia; no caso de alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta do controle societário ou acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou a cisão da Companhia, sem a prévia anuência do Itaú Unibanco.

### (g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía um saldo de R\$12.989 mil em empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulante) tomados e não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tivesse sido integralmente desembolsado.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

### (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia, com as informações financeiras trimestrais da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

	No período de nove meses findo em				
	30/09/2020	AV%	AH	30/09/2019	AV%
Receita operacional líquida	167.866	100,0%	80,2%	93.160	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.437)	-53,3%	75,2%	(51.051)	-54,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>78.429</b>	<b>46,7%</b>	<b>86,3%</b>	<b>42.109</b>	<b>45,2%</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(43.562)	-26,0%	93,3%	(22.538)	-24,2%
Despesas gerais e administrativas	(27.258)	-16,2%	44,0%	(18.931)	-20,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	-	0,0%	-100,0%	(10)	0,0%
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>7.609</b>	<b>4,5%</b>	<b>1107,8%</b>	<b>630</b>	<b>0,7%</b>
Receita financeira	4.577	2,7%	1008,2%	413	0,4%
Despesas financeiras	(9.107)	-5,4%	236,9%	(2.703)	-2,9%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(4.530)</b>	<b>-2,7%</b>	<b>97,8%</b>	<b>(2.290)</b>	<b>-2,5%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>3.079</b>	<b>1,8%</b>	<b>-285,5%</b>	<b>(1.660)</b>	<b>-1,8%</b>
Imposto de renda e contribuição social	13.979	8,3%	2077,4%	642	0,7%
<b>Lucro líquido (prejuízo)</b>	<b>17.058</b>	<b>10,2%</b>	<b>-1775,6%</b>	<b>(1.018)</b>	<b>-1,1%</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$167.866 mil, comparativamente a R\$93.160 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$74.706 mil, ou 80,2%.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O aumento da receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes únicos<sup>2</sup>. Essa base de clientes únicos variou de 123.660 no período findo em 30 de setembro de 2019 para 240.340 para o período findo em 30 de setembro de 2020. Contribuiu também para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de 39.480 mil acessos no período de nove meses findo 30 setembro de 2019 para 63.087 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de 59,8%. Adicionalmente, a Companhia desenvolveu um novo modelo de vendas, o WestwingNow, com maior sortimento de produtos, atendendo necessidades pontuais de nossos clientes que gerou no período findo em 30 de setembro de 2020, receita operacional líquida no montante de R\$ 11.383 mil.

### ***Custo dos produtos vendidos e serviços prestados***

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$89.437 mil, comparativamente a R\$51.051 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$38.386 mil, ou 75,2%. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados representava 53,3% e 54,8% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

O aumento do custo das mercadorias em 72,6% está diretamente relacionado ao aumento de vendas verificado entre os períodos. Esse aumento do custo das mercadorias devido ao aumento de vendas foi parcialmente compensado pela manutenção e redução dos preços de compras em decorrência de nossas negociações com fornecedores no período.

O aumento verificado em custos de armazenagem é referente a custos provisórios que existiram em razão do crescimento da companhia ao longo de 2020. As perdas de estoque estão relacionadas a quebras e avarias que ocorrem no processo natural do manuseio, que também cresceu em função do crescimento.

### ***Lucro bruto***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$78.429 mil, comparativamente a R\$42.109 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$36.320 mil, ou 86,3%.

### ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R\$43.562 mil, comparativamente a R\$22.538 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$21.024 mil, ou 93,3%. As despesas com vendas representavam 26,0% e 24,2% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) gastos com fretes e transportes no montante de R\$8.098 mil; (ii) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$5.528 mil; (iii) marketing no montante de R\$2.906 mil; e (iv) taxas de utilização de cartão de crédito no montante de R\$2.430 mil.

O aumento de fretes e taxas de utilização de cartão de crédito estão diretamente relacionados ao aumento de nosso volume de vendas observado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, motivado pelo aumento de tráfego em nossas plataformas. A variação de despesas de salários e encargos trabalhistas se deve principalmente ao aumento de número de colaboradores de logística (de 141 colaboradores em 30 de setembro de 2019 para 306 colaboradores em 30 de setembro de 2020), motivado pelo crescimento de nossas operações, e aumento de turnos em nosso centro de distribuição. A variação em despesas de marketing está relacionada à intensificação de nossas campanhas de divulgação.

<sup>2</sup> Clientes que fizeram pelo menos uma compra no exercício. Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via MarketPlace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R\$27.258 mil, comparativamente a R\$18.931 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$8.327 mil, ou 44,0%. As despesas gerais e administrativas representavam 16,2% e 20,3% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$5.063 mil; (ii) gastos com informática no montante de R\$1.928 mil; e (iii) outras despesas administrativas no montante de R\$1.589 mil.

As despesas de salários e encargos trabalhistas tiveram um aumento principalmente devido ao aumento de colaboradores na área de TI para suportar o desenvolvimento de nossas plataformas e sistemas operacionais.

Quanto aos gastos com informática, a variação se deve a: (i) aumento do tráfego em nossas plataformas, que demandam pagamentos maiores de custos de processamento e armazenamento (que passaram de R\$659 mil em 2019 para R\$1.482 mil em 2020), como esses custos são denominados em US\$, o aumento do câmbio observado em 2020, de R\$4,1644 em 30 de setembro de 2019 para R\$5,6407 em 30 de setembro de 2020, também impactou o crescimento desses custos; e (ii) redução da capitalização de gastos com desenvolvimento de sistemas internos de tecnologia.

As outras despesas administrativas consistem em gastos com condomínio, energia elétrica, água, limpeza, manutenção das instalações e de equipamentos, entre outros, os quais tiveram variação principalmente em decorrência de: (i) aumento de R\$845 mil em impostos e taxas pagos na contratação de serviços do exterior como provedor de servidores; (ii) complemento de provisão para processos cíveis em R\$ 419 mil; e (iii) doações de R\$ 431 mil para causas ligadas a COVID-19.

### ***Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$7.609 mil, comparativamente a R\$630 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$6.979 mil, ou 1107,8%.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi uma despesa de R\$4.530 mil, comparativamente a uma despesa de R\$2.290 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de despesa de R\$2.240 mil, ou 97,8%. O resultado financeiro líquido representava 2,7% e 2,5% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação líquida da receita operacional se deve aos seguintes fatores: (i) aumento dos juros sobre antecipações de recebíveis no montante de R\$1.869 mil, diretamente relacionados ao incremento do volume de vendas e aumento de operações de antecipação de recebíveis devido à maior necessidade de caixa operacional da Companhia. Além disso, o custo nominal para antecipação de recebíveis também foi majorado desde a pandemia de Covid. Atualmente os custos de captação dessa modalidade, continuam elevados 0,66% a.m.; (ii) aumento de despesas líquidas com variação cambial no montante de R\$3.748 mil em decorrência da depreciação do real frente ao euro no período de 30 de setembro de 2020 tendo em vista a contratação de empréstimo nessa moeda em fevereiro de 2020; e (iii) aumento de despesas de juros no montante de R\$460 mil, relacionados ao aumento de empréstimos captados durante 2020. Esse aumento de despesas financeiras líquidas foi parcialmente compensado pelo ganho proporcionado pelos derivativos contratados pela Companhia no montante de R\$3.313 mil, relativos a NDFs contratados para eliminar o risco cambial dos empréstimos em moeda estrangeiras.

### ***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$3.079 mil, comparativamente a

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

um prejuízo de R\$1.660 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$4.739 mil.

### **Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**

O imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi uma receita de R\$13.979 mil, comparativamente a uma receita de R\$642 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de receita de R\$13.337 mil. O imposto de renda e contribuição social representava 8,3% e 0,7% da receita operacional líquida nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação líquida se deve aos seguintes fatores: (i) constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o exercício de 2020, no montante de R\$15.658 mil, compensado por: (ii) aumento da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no montante de R\$1.619 mil, motivado pela reversão do prejuízo antes dos impostos em 2019 para lucro em 2020.

A Administração, com base na lucratividade obtida durante 2020 e nas projeções de resultado para os próximos cinco anos, avaliou que a realização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social é provável, e constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

### **Lucro líquido (prejuízo) do período**

O lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$17.058 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$1.018 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$18.076 mil. O lucro líquido representava 10,2% da receita operacional líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. O prejuízo representava 1,1% da receita operacional líquida no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019. O aumento é explicado pelas variações descritas acima.

### **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	AH	2018	AV%
Receita operacional líquida	130.906	100,0%	10,1%	118.878	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(70.689)	-54,0%	6,6%	(66.303)	-55,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>60.217</b>	<b>46,0%</b>	<b>14,5%</b>	<b>52.575</b>	<b>44,2%</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(32.241)	-24,6%	29,3%	(24.931)	-21,0%
Despesas gerais e administrativas	(26.094)	-19,9%	28,9%	(20.251)	-17,0%
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.882</b>	<b>1,4%</b>	<b>-74,5%</b>	<b>7.393</b>	<b>6,2%</b>
Receita financeira	622	0,5%	40,4%	443	0,4%
Despesas financeiras	(3.720)	-2,8%	12,6%	(3.304)	-2,8%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.098)</b>	<b>-2,4%</b>	<b>8,3%</b>	<b>(2.861)</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.216)</b>	<b>-0,9%</b>	<b>-126,8%</b>	<b>4.532</b>	<b>3,8%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(258)	-0,2%	-84,8%	(1.700)	-1,4%
<b>Lucro líquido (prejuízo)</b>	<b>(1.474)</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-152,0%</b>	<b>2.832</b>	<b>2,4%</b>

### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$130.906 mil, comparativamente a R\$118.878 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$12.028 mil ou 10,1%.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O aumento da receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes únicos. A base de clientes únicos<sup>3</sup> variou de 143.149 no período findo em 31 de dezembro de 2018 para 158.461 para o período findo em 31 de dezembro de 2019. Contribui também para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de 48.747 mil acessos para 52.442 mil, representando um aumento de 7,6%.

As reduções em perdas e *chargebacks* representaram um ganho de R\$1.208 mil se devem à intensificação dos controles efetuados pela Administração para identificar e coibir compras fraudulentas com cartões de crédito.

### ***Custos dos produtos vendidos e serviços prestados***

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$70.689 mil comparativamente a R\$66.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$4.386 mil ou 6,6%. O custo dos serviços prestados representava 54,0% e 55,8% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

O aumento dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados está diretamente relacionado ao aumento de vendas do exercício. Tal variação também está relacionado a redução do custo de armazenagem devido à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Até o exercício de 2018, as despesas de aluguel de nosso centro de distribuição no montante de R\$1.464 mil eram registradas nessa rubrica. Com a adoção do novo pronunciamento, a natureza da despesa passou a ser de depreciação e juros, sendo esses montantes reconhecidos em outras linhas das demonstrações financeiras.

### ***Lucro bruto***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$60.217 mil, comparativamente a R\$52.575 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$7.642 mil, ou 14,5%.

### ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$32.241 mil comparativamente a R\$24.931 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$7.310 mil ou 29,3%. As despesas com vendas representavam 24,6% e 21,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i) salários e encargos trabalhistas no montante de R\$3.600 mil; (ii) marketing no montante de R\$2.192 mil; e (iii) gastos com fretes e transportes no montante de R\$945 mil.

A variação de despesas de salários e encargos trabalhistas se deve ao aumento de número de colaboradores, motivado pelo crescimento de nossas operações. A variação observada em despesas de marketing se refere à retomada dos gastos incorridos com campanhas e marketing orgânico, que no exercício de 2018 ficaram abaixo da média usual devido a decisões tomadas na época pelos ex-controladores da Companhia. O aumento de fretes e transportes estão diretamente relacionados ao aumento de nosso volume de vendas observado no exercício de 2019.

### ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$26.094 mil comparativamente a R\$20.251 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$5.843 mil ou 28,9%. As despesas gerais e administrativas representavam 19,9% e 17,0% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação se deve principalmente ao aumento de: (i)

<sup>3</sup> Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via Marketplace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

salários e encargos trabalhistas no montante de R\$3.169 mil; (ii) despesas de depreciação e amortização no montante de R\$2.323 mil; e (iii) gastos com informática, no montante de R\$1.211 mil.

A variação em salários e encargos trabalhistas se devem a dois fatores: (i) complemento da provisão para riscos trabalhistas no montante de R\$920 mil; e (ii) em função da entrada do novo controlador da Companhia, durante o exercício de 2019 foram intensificadas contratações de executivos chaves e aumento da estrutura administrativa.

O aumento das despesas de depreciação e amortização se devem à adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, que gerou uma depreciação dos ativos de direito de uso no montante de R\$2.125 mil.

O aumento de gastos com informática deve-se à contratação de prestadores de serviços de processamento e armazenamento de dados, que até 2018 eram efetuados internamente. A contratação desse serviço gerou uma despesa adicional em 2019 no montante de R\$922 mil.

### ***Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.882 mil, comparativamente a R\$7.393 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$5.511 mil, ou 74,5%.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R\$3.098 mil, comparativamente a uma despesa de R\$2.861 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de despesa de R\$237 mil, ou 8,3%. O resultado financeiro líquido representava 2,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação líquida se deve principalmente aos juros sobre contratos de arrendamento no montante de R\$389 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, sem efeito correspondente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse aumento de despesa financeira líquida foi parcialmente compensado pelo aumento de rendimento de aplicações financeiras no montante de R\$161 mil devido a aumento de aplicações financeiras no período.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.216 mil, comparativamente a um lucro de R\$4.532 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$5.748 mil.

### ***Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R\$258 mil, comparativamente a uma despesa de R\$1.700 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de despesa de R\$1.442 mil, ou 84,8%. O imposto de renda e contribuição social representava 0,2% e 1,4% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação está diretamente relacionada à diminuição do nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de um lucro de R\$4.532 mil em 2018 para um prejuízo de R\$1.216 mil em 2019.

### ***Lucro líquido (prejuízo)***

O prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.474 mil, comparativamente a um lucro líquido de R\$2.832 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento do prejuízo de R\$4.306 mil. O prejuízo representava 1,1% da

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido representava 2,4% da receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento do prejuízo é explicado pelas variações descritas acima.

### ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	AH	2017	AV%
Receita operacional líquida	118.878	100,0%	3,9%	114.456	100,0%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(66.303)	-55,8%	2,5%	(64.691)	-56,5%
Lucro bruto	<b>52.575</b>	<b>44,2%</b>	<b>5,6%</b>	<b>49.765</b>	<b>43,5%</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(24.931)	-21,0%	-0,8%	(25.131)	-22,0%
Despesas gerais e administrativas	(20.251)	-17,0%	13,5%	(17.846)	-15,6%
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	<b>7.393</b>	<b>6,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>6.788</b>	<b>5,9%</b>
Receita financeira	443	0,4%	-18,6%	544	0,5%
Despesas financeiras	(3.304)	-2,8%	-20,5%	(4.156)	-3,6%
Resultado financeiro	<b>(2.861)</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-20,8%</b>	<b>(3.612)</b>	<b>-3,2%</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.532	3,8%	42,7%	3.176	2,8%
Imposto de renda e contribuição social	(1.700)	-1,4%	114,1%	(794)	-0,7%
Lucro líquido (prejuízo)	<b>2.832</b>	<b>2,4%</b>	<b>18,9%</b>	<b>2.382</b>	<b>2,1%</b>

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$118.878 mil, comparativamente a R\$114.456 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$4.422 mil ou 3,9%.

O aumento da Receita operacional líquida se deve basicamente ao aumento do volume de vendas em decorrência do aumento de nossa base de clientes (clientes que compram pelo menos uma vez no exercício), que passou de 129.989 para 143.149 clientes<sup>4</sup>, representando um aumento de 10,1%. Contribui para o aumento de nossa base de clientes nossas ações de marketing, que propiciaram um aumento no tráfego verificado em nossas plataformas (site e mobile), que passaram de R\$37.500 mil acessos para R\$48.747 mil, representando um aumento de 30%.

No ano de 2018, tivemos aumento pontual de tentativas de fraude durante alguns meses o que nos levou a cancelar mais pedidos como medida para evitar fraudes.

#### Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$66.303 mil comparativamente a R\$64.691 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.612 mil ou 2,5%. O custo dos serviços prestados representava 55,8% e 56,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

O aumento do custo das mercadorias em 3,1% está diretamente relacionado ao aumento de vendas verificado entre os exercícios (a receita operacional aumentou em 3,9%).

#### Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$52.575 mil, comparativamente a R\$49.765 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2.810mil, ou 5,6%.

<sup>4</sup> Inclui clientes que transacionaram nas plataformas do Westwing, via site ou soluções mobile. Não inclui clientes que compraram via Marketplace (Mezzanine) ou via PDV na nossa loja física (Galeria Westwing)

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ***Despesas com vendas***

As despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$24.931 mil comparativamente a R\$25.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$200 mil ou 0,8%, mantendo-se praticamente estável.

### ***Despesas gerais e administrativas***

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$20.251 mil comparativamente a R\$17.846 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$2.405 mil ou 13,5%. As despesas gerais e administrativas representavam 17,0% e 15,6% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento se deve principalmente ao aumento de gastos com prestadores de serviços, no montante de R\$1.571 mil.

O aumento dos gastos com prestadores de serviços se deve principalmente à contratação específica no exercício de 2018 de consultoria e assessores legais para auxiliar no processo de venda da Companhia dos antigos para os novos controladores, no montante de R\$1.453 mil.

### ***Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7.393 mil, comparativamente a R\$6.788 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$605 mil, ou 8,9%.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$2.861 mil comparativamente a uma despesa de R\$3.612 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$751 mil ou 20,8%. O resultado financeiro líquido representava 2,4% e 3,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação se deve principalmente à redução no valor de R\$1,0 milhão em despesas de juros com antecipações de recebíveis de cartão de crédito, motivada pela queda das taxas de juros negociadas pela Companhia com as empresas operadoras de cartão de crédito.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social***

Devido aos fatores descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$4.532 mil, comparativamente a um lucro de R\$3.176 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$1.356 mil, ou 42,7%.

### ***Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi uma despesa de R\$1.700 mil, comparativamente a uma despesa de R\$794 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de despesa de R\$906 mil, ou 114,1%. O imposto de renda e contribuição social representava 1,4% e 0,7% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação está diretamente relacionada ao aumento do nosso lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de R\$3.176 mil em 2017 para R\$4.532 mil em 2018.

### ***Lucro líquido (prejuízo)***

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2.832 mil, comparativamente a R\$2.382 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R\$450 mil, ou 18,9%. O lucro líquido representava 2,4% e 2,1% da

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

receita operacional líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento é explicado pelas variações descritas acima.

### BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais em 30 de setembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

### ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R\$ milhares	Em 30/09/2020	AV%	AH	Em 31/12/2019	AV%
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	52.462	48,7%	1109,9%	4.336	14,1%
Aplicações financeiras	152	0,1%	123,5%	68	0,2%
Instrumentos financeiros derivativos	932	0,9%	2812,5%	32	0,1%
Contas a receber	10.105	9,4%	30,5%	7.745	25,2%
Adiantamentos	2.324	2,2%	347,8%	519	1,7%
Estoques	13.115	12,2%	48,7%	8.822	28,8%
Impostos a Recuperar	91	0,1%	93,64%	47	0,2%
Outros	649	0,6%	-147,7%	262	0,9%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>79.830</b>	<b>74,1%</b>	<b>265,7%</b>	<b>21.831</b>	<b>71,2%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	1.805	1,7%	13,4%	1.592	5,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.658	14,5%	100,0%	-	0,0%
Direito de uso – arrendamento mercantil	1.476	1,4%	-48,5%	2.866	9,3%
Imobilizado	5.539	5,1%	91,9%	2.886	9,4%
Intangível	3.391	3,1%	125,3%	1.505	4,9%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>27.869</b>	<b>25,9%</b>	<b>214,9%</b>	<b>8.849</b>	<b>28,8%</b>
<b>Total ativo</b>	<b>107.699</b>	<b>100,0%</b>	<b>251,0%</b>	<b>30.680</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	31.774	29,5%	279,4%	8.375	27,3%
Obrigações trabalhistas	7.889	7,3%	85,4%	4.256	13,9%
Empréstimos	7.894	7,3%	51,8%	5.200	16,9%
Passivo de arrendamento	1.757	1,6%	-20,0%	2.195	7,2%
Receita diferida	35.133	32,6%	197,1%	11.827	38,5%
Obrigações tributárias	1.679	1,6%	18,6%	1.416	4,6%
Imposto de renda e contribuição social	2.246	2,1%	140,2%	935	3,0%
Outros passivos	57	0,1%	0,0%	-	0,0%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>88.429</b>	<b>82,1%</b>	<b>158,5%</b>	<b>34.204</b>	<b>111,5%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos	5.095	4,7%	100,0%	-	0,0%
Passivo de arrendamento	-	0,0%	-100,0%	845	2,8%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.302	3,1%	18,5%	2.787	9,1%
Obrigações tributárias	1.677	1,6%	20,7%	1.389	4,5%
Plano de remuneração baseado em ações	278	0,3%	100,0%	-	0,0%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>10.352</b>	<b>9,6%</b>	<b>106%</b>	<b>5.021</b>	<b>16,4%</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	40.224	37,3%	1,0%	39.819	129,8%
Prejuízos acumulados	(31.306)	-29,1%	-35,3%	(48.364)	-157,6%
Total patrimônio líquido	8.918	8,3%	-204,4%	(8.545)	-27,9%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>107.699</b>	<b>100,0%</b>	<b>251,0%</b>	<b>30.680</b>	<b>100,0%</b>

### Ativo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R\$79.830 mil, em comparação com R\$21.831 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 74,1% em 30 de setembro de 2020 e 71,2% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$57.999 mil está substancialmente representado pelos seguintes fatores:

#### Caixa e equivalente de caixa

Nosso caixa e equivalente de caixa teve um de R\$48.126 mil. Conforme observado na demonstração do fluxo de caixa relativa ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia obteve uma geração de caixa de suas atividades operacionais no montante de R\$47.783 mil, e das atividades de financiamento no montante de R\$5.137 mil (motivada principalmente pela captação superior aos pagamentos de empréstimos e passivos de arrendamento), parcialmente compensada pela aplicação de caixa nas atividades de investimentos de R\$4.794 mil, representada substancialmente por aquisições de ativos imobilizado e intangível.

#### Estoques

A variação observada em estoques (aumento de R\$ 4.293 mil) se deve à dinâmica das operações. Em 31 de dezembro de 2019, nossos estoques apresentavam saldos menores por conta das vendas de Black Friday que já ocorreu. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta saldos maiores porque está em preparação da campanha de Black Friday de 2020. Em 2020, a Companhia incluiu um novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias.

#### Contas a receber

O aumento do contas a receber no montante de R\$2.360 mil está diretamente relacionado ao incremento de nosso volume de vendas. Não houve alterações significativas em nossos prazos médios de recebimento e níveis de antecipação de recebíveis.

### Ativo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$27.869 mil, em comparação com R\$8.849 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 25,9% em 30 de setembro de 2020 e 28,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$19.020 mil, está substancialmente representado pelo:

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Durante o exercício de 2020, a Companhia efetivou o aproveitamento da base de prejuízo fiscal de R\$ 40.928 mil e utilizou as diferenças temporárias acumuladas no exercício findo em 30 de setembro no valor de R\$ 5.125 mil e registrou imposto de renda e contribuição social diferido ativo, no montante de R\$15.658 mil;

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Imobilizado

Durante o exercício de 2020, devido ao crescimento de suas operações, a Companhia efetuou aquisições de equipamentos para operações no centro de distribuição, no montante de R\$455 mil e; aquisições de computadores no montante de R\$555 mil;

### Intangível

Durante o exercício de 2020, a Companhia efetuou capitalização dos custos de desenvolvimento de software no montante de R\$708 mil. A companhia aponta e capitaliza o custo das horas dos profissionais de T.I alocados em cada um de seus projetos de desenvolvimento.

### **Passivo Circulante**

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R\$88.429 mil, em comparação com R\$34.204 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 82,1% em 30 de setembro de 2020 e 111,5% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$54.225 mil está substancialmente representado por: (i) fornecedores em R\$23.399 mil; e (ii) receita diferida no montante de R\$23.306 mil.

#### Fornecedores

A variação observada em fornecedores se deve à dinâmica das operações. Em 31 de dezembro de 2019, a conta de fornecedores apresentava saldo menor por conta das vendas de Black Friday. Já em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta saldos maiores para a preparação da campanha de Black Friday de 2020. Em 2020, a Companhia incluiu um novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias, o que gerou o aumento consequente do contas a pagar de fornecedores. Não houve alterações significativas em nossos prazos médios de pagamento.

#### Receita Diferida

O aumento de receita diferida se deve a dois fatores: (i) aumento do volume de tráfego maior em nossas plataformas (site e mobile), impulsionando o volume de vendas realizadas e ainda não faturadas; e (ii) aumento de nosso prazo médio de entrega dos produtos em 2020 quando comparado a 2019, motivado pelo aumento de prazos de entrega de fornecedores e transportadoras em razão das restrições impostas pela Covid-19.

### **Passivo Não Circulante**

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$10.352 mil, em comparação com R\$5.021 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 9,6% em 31 de dezembro de 2019 e 16,4% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R\$5.331 mil, ocorreu devido à estratégia de alongamento das operações de empréstimos captados em 2020 e está substancialmente representado pela conta de empréstimos e financiamentos.

### **Patrimônio Líquido**

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$8.918 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$8.545 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$17.463 mil está representado pelo lucro líquido apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$17.058 mil, e pelo aumento de capital decorrente de incorporação reversa de acionista controlador, no montante de R\$405 mil.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31/12/2019	AV%	AH	Em 31/12/2018	AV%
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.336	14,1%	0,6%	4.310	17,2%
Aplicações financeiras	68	0,2%	100,0%	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	32	0,1%	100,0%	-	0,0%
Contas a receber	7.745	25,2%	23,6%	6.266	24,9%
Adiantamento	519	1,7%	0,0%	-	0,0%
Estoques	8.822	28,8%	-0,9%	8.904	35,4%
Impostos a recuperar	47	0,2%	0,0%	47	0,2%
Outros ativos	781	0,9%	73,8%	999	4,0%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>21.831</b>	<b>71,2%</b>	<b>6,4%</b>	<b>20.526</b>	<b>81,7%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	1.592	5,2%	14,7%	1.388	5,5%
Direito de uso – arrendamento mercantil	2.866	9,3%	100,0%	-	0,0%
Imobilizado	2.886	9,4%	26,1%	2.288	9,1%
Intangível	1.505	4,9%	63,9%	918	3,7%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>8.849</b>	<b>28,8%</b>	<b>92,6%</b>	<b>4.594</b>	<b>18,3%</b>
<b>Total ativo</b>	<b>30.680</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,1%</b>	<b>25.120</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	8.375	27,3%	-28,8%	11.755	46,8%
Obrigações trabalhistas	4.256	13,9%	45,5%	2.926	11,6%
Empréstimos	5.200	16,9%	100,0%	-	0,0%
Passivo de arrendamento	2.195	7,2%	100,0%	-	0,0%
Receita diferida	11.827	38,5%	-3,5%	12.254	48,8%
Obrigações tributárias	1.416	4,6%	3,4%	1.370	5,5%
Imposto de renda e contribuição social	935	3,0%	37,9%	678	2,7%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>34.204</b>	<b>111,5%</b>	<b>18,0%</b>	<b>28.983</b>	<b>115,4%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Passivo de arrendamento	845	2,8%	100,0%	-	0,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.787	9,1%	40,9%	1.978	7,9%
Obrigações tributárias	1.389	4,5%	12,9%	1.230	4,9%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>5.021</b>	<b>16,4%</b>	<b>56,5%</b>	<b>3.208</b>	<b>12,8%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	39.819	129,8%	0,0%	39.819	158,5%
Prejuízos acumulados	(48.364)	-157,6%	3,1%	46.890	186,7%
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>(8.545)</b>	<b>-27,9%</b>	<b>20,8%</b>	<b>(7.071)</b>	<b>-28,1%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>30.680</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,1%</b>	<b>25.120</b>	<b>100,0%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Ativo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$21.831 mil, em comparação com R\$20.526 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 71,2% em 31 de dezembro de 2019 e 81,7% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$1.305 mil está substancialmente representado por:

#### *Contas a receber*

Nossas contas a receber tiveram um incremento de R\$1.479 mil. Esse aumento se deve à redução do volume de antecipações de recebíveis no final do exercício de 2019, devido à captação de empréstimos ocorrida no segundo semestre de 2019.

### **Ativo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$8.849 mil, em comparação com R\$4.594 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 28,8% em 31 de dezembro de 2019 e 18,3% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$4.255 mil, está substancialmente representado por:

#### *Ativo por direito de uso*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, adotamos CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o registro de ativos por direito de uso no montante de R\$2.866 mil. A Companhia para registrar esse valor leva em consideração as despesas referentes aos contratos de arrendamento e traz o fluxo de pagamento a valor presente de acordo com a taxa de captação que a Companhia teria que pagar por uma operação para prazos semelhantes.

### **Passivo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$34.204 mil, em comparação com R\$28.983 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 111,5% em 31 de dezembro de 2019 e 115,4% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$5.221 mil está substancialmente representado por:

#### *Empréstimos e financiamentos*

Durante o exercício de 2019, tivemos captações de empréstimos de capital de giro no montante de R\$5.072 mil, representado por duas operações de empréstimos – Resolução 4131, com vencimento em 2020.

#### *Passivo de arrendamento*

Durante o exercício de 2019, tivemos adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o reconhecimento de um passivo de arrendamento no montante de R\$2.195 mil. O IFRS16 determina que o ativo registrado como ativo por direito de uso seja depreciado a amortizado como se fosse um empréstimo. É registrado o valor correspondente como passivo de arrendamento o valor que será amortizado em relação a esse ativo.

#### *Obrigações trabalhistas*

Durante o exercício de 2019, tivemos um aumento da provisão para remuneração variável no montante de R\$715 mil, associado ao reforço organizacional na alta administração com a entrada de novos executivos e aumento de remuneração, incluindo a variável, para executivos chave.

#### *Fornecedores*

Durante o exercício de 2019, tivemos uma redução de fornecedores no montante de R\$3.380 mil, motivado pela mudança do mix de compras entre fornecedores nacionais e estrangeiros. Cabe



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ressaltar que para os fornecedores estrangeiros a Companhia tem como procedimento efetuar o pagamento antecipado, não havendo, portanto, saldos em aberto de fornecedores estrangeiros.

### ***Passivo Não Circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$5.021 mil, em comparação com R\$3.208 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 16,4% em 31 de dezembro de 2019 e 12,8% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento, de R\$1.813 mil, está substancialmente representado por:

#### ***Passivo de arrendamento***

Durante o exercício de 2019, tivemos adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, que proporcionou o reconhecimento de um passivo de arrendamento no montante de R\$845 mil.

#### ***Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas***

Durante o exercício de 2019, tivemos um complemento nessa provisão no montante de R\$920 mil associados a riscos previdenciários inerentes a contratações de pessoas jurídicas.

### ***Patrimônio Líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era negativo em R\$8.545 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$7.071 mil em 31 de dezembro de 2018. A redução do patrimônio líquido negativo de R\$1.474 mil está representada pelo lucro líquido apurado no exercício de 2019 no montante de R\$1.474 mil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em R\$ milhares, exceto %	Em 31/12/2018	AV%	AH	Em 31/12/2017	AV%
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.310	17,2%	251,0%	1.228	5,4%
Contas a receber	6.266	24,9%	17,4%	5.339	23,3%
Estoques	8.904	35,4%	26,8%	7.023	30,6%
Impostos a recuperar	47	0,2%	0,0%	47	0,2%
Partes relacionadas	-	0,0%	-100,0%	5.125	22,3%
Outros	999	4,0%	106,8%	483	2,1%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>20.526</b>	<b>81,7%</b>	<b>6,7%</b>	<b>19.245</b>	<b>83,9%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	1.388	5,5%	0,4%	1.382	6,0%
Imobilizado	2.288	9,1%	8,0%	2.119	9,2%
Intangível	918	3,7%	347,8%	205	0,9%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>4.594</b>	<b>18,3%</b>	<b>24,0%</b>	<b>3.706</b>	<b>16,1%</b>
<b>Total ativo</b>	<b>25.120</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,5%</b>	<b>22.951</b>	<b>100,0%</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	11.755	46,8%	-22,2%	15.114	65,9%
Obrigações trabalhistas	2.926	11,6%	39,0%	2.105	9,2%
Receita diferida	12.254	48,8%	6,2%	11.544	50,3%
Obrigações tributárias	1.370	5,5%	-26,7%	1.869	8,1%
Imposto de renda e contribuição social	678	2,7%	50,3%	451	2,0%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>28.983</b>	<b>115,4%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>31.083</b>	<b>135,4%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.978	7,9%	243,4%	576	2,5%
Obrigações tributárias	1.230	4,9%	2,9%	1.195	5,2%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>3.208</b>	<b>12,8%</b>	<b>81,1%</b>	<b>1.771</b>	<b>7,7%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	39.819	158,5%	0,0%	39.819	173,5%
Prejuízos acumulados	46.890	-186,7%	-5,7%	(49.722)	-216,6%
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>(7.071)</b>	<b>-28,1%</b>	<b>-28,6%</b>	<b>(9.903)</b>	<b>-43,1%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>25.120</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,5%</b>	<b>22.951</b>	<b>100,0%</b>

#### Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R\$20.526 mil, em comparação com R\$19.245 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 81,7% em 31 de dezembro de 2018 e 83,9% em 31 de dezembro de 2017. O aumento de R\$1.281 mil está substancialmente representado por:

#### Partes relacionadas

Durante o exercício de 2018, com a efetivação da transação de M&A, os antigos controladores liquidaram o mútuo com parte relacionada, no montante de R\$5.125 mil.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Durante o exercício de 2018 o caixa e equivalentes de caixa aumentaram no montante de R\$3.082 mil, motivado principalmente pelo recebimento do mútuo mencionado acima no valor de R\$ 5.125 mil, compensado parcialmente pelo consumo nas atividades operacionais representados pelo lucro do período que contribuiu com a geração de caixa de R\$ 4.532 mil, a variação das contas de capital de giro e ajustes de provisões ao caixa representaram uma saída de R\$ 5.209 mil e o fluxo de caixa

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

das atividades de financiamento que representaram uma saída de R\$ 1.429 mil , como pode ser observado nas demonstrações de fluxo de caixa da Companhia.

### **Ativo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R\$4.594 mil, em comparação com R\$3.706 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 18,3% em 31 de dezembro de 2018 e 16,1% em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$888 mil está substancialmente representado por:

#### *Intangível*

Durante o exercício de 2018, tivemos capitalização dos custos de desenvolvimento de software no montante de R\$693 mil, voltados para desenvolvimento do *Warehouse Management System*. As horas dos profissionais de TI utilizadas em desenvolvimentos de softwares são apontadas em capitalizadas como ativo intangível.

### **Passivo Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R\$28.983 mil, em comparação com R\$31.083 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 115,4% em 31 de dezembro de 2018 e 135,4% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R\$2.100 mil está substancialmente representada por fornecedores, que apresentaram uma queda de R\$3.359 mil.

### **Passivo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R\$3.208 mil, em comparação com R\$1.771 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 12,8% em 31 de dezembro de 2018 e 7,7% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R\$1.437 mil está substancialmente representado por:

#### *Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas*

Durante o exercício de 2018, efetuamos um complemento da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$1.495 mil, associados a riscos previdenciários inerentes a contratações de pessoas jurídicas.

### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era negativo em R\$7.071 mil, em comparação com o patrimônio líquido negativo de R\$9.903 mil em 31 de dezembro de 2017. A redução de R\$2.832 mil, está representado pelo lucro líquido apurado no exercício de 2018 nesse mesmo montante.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

#### Demonstrações do fluxo de caixa

#### Análise Comparativa da Liquidez e Fonte de Recursos (Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado) dos exercícios sociais findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

Em R\$ milhares	No período de nove meses findo em		
	30/09/2020	AH	30/09/2019
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	47.783	28342,3%	168
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(4.794)	381,8%	(995)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	5.137	1689,9%	287
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	48.126	-9012,2%	(540)

#### *Fluxo de caixa aplicado das atividades operacionais*

O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$47.783 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$168 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por: (i) variações positivas nos saldos de fornecedores no montante de R\$25.881 mil (o volume do pedido de compras aumentou de 355 mil pedidos em 2019 para 727 mil pedidos em 2020); (ii) variação positiva em receita diferida no montante de R\$23.650 mil, motivados pelo incremento substancial de nossa base de clientes (clientes que efetuaram compras pelo menos uma vez no período, sendo 123.660 no período de janeiro a setembro de 2019 e 240.340 no período de janeiro a setembro de 2020); (iii) variação negativa de contas a receber no montante de R\$3.356 mil, motivado pelo aumento da base de clientes; (iv) variação negativa de estoques no montante de R\$4.397 mil, devido ao novo modelo de negócios que prevê a compra de volumes maiores de estoques de mercadorias; e (v) variação positiva de obrigações trabalhistas no montante de R\$2.133 mil, devido ao aumento do número de colaboradores.

#### *Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$4.794 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$995 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por aquisições de ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 2.605 mil e R\$1.758 mil, respectivamente.

#### *Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos*

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou R\$5.137 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$287 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representado substancialmente por: (i) captação de empréstimos no montante de R\$9.904 mil, para liquidação dos empréstimos de curto prazo e alongamento do perfil da dívida; e (ii) recebimento de derivativos liquidados, no montante de R\$2.513 mil. Essa variação foi compensada pelo pagamento de principal e juros de empréstimos no montante de R\$7.210 mil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Análise Comparativa da Liquidez e Fonte de Recursos (Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado) dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em R\$ milhares	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AH	2018	AH	31/12/2017
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(698)	3,1%	(677)	-82,5%	(3.871)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(2.008)	-153,4%	3.758	-168,2%	(5.507)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	2.732	100,0%	-	-	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	26	-99,2%	3.081	-132,9%	(9.378)

#### **Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais**

O fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$698 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$677 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ficando praticamente estável entre os exercícios.

O fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$677 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$3.871 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representado substancialmente pelo: (i) aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que passou de R\$3.176 mil em 2017 para R\$4.532 mil em 2018; (ii) efeito não caixa da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$208 mil em 2017 para R\$1.505 mil em 2018, referente ao complemento efetuado pela Companhia em suas provisões no exercício de 2018; (iii) redução do contas a receber em R\$1.762 mil, motivado pelo aumento de antecipação de recebíveis; (iv) aumento em estoques em R\$1.881 mil.

#### **Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R\$2.008 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma geração de caixa de R\$3.758 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representado substancialmente pelo evento não recorrente ocorrido em 2018 de recebimento integral de contrato de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$5.125 mil.

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos totalizou R\$3.758 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um caixa aplicado de R\$5.507 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representado substancialmente por: (i) recebimento integral de contrato de mútuo com partes relacionadas no montante de R\$5.125 mil em 2018, que representou uma entrada de caixa não ocorrida em 2017; e (ii) empréstimos concedidos a partes relacionadas em 2017 no montante de R\$5.000 mil, que representou uma saída de caixa não ocorrida em 2018.

#### **Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos**

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos totalizou R\$2.732 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não havendo atividades de financiamento no exercício de 2018 e 2017. O caixa gerado refere-se a: (i) captação de empréstimos no montante de R\$5.072 mil; e (ii) pagamento das parcelas fixas de arrendamento no montante de R\$2.340 mil.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia atividades de financiamento.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### (a) resultados das operações da Companhia

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A abertura de nossa receita líquida de vendas é como segue:

	30/09/2020	AV%	2019	AV%	2018	AV%	2017	AV%
Receita bruta de vendas de mercadorias	221.953	100,0%	173.497	100,0%	162.594	100,0%	157.476	100,0%
Receita de intermediação de negócios	4.882	2,2%	4.023	2,3%	3.038	1,9%	3.179	2,0%
Cancelamentos e devoluções	(11.006)	-5,0%	(9.186)	-5,3%	(8.943)	-5,5%	(7.413)	-4,7%
Perdas e <i>chargeback</i>	(634)	-0,3%	(405)	-0,2%	(1.614)	-1,0%	(1.622)	-1,0%
Impostos	-(47.329)-	-21,3% <sup>-</sup>	(37.023)	-21,3%	(36.197)	-22,3%	(37.352)	-23,7%
	<b>167.866</b>	<b>75,6%</b>	<b>130.906</b>	<b>75,5%</b>	<b>118.878</b>	<b>73,1%</b>	<b>114.456</b>	<b>72,7%</b>

O principal componente de nossa receita compreende a comercialização de móveis, artigos para decoração, roupas e acessórios majoritariamente através de seu website e de suas plataformas para aplicativos mobile. O grande diferencial da composição de vendas é o fato de que todo dia novos produtos são disponibilizados para vendas, ampliando o tráfego de clientes no site e o volume de vendas.

Outro componente de nossa receita refere-se a comissões de intermediações de vendas, que são realizadas pelo site da Companhia. Os valores relativos a essa venda são repassados ao fornecedor descontada a comissão de intermediação da Companhia.

##### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como temos uma atividade de varejo, os resultados de nossas operações são fortemente dependentes das condições macroeconômicas do país e foram e continuarão a serem influenciadas pelos seguintes fatores:

Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra do consumidor: o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2019, 2018 e 2017: 1,1%, 1,3% e 1,3% respectivamente;

Inflação: impactam diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguel, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 1,34%, 4,31%, 3,75%, 2,95% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente; e

Comportamento do consumidor: mudanças em tendências de consumo, inovações, e satisfação de nossos clientes podem afetar nossa oferta de produtos e geração de receitas.

#### (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de venda de móveis e objetos de decoração da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de (i) variações de preços dos produtos e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas. Os principais fatores que afetam nossos preços de venda são alterações na legislação tributária e variações nos preços de mercadorias adquiridas.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A receita de intermediação da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma.

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Apesar da Companhia possuir endividamento em moeda estrangeira (Euros), para todos os empréstimos nessa moeda foram efetuadas operações de swap, trocando o risco para uma taxa de juros pré-fixada em Reais. Entretanto, a taxa de câmbio afeta parcialmente nosso resultado operacional, sobretudo no custo de mercadoria vendida, formado em parte por produtos importados.

Como a Companhia utiliza empréstimos e financiamentos em suas operações, sofremos impactos diretos pela redução ou aumento na taxa de juros do mercado brasileiro.

Variações nas taxas de inflação impactam diretamente nosso resultado operacional. Os principais componentes afetados são:

- (a) despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação, e
- (b) folha de pagamento, por conta de reajustes salariais motivados por acordos sindicais ou previstos em lei.

### 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

#### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

##### (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

##### (b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

###### *Incorporação reversa de controladora direta*

Em assembleia geral e extraordinária realizada 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a incorporação reversa de sua controladora direta Kedar Empreendimentos e Participações S.A. O acervo líquido incorporado foi avaliado pelo valor contábil.

A seguir são apresentados os ativos e passivos incorporados:

	31/08/2020
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	648
Tributos a recuperar	43
Total do ativo	<u>691</u>
Passivo	
Outros passivos circulantes	(286)
Total do passivo	<u>(286)</u>
Total do acervo líquido incorporado	<u>405</u>

##### (c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.



## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### (a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses.

#### (b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, dos passivos de arrendamento e direitos de uso dos arrendamentos foi como segue:

	<u>Consolidado</u>
<b>Ativo</b>	
Ativos de direito de uso – imóveis	4.991
<b>Passivo</b>	
Valor a pagar de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	5.461
(-) Ajuste a valor presente	<u>(470)</u>
	<u>4.991</u>
Impacto no patrimônio líquido	<u>-</u>

#### (c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, foram emitidos com uma ênfase conforme segue abaixo:

#### Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

A nota explicativa 2 das demonstrações financeiras da Companhia foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por ação, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de certos erros e reclassificações, conforme detalhado na referida nota explicativa. Em 3 de abril de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reapresentadas. O auditor independente opina sobre sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, foram emitidos sem ênfases e ressalvas.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas que afetam nossas demonstrações financeiras estão abaixo descritas:

#### Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

#### Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

#### Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Com a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos mercantis operacionais passaram a ser contabilizados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. Portanto, não há contratos dessa natureza não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

**(iv) contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Adicionalmente, a Companhia informa a existência de passivos não constantes do seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), correspondentes a honorários de prestação de serviços prestados (1) pela Tatix Comércio e Participações Ltda. (detentora de 1,40% do capital social da Companhia) entre 26 de outubro de 2018 e 23 de novembro de 2020, e relacionados ao desenvolvimento de tecnologias aplicáveis às operações da Companhia, especialmente na área de *e-commerce*, incluindo, mas não se limitando, (a) à produção de estudos e apresentação de recomendações para melhoria e aprimoramento da gestão da Companhia nas áreas de tecnologia, logística e marketing; e (b) à assessoria na escolha e treinamento de membros da equipe de gestão da Companhia; e (2) pela SCO Assessoria & Consultoria Ltda., relacionados aos serviços de governança e finanças, a partir de 1º de dezembro de 2020 por prazo indeterminado.

Considerando que tais prestação de serviços tinham/têm como objetivo aportar valor à Companhia, por meio do desenvolvimento da gestão e amadurecimento organizacional da Companhia, e já tendo em vista evento de liquidez, a Companhia e as contratadas estabeleceram, em comum acordo, que, com relação a remuneração das contratadas se dariam, exclusivamente e majoritariamente (respectivamente para os contratos mencionados no item (1) e (2) acima), em parcelas atreladas e condicionadas a determinado evento de liquidez (por exemplo, alienação da totalidade das ações da Companhia, alienação do poder de controle e/ou oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia). E ainda, se fosse o caso de se concretizar evento de liquidez, tais remunerações seriam calculadas de forma indexada ao real valor de mercado da Companhia, adotando-se como base a diferença entre o preço da venda das ações realizado no evento de liquidez e o preço base determinado nos contratos.

De acordo com as métricas estabelecidas no Contrato, o valor justo estimado para as remunerações atreladas a evento de liquidez é de R\$ 20 milhões. No entanto, e dado à alea a que sujeitam os pagamentos, em valor derivado do preço de mercado apurado da Companhia, tal a remuneração pode variar entre R\$ 18 milhões a R\$30 milhões.

## **10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

### **10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

## 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de negócios

#### (a) investimentos

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os investimentos da Companhia foram primordialmente em (i) equipamentos de informática, no valor total de R\$3.539.000; e (ii) softwares desenvolvidos internamente, no valor total de R\$ 3.617.000.

Ao longo dos próximos anos a Companhia pretende continuar investindo em diversas frentes para suportar seu crescimento. Após o IPO, a Companhia pretende utilizar os recursos líquidos da oferta da seguinte forma:

- A. 24% do volume captado em tecnologia;
- B. 26% do volume captado em marketing;
- C. 8% do volume captado em logística;
- D. 29% do volume captado na expansão do mercado endereçável; e
- E. 13% do volume captado na expansão da sua *private label*.

A Companhia espera aumentar de maneira significativa seu investimento em tecnologia, principalmente no desenvolvimento interno de softwares para continuar suportando seu crescimento, além de *machine learning* e personalização, melhorando a experiência de uso dos seus usuários.

Ademais, a Companhia prevê reforçar o seu investimento em *marketing*, em construção de marca e aquisição de usuários substancialmente nos próximos anos.

Além disso, a Companhia planeja continuar expandindo sua infraestrutura e operação logística, com melhorias, expansão e automatização do seu centro de armazenagem e de distribuição, além do aumento da frota e infraestrutura dos hubs da Westlog.

Outra área de investimento da Companhia, no âmbito da expansão do mercado endereçável, será a abertura de lojas (Westwing Galleries) e dark stores em diversas cidades brasileiras. Finalmente, a Companhia pretende investir ainda mais em coleções de marca própria (*private label*), nacionais e importadas, além de continuar investindo na expansão do WestwingNow. Os investimentos em lojas, *private label* e WestwingNow, implicarão em um aumento da necessidade de capital de giro principalmente associado a expansão de estoques.

A Companhia também pretende continuar investindo na prospecção e desenvolvimento de fornecedores e sortimento em categorias adjacentes a casa e decoração (ex: moda, cosméticos, etc) dentro de sua estratégia de *lifestyle*, além dos segmentos de *design* de interiores e lista de pedidos para datas especiais, no âmbito de casa e decoração, seu *core business*.

Conforme informado ao longo deste Formulário de Referência, os efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19 impactaram a economia como um todo. Entretanto, na data deste Formulário de Referência, a administração da Companhia não vislumbra quaisquer alterações em seu plano de expansão em decorrência dos impactos da pandemia de COVID-19. Para maiores informações a respeito dos impactos de COVID-19 na Companhia, ver item 10.9 deste Formulário de Referência.

##### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

## 10.8 - Plano de Negócios

### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, em seu plano de negócios, desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

### (c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

#### (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### **Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia**

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou estado de pandemia mundial em função do novo corona-vírus (COVID-19). A proliferação do vírus fez com que governos e entidades do setor privado adotassem medidas de isolamento social com o intuito de frear o avanço da doença. Para o enfrentamento desta situação, a administração da Companhia criou um grupo de trabalho para tratar de assuntos relacionados à COVID-19. Esta comissão monitora as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, com propósito de definir a melhor estratégia para segurança de todos os colaboradores e impactos na Companhia.

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, para permitir que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) alinhamento de estruturação e logística com nossos fornecedores, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (iv) emprego de home-office para trabalhadores nas áreas administrativas, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e
- (v) para os empregados que trabalham no centro de distribuição, a Companhia implantou os protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Em março de 2020, a Companhia fez uma parceria com a Associação de Resgate À Cidadania Por Amor à Humanidade – ARCAH, uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve atividades de apoio à população em situação de rua, doando à ARCAH R\$ 3,00 a cada venda realizada pela Companhia. Essa parceria se estendeu até o final de maio de 2020.

Conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência, a extensão em que o surto de COVID-19 afeta os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa é incerta e dependerá também de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Ao longo dos meses da pandemia, a Companhia foi capaz de crescer substancialmente sua base de clientes ativos através de projetos internos, como por exemplo com o lançamento do WestwigNow e maior investimento em *marketing* e efeitos da COVID-19. Essa base de clientes ativos se familiarizou ainda mais com a plataforma da Companhia gerando benefícios de recorrência que, na visão da Companhia, podem contribuir também para a sua receita futura. A situação de pandemia se mostrou muito desafiadora para diversos fornecedores do setor de casa e decoração, gerando grandes desafios de abastecimento para diversos varejistas do setor. No caso da Companhia, apesar de haver uma vantagem devido sua grande diversidade de fornecedores (mais de 3 mil fornecedores cadastrados na plataforma), houve também desafios de abastecimento, mitigados através do uso de fornecedores alternativos.



## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Conforme divulgado nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2020 da Companhia, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras para este período. No entanto, levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- **Perdas estimadas do contas a receber:** a Companhia historicamente não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento. O advento do COVID-19 não teve impacto na forma de venda de nossos produtos, que continua concentrada em operadoras de cartões.
- **Valor de recuperação dos estoques:** em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. A margem bruta aumentou no período em relação a 2019.
- **Realização de imposto de renda diferido ativo:** o incremento das atividades de e-commerce da Companhia, motivadas inclusive pela pandemia do COVID-19, proporcionou o reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos durante o período, no montante de R\$15.658 mil.
- **Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários:** não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.
- **Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19:** a Companhia não teve nenhum desconto recebido de nossos locadores nos contratos de arrendamento. Portanto, não houve impacto também desse item.

Dada da natureza das vendas da Companhia, feitas substancialmente por meio de *e-commerce*, as operações têm se mostrado resilientes aos efeitos da pandemia, sendo observado um crescimento das vendas no exercício de 2020. Além disso, a Companhia vem adotando estratégias de preservação caixa e também captou empréstimos no período e negociou prazos com fornecedores para fortalecer a posição de caixa e permitir investimentos para expansão.

Até o momento, por ser uma empresa de e-commerce, os impactos vivenciados pela Companhia foram de aumento do tráfego de usuários em sua plataforma e conseqüente aumento do volume de vendas. Em relação à segurança dos empregados, a Companhia adotou política de home office para todos da matriz situada em São Paulo e para parte das áreas administrativas de seu Centro de Distribuição. Já para as equipes operacionais do Centro de Distribuição, que mantiveram o trabalho presencial, a Companhia implantou rígidos protocolos de segurança visando a mitigação do risco de contágio. Adicionalmente, organizou palestras com médicos e profissionais da saúde para orientações aos empregados. A empresa, até a data deste Formulário de Referência, continua adotando a política de home office para a maioria dos empregados da matriz e mantendo os rígidos protocolos de segurança em seu centro de distribuição. Não há registro de qualquer contágio ocorrido nas dependências da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando seus negócios.

## 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

### 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

**(a) objeto da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) período projetado e o prazo de validade da projeção**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

### **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

**(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

#### (a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

##### Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 membros e no máximo 7 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes. Atualmente, Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros titulares, sendo 2 (dois) membros independentes.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas da Companhia e objetivos básicos;
- eleger e destituir os membros da Diretoria, bem como definir a remuneração individual de cada Diretor e suas atribuições, observados os limites estabelecidos pela Assembleia Geral;
- fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados, ou em via de celebração, pela Companhia;
- nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, quando for o caso;
- manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras periódicas da Companhia, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação ao lucro líquido da Companhia de cada exercício social;
- aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia, se aplicável;
- deliberar sobre a constituição de ônus reais ou a prestação de garantias pela Companhia, em relação a obrigações próprias e/ou de terceiros;
- a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados pelo Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia até o limite do capital autorizado, podendo, dentro de tal limite, outorgar, de acordo com plano aprovado em Assembleia Geral, opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de administradores e executivos tanto da Companhia, como de entes jurídicos do seu grupo econômico, bem como autorizar a emissão de tais ações ordinárias em razão do exercício de tais opções;
- administrar os planos de opções de compra de ações da Companhia, dirimir questões a ele relacionadas, bem como promover o seu cumprimento, em conformidade com os termos condições e cláusulas de tal Plano;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- deliberar sobre qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo a contratação de financiamentos e empréstimos;
- deliberar sobre a celebração, modificação ou término de qualquer operação, transação, contrato ou acordo entre, de um lado, a Companhia ou qualquer de suas controladas e, de outro lado, qualquer acionista, sociedade coligada ou administrador da Companhia, incluindo cônjuges, parentes até segundo grau e empresas controladas ou coligadas dos mesmos;
- qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou a celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior;
- a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (xx) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- a aquisição, venda ou alienação de ativos não circulantes da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante correspondente a (a) 10% (dez por cento por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado conforme as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, mais recentes divulgadas pela Companhia, ou (b) R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), devidamente atualizado pelo IPCA, o que for maior, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas;
- a concessão de todas e quaisquer garantias, inclusive garantias reais e fidejussórias, em favor de terceiros;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo a aquisição de participação, constituição de sociedades e a sua participação em acordos de associação ou acordos de acionistas;
- resolver os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

### **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente.

O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos 1 (um) deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; (ii) ao menos 1 (um) deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (iii) o mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nos incisos (i) e (ii) acima.

O Comitê de Auditoria terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

- opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas, bem como possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;
- acompanhar a evolução e atualização do mapeamento de riscos;
- acompanhar todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos;
- acompanhar e assegurar a aplicação e confiabilidade da auditoria interna e dos controles internos;
- avaliar, monitorar e recomendar a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- garantir a clareza e a aderência da Companhia à sua missão, visão, valores, diretrizes estratégicas, Código de Conduta, políticas internas, procedimentos e processos;
- checar e acompanhar operações com partes relacionadas nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- identificar conflitos de interesses;
- identificar oportunidades e a melhoria contínua;
- coordenar e monitorar o canal de denúncias e ouvidorias da Companhia, garantindo o bom funcionamento com independência, sigilo, confidencialidade e livre de retaliações;
- investigar e monitorar eventos que coloquem em risco os controles internos ou o *compliance* da companhia;
- garantir a grade de treinamento e capacitação de pessoal habilitando-os na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos; e
- garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa.

O Comitê de Auditoria agirá no mapeamento de riscos, estabelecendo a possibilidade de prevenção, mitigação, mediação de conflitos e a proposição do aperfeiçoamento da governança corporativa, com ênfase na boa-fé e melhoria contínua no sentido de buscar um ambiente livre de assédio de todo o tipo, fraudes, corrupção, ilicitudes e comportamentos inadequados.

Caberá ao Comitê de Auditoria toda a coordenação e interação com os canais de denúncias e ouvidoria, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em quaisquer matérias relacionadas às atividades da Companhia, bem como a comunicação dos eventos ao Conselho de Administração da Companhia, de acordo com os assuntos e alçadas determinadas.

Além dos deveres listados acima, o Comitê de Auditoria deve: (i) zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições; (ii) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia, naquilo que possam impactar a percepção sobre as matérias de sua competência, conforme disposto neste Regimento e na regulamentação aplicável; e (iii) proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

#### **(i) regimento interno próprio**

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020, e estabelece as regras gerais relativas ao seu funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)).

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### (ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

### (iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não avalia o trabalho da auditoria independente e não possui política de contratação de serviços de extra-auditoria.

### (b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 12 membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Operações, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) 2 (dois) Diretores agindo em conjunto; (b) 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; ou (c) 2 (dois) procuradores com poderes específicos, neste caso, respeitada a alçada e matérias determinadas nas políticas da Companhia.

Compete a Diretoria, de forma geral:

- o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;
- apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VII do Estatuto Social;
- apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte;
- a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- abrir e encerrar filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do país e do exterior, conforme evolução do plano de negócios e metas atingidas indicarem ser necessário;
- abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;
- representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos termos do Estatuto Social; e
- cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pela lei, pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de recursos humanos; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; e (v) zelar pela observância da lei e do estatuto social.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) substituir o Presidente em suas atribuições, nos casos de impedimento, ausência temporária ou vacância; (ii) acompanhar o Diretor Presidente na direção geral dos negócios da Companhia; (iii) gerir as atividades de operações e logística da Companhia; (iv) gerir as atividades de tecnologia da Companhia; e (v) gerir as atividades de recursos humanos da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da área financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, jurídico, patrimonial, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações do estatuto social e do Código de Conduta da Companhia, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um procurador com poderes específicos; e (iv); administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Compete aos Diretores sem designação específica os demais atos de gestão da Companhia cuja competência não se atribua aos demais Diretores Executivos.

### **(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente**

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

### **(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta**

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

#### **(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência**

As avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### (ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

### (iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

### (iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

#### (a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do seu presidente ou por 2 dos seus membros, com pelo menos 15 dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

#### (b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- alterar o Estatuto Social;
- deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### **(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: *site* da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)); site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **(d) identificação e administração de conflito de interesses**

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

### **(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

### **(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

### **(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 481**"), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observamos que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

### **(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

### **(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: [ri@westwing.com.br](mailto:ri@westwing.com.br).

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

## **12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais**

**(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

**(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

#### (a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) de seus membros em conjunto, sempre mediante convocação por escrito, através de carta registrada ou e-mail, com comprovante de recebimento, contendo o local, data, hora e ordem do dia da respectiva reunião, devendo ser encaminhadas cópias dos documentos a serem discutidos ou apreciados.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, sendo certo que, em casos de manifesta urgência, a convocação poderá ser, excepcionalmente, feita com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), sem prejuízo da observância das formalidades previstas neste Estatuto Social. A presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação.

A Companhia não possuía um Conselho de Administração instalado no último exercício social.

#### (b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía acordo de acionistas que estabeleça restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração.

#### (c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia mantém Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações envolvendo Conflitos de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de novembro de 2020, voltada ao monitoramento e tratamento adequado de eventuais situações de conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas, porém a Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

#### (d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária (“**Política de Indicação**”) a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

##### (i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.westwing.com.br).

##### (ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz critérios e procedimentos específicos a serem observados para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da

### **12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração**

Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumprе ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.



## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

### **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste estatuto social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>					
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	24/06/1978	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
216.335.908-52	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/11/2020	Sim	0.00%
Nos termos do artigo 17, parágrafo 6º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da renúncia do antigo Diretor Financeiro da Companhia em 30 de novembro de 2020, o Diretor Presidente acumula atualmente o cargo de Diretor Financeiro da Companhia.					
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	27/07/1982	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
306.120.028-29	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/11/2020	Sim	0.00%
Adicionalmente, o Sr. Eduardo ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações, eleito em 27 de novembro de 2020, com mandato de 2 anos.					
Renato Monea Grego	09/06/1983	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
309.102.688-43	Administrador	19 - Outros Diretores	27/11/2020	Sim	0.00%
O Sr. Renato Grego atua na área de Marketing da Companhia.					
Ricardo Stucchi Romano	22/10/1984	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
336.525.748-93	Economista	19 - Outros Diretores	27/11/2020	Sim	0.00%
O Sr. Ricardo Romano atua na área Comercial da Companhia.					
Felipe Araujo Sacramento Jardim	24/12/1985	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
073.714.746-60	Engenheiro	19 - Outros Diretores	27/11/2020	Sim	0.00%
O Sr. Felipe Jardim atua na área de Operações da Companhia.					
Eugênio Luiz Constantino	19/04/1985	Pertence apenas à Diretoria	27/11/2020	2 anos	0
315.932.128-28	Bacharel em sistemas da informação	19 - Outros Diretores	27/11/2020	Sim	0.00%

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
O Sr. Eugenio Constantino atua na área de Tecnologia da Companhia.					
Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues	12/11/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/09/2020	2 anos	0
968.484.057-87	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/09/2020	Sim	100.00%
N/A					
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão	19/06/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/09/2020	2 anos	0
107.033.777-36	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/09/2020	Sim	100.00%
N/A					
Fábio Martins Maranhão	18/10/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/09/2020	2 anos	0
035.357.417-18	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/09/2020	Sim	100.00%
N/A					
Renata Malta Canto Porto	15/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/11/2020	2 anos	0
281.928.238-57	Publicitária	29 - Outros Conselheiros	27/11/2020	Sim	0.00%
N/A		Conselheiro Independente			
Daniel Perceim Funis	26/03/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/11/2020	2 anos	0
252.096.468-58	Engenheiro	29 - Outros Conselheiros	27/11/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Auditoria		Conselheiro Independente			

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo - 216.335.908-52

O Sr. Carlos é graduado em Engenharia de Produção pela USP, Brasil e possui MBA pelo INSEAD, França. Atuou como Engagement Manager na McKinsey e trabalhou também em empresas como A. T. Kearney, Crescendo Partners e Allianz Capital Partners. Fundou um website de compras coletivas na América Latina e realizou com sucesso o completo desinvestimento desta operação em 2019. O Sr. Carlos não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira - 306.120.028-29

O Sr. Eduardo é graduado em engenharia civil e possui pós-graduação em administração de negócios pela FIA – Fundação Instituto de Administração. Eduardo trabalhou na Procter & Gamble por 9 anos em diversas áreas relacionadas a supply chain como logística e planejamento tendo atingido o cargo de gerente. Antes disso, trabalhou por 2 anos em pesquisa e desenvolvimento na POLI – USP. O Sr. Eduardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Renato Monea Grego - 309.102.688-43

O Sr. Renato é graduado em Administração de Empresas com ênfase em Marketing pela ESPM e pós-graduado em Administração de Empresas pelo IBMEC. Iniciou no Westwing em 2019, fez uma carreira de mais de 15 anos na área de marketing da Nestle, Starbuck e Raizen. O Sr. Renato não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Ricardo Stucchi Romano - 336.525.748-93

O Sr. Ricardo é graduado em Economia pela Unicamp e tem pós-graduação em finanças pelo Insper. Iniciou no Westwing em 2018, trabalhou como consultor de planejamento em empresas como Elektro e Telefônica, bem como em consultoria pela Mackinsey.

O Sr. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Felipe Araujo Sacramento Jardim - 073.714.746-60

O Sr. Felipe é graduado em Engenharia Elétrica pelo INATEL (Instituto Nacional de Telecomunicações). Iniciou no Westwing em 2015, anteriormente teve experiência de 5 anos na área de logística, supply chain e customer care da Procter & Gamble.

O Sr. Felipe não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Eugênio Luiz Constantino - 315.932.128-28

O Sr. Eugênio é graduado em Sistemas de Informação pela Universidade São Marcos e atuou na área de Tecnologia na Isobar e GrupoTv1. Eugênio está no Westwing desde a fundação da empresa.

O Sr. Eugênio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues - 968.484.057-87

O Sr. Marcello tem mais de trinta anos de experiência em Estratégia. Desenvolvimento de Negócios, Operações, "Supply Chain" e Sustentabilidade. Trabalhou na Exxon, Alcoa, ALL, Alpargatas, CSN e Natura. Foi também diretor internacional na "prática de operações" da Booz Allen Hamilton. Em 2014, ingressou na Fornax Assessoria Ltda. como Operating Partner. Já esteve envolvido ativamente em oito empresas do portfólio, via conselhos consultivos, comitês, gestão interna ou projetos transformacionais. Em 2010 começou, também, a atuar como conselheiro consultivo em empresas fechadas, familiares, em profissionalização. Desde então já atuou em dez conselhos, sendo atualmente o presidente dos Conselhos da RHMED e Westwing.

O Sr. Marcello não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão - 107.033.777-36

O Sr. Antonio ingressou na Fornax Assessoria Ltda. em setembro de 2011, onde investiu em empresas de diferentes setores e em diferentes estágios de crescimento e atualmente atua como principal do time de investimentos. Antes de ingressar na Fornax Assessoria Ltda., Sr. Antonio atuou durante 4 anos na área de fusões e aquisições em duas boutiques financeiras. O Sr. Antonio atua como membro do Conselho de Administração Geasafe Barcos Manufaturados S.A. desde setembro de 2016, da Sistac-Sistemas de Acesso S.A. desde novembro de 2017 e da Estratégia Educacional Participações S.A. desde novembro de 2019. Todas são companhias investigadas pelos fundos geridos pela Fornax Assessoria Ltda. É formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

O Sr. Antonio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fábio Martins Maranhão - 035.357.417-18

O Sr. Fábio ingressou na Companhia em 2020 através da Fornax Assessoria Ltda. Ao longo de sua carreira, o Sr. Fábio ocupou as posições de Consultor Sênior da Booz & Company até 2000, Associado ("Summer Associate") no UBS de Londres em 2001, Diretor da Blue Ocean Embarcações S.A. e Diretor da Kedar Empreendimentos e Participações S.A., dentre outras posições. Atualmente, é administrador da Fornax Assessoria Ltda. e membro do Conselho de Administração da BR Marinas S.A., SISTAC Sistemas de Acesso S.A., Seasafe Barcos Manufaturados S.A. e Usaflex Indústria e Comércio S.A. É bacharel em Engenharia de Computação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e tem um MBA, com distinção, pela London Business School. Além disso, obteve o título de CFA Charterholder pelo CFA Institute em 2006.

O Sr. Fábio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Renata Malta Canto Porto - 281.928.238-57

A Sra. Renata é formada em comunicação/RTV pela FAAP, acumula mais de 25 anos de experiência em Comunicação, Marketing, Inovação e Estratégia de negócios, passando por consultorias, produtoras e agências de comunicação com atendimento a clientes como Johnson & Johnson, Oi, ESPN, Natura, Mars, Bayer, DuPont, Monsanto, AB InBev, Warner, Kingston, Sonae Sierra, MaxHaus, Pearson, Nivea, Ford, Coca Cola entre outros. Em 2012, passou a integrar a Naked como diretora e VP de atendimento e estratégia. Por 4 anos atuou como sócia da Malagueta, consultoria de estratégia e inovação, e incubadora de projetos, com escritórios nos EUA e no Brasil, é também cofundadora e conselheira da Organização Agente Cidadão. Desde janeiro de 2019 é Managing Director Brazil na Geometry Global, agência de shopper market, inovação, design e experiência do Grupo WPP com atuação em 56 mercados por todo o mundo.

O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, conforme orientações do Ofício 618/2017-DRE da B3.

A Sra. Renata não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Daniel Perceim Fumis - 252.096.468-58

O Sr. Daniel é responsável pela Farfetch no Brasil desde 2011 e na América Latina desde 2017. Fez parte do time que criou o Groupon no Brasil, liderando a área de marketing. Começou sua carreira como trainee pela Unilever e depois desenvolveu uma carreira internacional no grupo Fiat, trabalhando na Itália, França, Argentina e Inglaterra, em diversas posições nas áreas de engenharia, desenvolvimento de negócios, vendas e marketing. Atualmente também é conselheiro independente na MDias Branco(MDIA), empresa líder nacional no setor de alimentos, e é mentor Endeavor. Formado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica e MBA pela Universidade de Cambridge.

O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, conforme orientações do Ofício 618/2017-DRE da B3.  
O Sr. Daniel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

#### Tipo de Condenação

#### Descrição da Condenação

Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo - 216.335.908-52

N/A

Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira - 306.120.028-29

N/A

Renato Monea Grego - 309.102.688-43

N/A

Ricardo Stucchi Romano - 336.525.748-93

N/A

Felipe Araujo Sacramento Jardim - 073.714.746-60

N/A

Eugênio Luiz Constantino - 315.932.128-28

N/A

---

Marcello Eduardo Guimaraes Adrião Rodrigues - 968.484.057-87

N/A

---

Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão - 107.033.777-36

N/A

---

Fábio Martins Maranhão - 035.357.417-18

N/A

---

Renata Malta Canto Porto - 281.928.238-57

N/A

---

Daniel Percim Funis - 252.096.468-58

N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Daniel Perecim Funis	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	26/03/1976	27/11/2020	2 anos
252.096.468-58	Membro do conselho de Administração	Engenheiro	Membro do Comitê de Auditoria	27/11/2020	0	0.00%
Heraldo Gilberto Oliveira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	04/05/1964	27/11/2020	2 anos
454.094.479-72		Contador	Coordenador	27/11/2020	0	0.00%
N/A						
Jamil Saud Marques	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	09/06/1983	27/11/2020	2 anos
312.645.158-63		Engenheiro	Membro do Comitê de Auditoria	27/11/2020	0	0.00%
N/A						

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Daniel Perecim Funis - 252.096.468-58

O Sr. Daniel é responsável pela Farfetch no Brasil desde 2011 e na América Latina desde 2017. Fez parte do time que criou o Groupon no Brasil, liderando a área de marketing. Começou sua carreira como trainee pela Unilever e depois desenvolveu uma carreira internacional no grupo Fiat, trabalhando na Itália, França, Argentina e Inglaterra, em diversas posições nas áreas de engenharia, desenvolvimento de negócios, vendas e marketing. Atualmente também é conselheiro independente na MDias Branco(MD/A), empresa líder nacional no setor de alimentos, e é mentor Endeavor. Formado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica e MBA pela Universidade de Cambridge.

O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, conforme orientações do Ofício 618/2017-DRE da B3.

O Sr. Daniel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Heraldo Gilberto Oliveira - 454.094.479-72

Heraldo Gilberto de Oliveira, bacharel em administração e em ciências contábeis; mestre em controladoria e contabilidade pela FEA/USP; membro do conselho de administração e coordenador do comitê de auditoria do conselho de administração da Iguá Saneamento S.A.; ex membro do conselho de auditoria do CCB - China Construction Bank Brasil; presidente do conselho fiscal da CESP - Cia. Energética de São Paulo; coordenador do comitê de auditoria da Iguá Saneamento S.A.; ex membro do conselho de administração da Sabesp - Cia de Saneamento Básico de São Paulo, Banco Nossa Caixa S.A. e Bando Industrial e Comercial S.A.; ex membro do conselho fiscal da Suzano Holding S.A., entre outros; pesquisador e consultor associado da Fipecafi – FEA/USP nas áreas de contabilidade societária, auditoria e mercado de capitais. Heraldo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Jamil Saud Marques - 312.645.158-63

Jamil Saud Marques atua como CFO do banco Neon desde janeiro de 2021. Antes de se juntar à Neon, atuou como CFO na Cogna Educação, foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Vasta Platform, e exerceu diferentes funções na AES no Brasil (AES Tietê, AES Sul e AES Eletropaulo), na McKinsey & Company na América Latina e no banco UBS em São Paulo, Zurique e Londres. Jamil é Engenheiro de Produção formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pelo INSEAD na França e Singapura. Jamil não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Daniel Percim Funis - 252.096.468-58 N/A	
Heraldo Gilberto Oliveira - 454.094.479-72 N/A	
Jamil Saud Marques - 312.645.158-63 N/A	



## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não existe nenhuma relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas ou controladores.

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2019</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	968.484.057-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 19 de setembro de 2014, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	107.033.777-36	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 14 de setembro de 2011, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Martins Maranhão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	035.357.417-18	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Administrador	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Fábio Martins Maranhão é administrador da Fornax Assessoria Ltda. desde 04.09.2012, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2018</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	968.484.057-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 19 de setembro de 2014, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	107.033.777-36	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 14 de setembro de 2011, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Martins Maranhão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	035.357.417-18	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Administrador	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Fábio Martins Maranhão é administrador da Fornax Assessoria Ltda. desde 04.09.2012, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2017</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	968.484.057-87	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Marcelo Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 19 de setembro de 2014, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	107.033.777-36	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Sócio	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Antonio Pedro de Figueiredo Bocayuva Bulcão é sócio da Fornax Assessoria Ltda. desde 14 de setembro de 2011, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fábio Martins Maranhão Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	035.357.417-18	Prestação de serviço	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Administrador	29.315.285/0001-31		
<u>Observação</u>			
Fábio Martins Maranhão é administrador da Fornax Assessoria Ltda. desde 04.09.2012, gestora da OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.			

## **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

### **12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia possui seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, e demais indivíduos que pratiquem atos de gestão, além de empregados da Companhia com poder de decisão, praticando atos de gestão ou que eventualmente sejam responsabilizados, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes dos atos ilícitos culposos praticados pelos segurados, exclusivamente no exercício de suas funções e/ou um ato de sua gestão, podendo ser qualquer ato, quebra de obrigação, quebra de dever estatutário, quebra de confiança, quebra de garantia de autoridade, negligência, erro, declaração falsa ou enganosa, efetiva ou tentada ou qualquer ato ou omissão, efetivo ou imputado exclusivamente de um ato de gestão, que cause danos a terceiros. A garantia do seguro D&O não se estende para danos causados a terceiros que decorram de atos ilícitos dolosos, comprovadamente praticados com culpa grave ou dolo pelo segurado.

A apólice, com vigência até abril de 2021, foi contratada junto Axa Seguros S.A. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 37.684,96, com limite máximo de garantia, no valor de R\$ 25.000.000,00. A Companhia está negociando novo D&O com condições similares ao D&O existente.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

Em 2018, a Companhia acionou sua apólice de D&O para custear a defesa de dois ex-administradores em um inquérito policial em razão de potencial descumprimento de normas relativas à importação de produtos. Atualmente, a ação penal está em andamento e o custo da defesa é suportado por tal apólice.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### 12.12 - Outras informações relevantes

#### Diretores não-estatutários

Em adição aos membros da Diretoria e Conselho de Administração descritos nos itens 12.5/12.6, a Companhia conta com um time de Diretores não-estatutários, conforme abaixo:

**Sra. Paula Jaber, Diretora de Criação e Estilo**, eleita em 27 de novembro de 2020, com mandato de 2 anos e possui a seguinte experiência profissional: A Sra. Paula é Diretora não estatutária de Criação e Estilo da Companhia. Antes de ingressar na Companhia, foi uma das fundadoras da loja multi-marcas “Angelina vai às Compras”, responsável pela seleção de produtos, desenvolvimento de novos conceitos e tendências relacionadas ao varejo e relacionadas à inspiração de clientes do segmento. A Sra. Paula não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Sra. Tiffany Hashiba, Diretora de RH**, eleita em 27 de novembro de 2020, com mandato de 2 anos e possui a seguinte experiência profissional: A Sra. Tiffany é Diretora não estatutária de Recursos Humanos da Companhia. Possui formação em Engenharia Naval pela Universidade de São Paulo – USP, e mestrado em Logística pela mesma instituição. Antes de ingressar na Companhia, fez carreira em planejamento estratégico na Holcim e consultoria estratégica na Verax Consultoria. Ingressou na Companhia em 2014, tendo contribuído em diversas áreas, tais como Strategic Supply, Customer Experience, Business Development e Recursos Humanos – área que ingressou em 2019. A Sra. Tiffany não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Sr. Arthur Staudt, Diretor de Tecnologia**, eleito em 27 de novembro de 2020, com mandato de 2 anos e possui a seguinte experiência profissional: O Sr. Arthur atuou como analista programador na Rocket Internet GmbH e na AirClic e atualmente é Diretor não estatutário de Tecnologia na Companhia. Em 2012, aos 20 anos, ingressou na Companhia como desenvolvedor de PHP, tendo desenvolvido competências de programação e gerenciamento de projetos. O Sr. Arthur cursou Ciências da Computação por quatro anos (curso incompleto). O Sr. Arthur não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

**Sra. Vanina Batista, Diretora de Arte**, eleita em 27 de novembro de 2020, com mandato de 2 anos e possui a seguinte experiência profissional: A Sra. Vanina é Diretora não estatutária de Criação da Companhia. Possui formação em Artes Visuais/Design pela Faculdade Armando Álvares Penteado – FAAP. Antes de ingressar na Companhia, desenvolveu carreira na Editora Trip, atuando como diretora de arte por 9 anos, em diversas revistas. A Sra. Vanina não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

## 12.12 - Outras informações relevantes

### Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizada no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
<b>Assembleia Extraordinária Geral</b>	Incorporação reversa, pela Companhia, de sua <i>holding</i> controladora, a Kedar Empreendimentos e Participações S.A. (" <b>Kedar</b> ") de modo que os acionistas da Kedar passaram a deter participação diretamente na Companhia, na proporção de suas participações anteriormente detidas na Kedar.	30/09/2020	N/A	100%
<b>Assembleia Extraordinária Geral</b>	(i) o aumento do capital autorizado da Companhia de 8.271.190 ações para 10.666.824 ações e, se aprovado, a correspondente reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a criação de novo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.	19/11/2020	N/A	100%
<b>Assembleia Extraordinária Geral</b>	Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às regras do Novo Mercado; autorização para a abertura do capital da Companhia e listagem no Novo Mercado; autorização para realização de oferta pública, entre outros.	27/11/2020	N/A	100%

A Companhia esclarece que não realizou Assembleias Gerais nos últimos três exercícios sociais, uma vez que a sua transformação do tipo societário de empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) para sociedade por ações ocorreu em 29 de setembro de 2020.

### Governança Corporativa

#### Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

## 12.12 - Outras informações relevantes

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

### Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.



## 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 e estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (“**Política de Remuneração**”). A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da Companhia (ri.westwing.com.br) e no site da CVM (cvm.gov.br).

(b) **composição da remuneração**

(i) **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração dos Diretores é constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

A remuneração fixa terá como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, celular cooperativo e vagas de estacionamento.

Os Conselheiros Independentes fazem jus apenas a remuneração fixa, que, assim como a remuneração dos Diretores, tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado. Já os demais membros do Conselho de Administração não fazem jus a qualquer remuneração.

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando este for instalado, farão jus apenas a remuneração fixa que tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

Nos termos da Política de Remuneração, a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

(ii) **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
<b>Conselho de Administração</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Diretoria</b>	72%	28%	0%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Comitês estatutários</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	73%	27%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria	70%	30%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A

#### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O salário base segue parâmetros de mercado para as funções de cada membro da diretoria, reajustáveis anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a remuneração variável é estabelecida em razão de desempenho e atingimento de metas.

#### (iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Política de Remuneração da Companhia visa: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

#### (v) membros não remunerados

Não são remunerados os membros não independentes do Conselho de Administração, elencados e qualificados no item 12.5 deste Formulário de Referência.

#### (c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, tanto fixa, quanto variável, quando for o caso, são basicamente estabelecidos através do alcance das metas pessoais previamente estabelecidas e formalizadas, sendo levados em consideração os seguintes critérios: (i) foco estratégico (foco no cliente, presença e pensamento global de longo prazo); (ii) pessoas (*partnership*, trabalho em equipe, *hard-working* e *hands-on*, desenvolvimento de talentos); (iii) gestão por desempenho (meritocracia, empreendedorismo, excelência e foco no resultado e nos custos); e (iv) cumprimento de metas financeiras, atreladas ao desempenho financeiro da Companhia. Com relação ao item (iv), o Conselho de Administração da Companhia estabelece anualmente metas de faturamento e EBITDA para o exercício social subsequente, que funcionam como gatilho para o pagamento, ou não, da remuneração variável dos Diretores, executivos e demais colaboradores elegíveis da Companhia. A

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

remuneração variável somente é paga aos Diretores e colaboradores com o atingimento cumulativo das metas de faturamento e EBITDA, de forma a evitar decisões executivas que visem beneficiar exclusivamente um indicador em detrimento de outro. Cumpre esclarecer, ainda, que mesmo com o atingimento cumulativo das metas financeiras, a remuneração variável somente é paga se e proporcionalmente ao atingimento das demais métricas de avaliação, especificadas nos itens (i) a (iii) acima.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Na medida em que a remuneração variável dos administradores da Companhia é estruturada com base no alcance dos resultados, tanto de curto como de longo prazo, da Companhia, tais administradores são adequadamente remunerados e compensados quando há observância de evolução nos indicadores de desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais).

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração tem como objetivo incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

**(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam**

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

**(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual**

Para definição da remuneração dos administradores da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

## 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,92	0,00	4,92
Nº de membros remunerados	0,00	4,92	0,00	4,92
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.729.685,61	0,00	2.729.685,61
Benefícios direto e indireto	0,00	270.039,35	0,00	270.039,35
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	855.021,20	0,00	855.021,20
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	
Total da remuneração	0,00	3.854.746,16	0,00	3.854.746,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,67	0,00	2,67
Nº de membros remunerados	0,00	2,67	0,00	2,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.682.945,48	0,00	1.682.945,48

Benefícios direto e indireto	0,00	108.067,76	0,00	108.067,76
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	820.000,00	0,00	820.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	
Total da remuneração	0,00	2.611.013,24	0,00	2.611.013,24

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	5,42	0,00	5,42
Nº de membros remunerados	0,00	5,42	0,00	5,42
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.728.655,50	0,00	1.728.655,50
Benefícios direto e indireto	0,00	114.404,10	0,00	114.404,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	566.335,07	0,00	566.335,07

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	2.409.394,67	0,00	2.409.394,67

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	6,50	0,00	6,50
Nº de membros remunerados	0,00	6,50	0,00	6,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.195.189,22	0,00	2.195.189,22
Benefícios direto e indireto	0,00	158.503,18	0,00	158.503,18
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	961.804,99	0,00	961.804,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	N/A	
Total da remuneração	0,00	3.315.497,39	0,00	3.315.497,39

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	N/A	4,92	N/A	<b>4,91</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	4,92	N/A	<b>4,91</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.029.451,73	N/A	<b>1.029.451,73</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.029.451,73	N/A	<b>1.029.451,73</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>



### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	N/A	2,67	N/A	<b>2,67</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	2,67	N/A	<b>2,67</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.286.376,40	N/A	<b>1.286.376,40</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.286.376,40	N/A	<b>1.286.376,40</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	820.000,00	N/A	<b>820.000,00</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	N/A	5,42	N/A	<b>5,42</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	5,42	N/A	<b>5,42</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	902.780,53	N/A	<b>902.780,53</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	902.780,53	N/A	<b>902.780,53</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	566.335,17	N/A	<b>566.335,17</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	N/A	6,50	N/A	<b>6,50</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	N/A	6,50	N/A	<b>6,50</b>
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.000.841,50	N/A	<b>1.000.841,50</b>
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.000.841,50	N/A	<b>1.000.841,50</b>
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	961.804,99	N/A	<b>961.804,99</b>
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

## 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

### 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

#### (a) termos e condições gerais

##### **Primeiro Plano de Opções**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em razão da sucessão pela Companhia, de todos os direitos e obrigações de sua incorporada, a Kedar Empreendimentos e Participações S.A., o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Primeiro Plano de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão a administradores e executivos da Companhia e das demais sociedades do grupo econômico da Companhia.

##### **Segundo Plano de Opções**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Segundo Plano de Opções de Compra de Ações (“**Segundo Plano de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a administradores, executivos e empregados da Companhia.

##### **Terceiro Plano de Opções**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Terceiro Plano de Opções de Compra de Ações (“**Terceiro Plano de Opções**” e, em conjunto com o Primeiro Plano de Opções e o Segundo Plano de Opções, “**Planos de Opções**”), cujo objeto é a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão, as quais poderão ser outorgadas a Diretores e empregados da Companhia ou de outras sociedades direta ou indiretamente sob o seu controle. O Terceiro Plano de Opções está condicionado à realização da oferta pública inicial de ações da Companhia e a outorga de opções está condicionada à divulgação do anúncio de encerramento da referido oferta.

#### (b) principais objetivos do plano

##### **Primeiro Plano de Opções**

O Primeiro Plano de Opções tem como objetivo permitir que os adquirentes das opções tenham a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia, tornando-se acionistas ou aumentando participação, com vistas a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia, permitindo, a determinados membros da administração e executivos da Companhia, adquirir ações, incentivando, assim, a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos interesses desses administradores e executivos com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter administradores e executivos de alto nível, com vistas ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de adquirirem ações da Companhia e buscando um comprometimento de longo prazo de tais administradores com os objetivos da Companhia; e (iii) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes ao negócio.

##### **Segundo Plano de Opções**

O Segundo Plano de Opções tem como objetivo remunerar os beneficiários que forem escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia por serviços prestados à Companhia, bem como: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia, permitindo, a tais beneficiários, que sejam remunerados como ações da Companhia, incentivando, assim, a integração dos mesmos à Companhia e o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter administradores, executivos e empregados de alto nível, com vista ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de serem remunerados com ações da Companhia e buscando um comprometimento de longo prazo de tais beneficiários com os objetivos da Companhia; e (iii) compartilhar com tais beneficiários a criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

## **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

### ***Terceiro Plano de Opções***

O Terceiro Plano tem por objetivo permitir que os beneficiários que forem escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo respectivo comitê de gestão, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, permitindo, aos beneficiários, que sejam remuneradas com ações da Companhia, incentivando, assim, a integração das mesmas à Companhia e o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas os beneficiários e incentivar a criação de valor à Companhia; e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

#### **(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Os Planos de Opções conferem aos seus participantes a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar isso, espera-se que tais participantes se comprometam com a criação de valor para a Companhia, além de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e metas da Companhia. Os Planos buscam, ainda, o alinhamento de interesses entre os participantes e a Companhia, bem como esperam ser eficazes na retenção de administradores e empregados de alto nível em razão do comprometimento de longo prazo com os objetivos da Companhia.

#### **(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Segundo e o Terceiro Plano de Opções tem como objetivo remunerar os beneficiários escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos serviços prestados, permitindo aos beneficiários que sejam remunerados com ações. Os referidos planos buscam beneficiar os administradores, executivos e empregados da Companhia que sejam considerados estratégicos para viabilizar o desenvolvimento da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração eleger aqueles que terão direito às opções. Além disso, as opções outorgadas nos termos do Segundo Plano de Opções, bem como seu exercício não têm qualquer relação e não estão vinculados à remuneração fixa dos beneficiários ou eventual participação nos lucros.

#### **(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

Os Planos de Opções alinham os interesses da Companhia, seus administradores, executivos e empregados, na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais administradores, executivos e empregados, atuais e futuros, cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

#### **(f) número máximo de ações abrangidas**

O Primeiro Plano de Opções prevê o limite global de 8.271.190 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Primeiro Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia. O Primeiro Plano de Opções engloba apenas ações ordinárias.

O Segundo Plano de Opções prevê o limite global de 2.395.634 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Segundo Plano de Opções, correspondente ao limite do capital autorizado da Companhia. O Segundo Plano de Opções engloba ações ordinárias (caso a Companhia tenha Ações Listadas na B3 até a data da entrega das ações subscritas ou adquiridas pelos beneficiários mediante o exercício das respectivas opções) e ações preferenciais (caso a Companhia não tenha Ações Listadas na B3 até a data de entrega das ações subscritas ou adquiridas mediante o exercício das Opções).

As opções outorgadas nos termos do Terceiro Plano de Opções poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações que não exceda 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia na data de divulgação do anúncio de

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

encerramento, em bases totalmente diluídas considerando todas as opções outorgadas e ainda não exercidas no âmbito dos demais planos de opções aprovados pela Companhia. O Terceiro Plano de Opções engloba ações ordinárias.

O Conselho de Administração selecionará os beneficiários dos Planos de Opção e determinará os termos e condições para outorga das opções, as metas a serem cumpridas, a quantidade de opções que cada beneficiário pode adquirir, a quantidade de ações que comporão o lote outorgado, os preços e datas de outorga, dentre outras.

As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite, ficando novamente disponíveis para futura outorga.

#### **(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada opção do Primeiro Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. O Primeiro Plano de Opções prevê o limite global de 8.271.190 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Primeiro Plano de Opções, representando uma diluição máxima total de 11,6% aos acionistas da Companhia (considerando o capital social da Companhia quando da aprovação do Primeiro Plano de Opções). Na data deste Formulário de Referência, o saldo das opções em aberto e não exercidas no âmbito do Primeiro Plano de Opções era de 4.188.843 opções, representando uma diluição máxima total de 5,85% aos acionistas da Companhia.

Cada opção do Segundo Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. O Segundo Plano de Opções prevê o limite global de 2.395.634 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do Segundo Plano de Opções, representando uma diluição máxima total de 3,35% aos acionistas da Companhia (considerando o capital social da Companhia quando da aprovação do Segundo Plano de Opções). Na data deste Formulário de Referência, o saldo das opções em aberto e não exercidas no âmbito do Segundo Plano de Opções era de 1.992.296 opções, representando uma diluição máxima total de 2,78% aos acionistas da Companhia.

Cada opção do Terceiro Plano de Opções dará o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. As opções outorgadas nos termos do Terceiro Plano de Opções poderão conferir direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações que não exceda 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia na data de divulgação do anúncio de encerramento, em bases totalmente diluídas, considerando todas as opções outorgadas e ainda não exercidas no âmbito dos demais planos de opções aprovados pela Companhia. Não é possível avaliar a diluição dos acionistas em decorrência do exercício de opções já outorgadas, uma vez que até a data deste Formulário de Referência não foram outorgadas opções no âmbito do Terceiro Plano de Opções.

#### **(h) condições de aquisição de ações**

Caberá ao Conselho de Administração aprovar a outorga de Opções, definindo: (i) os beneficiários; (ii) o número de ações da Companhia objeto de cada outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) os preços de outorga e de exercício, bem como as condições de seu pagamento; (v) os prazos e condições para o exercício de cada opção; (vi) eventuais restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício das opções; e (vii) quaisquer outras condições, critérios e normas específicas relativas a tais outorgas de opções.

A outorga das opções será realizada mediante a celebração de contrato de outorga, no qual serão estabelecidos: (i) o número de ações que o beneficiário terá o direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção; (ii) o preço pela outorga das opções, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento; (iii) as condições para aquisição do direito ao exercício das opções, incluindo o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e eventuais metas individuais ou coletivas relacionadas ao desempenho do beneficiário e/ou da Companhia, cujo atingimento poderá ser estabelecido como condição para a aquisição do exercício das opções (*vesting*); (iv) o prazo final para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

da opção expirarão; (v) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência de ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento das restrições; e (vi) outros termos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração.

#### **(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

##### ***Primeiro Plano de Opções***

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no contrato de outorga. Além disso, o preço pela outorga será calculado por empresa especializada contratada especificamente para este fim pela Companhia, mediante a aplicação de métodos e cálculos financeiros regularmente aceitos pelo mercado de avaliação de ativos e pelo mercado financeiro.

##### ***Segundo Plano de Opções***

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no contrato de outorga. A aquisição das ações dar-se-á mediante o pagamento do preço de exercício, que será estabelecido pelo Conselho de Administração em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A. Do preço de exercício deverão ser deduzidos os valores por ações declarados pela Companhia a título de proventos, como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções.

##### ***Terceiro Plano de Opções***

O preço pela outorga, o preço de exercício por ação e as condições de pagamento serão estabelecidos no programa e no contrato de outorga. A aquisição das ações dar-se-á mediante o pagamento do preço de exercício, que será estabelecido pelo Conselho de Administração em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A.

#### **(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

O preço de exercício será estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gestão (neste último caso, quando o preço de exercício se referir à opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano de Opções) em observância ao disposto no art. 170 da Lei das S.A.

#### **(k) forma de liquidação**

O preço de exercício será pago pelos beneficiários na forma e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gestão (neste último caso, quando o preço de exercício se referir à opções outorgadas no âmbito do Terceiro Plano de Opções) e fixados em cada contrato de outorga.

#### **(l) restrições à transferência das ações**

As opções outorgadas na forma dos Planos de Opção não poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas por seus titulares a terceiros, a qualquer título, seja em caráter gratuito ou oneroso, bem como não poderão ser objeto de qualquer gravame, oneração ou garantia. As ações adquiridas pelos beneficiários em decorrência do exercício das opções somente poderão ser cedidas, alienadas e/ou transferidas após a quitação integral do preço de exercício e findo o prazo para restrição à venda estabelecido no contrato de outorga, salvo mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será necessariamente destinado para quitação do débito do beneficiário junto à Companhia. Caberá ao Conselho de Administração avaliar a conveniência de estabelecer restrições adicionais à alienação das ações adquiridas no âmbito do plano. Ademais, durante o prazo de restrição à venda, os beneficiários não poderão constituir ônus, gravame e/ou prestar garantia com as ações de emissão da Companhia adquiridas mediante o exercício das opções.

### 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

***Primeiro e Segundo Planos de Opções***

- Desligamento Motivado: Na hipótese de desligamento do beneficiário, motivado por hipóteses previstas no respectivo contrato de outorga, incluindo em decorrência da prática de qualquer ato em violação à Lei, ao Estatuto Social da Companhia, documentos societários de sociedades do grupo econômico da Companhia ou a Acordo de Acionistas, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia que ainda não tiverem sido exercidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de *vesting*, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano;

- Desligamento Involuntário, Desligamento Voluntário ou Aposentadoria. Na hipótese de desligamento involuntário sem fundamento na forma do item acima, ou de desligamento voluntário a pedido do próprio beneficiário, ou ainda no caso de sua aposentadoria, o beneficiário (i) perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia cujas condições de *vesting* ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano, e (ii) permanecerá titular das opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano;

- Falecimento ou Incapacidade Permanente: O disposto no item acima será aplicável em caso de incapacidade permanente ou falecimento do beneficiário, cabendo aos sucessores legais do beneficiário ou seu representante legal, neste último caso, o direito de exercer as opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano; e

- Término da Vigência e Extinção do Plano: quando todas as opções outorgadas pela Companhia tenham sido exercidas pelos seus beneficiários, desde que ao menos uma das opções tenha sido efetivamente outorgada ou quando a Assembleia Geral decidir extinguir o Plano. O término da vigência não prejudicará as opções outorgadas pela Companhia, mas implicará na perda de validade, revogação e extinção das opções que não forem exercidas pelos beneficiários até o seu respectivo prazo de exercício, conforme o contrato de outorga. Em qualquer das hipóteses de desligamento, os períodos de restrição para a alienação de ações permanecerão em vigor.

***Terceiro Plano de Opções***

O Conselho de Administração ou o Comitê de Gestão, conforme o caso, estabelecerão, em cada programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento do beneficiário.

**(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

***Primeiro e Segundo Planos de Opções***

Na hipótese de desligamento do beneficiário, motivado por hipóteses previstas no respectivo contrato de outorga, incluindo em decorrência da prática de qualquer ato em violação à Lei, ao Estatuto Social da Companhia, documentos societários de sociedades do grupo econômico da Companhia ou a Acordo de Acionistas, o beneficiário perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia que ainda não tiverem sido exercidas, independentemente de terem sido cumpridas ou não as condições de *vesting*, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao Beneficiário no âmbito do Plano.



### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Na hipótese de desligamento involuntário sem fundamento na forma do item acima, ou de desligamento voluntário a pedido do próprio beneficiário, ou ainda no caso de sua aposentadoria, o beneficiário (i) perderá, automaticamente e independentemente de manifestação da Companhia, a totalidade das opções da Companhia cujas condições de *vesting* ainda não tenham sido cumpridas, as quais estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano, e (ii) permanecerá titular das opções cujas condições de *vesting* já tenham sido cumpridas, que poderão ser exercidas na forma e no prazo previstos no respectivo contrato de outorga, após o qual as opções estarão revogadas e extintas de pleno direito, para todos os fins e efeitos, sem que seja devido qualquer reembolso ou indenização ao beneficiário no âmbito do Plano.

#### ***Terceiro Plano de Opções***

O Conselho de Administração ou o Comitê de Gestão, conforme o caso, estabelecerão, em cada programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento do beneficiário.

### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

#### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações ou em opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia aprovou o Primeiro Plano de Outorga de Opções de Compra e Ações e em 19 de novembro de 2020, a Companhia aprovou o Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações. Até a data deste Formulário de Referência, não foram concedidas opções no âmbito do Terceiro Plano de Outorga de Opções de Compra e Ações.

Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020				
	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	3		7	
Nº de membros remunerados	n/a		5	
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>				
Data de outorga	n/a	1º Plano 01/06/2019	2º Plano 23/11/2020	2º Plano 23/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	n/a	8.271.190	621.402	431.929
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n/a	1º vesting (25,0%) - 01/06/2019 2º vesting (25,0%) - 26/10/2019 3º vesting (25,0%) - 26/10/2020 4º vesting (25,0%) - 26/10/2021	1º vesting (33,5%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021 6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (32,9%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez <sup>1</sup> ou em 31/03/2023	1º vesting (11,0%) - 31/12/2020 2º vesting (4,2%) - 31/03/2021 3º vesting (4,2%) - 30/06/2021 4º vesting (4,2%) - 30/09/2021 5º vesting (4,2%) - 31/12/2021 6º vesting (4,2%) - 31/03/2022 7º vesting (4,2%) - 30/06/2022 8º vesting (4,2%) - 30/09/2022 9º vesting (4,2%) - 31/12/2022 10º vesting (4,2%) - 31/03/2023 11º vesting (4,2%) - 30/06/2023 12º vesting (4,2%) - 30/09/2023 13º vesting (4,2%) - 31/12/2023 14º vesting (4,2%) - 31/03/2024 15º vesting (34,4%) - Na data de ocorrência de um Evento de Liquidez <sup>2</sup> ou em 30/06/2024

<sup>1</sup> Também poderão ser exercidas antecipadamente todas as Opções, inclusive em relação aos Lotes Não Vestidos, na hipótese de Alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de Controle direto da Companhia a terceiros (hipóteses denominadas individual ou coletivamente como "Evento de Liquidez"). Não serão consideradas como Evento de Liquidez quaisquer transferências de Ações da Companhia entre os acionistas e suas respectivas Afiliadas.

<sup>2</sup> Também poderão ser exercidas antecipadamente todas as Opções, inclusive em relação aos Lotes Não Vestidos, na hipótese de Alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de Controle direto da Companhia a terceiros (hipóteses denominadas individual ou coletivamente como "Evento de Liquidez"). Não serão consideradas como Evento de Liquidez quaisquer transferências de Ações da Companhia entre os acionistas e suas respectivas Afiliadas.

**13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

Prazo máximo para exercício das opções	n/a	01/06/2026	23/11/2027	23/11/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Até a quitação integral do Preço de Exercício	Até a quitação integral do Preço de Exercício	Até a quitação integral do Preço de Exercício
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>	n/a			
a. Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	R\$1,0222	R\$0,50	R\$0,50
b. Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
c. Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
d. Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	n/a	1º vesting - R\$101.692,32 2º vesting - R\$108.370,89 3º vesting - R\$131.521,43 4º vesting - R\$146.225,22	1º vesting - R\$167.537,87 2º vesting - R\$21.103,94 3º vesting - R\$21.118,81 4º vesting - R\$21.162,04 5º vesting - R\$20.668,33 6º vesting - R\$20.706,20 7º vesting - R\$20.697,70 8º vesting - R\$20.678,76 9º vesting - R\$20.675,74 10º vesting - R\$162.198,70	1º vesting - R\$38.193,31 2º vesting - R\$14.674,40 3º vesting - R\$14.668,14 4º vesting - R\$14.665,41 5º vesting - R\$14.353,00 6º vesting - R\$14.372,88 7º vesting - R\$14.451,17 8º vesting - R\$14.362,23 9º vesting - R\$14.404,79 10º vesting - R\$14.318,78 11º vesting - R\$14.131,23 12º vesting - R\$14.270,16 13º vesting - R\$14.349,81 14º vesting - R\$14.315,18 15º vesting - R\$115.625,26
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	n/a	11,56%	0, 87%	0,60%

## **13.6 - Opções em Aberto**

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia no final do último exercício social.

## **13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções

### 13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

#### (a) modelo de precificação

O modelo utilizado pela Companhia para precificação das opções outorgadas a seus administradores no âmbito do Primeiro e do Segundo Plano de Opções foi o método de Simulação de Monte Carlo, considerando que a ação segue um movimento browniano, que é um caso particular do processo de Wiener Generalizado e permite a existência de tendência nos retornos contínuos. O direito de exercício pode ser considerado como uma opção do tipo americano, que pode ser exercida a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, por isso preferiu-se o método numérico de Monte Carlo, aplicado sobre o preço do ativo. O modelo e as premissas de avaliação estão em conformidade com o CPC-10.

#### (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

<b>Preço de Exercício</b>	Primeiro Plano de Opções: Preço de exercício inicial de R\$1,0222 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado até a data do exercício da opção de compra Segundo Plano de Opções: R\$ 0,50 por ação, sem correção.
<b>Volatilidade Esperada</b>	Primeiro Plano de Opções 1ª tranche (25%): 34,30% a.a. 2ª tranche (25%): 32,95% a.a. 3ª tranche (25%): 33,52% a.a. 4ª tranche (25%): 34,19% a.a. Segundo Plano de Opções: A outorga do Segundo Plano de Opções é composta por até 15 tranches distintas, desta forma a volatilidade foi calculada tendo como base a janela histórica de retornos para cada tranche. A volatilidade média foi de 46,89% a.a.
<b>Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções</b>	Primeiro Plano de Opções As opções poderão ser exercidas na proporção 25% das ações imediatamente a partir da data de outorga, mais 25% um após a primeira maturação em 26 de outubro de 2019, mais 25% em 26 de outubro de 2020 e o restante 25% em 26 de outubro de 2021. A expiração dos direitos ocorrerá em 8 anos após a outorga, prazo que encerrará em 1º de junho de 2027. Segundo Plano de Opções: As opções podem ser exercidas a partir do dia 31 de dezembro de 2020, sendo que as datas de maturação subsequentes ocorrerão em base trimestral. Em 30 de junho de 2024 todas as opções estarão maturadas (vesting period). O prazo máximo para exercício é de 7 anos contados a partir da data de outorga, prazo que encerrará em 23 de novembro de 2027.
<b>Taxa de juros livre de riscos</b>	Primeiro Plano de Opções Os preços de exercício das opções concedidas pela Companhia são corrigidos pelo IPCA-IBGE acumulado, portanto a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas de cupom de IPCA divulgadas pela B3. Como as taxas da B3 têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas por meio de um processo de interpolação por dias úteis, que assume taxas a termo constantes ( <i>flat forward</i> ) entre vértices. 1ª tranche (25%): 3,16% a.a. 2ª tranche (25%): 2,86% a.a. 3ª tranche (25%): 3,02% a.a. 4ª tranche (25%): 3,30% a.a. Segundo Plano de Opções: Os preços de exercício das opções não possuem correção por índice de inflação no preço de exercício logo a taxa livre de risco foi obtida a partir das curvas prefixadas dos contratos futuros de DI divulgadas pela B3.

### 13.8 - Precificação Das Ações/opções

	A outorga é composta por até 15 tranches distintas, desta forma a taxa de juros livre de risco foi calculada por interpolação para cada tranche. A taxa de juros livre de risco média foi de 5,74%a.a.
<b>Dividendos Esperados</b>	<p>Primeiro Plano de Opções:</p> <p>A outorga de 2019 não possui correção no preço de exercício para pagamentos de dividendos, logo no modelo de precificação foi utilizada o <i>dividend yield</i> esperado. O <i>dividend yield</i> esperado foi calculado com base em 25% do lucro por ação ocorrido no exercício imediatamente anterior, em 31 de dezembro de 2018, resultando em uma taxa de dividendos esperados anual de 1,52%.</p> <p>(Outorga 2020)</p> <p>Segundo Plano de Opções:</p> <p>A outorga ocorrida em 2020 possui cláusula de correção do preço de exercício para pagamento de dividendos, ou seja, na ocorrência de dividendos, este será descontado do preço de exercício. Logo, não foi utilizado taxa de dividendos esperados no modelo de precificação.</p>
<b>Valor das Ações</b>	<p>Primeiro Plano de Opções:</p> <p>O valor das ações considerado para avaliação na data-base de outorga foi valor de negociação das ações da Companhia em transação ocorrida em outubro de 2018 a R\$1,00 por ação.</p> <p>Segundo Plano de Opções:</p> <p>O valor das ações na avaliação com data base na outorga, tendo como base avaliação independente, foi de R\$ 2,53 por ação.</p>

**(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Os efeitos do exercício antecipado podem ser levados em conta pelo uso de estimativa de vida esperada das opções como um dado de entrada no modelo de precificação de opções. Ao estimar a vida esperada das opções de ações outorgadas a um grupo de beneficiários, pode-se basear essa estimativa na média ponderada de vida esperada de opções dentro do conjunto total de beneficiários, com base na expectativa de exercício. A estimativa da Companhia sobre a intenção de exercício é de 1 ano após o período de *vesting*. O mesmo prazo foi considerado para as opções do Primeiro e do Segundo Planos de Opções.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

A metodologia utilizada para o cálculo da volatilidade para as outorgas ocorridas em 2019 e 2020 foi a proxy a volatilidade de empresas similares, do setor de e-commerce e de móveis que possuíam ações negociadas na B3.

A série histórica de dados a ser analisada (janela temporal) para estimação da volatilidade futura esperada é igual ao prazo da opção à qual será aplicada na precificação. Exemplificando, se o prazo da opção é de dois anos foram utilizados os preços diários do ativo observados nos dois anos passados que antecedem a data-base da avaliação.

A volatilidade histórica foi calculada com base no desvio-padrão amostral dos retornos contínuos (log-retornos) das cotações diárias. A volatilidade expressa em base diária foi convertida para a base anual.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável tendo em vista que todas as características já foram mencionadas nos itens anteriores.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão****13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão**

Órgão	Companhia	
	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria Estatutária	3.142.235	4,39%
Conselho Fiscal	0	0,00%



### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

#### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros remunerados	2,67	5,42	6,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	806.431,20	652.005,65	551.762,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	570.614,28	487.777,64	165.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	688.522,74	516.986,91	335.473,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2019</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
<b>31/12/2018</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
<b>31/12/2017</b>	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima, média e máxima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.
<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Conselho Fiscal</b>	

## 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

### 13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os contratos mantidos entre a Companhia e os administradores Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo e Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira possuem cláusula que disciplina obrigações de não concorrência.

De acordo com as disposições da referida cláusula, os administradores não poderão exercer atividades concorrentes às da Companhia, tais como (a) serviços de e-commerce ou market place no setor de *home and living*; (b) negócios online de produtos relevantes para a Companhia; ou (c) em determinadas Companhias elencadas no respectivo contrato. As restrições são aplicáveis a atividades exercidas em países da América Latina.

Nos casos de encerramento do vínculo do administrador por iniciativa imotivada da Companhia, as obrigações de não concorrência possuem prazo de 1 (um) ano contado da data do encerramento do vínculo, período em que o administrador fará jus à remuneração mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) da última remuneração mensal recebida (sem considerar, portanto, remuneração variável, bonificações ou benefícios).

Nas demais hipóteses, tais obrigações possuem prazo de 2 (dois) anos contados da data do encerramento do vínculo, período em que o administrador fará jus à remuneração mensal correspondente a 30% (trinta por cento) da última remuneração mensal recebida (sem considerar, portanto, remuneração variável, bonificações ou benefícios). após a data do encerramento do vínculo.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, e demais indivíduos que pratiquem atos de gestão, além de empregados da Companhia com poder de decisão, praticando atos de gestão ou que eventualmente sejam responsabilizados, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes dos atos ilícitos culposos praticados pelos segurados, exclusivamente no exercício de suas funções e/ou um ato de sua gestão que cause danos a terceiros. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 37.684,96, com limite máximo de garantia, no valor de R\$25.000.000,00. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

### **13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

#### **13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicável, visto que nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia é parte relacionada aos controladores.

### **13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

#### **13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

## 13.16 - Outras Informações Relevantes

### 13.16 - Outras informações relevantes

Os membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2020, bem como os Diretores e membros do Comitê de Auditoria eleitos em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020, farão jus às remunerações aplicáveis apenas a partir de 1 de janeiro de 2021, condicionado à conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia sendo requerida junto à CVM e à B3, conforme contratos de trabalho celebrado entre a Companhia e seus administradores.

#### Plano assinado na Kedar e sucedido pela Companhia

Antes da incorporação, a então controladora Kedar assinou, em 1 de junho de 2019, contratos de outorga de opção de compra de ações firmado com executivos da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 8.271.190 opções de compra de ações da Kedar concedidas aos executivos. A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções iguais de 25%, em cada aniversário do plano, ao longo de 4 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao participante ter permanecido ao longo do respectivo período atuando dentro de suas funções na Companhia.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração	0,0590
Taxa de retorno livre de risco (%)	3,30%
Prazo de vida esperado das opções	06/2027
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	1,0222
Maturação	4 anos

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$ 487 mil na data da outorga.

#### Plano assinado em novembro de 2020

Em novembro de 2020 foi outorgado aos principais executivos opções de compra de ações da Westwing que contempla o direito de adquirir 2.395.634 ações a um preço de exercício de R\$ 0,50. O direito de compra inicia em dezembro de 2020 e o período de maturação se encerra em 30 de junho de 2024.

A tabela a seguir apresenta as principais informações utilizadas para o cálculo do valor justo na data de outorga:

Média ponderada do valor justo da opção na data da mensuração (R\$)	0,7925
Taxa de retorno livre de risco (%)	5,57%
Prazo de vida esperado das opções	06/2024
Modelo utilizado	Monte Carlo
Preço do exercício	0,50
Maturação	4 anos

O valor justo das opções concedidas estimada pela Companhia, levando em consideração a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), totalizou R\$ 1.899 mil na data da outorga.

#### Reconhecimento contábil

Ambos os planos são tratados pela Companhia de acordo com o IFRS 2 / CPC 10 – Pagamento baseados em ações. Esses instrumentos patrimoniais são mensurados a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, e são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido em contrapartida a demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, ao longo do período em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas (*vesting period*), com

### 13.16 - Outras Informações Relevantes

término na data em que o funcionário tem o direito completo de aquisição (data de aquisição). A despesa reconhecida reflete o valor justo estimado, considerando a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A Companhia estima que as despesas a serem reconhecidas ao longo do período de maturação dos planos serão conforme demonstrado a seguir:

(Em milhares de Reais)	<b>Efeito no resultado do exercício</b>	<b>Efeito acumulado no patrimônio líquido</b>
2020	82	82
2021	637	718
2022	637	1.355
2023	465	1.820
2024	465	2.285

#### Outorga de Opções de Ações no âmbito do Terceiro Plano

Em reunião realizada em 15 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a outorga de 1.141.901 opções de compra de ações ao Sr. Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo, Diretor Presidente da Companhia, e 519.046 opções de compra de ações ao Sr. Eduardo Balbao Ribeiro de Oliveira, Diretor Vice-Presidente de Operações e Diretor de Relações com Investidores, no âmbito do Terceiro Plano de Opções. Os demais termos e condições para o *vesting* exercício das opções, as metas a serem cumpridas, os preços de outorga, eventuais restrições à transferência, etc., são de competência exclusiva do Conselho de Administração, nos termos do Terceiro Plano de Opções, e serão deliberados oportunamente.



**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos****14.1 - Descrição dos recursos humanos****(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados:

<b>Número de empregados</b>				
(Por cargo)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>Jundiaí</b>				
Diretoria/Executivo	2	1	0	0
Gerência	4	3	2	3
Coordenação/Supervisão/Liderança	18	9	10	11
Especialista	1	1	1	1
Operacional	281	137	107	121
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>151</b>	<b>120</b>	<b>136</b>
<b>São Paulo</b>				
Diretoria/Executivo	9	5	3	3
Gerência	25	13	5	6
Coordenação/Supervisão/Liderança	16	13	9	9
Especialista	20	16	14	10
Operacional	218	128	107	100
Compliance	1	0	0	0
Riscos	3	0	0	0
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>175</b>	<b>138</b>	<b>128</b>

**(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados:

<b>Número de terceirizados</b>				
	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>Jundiaí</b>				
Segurança	6	4	4	4
Transportes	4	0	0	0
Segurança do trabalho	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>São Paulo</b>				
Consultoria	0	1	1	1
Consultoria administrativa	0	2	3	1
Consultoria em tecnologia da informação	1	1	1	0
Contabilidade	1	1	1	1

**14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**

<b>Número de terceirizados</b>				
	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Gestão empresarial	1	3	4	5
Serviços de tecnologia da informação	1	1	1	1
Auditoria interna	1	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>9</b>

**(c) índice de rotatividade**

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade:

<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
7%	5%	5%	4%

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos**

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

#### (a) política de salários e remuneração variável

A remuneração global dos empregados da Companhia é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) para determinados empregados, remuneração baseada ou referenciada em ações.

#### (b) política de benefícios

Os empregados celetistas da Companhia contam com um pacote de benefícios que inclui: (i) vale-transporte ou ônibus fretado; (ii) vale-refeição ou alimentação; (iii) assistência médica; (iv) assistência odontológica opcional; (v) estacionamento (de acordo com a política de elegibilidade); (vi) serviço de apoio psicológico através de parceria com a empresa Mental Clean; (vii) telefone celular corporativo (de acordo com política de elegibilidade) e (viii) cesta básica (para empregados do centro de distribuição).

#### (c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, nossos acionistas aprovaram o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações ("**Segundo Plano de Opções**") e o Terceiro Plano de Opção de Compra e Ações ("**Terceiro Plano de Opções**"), que estabelecem as seguintes condições:

##### (i) grupos de beneficiários

Os administradores, executivos e empregados da Companhia.

##### (ii) condições para o exercício

No âmbito do Segundo Plano de Opções, as Opções concedidas aos empregados não administradores serão divididas em 15 lotes trimestrais sendo: (i) 11% da quantidade de Opções outorgadas no primeiro lote, (ii) 4,2% da quantidade de Opções outorgadas do segundo ao penúltimo lote, e (iii) 34,6% da quantidade de Opções outorgadas no último lote.

Até a data deste Formulário de Referência, não havia sido concedida nenhuma opção no âmbito do Terceiro Plano de Opções.

##### (iii) preços de exercício

#### **Segundo Plano de Opções**

O preço de exercício da Opção é de R\$0,50 por ação ("**Preço de Exercício**"), sendo que serão deduzidos do cálculo do Preço de Exercício devido pelo Beneficiário, os valores por ação declarados pela Companhia a título de proventos, tais como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das Opções, devendo tais valores serem atualizado monetariamente pela variação positiva ou negativa do IPCA, desde a data em que tiverem sido declarados até a efetiva data de subscrição ou compra de Ações pelo Beneficiário, conforme o caso, ou por outro índice equivalente que venha a substituí-lo. O mesmo procedimento de ajuste do Preço de Exercício deverá ser adotado quando da redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas.

#### **Terceiro Plano de Opções**

O preço de exercício das opções será definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Gestão, conforme o caso, em observância ao disposto no artigo 170 da Lei nº 6.404/76.

##### (iv) prazos de exercício

#### **Segundo Plano de Opções**

### 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

O prazo limite para exercício de todos os Lotes Vestidos será de 7 anos contados da data de assinatura do presente Contrato (“**Prazo de Exercício**”), sendo certo que o Prazo de Exercício será antecipado para até 1 ano contado da data em que ocorrer:

- (i) o falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário ou
- (ii) o desligamento involuntário do Beneficiário (que não configure um desligamento motivado) ou desligamento voluntário a pedido do Beneficiário do seu cargo de administrador da Companhia, ou ainda no caso de sua aposentadoria;

Após o qual os lotes vestidos caducarão e não mais poderão ser exercidos.

#### **Terceiro Plano de Opções**

O Conselho de Administração ou o Comitê de Gestão, conforme o caso, estabelecerá o prazo final para o exercício total ou parcial das opções a serem concedidas no âmbito do Terceiro Plano de Opções.

- (v) **quantidade de ações comprometidas pelo plano**

#### **Segundo Plano de Opções**

Foram concedidas 2.395.634 opções nos termos do Segundo Plano de Opções. Desse total, 1.342.303 opções referem-se a empregados não administradores.

#### **Terceiro Plano de Opções**

Até a data deste Formulário de Referência, não havia sido concedida nenhuma opção no âmbito do Terceiro Plano de Opções.

## **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Os empregados da Companhia são representados por 3 sindicatos. Em São Paulo, pelo SECSP (Sindicato dos Comerciantes de São Paulo). Em Jundiaí, pelo SINCOMERCIÁRIOS (Sindicato dos Empregados no Comércio de Jundiaí) e, no caso dos motoristas da Westlog, pelo SINTRA CARGAS (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes de Cargas Secas e Molhadas e Empresas de Logística e Setor Diferenciado de Jundiaí e Região). A Companhia mantém um bom relacionamento com a referida entidade sindical, e divulga aos seus colaboradores as principais convenções coletivas e outras ações promovida pelas entidades sindicais. Nos últimos três exercícios sociais não houve qualquer tipo de greve ou paralisação envolvendo os empregados da Companhia.

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	Total ações %
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira</b>						
306.120.028-29	Brasileira	Sim	Não		15/01/2021	
Não	Mobly Hub Transportadora Ltda.				31.680.178/0001-54	
2.835.344	3,710%	0	0,000%	2.835.344		3,710%
<b>Tatix Comércio e Participações Ltda.</b>						
19.112.842/0001-63	Brasileira	Sim	Não		23/11/2020	
Não						
1.005.658	1,320%	0	0,000%	1.005.658		1,320%
<b>OIKOS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia</b>						
29.315.285/0001-31	Brasileira	Sim	Sim		23/11/2020	
Não						
67.429.221	88,280%	0	0,000%	67.429.221		88,280%
<b>Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo</b>						
216.335.908-52	Brasileira	Sim	Não		15/01/2021	
Não						
5.107.016	6,690%	0	0,000%	5.107.016		6,690%
<b>OUTROS</b>						
0	0,000%	0	0,000%	0		0,000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000%	0	0,000%	0		0,000%



**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
<b>TOTAL</b>	76.377.239	100,000%	0	76.377.239	100,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	23/11/2020
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	2
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	2
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

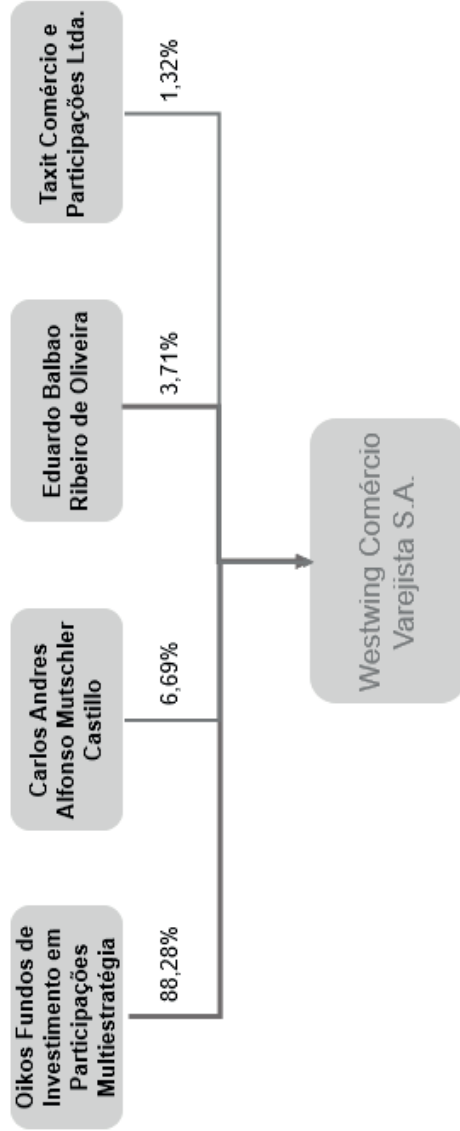
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

### 15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas da Westwing Comércio Varejista S.A.	
<b>Partes</b>	Oikos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Oikos FIP" ou "Acionista Controlador"), Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo ("Andres"), Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira ("Eduardo") e Tatix Comércio e Participações Ltda. ("Tatix" e, em conjunto com Andres e Eduardo, os "Acionistas Minoritários")
<b>Data de celebração</b>	23 de novembro de 2020.
<b>Prazo de vigência</b>	A partir da data de assinatura até a data de divulgação do anúncio de início do IPO.
<b>Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle</b>	Não aplicável.
<b>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</b>	Não aplicável.
<b>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</b>	<p><b>Lock-Up:</b> durante o prazo de 5 (cinco) anos contados da assinatura do Acordo de Acionistas, nenhum dos Acionistas Minoritários poderá alienar, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, suas Ações, total e/ou parcialmente, sem a prévia e expressa concordância do Acionista Controlador, salvo na hipótese de exercício do Direito de Tag-Along e/ou Direito de Drag-Along.</p> <p><b>Direito de Preferência:</b> observado o Lock-up, na hipótese de qualquer dos Acionistas Minoritários receber uma oferta e deseje alienar suas ações, o Acionista Controlador terá o direito (mas não a obrigação) de adquirir a totalidade (e não menos que a totalidade) das ações ofertadas, nas mesmas condições e preço especificados na notificação de oferta.</p> <p><b>Direito de Venda Conjunta (Tag Along):</b> caso o Acionista Controlador deseje alienar suas ações, cada Acionista Minoritário terá o direito, mas não a obrigação, de exigir que o Acionista Controlador aliene, juntamente com suas ações, uma quantidade de ações de titularidade do Acionista Minoritário, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições constantes da notificação de oferta.</p> <p><b>Obrigação de Venda Conjunta (Drag Along):</b> caso o Acionista Controlador deseje alienar suas ações e a oferta apresentada por terceiro interessado envolva a aquisição da totalidade das ações da Companhia, o Acionista Controlador terá o direito de exigir que os Acionistas Minoritários alienem a totalidade de suas ações ao terceiro interessado.</p> <p><b>Oferta Pública de Ações.</b> As restrições de Lock-Up, Direito de Preferência, Tag Along e Drag Along não se aplicarão no caso de alienação de ações no âmbito de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO"), sendo que tais restrições serão reestabelecidas caso o IPO não seja concretizado.</p>
<b>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</b>	Não aplicável.

## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

### **15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

**15.7 - Principais Operações Societárias****15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas****2020**

<b>a. evento</b>	<b>Incorporação da Kedar Empreendimentos e Participações S.A.</b>																
<b>b. principais condições do negócio</b>	<p>Em 30 de setembro de 2020, foi aprovada a incorporação da Kedar Empreendimentos e Participações S.A. ("<b>Incorporada</b>" pela Companhia ("<b>Incorporadora</b>"), resultando na extinção da Incorporada com versão da totalidade de seu patrimônio para a Incorporadora, na qualidade de sucessora a título universal de todos seus bens, direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade ("<b>Incorporação</b>").</p> <p>A Incorporação resultou: (a) no cancelamento de todas as ações de emissão da Incorporadora, as quais eram de titularidade da Incorporada; (b) no aumento do patrimônio líquido da Incorporadora em R\$ 405.113,86, sendo que o capital social da Incorporadora foi aumentado no montante de R\$ 405.113,86; e (c) os acionistas da Incorporada receberam ações da Incorporadora conforme descrito no item (e) abaixo.</p> <p>A Relação de Substituição foi determinada com base na premissa de que, como a Incorporada é a única acionista da Incorporadora, uma vez implementada a Incorporação, os acionistas da Incorporada deveriam passar a deter na Incorporadora o mesmo número de ações e a mesma participação acionária que detinham na Incorporada, sem que seus direitos sejam negativamente afetados pela Incorporação.</p>																
<b>c. sociedades envolvidas</b>	<p>Westwing Comércio Varejista S.A.</p> <p>Kedar Empreendimentos e Participações S.A.</p>																
<b>d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia</b>	<p>Em razão da Incorporação os acionistas da Incorporada receberam 1 ação ordinária de emissão da Incorporadora para cada 1 ação ordinária de emissão da Incorporada de sua titularidade na data de consumação da Incorporação ("<b>Relação de Substituição</b>"), o que resultou na emissão de 405.114 ações ordinárias pela Incorporadora, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>																
<b>e. quadro societário antes e depois da operação</b>	<p><u>Antes da Incorporação:</u></p> <p>O capital social da Companhia era integralmente detido pela Incorporada.</p> <p><u>Depois da Incorporação:</u></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>Participação (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia</td> <td>68.434.879</td> <td>95,61%</td> </tr> <tr> <td>Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo</td> <td>1.796.585</td> <td>2,51%</td> </tr> <tr> <td>Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira</td> <td>1.345.650</td> <td>1,88%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>71.577.114</b></td> <td><b>100%</b></td> </tr> </tbody> </table>		Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)	Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	68.434.879	95,61%	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%	Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%	<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)															
Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	68.434.879	95,61%															
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%															
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%															
<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>															
<b>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	<p>Não aplicável.</p>																

**15.7 - Principais Operações Societárias**

<b>a. evento</b>	<b>Aquisição de ações da Companhia pela Tatix Comércio e Participações Ltda.</b>																																			
<b>b. principais condições do negócio</b>	Em 23 de novembro de 2020, a Tatix Comércio e Participações Ltda. ("Tatix") adquiriu do Oikos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Oikos FIP") o total de 1.005.658 ações representativas de aproximadamente 1,405% do capital social da Companhia.																																			
<b>c. sociedades envolvidas</b>	Oikos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Tatix Comércio e Participações Ltda. Westwing Comércio Varejista S.A.																																			
<b>d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia</b>	Em razão da operação, a Tatix passou a ser acionista da Companhia, em conjunto com o Oikos FIP, Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo e Eduardo Balbão Ribeiro se Oliveira, sendo titular de 1.005.658 (um milhão, cinco mil, seiscentas e cinquenta e oito) ações de emissão da Companhia, representativas de 1,405% do capital social da Companhia.																																			
<b>e. quadro societário antes e depois da operação</b>	<p><u>Antes da Incorporação:</u></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>Participação (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia</td> <td>68.434.879</td> <td>95,61%</td> </tr> <tr> <td>Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo</td> <td>1.796.585</td> <td>2,51%</td> </tr> <tr> <td>Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira</td> <td>1.345.650</td> <td>1,88%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>71.577.114</b></td> <td><b>100%</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><u>Depois da Incorporação:</u></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações Ordinárias</th> <th>Participação (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia</td> <td>67.429.221</td> <td>94,205%</td> </tr> <tr> <td>Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo</td> <td>1.796.585</td> <td>2,51%</td> </tr> <tr> <td>Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira</td> <td>1.345.650</td> <td>1,88%</td> </tr> <tr> <td>Tatix Comércio e Participações Ltda.</td> <td>1.005.658</td> <td>1,405%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>71.577.114</b></td> <td><b>100%</b></td> </tr> </tbody> </table>			Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)	Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	68.434.879	95,61%	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%	Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%	<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>	Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)	Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	67.429.221	94,205%	Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%	Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%	Tatix Comércio e Participações Ltda.	1.005.658	1,405%	<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)																																		
Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	68.434.879	95,61%																																		
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%																																		
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%																																		
<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>																																		
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação (%)																																		
Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia	67.429.221	94,205%																																		
Carlos Andres Alfonso Mutschler Castillo	1.796.585	2,51%																																		
Eduardo Balbão Ribeiro de Oliveira	1.345.650	1,88%																																		
Tatix Comércio e Participações Ltda.	1.005.658	1,405%																																		
<b>Total</b>	<b>71.577.114</b>	<b>100%</b>																																		
<b>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.																																			



**15.7 - Principais Operações Societárias**

2018

<b>a. evento</b>	<b>Aquisição do Controle da Companhia</b>												
<b>b. principais condições do negócio</b>	Em 26 de outubro de 2018, a totalidade das quotas detidas pelos então acionistas da Companhia foi adquirida pela Kedar Empreendimentos e Participações S.A., veículo do fundo de <i>private equity</i> Axxon Group.												
<b>c. sociedades envolvidas</b>	Kedar Empreendimentos e Participações S.A. (" <b>Compradora</b> "); VRB GMBH & Co. B-157 KG e Brillant 1256. GMBH (" <b>Vendedores</b> "); Westwing Comércio Varejista Ltda. (antiga razão social da Companhia) e Westwing Group AG (" <b>Intervenientes</b> ").												
<b>d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia</b>	A Compradora passou a ser detentora da totalidade das 39.819.144 quotas representativas do capital social da Companhia.												
<b>e. quadro societário antes e depois da operação</b>	<p><u>Antes da Operação:</u></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Sócios</th> <th>Quotas</th> <th>Participação (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>VRB GMBH &amp; Co. B-157 KG</td> <td>39.819.143</td> <td>99,99%</td> </tr> <tr> <td>Brillant 1256. GMBH</td> <td>1</td> <td>0,01%</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>39.819.144</b></td> <td><b>100%</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><u>Depois da Operação:</u></p> <p>A totalidade das 39.819.144 quotas representativas do capital social da Companhia passaram a ser detidas pela Kedar Empreendimentos e Participações S.A.</p>	Sócios	Quotas	Participação (%)	VRB GMBH & Co. B-157 KG	39.819.143	99,99%	Brillant 1256. GMBH	1	0,01%	<b>Total</b>	<b>39.819.144</b>	<b>100%</b>
Sócios	Quotas	Participação (%)											
VRB GMBH & Co. B-157 KG	39.819.143	99,99%											
Brillant 1256. GMBH	1	0,01%											
<b>Total</b>	<b>39.819.144</b>	<b>100%</b>											
<b>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável.												

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### 15.8 - Outras informações relevantes

Em complementação às informações prestadas nos itens 15.1/15.2 deste Formulário de Referência, o acionista controlador da Companhia, Oikos Fundos de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 94,20% do capital social da Companhia conforme indicado no item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência, é gerido pela Fornax Assessoria Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.517.977/0001-22, com sede na Ladeira de Nossa Senhora, 311, Glória, CEP 22211-100, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 11.977 de 17 de outubro de 2011, uma vez que não possui um cotista controlador.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

### 16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações envolvendo Conflitos de Interesses, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2020 (“**Política de Transações com Partes Relacionadas**”). A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo definir regras, no âmbito de todas as relações da Companhia, suas controladas e controladores, com empregados, gestores, gerentes, diretores, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, sindicatos e diversas outras pessoas ou empresas que possuam relações ou interesses com alguma entidade da Companhia (*stakeholders*), para assegurar que todas as operações e tomadas de decisão sejam administradas e direcionadas visando exclusivamente os interesses da Companhia, de seus sócios e/ou acionistas, especialmente no que tange ao envolvimento de partes relacionadas e conflito de interesses, bem como quaisquer situações com risco potencial nesses sentidos.

A Companhia, por meio do Comitê de Auditoria, da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas sejam realizadas por escrito, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de rescisão, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionadas que seja de trato sucessivo, em condições equivalente àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas; sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representam condições comutativas; estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras; e observem integralmente as condições da Política de Transações com Partes Relacionadas.

O Comitê de Auditoria, a Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, deverão classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão do montante envolvido, e de ser ou não uma operação no curso normal dos negócios, a fim de determinar as instâncias competentes para a análise e aprovação.

Os casos relacionados a conflitos de interesses ou Transações com Partes Relacionadas devem ser previamente comunicados ao Comitê de Auditoria, independentemente de seu valor, sendo que: (i) todas as transações com Partes Relacionadas de valores até R\$300.000,00 (trezentos mil reais), deverão ser previamente aprovadas pelo Diretor Financeiro em conjunto com o Diretor Presidente. Caso algum dos dois diretores esteja envolvido ou tenha interesse direto na celebração da Transação com Parte Relacionada, ela deverá ser submetida à aprovação da maioria da Diretoria, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, devendo o membro interessado, obrigatoriamente, se abster de participar de tal deliberação; (ii) todas as transações com Partes Relacionadas de valores entre R\$300.000,00 (trezentos mil reais) até R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), deverão ser previamente aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro (por meio de voto favorável da maioria dos membros, excluídas eventuais Partes Relacionadas envolvidas); e (iii) todas as Transações com Partes Relacionadas (a) em valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); ou (b) celebradas fora do curso normal dos negócios da Companhia deverão ser submetidas para aprovação do Conselho de Administração, e aprovadas nos termos do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia, por meio de sua administração, deverá envidar todos os esforços necessários para dar maior transparência aos termos e condições das Transações com Partes Relacionadas. Caso a operação seja autorizada, ela deverá ocorrer de acordo com as políticas da Companhia, suas alçadas e os parâmetros de mercado, bem como com as seguintes diretrizes: transparência, competitividade, conformidade e equidade.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Por fim, a Companhia adota um Código de Conduta, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo estabelecer os princípios éticos e de conduta, pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, empregados e colaboradores da Companhia devem orientar as relações internas e externas com qualquer colaborador ou terceiro ao desempenhar suas atividades.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse em relação a uma potencial transação (inclusive com Partes Relacionadas) é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se abster de participar de quaisquer atos relacionados à emissão de opinião ou à aprovação da referida transação, devendo a referida abstenção ser registrada na ata da respectiva reunião.

A Companhia dispõe de Canais de Denúncia controlado por empresa especializada independente, com hotline, hotsite e endereço eletrônico disponível 24 horas/dia, 365 dias por ano, com opção de manifestação/denúncia anônima.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)), site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

## **16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui transações com partes relacionadas que estejam em vigor no exercício social vigente ou que tenham sido celebradas no último exercício social.

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

#### **16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

##### **(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

De acordo com os termos da Política para Transações com Partes Relacionadas, as pessoas vinculadas à Companhia que tenham conflito de interesses em relação a uma potencial transação (inclusive com partes relacionadas) deverão se abster de participar de quaisquer atos relacionados à emissão de opinião ou à aprovação da referida transação, devendo a referida abstenção ser registrada na ata da respectiva reunião.

A Política de Transação com Parte Relacionadas prevê, ainda, que os termos e condições de quaisquer transações com partes relacionadas devem ser previamente comunicados ao Comitê de Auditoria sendo que: (i) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Diretor Financeiro em conjunto com o Diretor Presidente. Caso algum dos dois diretores esteja envolvido ou tenha interesse direto na celebração da Transação com Parte Relacionada, ela deverá ser submetida à aprovação da maioria da Diretoria, na forma prevista no Estatuto Social, devendo o membro interessado, obrigatoriamente, se abster de participar de tal deliberação; (ii) todas as Transações com Partes Relacionadas de valores entre R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) deverão ser previamente aprovadas pela maioria dos membros da Diretoria, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro (por meio de voto favorável da maioria dos membros, excluídas eventuais Partes Relacionadas envolvidas); e (iii) todas as Transações com Partes Relacionadas em valores superiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ou celebradas fora do curso normal dos negócios da Companhia deverão ser submetidas para aprovação do Conselho de Administração e aprovadas nos termos do Estatuto Social da Companhia.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações, prevê que conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

##### **(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Nos termos da Política de Transação com Parte Relacionadas, as transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por análises prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores.

Para garantir a comutatividade, as potenciais transações com partes relacionadas devem ser previamente comunicadas ao Comitê de Auditoria.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro, a Diretoria e o Conselho de Administração, conforme o caso, deverão considerar os seguintes fatores, entre outros que julgue relevantes para a análise da transação específica:

- se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada;

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

- se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a terceiros não-relacionados com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, avaliando, inclusive, as medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir a comutatividade da operação;
- caso a transação não seja realizada nos termos da alínea (ii) acima, se há previsão de pagamento compensatório adequado;
- os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;
- se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação, com a realização de procedimentos de tomada de preços ou formalização de tentativas de contratação junto a terceiros, avaliando, inclusive, os seus resultados;
- caso não tenham sido realizadas contratações com terceiros não- relacionados, (a) as razões pelas quais tais contratações não foram efetivadas e (b) as razões pela escolha de realização da Transação com Partes Relacionadas e não com terceiros não-relacionados;
- a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação;
- análise comparativa dos preços, termos e condições disponíveis no mercado e de transações similares já realizadas pela Companhia ou pela Parte Relacionada; e
- a extensão do interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

### **16.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.



**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
15/01/2021	40.272.259,15		76.377.239	0	76.377.239
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
15/01/2021	40.272.259,15		76.377.239	0	76.377.239
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
15/01/2021	0,00		245.199.875	0	245.199.875
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
30/09/2020	40.224.257,90		71.577.114	0	71.577.114

**17.2 - Aumentos do Capital Social**

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/09/2020	Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2020	405.113,86	Subscrição particular	405.114	0	405.114	0,01007138	0,99	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
A relação de substituição foi determinada com base na premissa de que, como a Incorporadora é a única acionista da Incorporadora, uma vez implementada a Incorporação, os atuais acionistas da Incorporadora deverão passar a deter na Incorporadora o mesmo número de ações e a mesma participação acionária de que hoje são titulares na Incorporadora, sem que seus direitos sejam negativamente afetados pela Incorporação. Para mais informações, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.										
<b>Forma de integralização</b>										
As ações foram integralizadas mediante versão do acervo líquido da Kedar Empreendimentos e Participações S.A. ao capital social da Companhia.										
15/01/2021	Reunião do Conselho de Administração	15/01/2021	48.001,25	Subscrição particular	4.800.125	0	4.800.125	0,11933408	1,09	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
O preço de emissão foi calculado com base no disposto no Primeiro Plano aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020 e no Contrato de Outorga, conforme previsto no item 13.4 deste Formulário de Referência.										
<b>Forma de integralização</b>										
As ações serão integralizadas até 26 de janeiro de 2021, em moeda corrente nacional.										

### **17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

## **17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

## 17.5 - Outras Informações Relevantes

### 17.5 - Outras informações relevantes

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nos termos do artigo 6º do seu Estatuto Social, a emissão de 4.800.125 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ao preço de emissão de R\$ 1,09 por ação, totalizando o montante de R\$ 5.232.136,25 em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações outorgadas conforme o Primeiro Plano (conforme definido no item 13.4 deste Formulário de Referência). Do valor do total preço de emissão, (i) R\$ 48.001,25 foram destinados à conta do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 5.184.135,00 foram destinados à conta de reserva de capital.

As ações emitidas foram totalmente subscritas pelos beneficiários das respectivas opções, e serão integralizadas até 26 de janeiro de 2021, nos termos dos respectivos boletins de subscrição.

As ações ora emitidas só poderão ser negociadas pelos respectivos beneficiários, após sua efetiva integralização.

Conforme disposto no artigo 171, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, não houve direito de preferência na subscrição das novas ações, tendo em vista que estas estão sendo emitidas em decorrência do exercício das opções de compra de ações no âmbito do Primeiro Plano aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020.

Em razão da emissão das novas ações da Companhia, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 48.001,25, passando de R\$ 40.224.257,90, dividido em 71.577.114 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 40.272.259,15, dividido em 76.377.239 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**18.1 - Direitos Das Ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	Não aplicável

---

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

### 18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante;
- a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto no artigo 37 deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações. Não obstante, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e
- a saída da Companhia do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no parágrafo acima.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

#### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.



#### **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## **18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

### **18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

### **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

### **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18.8 - Títulos Emitidos no Exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

### **18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada. A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

## **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

### **18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**

#### **(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

#### **(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

#### **(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.



## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

## **18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

### **18.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 18.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios.

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

#### **19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>27/11/2020</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	A Companhia, o acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os executivos, empregados, terceirizados ou colaboradores da Companhia, suas controladas e coligadas que, em função do seu cargo, função ou posição tenham acesso à informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição possam ter acesso permanente ou eventual de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

### Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das suas políticas internas. Tais diretrizes também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)), site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	<p>Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. A vedação também prevalecerá quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas controladas ou outras sociedades sob controle comum; ou quando existir a intenção de promover incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; ou no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem também os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP;</p> <p>Os termos de adesão devidamente assinados serão arquivados na sede da Companhia e esta manterá, à disposição da CVM, a relação de Pessoas Vinculadas e suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e CNPJ/CPF, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.</p> <p>O descumprimento dos termos da Política de Negociação da Companhia sujeitará o infrator a sanções disciplinares, bem como eventuais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, imputáveis pelos órgãos reguladores de mercado e sem prejuízo da reparação das perdas e danos causados à Companhia e seus acionistas por tal violação. Não obstante, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.</p>
--	--

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

### **20.2 - Outras informações relevantes**

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

### **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.



## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

### 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proibem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 27 de novembro de 2020, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“**Destinatários**”), inclusive a Companhia, o acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os colaboradores com acesso à informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição possam ter acesso permanente ou eventual de informação privilegiada sobre a Companhia e que tenham aderido à Política de Divulgação por meio da assinatura de termo de adesão ou, ainda, qualquer pessoa que, mesmo não tendo aderido à Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa a Ato ou Fato Relevante em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas. Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa disciplinar a manipulação, o uso e a divulgação ao mercado de informações relativas à Companhia que possam ser classificadas como ato ou fato relevante (assim entendida qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários emitidos pela Companhia; ou na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia, ou a eles referenciados).

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, com linguagem clara, acessível e precisa.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores de portal de notícias ou, alternativamente, em rede de jornal de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.westwing.com.br); e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net).

Os Destinatários que tenham acesso a informações sobre ato ou fato relevante são responsáveis por comunicar tais informações ao Diretor de Relação com Investidores por meio do correio eletrônico (ri@westwing.com) e verificar se o Diretor de Relação com Investidores tomou as devidas providências em relação à divulgação da referida informação.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma “Informação Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

A fim de preservar o sigilo das informações pertinentes a atos e fatos relevantes não divulgados ao mercado, as pessoas vinculadas deverão zelar pela observância dos procedimentos abaixo, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem adequadas diante de cada situação concreta:

- divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;
- não discutir a informação confidencial na frente de terceiros que dela não tenham conhecimento ou em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos que contenham informações confidenciais, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação, bem como, circular esses documentos em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha ou outro controle de usuário;
- não enviar documentos que contenham informações confidenciais por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- quando, excepcionalmente, um receptor da informação não for um Destinatário, antes da entrega da informação deverá ser obtido um termo de confidencialidade, com a ciência da responsabilidade e compromisso de não divulgação; e
- sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com Valores Mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo. Nessa hipótese, os procedimentos previstos na Política de Divulgação deverão ser adotados com o propósito de garantir o sigilo.

Cabe ao Diretor de Relação com Investidores, ainda, verificar, diante da ocorrência de ato ou fato relevante, a adequada observância das regras e procedimentos previstos na Política de Divulgação, informando imediatamente qualquer irregularidade ao Conselho de Administração, bem como à área de *compliance*. Além disso, caberá ao Diretor de Relação com Investidores a precisão e a adequação na forma de redação da informação divulgada ao mercado. Na ocorrência de qualquer das hipóteses que impliquem a necessidade de divulgação de ato ou fato relevante mantido em sigilo, ou da violação do sigilo de ato ou fato relevante previamente à sua divulgação ao mercado, deverá o Diretor de Relação com Investidores realizar investigações e diligências internas na Companhia, inquirindo as pessoas envolvidas, que deverão sempre responder às suas solicitações de informações, com o propósito de verificar o motivo que provocou a eventual violação do sigilo da informação

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Deverá o Diretor de Relação com Investidores monitorar a negociação de valores mobiliários, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal ato ou fato relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM.

Os administradores e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária devem informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários, bem como as alterações em referidas posições. Devem, ainda, comunicar a titularidade e negociações com valores mobiliários realizadas por (i) cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) companheiro; (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) sociedades controladas direta ou indiretamente pelos administradores ou demais pessoas elencadas nos itens (i) a (iii).

Caso haja qualquer violação da Política de Negociação, caberá ao Conselho de Administração analisar e tomar as medidas disciplinares apropriadas, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. O infrator estará sujeito, ainda, a sanções disciplinares, bem como eventuais sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da reparação das perdas e danos causados à Companhia e seus acionistas pela violação das normas contidas na Política de Divulgação.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508) e Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia ([ri.westwing.com.br](http://ri.westwing.com.br)); site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

#### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

### **21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.